

PAULO SÉRGIO MOREIRA DA SILVA

**BENDITOS AMAROS - REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE
PARACATU: MEMÓRIAS, LUTAS E PRÁTICAS CULTURAIS
(1940-2004)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Março/2012**

PAULO SÉRGIO MOREIRA DA SILVA

**BENDITOS AMAROS - REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE
PARACATU: MEMÓRIAS, LUTAS E PRÁTICAS CULTURAIS
(1940-2004)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História e Cultura

Orientadora: Dr.^a Maria Clara Tomaz Machado

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Março/2012**

PAULO SÉRGIO MOREIRA DA SILVA

**BENDITOS AMAROS - REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE
PARACATU: MEMÓRIAS, LUTAS E PRÁTICAS CULTURAIS
(1940-2004)**

Banca Examinadora:

Dr.^a Maria Clara Tomaz Machado (orientadora- INHIS/UFU)

Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib (UFU/FACIP)

Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior (INHIS/UFU)

Dr. Luís Carlos do Carmo (UFG- CATALÃO)

Dr.^a Martha Campos Abreu (UFF)

Suplentes:

Dr.^a Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (INHIS/UFU)

Dr.^a Vera Lúcia Puga (INHIS/UFU)

Uberlândia, 09 de março de 2012

Para Bernardo e Aline

AGRADECIMENTOS

São muitas as dívidas que acumulei no trajeto desta pesquisa. Um caminho longo e árduo, porém gratificante pelos estímulos recebidos. Muitos meses de pesquisa, de escrita e reescrita do texto, e é chegado o momento de agradecer àqueles que, de alguma forma, cruzaram o caminho deste trabalho.

Sou grato e carinhosamente cordial à orientadora Maria Clara Tomaz Machado, pelos estímulos e pela paciência. Sua erudição, afeto e amizade foram essenciais para que este trabalho fosse realizado. O meu convívio intelectual e humano com você nos últimos oito anos foi fundamental para a minha formação como Historiador.

Agradeço aos professores do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, em especial à professora Christina Lopreato. As suas aulas na pós é que me possibilitaram pensar a Família dos Amaros.

Sou eternamente agradecido ao amigo Historiador Oliveira Mello, o responsável por me apresentar a cidade de Paracatu. O seu acervo documental foi fundamental para esta pesquisa.

Ao professor José Eduardo de Oliveira, eterno mestre e amigo. Sempre que precisava, você estava de prontidão para contribuir, seja levantando dados, seja lendo os escritos da tese, ou ainda discutindo as descobertas encontradas. Um diálogo frutífero que contribuiu para a minha formação.

Ao amigo Historiador e arquivista pernambucano, Alexandre Alves Dias, o responsável por tantas informações preciosas sobre Paracatu, principalmente as existentes em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU e no Projeto Resgate, na parceria entre Portugal e Brasil, e que possibilitou a transcrição de vários documentos que aparecem neste trabalho. Como você era contratado pela Fundação Cultural Palmares para fazer o levantamento documental dos Amaros, na montagem do laudo sociocultural, isto facilitou muito os vários diálogos ao longo da gestação deste estudo.

Minha gratidão ao querido amigo Abelardo, sempre alerta e disposto a ajudar. A sua prontidão e alegria constante contagiam, meu prezado irmão.

Ao querido amigo Flávio, organizado e disciplinado. Estabelecemos vários diálogos enquanto realizava esta pesquisa.

À amiga e antropóloga, companheira de pesquisa sobre a família dos Amaros, Paula Balduino de Melo. Sua generosidade em compartilhar o seu material de pesquisa, em

especial as fitas gravadas com os Amaros, foram indispensáveis para a construção dessas várias histórias que se passaram em diversos momentos na cidade de Paracatu.

A Jane Chagas, Dario Alegria, Onésio Amaral, Carlos Lima, Luciana/UFU, Josiane/UFU, Ivan da Amália, Fernando Moreira, à Prof.^a Maria Beatriz.

À família dos Amaros, em especial Dona Igenes, Dona Mariinha, o Senhor Benedito e o Senhor Honório (**anexo 01**), por terem compartilhado tantas histórias, dignas de um belo roteiro para um filme.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Aos professores Cairo e Florisvaldo, presentes na banca de qualificação. As observações, críticas e sugestões permitiram aprimorar a redação final deste trabalho.

Aos meus Pais, José e Ivanilda, que sempre torceram pelas minhas conquistas. Aos meus irmãos, distantes ou próximos, sempre acompanhando a minha trajetória acadêmica. Fico feliz por ter contagiado o Raphaell, que segue os mesmos caminhos de estudo. Obrigado pelas cópias dos textos.

À minha amiga Carla Denari, companheira de disciplina e diálogos constantes. Ao amigo Tadeu Pereira, cuja prontidão em me atender foi tão importante. Ao amigo Florisvaldo, que compartilhou comigo vários momentos desse enredo que compõe a atual Paracatu.

Ao Cordeiro e Elande, meus sogros, que sempre torceram por mim. Obrigado por terem ajudado a cuidar do pequeno Bernardo, enquanto pesquisava e escrevia o meu trabalho.

À minha esposa, Aline de Araújo Cordeiro, companheira de várias lutas e conquistas. Sei que poderei sempre contar você quando precisar. Por isso peço ao Grande Arquiteto do Universo que continue nos fortalecendo e abençoando a cada dia.

Ao meu pequeno Bernardo, filho querido que surpreende a cada dia. A sua alegria e habilidade em cativar foram bálsamo nos momentos em que a escrita quase não saía. Durante a pesquisa deste trabalho, ele sempre trazia o seus brinquedinhos (Batman, Super-Homem, Ben 10 com a pata e garra) para o conserto, pois sempre estavam faltando pernas, braços, cabeças. O papai está pronto para acompanhá-lo do jeito que você merece. ∴

RESUMO

A pesquisa - Família dos Amaros - é, em algum sentido, a continuidade do trabalho de mestrado, intitulado *A Caretagem como prática cultural: fé, negritude e folia em Paracatu-MG (1960-1980)* o que, por consequência, nos induziu a compreender o seu deslocamento familiar para um bairro da periferia da cidade de Paracatu. Assim como nos permitiu entender as suas astúcias e resistências culturais, especialmente no que diz respeito às lutas e conflitos que têm empreendido no processo de retomada e posse de suas terras da fazenda Pituba. Nesse sentido, a pesquisa sobre a família dos Amaros objetivou aprofundar seu contexto ritualístico, num diálogo que pretende ir além de uma leitura do simples cotidiano por eles representado, já que a trajetória vislumbrada passa pelo entendimento da rede de parentesco familiar e cultural tecida como forma de enfrentar e sobreviver às questões sociais e políticas vivenciadas. Neste viés, está em pauta a luta política pelos direitos sociais da terra da família dos Amaros situada na fazenda Pituba, que lhes foi expropriada a partir dos anos de 1940. Nesse processo político, evidencia-se a persistência dos valores e tradições inscritos numa memória afrodescendente que, deslocada para a periferia urbana, recria sua cultura, sua forma de viver, aglutinando os familiares em torno de suas festas, sociabilidades, atividades artesanais e artes de viver como forma de manter sua identidade cultural. Desse ponto de vista concebemos a luta política pelo reconhecimento de suas terras e direitos sociais entranhadas no seu cotidiano pelas suas práticas culturais populares, daí o enfoque não só na sua movimentação em torno da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Fala Negra, mas também no conjunto de representações simbólicas que resguardam sua identidade cultural por meio de uma memória social em contínua recriação/reinvenção.

Palavras-Chave: Remanescentes Quilombolas, Identidades, Memórias, Práticas Culturais, Paracatu.

ABSTRACT

The research of Family Amaros is, in some sense, the continuity of the master thesis, entitled *The Caretagem as cultural practice: faith, blackness and revelry in Paracatu, MG(1960-1980)* and, consequently, the induced understand its displacement relative to a neighborhood on the outskirts of the city of Paracatu and understand their wiles and cultural resistance, especially with regard to the struggles and conflicts that have undertaken the process of resuming possession of their lands and farm Pituba. In this sense, this research on the family of Amaros aimed to deepen their ritual context, which aims to establish a dialogue that goes beyond a simple reading of the daily life they represent, because the trajectory envisioned an understanding of family and kinship network woven from cultural shaped face and survive the social and political issues experienced. In vieis, this agenda is the political struggle for social rights of the family land located on the farm of Amaros, Pituba, from which they were expropriated from the year 1940. In this political process was evidence the persistence of the values and traditions of African descent enrolled in a memory that moved to the urban periphery recreate their culture, their way of life, combining the family around their celebrations, sociability, arts and craft activities as a way of living maintain their cultural identity. From this point of view, we conceive the political struggle for recognition of their land and social rights embedded in their daily lives for their popular cultural practices, hence, the focus not only on their movement around the Palmares Cultural Foundation and the Institute for Black Speech, but also the set of symbolic representations that protect their cultural identity through a social memory in continuous recreation / reinvention.

Keywords: Quilombo Remnants, Identity, Memory, Cultural Practices, Paracatu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Primeiras vilas criadas – Capitanias de Minas Gerais	27
Figura 02 – Minas Gerais em 1808 – Comarcas.	28
Figura 03 – Minas Gerais em 1821 – Comarcas.	30
Figura 04 – Casa de Fundação de Sabará. Destino do ouro do arraial de Paracatu. Atualmente o Museu do Ouro de Sabará.	46
Figura 05 – Prensa em bronze com dois golfinhos nas laterais. Servia para cunhar moedas e barras. É datada em 1670 e tem gravadas as armas de Portugal	47
Figura 06 – Lingote de Ouro.	47
Figura 07 – Médias quinquenais dos desembarques de escravos africanos nos portos de Salvador (1678-1830) e Rio de Janeiro (1700-1830).	60
Figura 08 - Mapa – Interpretação do roteiro das minas descrito por Antonil	68
Figura 09 – Mapa Baixo Sul da Bahia.....	69
Figura 10 – Zambiapunga do Baixo Sul da Bahia.....	70
Figura 11 - Zambiapunga do Baixo Sul da Bahia	71
Figura 12 - Máscaras da Caretagem/Amaros. Paracatu.....	74
Figura 13 - Máscaras da Caretagem/Amaros. Paracatu.....	74
Figura 14 - Máscaras da Caretagem/São Sebastião. Paracatu.	75
Figura 15 - Canção São João, Xangô menino.	76
Figura 16 – Folia da Caretagem de Paracatu.....	77
Figura 17 – Primeira Missa celebrada em Angola – Pinda – Terras do Manicongo em 3-4-1941, Domingo de Páscoa	81
Figura 18 – Vestuário de Mulheres, Rio de Janeiro, Brasil, ca. 1770.	84
Figura 19 – Irmandade do Rozário	85
Figura 20 – Igreja do Rozário, 1925.....	89
Figura 21 – Principais comunidades negras em Paracatu – Século XIX.....	101
Figura 22- Núcleo Familiar de Amaro Pereira das Mercezes.	104
Figura 23 – O território da Família dos Amaros	108
Figura 24 – Núcleo Familiar de Bernardina Pereira das Mercezes e Inocência Mendes Guimarães.....	109
Figura 25 – Núcleo Familiar de Dona Inês Pereira Guimarães.....	112
Figura 26 – Vida dos Amaros no bairro Paracatuzinho.....	121
Figura 27 – Inauguração do Instituto Fala Negra.	131

Figura 28 – Retomada histórica da Fazenda Pituba.	138
Figura 29 – Entrega da certidão de Autorreconhecimento dos Amaros.....	140
Figura 30 - Eleições das mesas da Irmandade do Rozário1784-1785/1786-1787/1792-1793	145
Figura 31 - Eleição de Amaro Pereira da Mercezes - Reis do Rozário 1832-1833.....	145
Figura 32 – A Caretagem e o levantamento do mastro de São João.	153
Figura 33 – Mosaicos feitos por Benedito Cirilo	154
Figura 34 – Artesanato em madeira.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Distribuição da população do Brasil, c.1776	25
Tabela 02- Minas Gerais – população (1721 e 1872).....	26
Tabela 03 - Lojas/Vendas/Cortes/Boticas e Ofícios. Arrayal de S. Luis e Sta Anna, Minas do Paracatu 1745	39
Tabela 04 – Mapa de rendimentos da capitação da Intendência do arraial de São Luís e Santana e Minas de Paracatu e seus distritos 2º semestre de 1745.....	45
Tabela 05 – Comparativo da tributação paga em Minas Gerais e no arraial de Paracatu	51
Tabela 06 - Volume do tráfico transatlântico de escravos da África segundo as nacionalidades do navio, 1519-1867.....	56
Tabela 07 - Volume de escravos africanos desembarcados por região de chegada ao Brasil 1519-1867 (em milhares).....	61
Tabela 08 - Praticantes do Acotundá - Arraial de Paracatu – 1747.....	64
Tabela 09 - Escravos remetidos de Salvador para o arraial de Paracatu - 1759-1772	65
Tabela 10 - Irmandade do Rosário em terras africanas	82
Tabela 11 - Rol do que se despende nesta Igreja de N. Sr. ^a do Rozario com a factura della ou da Capella mor e o mais nessr ^o p. ^a a d. ^a Igreja he [?] que despende o procurador o Cap ^m Antonio de Freitas de Alm. ^{da}	86
Tabela 12 - Cargos e funções da Irmandade Nossa Senhora do Rozário dos Pretos Livres do Arraial de São Luis e Santa Anna, Minas de Paracatu 1744.	94
Tabela 13 - Eleição do Rei e Rainha da Irmandade de Nossa Senhora do Rozário dos Homens Pretos Livres do Arraial e Subúrbio das Minas de Paracatu (1751-1843).	95
Tabela 14 - Negros e mulatos garimpeiros - Arraial de Paracatu século XVIII.....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Produção de ouro – Paracatu/MG (1755 – 1800).....	49
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

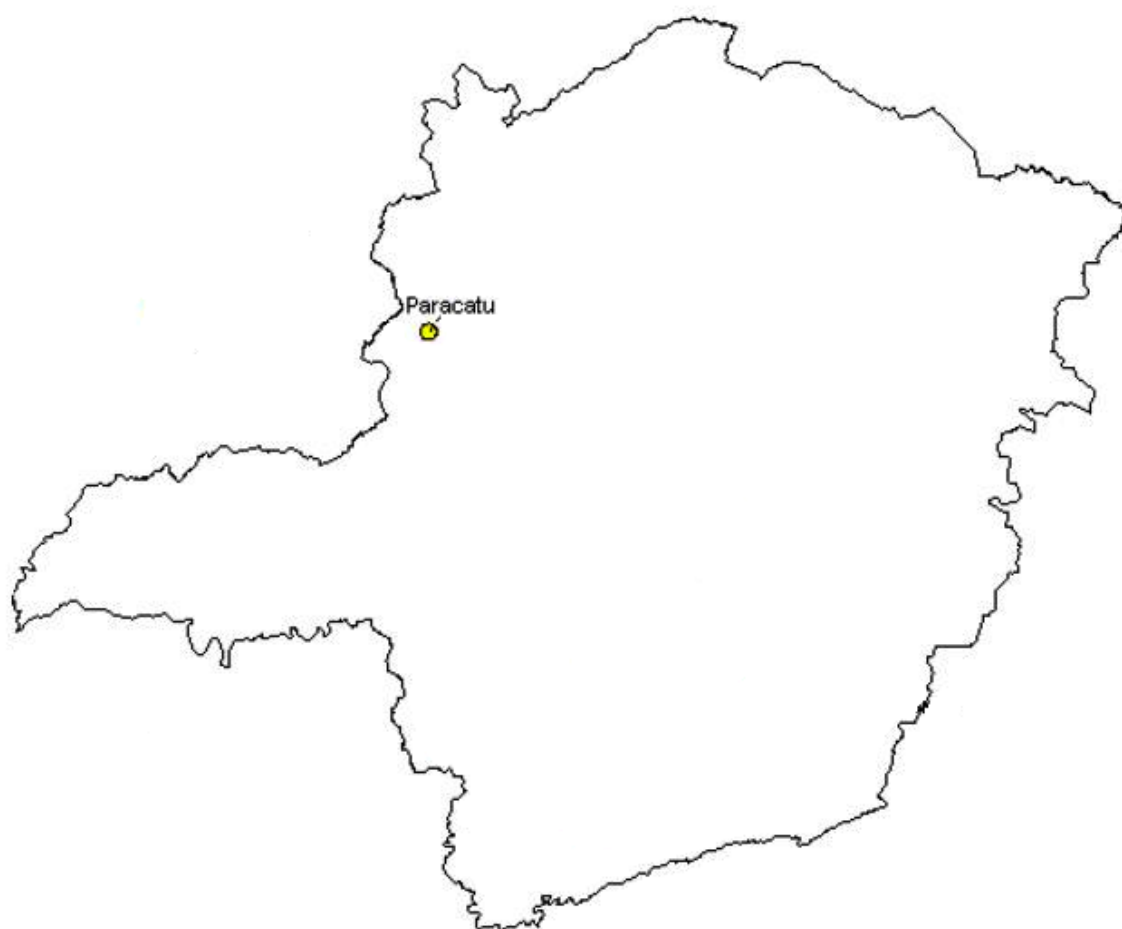
- APM- Arquivo Público Mineiro
- AHU- Arquivo Histórico Ultramarino
- RAPM- Revista do Arquivo Público Mineiro
- APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia
- FCP- Fundação Cultural Palmares
- BN- Biblioteca Nacional
- APMOMG- Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga - Paracatu
- SC- APM- Seção Colonial do Arquivo Mineiro
- CPO- Cartório de Primeiro Ofício
- LT- Lotação
- CMP- Câmara Municipal de Paracatu
- AAOM- Acervo Antônio de Oliveira Mello
- ABA- Associação Brasileira de Antropologia
- RPM- Rio Paracatu Mineração
- INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- SEPPIR- Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- ADPMG- Arquivo da Diocese de Paracatu
- IPHAN- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 IDENTIDADES, RESISTÊNCIAS E SOCIABILIDADES:	
TERRITÓRIOS DE UMA NEGRA PARACATU.	24
1.1 (DES)CAMINHOS DO OURO PELOS SERTÕES BRASILEIROS	24
1.2 PARACATU, UM OÁSIS DENTRO DO SERTÃO: DO ARRAIAL À CIDADE.	37
CAPÍTULO 2 AS MINAS VELADAS E REVELADAS DE PARACATU:	
ESCRavidÃO, PRÁTICAS CULTURAIS E RELIGIOSIDADE	55
2.1 O TRÁFICO DE ESCRAVOS: PARACATU NA REDE DO COMÉRCIO DE NEGROS	55
2.2 RASTROS E SINAIS DOS AMAROS NO PERÍODO DA ESCRAVIDÃO EM PARACATU: A CARETAGEM EM MOVIMENTO	66
2.3 HOMENS PRETOS DO ROZÁRIO: ETNICIDADE, SOLIDARIEDADE E COMPROMISSOS RELIGIOSOS.	78
CAPÍTULO 3 O MUNDO RURAL DOS AMAROS: EXPROPRIAÇÃO E DESLOCAMENTO	98
3.1 REDESENHANDO PITUBA: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E ESPERANÇAS	98
3.2 EXPULSÃO E DESLOCAMENTO: OS AMAROS E A VIDA NO PARACATUZINHO.	113
CAPÍTULO 4 EXPERIÊNCIAS, PRÁTICAS POLÍTICAS E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS: PERSISTÊNCIAS DOS AMAROS	124
4.1 PERSISTIR E RESISTIR: OS AMAROS E A RETOMADA HISTÓRICA DA PITUBA	124
4.2 TUDO FALA, TUDO TEM VOZ: ARTE E DANÇA DOS AMAROS	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS E FONTES	162
ANEXO 01 -ALGUNS AMAROS	175
ANEXO 02 - AS MINAS E OS CAMINHOS DE GOIÁS - OCUPAÇÃO.....	176
ANEXO 03 - REGISTO DAS PESSOAS QUE VEM DA INTENDENCIA COMISSARIA DO PARACATU ACOMPANHANDO O OURO QUE VEM QUANDO	

DAQUELLA PARA ESTA INTENDENCIA DESDE O PRIMEIRO DE JANEIRO DE 1782.	177
ANEXO 04 - MAPA DO OURO DA INTENDÊNCIA COMISSÁRIA DA VILA DE PARACATU DO PRÍNCIPE (1755-1800)	178
ANEXO 05 - MINEIROS, ESCRAVOS E DATAS – MINAS DE PARACATU- 1769.	179
ANEXO 06 - ENTRADAS DE MERCADORIAS - REGISTROS DO ARRAIAL DE PARACATU.....	182
ANEXO 07 - TÁBUA DE DESPESA DA INTENDÊNCIA DA COMARCA DE SABARÁ - 1778 (VALORES PAGOS ANUALMENTE).....	185
ANEXO 08 - IMPOSTO DA CAPITAÇÃO EM MINAS GERAIS E PARACATU	186
ANEXO 09 - FREGUESIA DA COMARCA DE SABARÁ (ROCEIROS E AGRICULTORES – IMPOSTO DA “VERDURA”).....	187
ANEXO 10 - TERRA DOURADA E INVASÃO ESTRANGEIRA	188
ANEXO 11 – CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO	189
ANEXO 12 – CARTA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA FAMÍLIA DOS AMAROS –	190

Área de Pesquisa



INTRODUÇÃO

Ao findar minha pesquisa de mestrado¹ em agosto de 2005, resolvi revisitar parte da documentação recolhida durante os anos de 2000 a 2004 para a pesquisa e que ainda não havia sido utilizada. Eram vários documentos, como fotografias, pinturas, vídeos e entrevistas, que faziam referência ao cotidiano, ao parentesco, à arte e à dança da Caretagem² daquelas famílias pesquisadas, sendo a maior parte deles relativos à família dos Coelhos³, moradores do bairro Paracatuzinho.

No material relacionado a essa família, havia várias fotografias sobre uma certa retomada histórica ocorrida em 2003, quando eu estava na cidade realizando as minhas pesquisas. Também existia uma gravação com o Senhor Honório Coelho, na qual ele contava uma história sobre a existência de umas terras que pertenceram a sua família no passado e que o fazendeiro Maximiano havia expropriado de sua família.

O curioso desse fato foi a clareza e a riqueza de detalhes com que ele narrava aquela história, o que certamente poderia ser feito somente por alguém que viveu e dominou por um longo período os vários acontecimentos vividos nas terras, chamadas por eles de Pituba, localizadas a cerca de 12 quilômetros da cidade de Paracatu.

À medida que avançava com as releituras desse material, ficava bastante evidente que naquelas narrativas existiam informações importantes que mereciam ser investigadas. Por isso, em 2006, resolvi retomar novamente a pesquisa, já pensando em uma temática para o Doutorado, o que acabou me levando novamente ao encontro daquela família. Nesse reencontro, depois de alguns anos, a recepção foi a mesma por parte dos Coelhos, mas eles estavam ainda mais otimistas, uma vez que haviam conseguido avançar com a retomada de

¹Dissertação de mestrado defendida em 2005, pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da professora Maria Clara Tomaz Machado. Nesse trabalho procurei discutir os significados e as representações da Caretagem frente às transformações espaciais ocorridas na cidade de Paracatu durante o período de 1960 a 1980, abordando as transformações, as resistências e acomodações dos Caretas perante as mudanças impostas pelas situações econômica, política e social vivenciadas por eles.

SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **A Caretagem como prática cultural: fé, negritude e folia em Paracatu / MG (1960-1980)**. Uberlândia, 2005.

² É uma folia negra que acontece em Paracatu no dia 23 para 24 de junho, em louvor a São João Batista. Praticada por 24 homens, metade dos quais se transveste de mulheres, com as suas perucas, colares e pulseiras. Durante 24 horas eles dançam, cantam e circulam pelo bairro onde moram e no centro da cidade de Paracatu. Tem como principal característica a utilização da máscara. Em Paracatu, existem quatro grupos praticantes dessa folia.

³ Importante esclarecer que eles sempre foram conhecidos na cidade de Paracatu como a família dos Coelhos do Paracatuzinho, o que só foi modificado no ano de 2004, quando foram reconhecidos pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombos, passando a ser chamados de Família dos Amaros, em uma referência ao tataravô Amaro Pereira das Mercezes.

suas terras, pois, após a certificação⁴ emitida pela Fundação Cultural Palmares ocorrida em abril de 2004, a qual os reconhecia como remanescentes quilombolas, a luta política deles ganharia novas diretrizes, já que existia uma série de leis e regulamentações presentes no programa do Governo Federal chamado de Brasil Quilombola que os apoiaria na luta pelos seus direitos de cidadania.

Reunido com a família Coelho, o Senhor Honório, Dona Mariinha e o Senhor Benedito, os quais havia conhecido no ano de 1999, quando acompanhei uma apresentação da Caretagem em Paracatu, eles não só confirmaram a história da existência das terras, como apresentaram mais detalhes do que havia acontecido com eles quando moravam na fazenda Pituba. Uma história fascinante, que fazia referência ao tataravô deles, conhecido como Amaro Pereira das Mercezes⁵, que havia adquirido terras na fazenda Pituba no final do século XVIII e que ali permaneceu até a sua morte em 1847, criando seus filhos e netos.

Nesse momento já existia um levantamento documental (laudos, certidões, documentos judiciais, levantamento cartorial) bastante expressivo sobre a história do Amaro e da luta de seus descendentes contra os fazendeiros, pois, para que ocorresse a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, era necessário um levantamento histórico da família, o que foi concretizado pelo relatório sócio-histórico e cultural, produzido pela antropóloga Siglia Doria, em 2004.

Diante do exposto, busquei juntamente com os órgãos governamentais a documentação que fazia referência a essa história, pois as inquietações eram tantas e chamavam a atenção a tal ponto que resolvi conhecer os documentos produzidos sobre aquelas pessoas, que guardavam em suas lembranças os acontecimentos vividos há mais de sessenta anos após serem expropriados de suas terras, ou seja, buscava entender como eles sobreviveram e resistiram a tantas mudanças e impasses.

Com a montagem do projeto de pesquisa, pude perceber que existia um fio condutor que perpassava a história da família dos Amaros e seus descendentes, que era a prática cultural da folia negra da Caretagem, pois, pelas informações preliminares levantadas em pesquisas anteriores, essa manifestação popular era praticada por eles desde quando moravam nas terras do Pituba, e que os identificou no passado e continuava a identificá-los no presente.

⁴ Em Paracatu, além da Família dos Amaros, registramos a existência de outras comunidades remanescentes quilombolas: Machadinho, São Domingos, Cercado, Pontal e Inocêncio Pereira Oliveira, todas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

⁵ No decorrer do trabalho, faço uso do sobrenome Mercezes, como aparece nos documentos do século XIX. Porém, na documentação da Fundação Cultural Palmares, do Ministério Público, no Relatório sócio-histórico e cultural, nos relatórios do INCRA e nos documentos judiciais, aparece grafado como Mercês.

Porém, para compreender a história dos Amaros, que tinha lastro no século XVIII era necessário conhecer primeiro a cidade de Paracatu, que produziu bastante ouro a partir de meados do século XVIII e que, por consequência recebeu milhares de negros escravizados vindos de diversas partes da colônia brasileira, já que foi nesse ambiente de conflitos e incertezas que Amaro Pereira das Mercezes construiu a sua vida, viveu a sua religiosidade, suas festas e praticou a sua cultura.

Nessa perspectiva, seguindo os indícios deixados pelos Amaros ao longo de suas vidas, conseguimos recompor um pouco dessa história, que tem semelhanças com a de outras comunidades negras espalhadas pelo Brasil. Por isso, o objetivo deste trabalho é partir de uma prática cultural popular e social e buscar nós e redes para colocar em evidência problemas políticos que a sociedade brasileira vive até hoje, cujas ações institucionais, apoio do Estado e da própria luta dos negros, estão apenas delineados como vitórias parciais, garantidos em lei, mas os antigos latifundiários e os atuais interesses econômicos de mercado se sobrepõem às reivindicações em andamento.

Juntamente com essa questão, aparecem outras que esta tese procurará responder, as quais elencamos a seguir:

Qual a relação entre a ressemantização do conceito de quilombo e o seu significado atual, que se vincula às lutas pelo direito do negro no Brasil? Quais as astúcias e trampolinagens utilizadas pelos Amaros para enfrentarem tantas mudanças? Quais os interesses econômicos e sociais sobre a terra da fazenda Pituba? Quais os caminhos e trilhas de luta dos Amaros? Qual o significado da arte na vida dos Amaros? Qual a importância da folia negra da Caretagem no cotidiano dos Amaros? Como a cidade se comporta perante as questões quilombolas?

Por isso, a problematização de nossos estudos sobre os Amaros está entre a expropriação das terras de alguns proprietários negros em Paracatu em 1940 e a constituição dos Amaros como Remanescentes Quilombolas no ano de 2004. É possível pensar que a disputa pelas suas terras se insere numa luta maior, que é o reconhecimento dos direitos de cidadania do negro no Brasil. Neste viés os Amaros se apropriam das políticas públicas de então e recriam sua história e sua memória, no sentido de reaver seu lugar no município de Paracatu.

Nesta perspectiva, para ajudar a responder essas indagações que permeiam a história dos Amaros, partiremos inicialmente das novas interpretações que compõem os estudos sobre a escravidão, pois, como Paracatu recebeu negros escravizados de vários locais, o arraial se transformou em um local de múltiplas experiências, já que esse encontro entre o

diferente e o diverso contribuiu de forma bastante significativa para a circulação de experiências e informações entre eles, uma vez que possuíam práticas culturais e experiências de vida completamente diferentes uma das outras. Essa situação proporcionou-lhes compartilhar novas ideias, cooperar entre si e agir de forma articulada e consequente contra o sistema escravista, ou seja, tornar-se negros capazes de comandar sua própria vida cotidiana⁶.

Assim, acreditamos na existência de um negro caracterizado como *um sujeito ativo, culturalmente criativo, capaz de travar lutas políticas consequentes*⁷, cheia de significados, habilidoso no enfrentamento das dificuldades impostas e adaptando-se ao novo, resistindo, negociando e acomodando os acontecimentos cotidianos. Por isso, a importância dos novos estudos historiográficos sobre a escravidão⁸, que passou a ver o negro como um sujeito capaz de praticar atos de desobediência, contrapondo-se à violência do sistema escravagista, e de protagonizar a sua própria história.

⁶ Importante ressaltar que por um longo período, os negros foram vistos como sujeitos passivos da história, pessoas incapazes que viviam em plena anomia social, “escravo coisa”, sujeito que não conseguia tomar decisões nem praticar atos de rebeldia. Ver os estudos da Escola Sociológica Paulista, entre outros:

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. RJ: Paz e Terra. 1997.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Ed.. 1965.

IANNY, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difel. 1962.

⁷ SLENES, Robert W. O escravismo por um fio? Introdução in: GOMES, Flavio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séc. XVIII-XIX)**. São Paulo: Ed. Polis/Unesp, 2005, p. 18.

⁸ Sobre esta inovação historiográfica no campo da escravidão, que aborda principalmente o tráfico, demografia, família, resistência e negociação, cultura, alforria, fonte notariais e policiais, ver as seguintes referências:

CARVALHO, M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo**, Recife, 1822-1850. Recife, EDUFPE, 1998.

CASTRO, Hebe. **Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil século XIX**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila L. da S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

_____. & Góes, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

LARA, Silva. **Campos da violência**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo, EDUSP, 1994.

_____. **"Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão"**. Revista Brasileira de História, 8: 16 (1988), 143-160.

REIS, João. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. **"A greve negra de 1857 na Bahia"**. Revista USP, nº 18 (1993), 6-29.

_____. & Silva, Eduardo. **Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

_____. & Gomes, Flávio (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Maria Inês. **O liberto, seu mundo e os outros**. Salvador, Corrupio, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Nesse sentido, acreditamos na assertiva de que *onde houve escravidão houve resistência*⁹, de várias formas e tipos, o que significa afirmar que, mesmo sob o peso constante do chicote, os escravizados não perderam o potencial de protestar, desafiar e praticar de forma contínua e marcante táticas de enfrentamento capazes de desequilibrar o sistema escravista.

Entre as várias formas de resistência praticadas por negros, podemos destacar o incêndio nas plantações, a aprendizagem da leitura e da escrita¹⁰, o fazer corpo mole no trabalho, fingir de doente, fugir para festas, bater atabaques, cultuar os deuses, provocar abortos, suicídios e outras mais. Porém a fuga e a formação de grupos de escravos, os chamados quilombos ou mocambos¹¹, foram as formas mais típicas e comuns de ação contra a escravidão, principalmente quando *a negociação falhava ou não acontecia por intransigência senhorial ou impaciência escrava*¹².

Daí a importância de compreender as lutas de resistência, de formação das identidades, dos modos de vivência, pois toda essa experiência praticada por esses homens na época da escravidão acaba servindo como ensinamento para os seus descendentes, como, por exemplo, o ocorrido com Amaro Pereira das Mercezes, que compartilhou com a sua família códigos, informações e práticas culturais que fazem parte na atualidade das memórias de seus descendentes.

Assim, entendemos que memória significa experiências consistentes, *ancoradas no tempo passado facilmente localizável, pois é contextualizável e se faz na relação com a temporalidade perpassada pela experiência, constitui-se como uma fonte consistente de imagens sobre o passado, revela formas de fazer, de pensar, de viver*¹³. Nesse sentido, a memória vivida pelos Amaros nas terras do Pituba acaba sendo um dos instrumentos da sua luta como comunidade remanescente de quilombo, que reivindica a retomada das terras que lhes foram expropriadas no passado.

⁹ REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. Introdução: Uma história da liberdade. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 9.

¹⁰ Podemos citar o caso do crioulo e escravo, morador do arraial de Paracatu no século XVIII, Cosme Teixeira Pinto de Lacerda, que sabia ler e escrevia nos cartórios. APM/SG –Cx.06 Doc. 33 Vila Rica - 09/08/1769.

¹¹ Essa forma de resistência contra escravidão esteve presente em toda a América, possuindo nomes diferentes conforme a região: **América Espanhola**: palenques ou cumbes; **América Inglesa**: marrons; **América Francesa**: grand marronage e no **Brasil**: quilombos e mocambos.

Sobre a existência dos quilombos na Paracatu do século XVIII, existe uma série de documentos no APM fazendo referência à presença deles nos arredores do arraial. Ver mais detalhes no livro: QUAL LIVRO?

¹² REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.19. CF. NOTA 7

¹³ DIEHL, Astor Antônio. Memória e Identidade: perspectiva para a história. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Usos de Memórias**. Passo Fundo, RS: UPF, 2002. p. 141-160.

Assim, aceitando o desafio de responder essas questões, definimos para este trabalho um recorte temporal compreendido entre 1940 a 2004, por se tratar de dois momentos importantes na vida da família dos Amaros. A data inicial marca o começo do processo de expropriação articulado pelos fazendeiros, obrigando-os a se deslocarem para o bairro Paracatuzinho, periferia da cidade de Paracatu. Além do mais, esse momento também marcou as várias negociações realizadas por eles para permanecerem naquelas terras. Já o ano de 2004 marca uma reviravolta na vida dos Amaros, pois, depois de tanto tempo lutando na justiça para terem o direito de reaver as suas terras, eles foram reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombo, passando a ser protegidos por uma série de leis que foram regulamentadas pela Constituição de 1988.

Em relação à metodologia e à utilização das fontes de pesquisa, foi necessário fazer o cruzamento de uma série de documentos que conseguissem elucidar as questões referentes à família dos Amaros para que pudéssemos entender o enredo dessa negra família. Sobre a coleta dos documentos para a realização desta pesquisa, passamos por diversos arquivos: o Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte, o Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, em Paracatu, o Arquivo Público do Estado da Bahia, o acervo da Biblioteca Nacional, o acervo particular do Historiador Oliveira Mello, em Patos de Minas, o acervo da Fundação Cultural Palmares, em Brasília, o acervo do Instituto Fala Negra, em Paracatu, o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Portugal, e o acervo digital do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Nesses locais, buscamos por jornais, atas de vereança, crônicas, fotografias, pinturas, além de outros documentos impressos. Essas fontes documentais forneceram um arcabouço de informações capaz de aproximar os locais onde Amaro Pereira das Mercezes e seus descendentes viveram.

A presente tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, **Identidades, resistências e sociabilidades: territórios de uma negra Paracatu**, destacamos, em primeiro momento, a luta da Família dos Amaros frente ao processo de expropriação sofrido por eles, a políticas públicas, bem como a importância da ressemantização do conceito de quilombo na continuidade de sua luta.

Enfatizamos o surgimento “tardio” do arraial de Paracatu, a sua importância em termos de reserva e extração mineral para a Capitania de Minas Gerais e para a colônia brasileira no século XVIII. Registramos as transformações territoriais, os conflitos, o isolamento dos sertões mineiros e a falta de qualquer estrutura para a sobrevivência de quem se embrenhava naqueles caminhos distantes em busca do ouro. Buscamos, assim, demonstrar a importância do arraial de Paracatu para os sertões mineiros, bem como reconstruir o seu

processo de formação, urbanização e declínio, cenário em que Amaro Pereira das Mercezes garimpou, viveu seus conflitos e estabeleceu suas negociações.

No segundo capítulo, **As minas veladas e reveladas de Paracatu: escravidão, práticas culturais e religiosidade**, procuramos compreender o comércio de escravos em direção ao arraial de Paracatu, o qual recebeu, a partir de 1730, os seus primeiros escravizados destinados ao uso do trabalho rural das fazendas de gado que povoaram os sertões. Com o advento da mineração, o número de negros aumentou significativamente, correspondendo a cerca de 80% da população em 1744, data que marca o surgimento oficial do arraial. Oriundos de diversas regiões da colônia e da África, esses negros, munidos de experiências vividas em outras regiões, aplicaram sua astúcia, sua criatividade e o conhecimento advindo de seu modo de vida na luta e resistência contra a escravidão, seja através das fugas para os quilombos, seja na negociação com os seus senhores, ou até mesmo através de uma vasta rede de conectividade dos escravos com a cidade.

Como estratégia de negociação, conflitos e acomodações, os negros do arraial de Paracatu construíram em 1744, concorrendo com o nascimento do próprio arraial, a Igreja de Nossa Senhora do Rozário, que era o seu lócus de adoração e espaço de luta. Também nesse mesmo momento surgiu a Irmandade de Nossa Senhora do Rozário dos Homens Pretos Livres do Arraial e Subúrbio das Minas de Paracatu, que exerceu um importante papel na vida dos negros do arraial, uma vez que funcionava como um local de diversidade étnica, de solidariedade e resistência, o que serviu de alicerce para o enfrentamento da árdua realidade vivida pelos negros. É nesse contexto que registramos a eleição, num período de 92 anos, de Reis e Rainhas do Rozário (1751-1843), entre os quais aparece o negro forro Amaro Pereira da Mercezes (eleito rei no período de 1832-1833), tataravó atualmente da família dos Amaros do Paracatuzinho.

No terceiro capítulo, **O Mundo rural dos Amaros: expropriação e deslocamento**, analisamos como se deu o processo de expulsão dos Amaros de seu território, o seu deslocamento e a vida cotidiana no bairro Paracatuzinho, periferia da cidade de Paracatu. Para isso utilizamos as lembranças de seus tataranetos, uma vez que eles nasceram e vieram até 1960 no Pituba. Buscamos cruzar todas essas informações com a vida do aspirante a fazendeiro Maximiano, considerado pelos descendentes do Amaro o responsável pelo início de todo o processo de expropriação.

No quarto capítulo, **Experiências, práticas políticas e representações culturais: persistências dos Amaros**, enfocamos as lutas atuais dos Amaros frente aos novos desdobramentos que surgem na medida em que avança o processo no Incra; as negociações e

as formas de intimidação exercidas pela empresa mineradora que hoje explora o território quilombola; a importância, os significados e as representações da arte afro-brasileira e da prática da Caretagem como elementos de manutenção de identidade, resistência e sociabilidade.

Capítulo 01

Identities, resistências e sociabilidades: territórios de uma negra Paracatu.

1.1 (Des)caminhos do ouro pelos sertões brasileiros

A descoberta do ouro pelos paulistas, ocorrida em algum momento entre os anos de 1693 e 1695¹⁴, na região denominada como “Minas Gerais de Cataguás”¹⁵, obrigou a colônia brasileira a passar por uma série de mudanças, administrativas, políticas e econômicas, que provocariam consequências irreversíveis e determinantes para o futuro desenvolvimento do que viria a ser a formação do Estado brasileiro.

Como era de se esperar, as notícias sobre as novas descobertas se espalharam rapidamente, o que provocou um imenso deslocamento populacional em direção às minas de ouro, como afirmou o historiador Russel-Wood em seus estudos sobre o Brasil colônia:

[...] A corrida a Minas Gerais foi de longe a mais importante. Ao que parece, os migrantes acorreram de todos os modos de vida, das mais diversas origens sociais e de todos os tipos de lugar: das regiões costeiras do Brasil, das ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores, e mesmo de Portugal. Não faltaram alguns aventureiros ingleses, irlandeses e franceses, mormente nos primeiros anos antes do estreitamento do controle real; frades deixaram os mosteiros de Salvador, Rio de Janeiro e Maranhão, assim como os de Portugal; soldados desertaram das guarnições das cidades portuárias brasileiras e de Colônia do Sacramento; comerciantes, antigos agricultores e pessoas com laivos de nobreza, todos foram infectados pela febre do ouro; os negros livres viram nas minas a oportunidade que lhes era negada nos encaves costeiros; escravos abandonaram seus amos ou foram despachados sob o comando do feitor para investigar o potencial da mineração; os paulistas, acompanhados de seus escravos índios, destacaram-se tanto como descobridores quanto nas subseqüentes corridas do ouro¹⁶.

Essas descobertas foram tão impactantes que provocaram mudanças na paisagem urbanística do Brasil colônia, uma vez que, no início do século XVIII, a maioria da população

¹⁴ “A data e o lugar exatos da primeira descoberta realmente rica provavelmente jamais serão conhecidos. As narrativas tradicionais variam, e a correspondência oficial dos governadores do Rio de Janeiro e da Bahia só reflete os achados dos dez primeiros anos, ainda tardia e impropriamente”. BOXER, Charles. **A idade de ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 61.

¹⁵ Quando os paulistas descobriram ouro de lavagem nas regiões compreendidas entre as minas do ribeirão de Ouro Preto, do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e outras, forjou-se a expressão “campos gerais dos Cataguás” ou “Minas Gerais dos Cataguás”. Boa parte da ocupação do território foi impulsionada pelas descobertas nessa região, seguidas pelas descobertas das Minas do Caeté e, posteriormente, pelas minas do Rio das Velhas. Cf. MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geographica do Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. Nacional, 1935; VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga de Minas Gerais** (1901). 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999; LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais**. 2. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.

¹⁶ RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750. In: BETHEL, Leslie (Org.). **América Latina colonial**. Trad. Mary A. L. Barros & Magda Lopes. S. P.: Edusp/FUNAG, 1999, p. 482.

estava concentrada principalmente no Nordeste brasileiro. A **tabela 01** mostra que, apesar do curto período da existência da Capitania de Minas Gerais, ela já apresentava no ano de 1776¹⁷ uma população superior à de outras mais antigas, como as da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Tabela 01- Distribuição da população do Brasil, c.1776 ¹⁸

Capitania	N. de Habitantes	Porcentagem
Rio Negro	10.386	0,6
Pará	55.315	3,5
Maranhão	47.410	3,0
Piauí	26.410	1,7
Pernambuco	239.713	15,4
Paraíba	52.468	3,4
Rio Grande do Norte	23.812	1,5
Ceará	61.408	3,9
Bahia	288.848	18,5
Rio de Janeiro	215.678	13,8
Santa Catarina	10.000	0,6
Rio Grande do Sul	20.309	1,3
São Paulo	116.975	7,5
Minas Gerais	319.769	20,5
Goiás	55.514	3,5
Mato Grosso	20.966	1,5
Totais	1.555.200	100,0

Fonte: D. ALDEN, "The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary survey", *Hispanic American Historical Review (HAHR)*, 45 (2)173-205, may 1963.

Quanto a esse deslocamento populacional em direção às minas de ouro (**tabela 02**), ele durou enquanto estavam sendo descobertos novos veios auríferos, pois bastava a circulação desse tipo de informação para que rapidamente as pessoas seguissem em busca do enriquecimento rápido.

Porém a situação gerada por essas descobertas preocupava bastante Portugal, pois o processo de ocupação do território mineiro estava ocorrendo de forma rápida e desordenada, o que dificultava o acompanhamento do fluxo populacional e o controle da quantidade de ouro que estava sendo retirada das terras da coroa portuguesa.

Além do mais, Portugal era sabedor de que não somente essa região, como também outras áreas ocupadas de forma desordenada da colônia, funcionavam como espaços de resistência e de revoltas de grupos de refugiados, bandidos, contrabandistas e quilombolas,

¹⁷ Para o ano de 1805, a população de Minas Gerais chegou aproximadamente a 407.004 mil habitantes.

¹⁸ ALDEN, Daril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). **América Latina colonial**. Trad. Mary A. L. de Barros & Magda Lopes. São Paulo: Edusp/FUNAG, 1999, p. 529.

o que certamente dificultaria, se necessária, a possível retomada delas por parte das autoridades governamentais.

Tabela 02- Minas Gerais – população (1721 e 1872)¹⁹

Ano	c.1721	1776[1]	1776[2]	1786	1808	c.1820	1835	1855	1872
População total	90.160	319.769	341.869	362.847	433.049	551.374	669.603	1.304.007	2.041.607
Crescimento anual		2,3	2,42	1,26	0,8	2,01	1,3	3,33	2,64

Fontes: RAPM. Ouro Preto (II, v.3), 1897, p. 511; RAPM, Belo Horizonte (IV, v. 2), 1899, p. 294-6; MATOS, Raimundo J. da C. *Corografia...*, v. 1, p. 89-216; MARTINS, Maria do C. S. “Revisitando a província...”, p. 22-9; BOTELHO, Tarcísio R. “População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720”. Anais eletrônicos do 12º Encontro da ABEP. BH, 2000, p. 14-8; BERGAD, Laird W. *Slavery and the Demographic...*, p. 230-7

Por todo esse cenário de incerteza e instabilidade, Portugal tentou sucessivas vezes estabelecer os limites territoriais, judiciais e militares de abrangência das minas de ouro, pois, sem a presença forte, cotidiana e participativa do Estado Português ali, o controle administrativo era praticamente impossível.

A primeira tentativa nesse sentido ocorreu no início do século XVIII, quando foram criadas, estruturadas e oficializadas as primeiras vilas mineiras, situadas justamente onde viviam os desbravadores e profissionais da mineração.

Inicialmente, todo esse processo de controle e urbanização ocorreu na parte central das Minas Gerais, uma vez que lá é que foram encontradas e se exploravam as primeiras jazidas de ouro em território mineiro e que, portanto, concentrava um grande volume populacional. A partir de 1711, sob o governo de Antônio de Albuquerque, foram criadas e reconhecidas as três primeiras vilas mineiras - Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Sabará).

Na prática, essa medida administrativa conseguiu amenizar e controlar os problemas vivenciados regionalmente, o que acabou estimulando, logo em seguida, a criação de novas vilas, como as de São João Del Rei em 1713; Vila da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro) em 1714; a de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui (1715); de São José Del-Rei (1718) e a de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Araçuaí (1730). Após 59 anos sem qualquer outra criação de vila, foram criadas a de São Bento do Tamandua (Itapecerica) em 1789, a de Queluz (Conselheiro Lafaiete) em 1790, a de Barbacena em 1791

¹⁹ CUNHA, Alexandre Mendes. **Espaço, paisagem e população:** dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2007, vol. 27, n. 53, pp. 123-158.

e, a da Campanha da Princesa da Beira e a de Paracatu do Príncipe²⁰ em 1798, o que, durante o século XVIII, totalizou 14 vilas. Antes da Independência criaram-se mais duas, Baependi e São Carlos do Jacuí, em 1814, o que permitiu a *Minas Colonial possuir 16 vilas e apenas uma cidade - Mariana, a antiga Vila de Ribeirão do Carmo, que recebeu o título em 1745 para ser a sede do bispado*²¹ (figura 01).

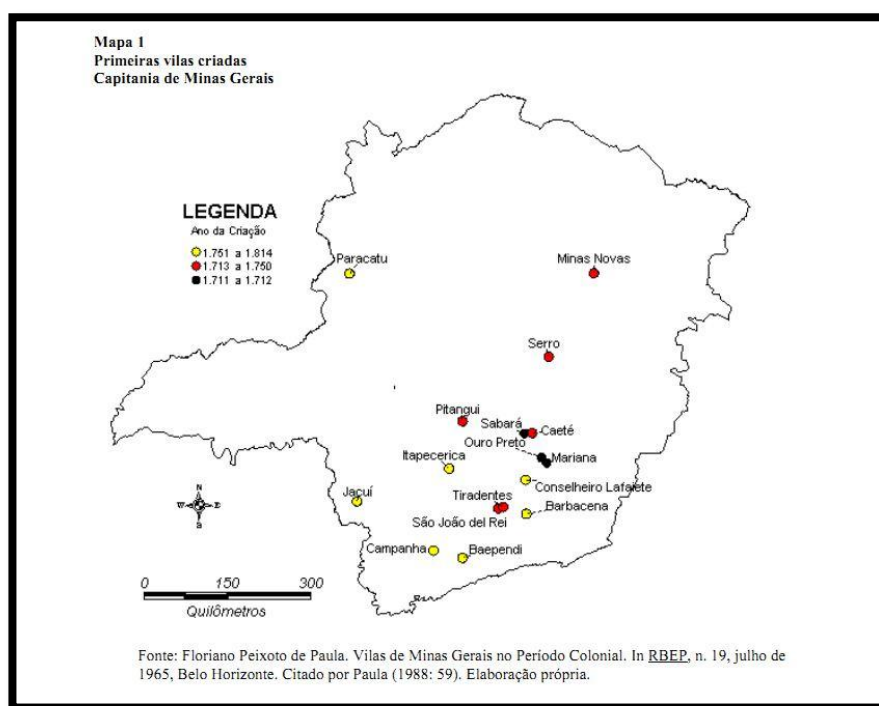


Figura 01 – Primeiras vilas criadas – Capitâncias de Minas Gerais

Fonte: PAULA, Floriano Peixoto de. Vilas de Minas Gerais no Período Colonial.

Esses locais, além de serem importantes núcleos urbanos, polos comerciais, centros de prestação de serviço e sedes administrativas das autoridades governamentais, representados através das câmaras municipais²², também realizavam o importante papel de

²⁰ Sobre a criação da vila de Paracatu, o rei de Portugal declarou que: “Crear-se o Paracatú Villa pondo lhe hum Juiz de Fora com os Officiaez competentez; hé proprio a cortar dezordens, e muito util á Real Fazenda para o que não só deve o Juiz ter a jurisdição, que expoem o Ouv.^r da Comarca, e com ella a da medição das Sesmarias do seu districto na forma premittida aos Intendentez, mas a de conhecer dos descaminhos do ouro, que daquella parte se extraye, tanto para Sabará, como para a Bahia obrigando aos andantez a não sahirem daquelle districto sem Guia do ouro que levão, e que vão via Recta ás Cazaz de Fundição: com estaz, e alguas mais providenciaz, que na criação do Lugar se lhe podem adiantar segundo se entender próprio entrará aquelle Certão em civilidade, e Respeito á Justiça. **AHU/C.Ultramarino. Brasil/MG – Cx.: 75, Doc.: 32 -1760, 2, 7 – Vila Rica.**

²¹ IGLÉSIAS, Francisco. **Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: Funarte, 1984, p. 76.

²² As câmaras eram o lugar onde se reuniam os responsáveis pela administração municipal, ou seja, o Senado da Câmara, passando a designar igualmente o órgão em si. As câmaras tinham o direito de representação direta à Coroa e ao Desembargo do Paço, como expressão da vontade do Povo, gozando de imunidades e alta consideração, nos termos do respectivo foral. Segundo as Ordenações do Reino, que organizava as Câmaras no Brasil, desde o início da colonização, a esfera de atuação dos vereadores era bastante ampla, encarregados de todo o regimento das terras municipais, regulando a construção de casas, o arruamento, as pontes e os caminhos vicinais, do abastecimento, da ordem pública e da saúde dos moradores, da distribuição dos expostos ou

estabelecer os limites territoriais, de fazer justiça, de estabilizar e controlar não só a movimentação da população local, mas, principalmente, a produção e comércio do ouro.

Importante ressaltar que toda essa estrutura governamental era muito frágil, dado o grande volume de problemas que aumentavam à medida que eram descobertas novas lavras produtoras de ouro. Todo esse cenário árido das minas obrigou Portugal a repensar o processo de ocupação do interior da colônia, uma vez que se tratava da região mais rica e próspera da metrópole naquele momento.

Por isso, a partir de 1714, começaram a ser instaladas no território das minas as primeiras comarcas, divisões político-administrativas que tinham uma vila principal, considerada “cabeça de comarca”, na qual eram instalados os órgãos públicos, pois *cada uma tinha seu ouvidor, mas havia também os ouvidores gerais, a mais alta autoridade judiciária nas Capitanias. Além da função judiciária de segunda instância, o ouvidor exercia também a de corregedor, auditor e fiscal da Câmara, provedor de defuntos, resíduos e capelas, juiz do tombo, juiz de sesmarias, provedor da fazenda Real e juiz da Coroa*²³.

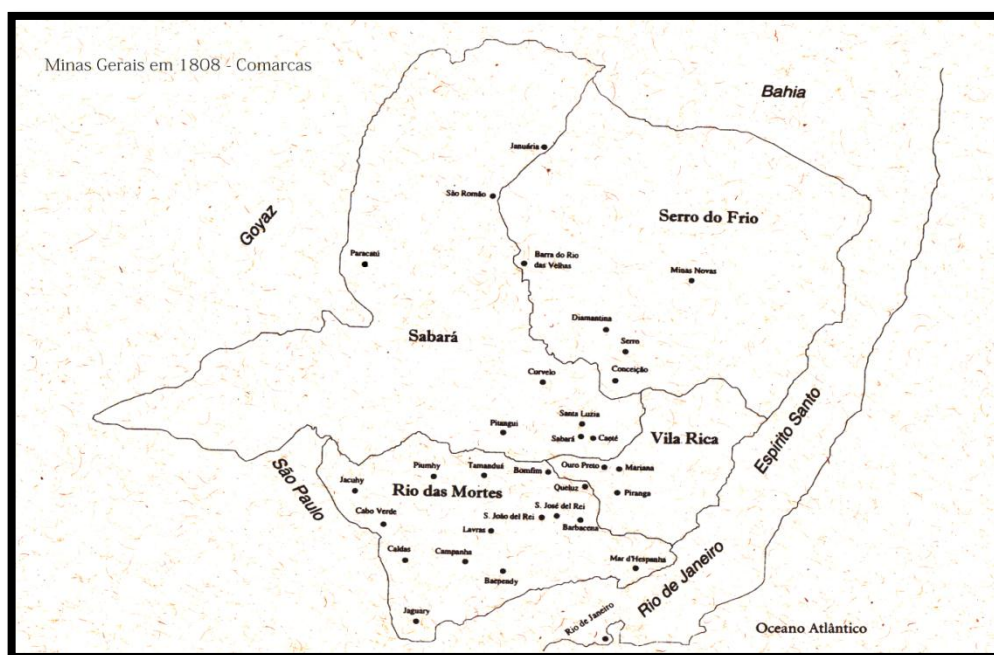


Figura 02 – Minas Gerais em 1808 – Comarcas.

Fonte: BERGAD, Laird W. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais. 1720-1888 Bauru/SP. EDUSC. 2004, p. 37.

enjeitados por armas, pagas pela Câmara, pela organização das festas religiosas mais importantes, etc. Para prover as câmaras dos recursos necessários às suas atribuições, elas tinham o poder de aplicar taxas sobre diversas atividades, bem como cobrar por transgressões aos editais e posturas. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**, São Paulo: Verbo, 1994, p. 26-28.

²³ MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais: as minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.77.

Inicialmente, foram criadas as comarcas de Rio das Mortes, Rio das Velhas ou Sabará e de Vila Rica, porém, mais tarde, em virtude das grandes extensões territoriais e da grande concentração populacional causada pela existência da zona de mineração e das rotas comerciais, foi necessária a fragmentação desse território, o que deu origem, a partir de 1720, à comarca do Serro Frio (figura 02).

Com essas novas divisões territoriais em funcionamento, vários problemas que assombravam a população das vilas foram resolvidos, ou pelo menos amenizados, uma vez que o Estado português passou a se fazer presente através de seus ouvidores. Importante ressaltar que nem todas as regiões foram agraciadas com tais medidas, pois, devido à vastidão da Capitania de Minas Gerais, algumas decisões, leis e práticas da justiça não conseguiam penetrar nesses locais, o que acabou formando territórios sem leis.

A preocupação com essa falta de controle e a necessidade de interiorizar a justiça pelos sertões mineiros levou à criação, no ano de 1815, da quinta comarca²⁴ em Minas Gerais, no distrito da vila de Paracatu, *desmembrando-se da Comarca de Sabará a que pertence, pela grande distância em que ficão aquellas povoações da dita villa; pela dificuldade em oferece a passagem do rio S. Francisco; e por suceder não se poderem fazer por muito tempo as correições, que os ouvidores na conformidade das leis devem fazer anualmente em todas as terras da sua comarca*²⁵ (figura 03).

²⁴ A data correta da criação da nova comarca de Paracatu é 17 de maio de 1815, e não 16 de maio de 1815, conforme registrou Waldemar de Almeida Barbosa. Cabe ressaltar também que, “em 1745, já pretendia sua elevação a cabeça de comarca. Ouvidas as câmaras de outras vilas, as opiniões foram certamente contrárias; e, em 1747, Gomes Freire de Andrada escreveu ao rei, informando que o descoberto de Paracatu não continuava com a mesma opulência inicial. Novo abaixo assinado, com 76 assinaturas, foi dirigido em data de 23 de junho de 1757, pedindo a criação da vila”. BARBOSA, Waldemar de Almeida, **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1995, p. 238.

²⁵ Alvará régio, que cria uma nova comarca do distrito da vila de Paracatu. Rio de Janeiro a dezessete de maio de mil oitocentos e quinze. Assina - O príncipe Regente.

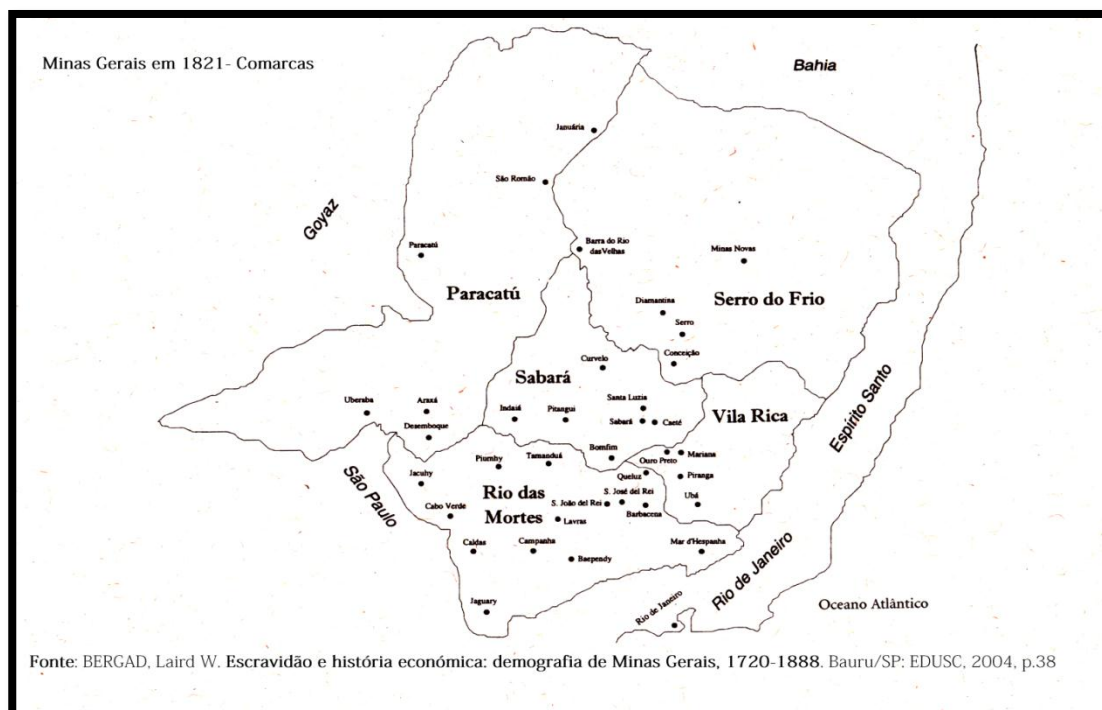


Figura 03 – Minas Gerais em 1821 – Comarcas.

Fonte: BERGAD, Laird W. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais. 1720-1888 Bauru/SP. EDUSC. 2004, p. 38.

Juntamente com a criação da comarca de Paracatu, o Príncipe Regente determinou que fosse criado o cargo de Ouvidor Geral²⁶ e que se procedesse à eleição de novos Juízes Ordinários²⁷ para o exercício da jurisdição e administração da justiça, que lhes competia, levando, assim, a justiça ao sertão mineiro. Em 1816, pelo Alvará de 04 de abril, termo julgado de Araxá e do Desemboque, antes pertencentes à Província de Goiás, foram incorporados à Província de Minas Gerais. Para Cunha Matos, essa mudança pode ter tido dois motivos: *o primeiro seria a intenção da coroa de dar maior extensão à Comarca de Paracatu, o outro uma forma de livrar os habitantes dos dois julgados da pesada contribuição de 600 réis por cabeça de gado que exportavam, exigido pela Província de*

²⁶ Autoridade máxima da justiça colonial, subordinava-se administrativamente apenas ao governador-geral. Cabia-lhe centralizar a justiça, limitando os poderes judiciais. Julgava recursos dos ouvidores das capitanias e tinha poder para investigar a aplicação das leis em todas as localidades, podendo realizar devassas. Acima dele, no Reino, estava a Casa de Suplicação, à qual eram entregues apelações e agravos de sentenças proferidas. BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. (Org.) **Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 131.

²⁷ Maior autoridade judiciária de vila que não fosse sede de comarca; presidente da Câmara e agente executivo municipal. BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. (Org.) **Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 105.

*Goiás, e não oprimia o povo de Minas Gerais*²⁸. O contingente populacional da nova Comarca era, em 1820, de 23.220 e, em 1835, de 43.190 mil habitantes.

Diante desses impasses administrativos, Portugal tentou mais uma vez levar a essas regiões mineiras a presença efetiva do Estado, mesmo que para isso fosse necessária a criação de novos recortes territoriais, que resultariam em maior descentralização do poder metropolitano e real aproximação com os anseios populares.

Retrocedendo no tempo, observa-se que, desde o dia 02 de dezembro de 1720, a metrópole portuguesa resolveu fragmentar a Capitania do Rio de Janeiro e criar definitivamente a Capitania de Minas Gerais, para que pudesse resolver os problemas que palpitavam cotidianamente nas regiões produtoras de ouro, o que na prática garantiu certa autonomia aos governadores mineiros, uma vez que poderiam então reportar diretamente ao rei os vários episódios ocorridos nas minas de ouro.

Contudo, mesmo toda a estrutura estatal e política instalada em Minas Gerais não acabou com os problemas e as disputas internas. Pelo contrário, tornaram-se mais sérios e decisivos, uma vez que, além dos decorrentes da rigidez administrativa da metrópole, outros se originavam do fato de ser esse um espaço de imensa hostilidade entre os vários segmentos da sociedade, interessados em controlar e explorar as minas de ouro. Por isso o surgimento de episódios de disputa pelas datas de ouro, como o ocorrido na Guerra dos Emboabas²⁹, que foi um conflito armado, na região central de Minas Gerais, entre os anos de 1707 e 1709.

Essa disputa ocorrida em Minas Gerais acabou provocando alterações no mapa de produção do ouro da colônia, pois, impulsionados pela perda da disputa e pelo clima de hostilidade vigente nas minas de ouro, os paulistas saíram em busca de novas regiões que pudessem suprir as demandas perdidas com a guerra. Como consequência desses fatos, o que se sabe é que entre as décadas de 1710 e 1730 eles conseguiram encontrar novas áreas com possível potencial de exploração aurífera.

Inicialmente, as bandeiras paulistas se deslocaram para a região oeste da Capitania de Minas Gerais e, no ano de 1718, desvendaram, ocuparam e exploraram a região de Coxipó Morim, no Mato Grosso. A repercussão do novo descoberto foi intensa, uma vez que

²⁸ MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. vol. 1, p. 208.

²⁹“A **Guerra dos Emboabas** foi uma disputa pelo controle das minas de ouro, ocorrido entre duas facções políticas que se enfrentaram: paulistas (vindos da região do Planalto de Piratininga e Taubaté, correspondendo hoje ao estado de São Paulo) e os forasteiros (pessoas provenientes de outras capitanias de Portugal)”. Guerra dos Emboabas. In. BOTELHO, Ângela Vianna, REIS; Liana Maria. (org.). **Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 85-86.

[...] repetiu-se o quadro da avalanche humana para as novas regiões auríferas, porém aqui com muito mais dramaticidade. A notícia das descobertas deslocou levas de indivíduos das Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes sertões como se fora a terra de promessa ou o Paraíso encoberto. Metendo-se em canoas, esta gente se dirigia para as novas minas sem conhecer os caminhos, sem defesa contra a fome e as moléstias, sobretudo a malária. As notícias destas riquezas foram estimulantes para que, apesar das misérias sofridas, o fluxo humano para aquelas minas se avolumasse, fazendo crescer assim a quantidade de ouro extraído, e por consequência as rendas da Coroa³⁰.

Porém essa nova descoberta aurífera mato-grossense não conseguiu resolver os problemas dos seus descobridores e exploradores, pois que, por se tratar de um local totalmente isolado e distante das áreas mineradoras das Minas Gerais, ficava difícil o abastecimento alimentar para todo o contingente populacional que para lá se deslocava e, conseqüentemente, em virtude da carência das mercadorias, o preço aumentava exorbitantemente sem o mínimo controle. Os escravos para o trabalho das minas de Cuiabá chegaram a ser vendidos, em 1737, *por 500 oitavas ou 750\$000, sendo que ano anterior, em carta dirigida ao rei, o Senado da Bahia lamentava os preços exorbitantes naquela praça e má qualidade dos escravos por serem refugio das minas, vendidos a 150\$000*³¹. Em contrapartida, a renda da coroa portuguesa não sofria abalo em seus rendimentos, pois, desde o início do processo de exploração do ouro em Mato Grosso, a administração colonial exerceu um rígido controle sobre a cobrança de seus impostos³², o que sinalizava um ônus crescente na cobrança de tributos sobre a população que explorava o minério.

Dessa forma, o complexo aurífero de Mato Grosso tornava-se insustentável, uma vez que a carência de alimentos, combinada com altos tributos sobre a população e o declínio paulatino da produção do ouro aluvional da região, provocava uma grande dispersão dos trabalhadores das minas em direção a novas descobertas, como a de Vila Bela, Mato Grosso a partir de 1734.

Paralelamente a todos esses acontecimentos cotidianos da exploração do ouro em Minas Gerais e Mato Grosso, as bandeiras paulistas, estimuladas pelo governador de São

³⁰ PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971, p. 85 -89.

³¹ Ibidem, p. 88.

³² Ficou estabelecido que os quintos seriam cobrados na base da capitação estipulada em 2,5 oitavas anuais por pessoa, porém esta cota foi aumentada em 1724 para 3, e ainda no mesmo ano para 4 oitavas. Em 1727, o governador da Capitania de S. Paulo, Rodrigo César de Meneses, chegou a Cuiabá para a visitação às minas. A partir desta data, a administração colonial começou a se consolidar. Os direitos das entradas estabeleceram-se em 8 oitavas sobre cada fardo de fazenda seca, 5 oitavas para carga de fazenda molhada e 4 oitavas por negro ou índio introduzido nas minas. A capitação para os quintos passou de 4 para 6 oitavas por pessoa. Pinto, 1971, p. 90

Paulo Rodrigo César de Meneses, anunciaram em 1725 o novo descoberto aurífero nos *sertões de Guaiás, cinco ribeiros com muito ouro, e assegurando no novo descobrimento iguais grandezas às de Cuiabá, com vantagem de não serem os ares tão contagiosos*³³. Acompanhando as mesmas tendências de outras descobertas auríferas da colônia, os sertões de Goiás passaram a receber um grande volume de pessoas originárias de outras capitanias, sendo que:

soou ao longe a notícia d'esta grandeza e a fama ainda lhe deu os accréscimos que costuma, correram das outras capitanias os homens, e em menos de dous annos era immenso o novo que se tinha ajuntado, revezavam-se as tropas de viveres e de fazendas e não bastavam. É verdade que podemos chamar a este tempo a idade de ouro de Goyaz. Os habitantes de Minas Geraes, de Cuyabá, de Pernambuco e Bahia abriram por sertões incultos estradas para a communicação, o ouro animava a empreender tudo, tinha feito fundar o arraial da Barra, de Sta. Cruz e de Meia-Ponte; tinha levado os homens á Caixa, Natividade e Pontal, por meio de incommodos e de nações ferozes³⁴.

Indiscutivelmente as descobertas dos sertões goianos foram de suma importância para a coroa portuguesa, uma vez que representavam uma nova possibilidade de superação dos sinais de estagnação das minas de Mato Grosso e Minas Gerais. A nova área produtora de ouro apresentava, no seu conjunto, características peculiares, pois, enquanto o ouro de Minas Gerais estava concentrado em torno de Sabará, Mariana e Ouro Preto e as de Mato Grosso nos polos de Cuiabá e Vila Bela, *as jazidas dos Goiaes apresentavam-se incrustadas entre as redes hidrográficas do Araguaia, do Tocantins e do Paraná*³⁵, estando, portanto, disseminadas em uma vasta área produtiva, o que propiciou a formação de vários aglomerados populacionais que se transformaram, com o tempo, em importantes centros comerciais e urbanos da província³⁶.

Porém, como já era de se esperar, essa característica territorial acabou provocando uma falta generalizada de alimentos, visto que, devido às longas distâncias entre os arraiais e as minas, todo o processo de abastecimento ficava comprometido e as *coisas mais necessárias*

³³ Washington Luís **apud** PINTO, Virgílio Noya, 1971, p. 97.

³⁴ SILVA e SOUZA, Luiz Antônio da. Memória Sobre o Descobrimento, Governo, População, e Coisas Mais Notáveis da Capitania de Goyas. In: TELES, José Mendonça. **Vida e Obra de Silva e Souza**. Goiânia: Ed. da UFG, 1998, 78-79.

³⁵ PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971, p. 99.

³⁶ “Divide-se a Província de Goyaz, em duas Comarcas, que são a do **Sul**, composta de: Cidade de Goyaz, Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar, Crixás e a do **Norte**, composta de: Vila de São João da Palma, Conceição, Natividade, Porto Imperial, Carolina, Flores, Arraiais, São Felix, Cavalcanti, Trahiras”. SILVA e SOUZA, Luiz Antônio da. Memória Estatística da Província de Goyaz. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1832 in TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. 2 ed. Goiânia: Ed. UFG, 1998b, p. 141-142.

*para a vida se vendia, a peso de ouro, chegando a custar o alqueire de milho seis e sete oitavas; e de farinha dez; o primeiro porco que apareceu oitenta oitavas; a primeira vaca de leite duas libras de ouro*³⁷. A saída para tal crise de alimentos que aterrorizava os sertões goianos se deu por volta de 1732, quando já estavam estabelecidos os primeiros contatos com o sertão da Bahia, responsáveis por trazerem as primeiras cabeças de gado para o abastecimento dos mercados consumidores das minas de Goiás. Nesse mesmo ano, o capitão-general de São Paulo, o Conde de Sarzedas, comunicou ao rei a notícia da chegada do gado baiano ao sertão de Goiás, o que representou uma nova fase de ocupação do sertão:

Tive notícia de que ao arraial de Meia Ponte havia chegado um comboio de gado e algumas fazendas secas vindas dos currais da Bahia por um novo caminho aberto próximo, e que conseguida a dita estrada se esperavam novas carregações e muito maior número de gado do rio de São Francisco, Currais e Minas Gerais, de onde se me faz certo estar aberto caminho para as Minas de Guaiases³⁸.

Em relação ao papel da Bahia como centro abastecedor das minas goianas, apesar de considerada uma importante novidade mercantil, já não surpreendia tanto, pois desde as descobertas dos veios auríferos das Minas Gerais a sua presença tornou-se uma constante como centro abastecedor de toda a região devido aos seguintes fatores: *facilidades geográficas de comunicação, tanto por via fluvial quanto pelos caminhos mais amenos abertos pelo gado; uma posição consolidada de centro importador em razão de sua proximidade da Europa; ser de povoamento antigo, já com um comércio bem aparelhado; e ainda [ter] vivenciado os reveses da economia açucareira, em decorrência antilhana*³⁹.

Nessa perspectiva, em busca de novas possibilidades econômicas, coube aos comerciantes baianos continuar a percorrer o rio São Francisco e seus afluentes em uma marcha constante, ocupando os espaços e os mercados consumidores dos sertões, passando pelos caminhos do noroeste de Minas Gerais até chegar aos mais distantes rincões dos sertões goianos.

Contudo, cabe lembrar que a região noroeste da Capitania de Minas Gerais, especificamente os vales dos rios Paracatu e Urucuia, vivenciara um *intenso movimento de*

³⁷ Luiz Antônio da Silva e Souza. Op. cit., p. 79.

³⁸ **Carta de 12 de outubro de 1732.** Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: correspondência do Conde de Sarzedas. São Paulo: Typografia Andrade & Mello, 1902 (Volume XL), p. 24.

³⁹ MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, M. E. L. de & VILLALTA, L. C. **História de Minas Gerais.** As Minas Setecentistas. Volume 1. Belo Horizonte: Companhia do Tempo/ Autêntica, 2007, p. 68.

*ocupação territorial entre as décadas de 1727 e 1738, quando foram feitas meia centena de concessões de sesmarias*⁴⁰, utilizadas principalmente para a criação do gado vacum, cavalar e o desenvolvimento da agricultura (**anexo 02**).

Diante de tais acontecimentos, as autoridades coloniais tentaram sem sucesso conter o movimento migratório em direção ao noroeste da Capitania de Minas Gerais, tomando medidas de repressão, como o fechamento de estradas e o confisco dos bens daqueles que desafiassem as ordens administrativas. Evidentemente, por se tratar de uma região aurífera bastante dilatada, a quantidade de veios auríferos e a escassez de soldados tornava praticamente impossível estabelecer o controle sobre todas as entradas e o recebimento dos impostos das minas de Goiás. Essa preocupação foi expressa em correspondência oficial entre o Conde de Sarzedas e o rei:

[...] se abriram novas picadas por onde vieram do rio de São Francisco e das Minas Gerais não só fazendas, mas também gados, com o interesse de extraírem os pagamentos em ouro sem pagarem os quintos que se devem à Vossa Majestade. Se compram gravíssimas partidas de ouro em pó a 1.280 e 1300 réis e o passam pelos currais da Bahia sem impedimento de registros, introduzindo pelas picadas do sertão várias carregações sem pagarem os impostos⁴¹.

Preocupadas com o contrabando e com o descaminho do ouro pelos sertões goianos, mineiros e baianos, as autoridades coloniais resolveram agir e passaram a tomar uma série de atitudes administrativas com o intuito principal de coibir o desrespeito às leis metropolitanas. Para isso, a partir de 1735 foi instituída a cobrança do quinto (20%), uma nova modalidade de imposto sobre todo o ouro extraído nas terras da colônia. É evidente que essa medida era insuficiente para impedir a sonegação, uma vez que era necessário controlar a entrada e a saída de escravos, gado e fazendas⁴² secas e molhadas, que circulavam incessantemente pelos territórios da Bahia, Minas Gerais e Goiás sem o mínimo controle metropolitano.

⁴⁰ CARRARA, Ângelo Alves. **Paisagens de um grande sertão**: a margem esquerda do médio-São Francisco nos séculos XVIII e XX. Ciência e Trópico, Recife, v. 29, p. 61-124, 2001.

⁴¹ **Carta de 15 de março de 1734**. Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: correspondência do Conde de Sarzedas. São Paulo: Typografia Andrade & Mello, 1902 (Volume XL), p. 99.

⁴² Por fazenda seca se entende nos registros de Minas toda a qualidade de gênero que serve para vestuário; e por fazenda molhada, toda a qualidade de comestíveis, metais, pólvora e geralmente aquilo que se não veste. Apud CUNHA MATOS, Raimundo José da. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais** (1837). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981, vol. 2, p. 240.

A tentativa de amenizar esse problema que gerava prejuízos para os cofres metropolitanos veio em 1736, através de uma autorização real⁴³ concedendo a construção de um único caminho oficial de acesso às minas de ouro de Goiás, que ficou conhecido como Picada de Goiás⁴⁴ e facilitou a circulação, entrada e saída de pessoas e mercadorias pelos sertões goianos e mineiros.

Na prática, tal caminho representou a interligação das várias vias de acesso que existiam pelos sertões coloniais, o que não significa que a sua idealização visava a que os *viandantes tivessem uma única via, com comodidade e segurança, por onde fosse fácil aos fiscais impedir o descaminho do ouro em pó, mas pela necessidade de instalação de registros*⁴⁵ para a cobrança dos direitos das entradas⁴⁶.

Cotidianamente o controle metropolitano sobre as minas de ouro de Goiás tornava as situação nas lavras ainda mais tensa, pois essas medidas serviram mais como forma de aumentar os impostos de quem já vivia sob o peso exorbitante do Estado do que para estabelecer o controle sobre a região, e funcionaram até por volta do ano de 1754, quando as minas de Goiás entraram em decadência e não despertavam mais tanto interesse econômico.

⁴³ Waldemar de Almeida Barbosa deixa bastante claro que a construção da picada de Goiás não foi uma iniciativa governamental: “Caetano Rodrigues Álvares de Horta, Matias Barbosa da Silva, José Álvares de Mira, Maximiano de Oliveira Leite, Caetano da Silva, André Rodrigues Elvas, Francisco Pais de Oliveira, José Pires Monteiro, Francisco Rodrigues Gondim e outros sócios requerem licença para a abertura da picada de Goiás, com preferência para as sesmarias que pedissem no caminho novo, e com a condição de se passarem editais no sentido de, por espaço de um ano, nenhuma pessoa pudessem lançar posses no dito caminho e laçando-as não lhes valham. Em despacho de 8 de maio de 1736, de Gomes Freire de Andrada, foi deferido o pedido, por ser notório que, com o estabelecimento da capitação no Goias, se tem permitido os caminhos que estavam proibidos”. BARBOSA, Waldemar de Almeida. A Picada de Goiás - retificação de vários erros históricos. In **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979, 1v, p. 181.

⁴⁴ Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, a Picada de Goiás “saía de São João, atravessava o rio São Francisco, perto da barra do Bambuí, e seguia pela serra da Marcela, proximidades de Araxá, Patrocínio, Coromandel, Paracatu e, em seguida, chegava a Goiás.” BARBOSA, Waldemar de Almeida. A Picada de Goiás - retificação de vários erros históricos. In: BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979, 1v, p. 182.

⁴⁵ No que diz respeito à administração e à legislação mineral do período colonial, conferir: CARRARA, Angelo Alves. **Administração fazendária e conjunturas financeiras da capitania de Minas Gerais – 1700-1807**. (Relatório de Pesquisa). Mariana: UFOP, 2002; PAULA, João Antônio de. **A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas. Vol. 1. Belo Horizonte: Companhia do Tempo/Autêntica, 2007, pp. 279-301.

Vale consultar todos os artigos do tema deste livro - Economia: diversificação, dinâmica evolutiva e mercado interno, (Coord.) José Newton Coelho Meneses; além disso, vale observar o site da Receita Federal sobre o tema. **Importante destacar a instalação dos registros de entrada e saída, na Capitania de Goiás, como os de Salinas, Desemboque, Rio das Velhas, São Marcos, Arrepêdidos, Lagoa Feia, Rio das Éguas e Santa Maria, ao sul; e os de São Domingos, Taguatinga, Duro, Boavista e São João das Duas Barras, ao norte.

⁴⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. A Picada de Goiás - retificação de vários erros históricos. In: BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979, p. 181.

1.2 Paracatu, um oásis dentro do sertão: do arraial à cidade.

Nesse contexto de descoberta, exploração e controle das minas de ouro no Brasil colonial, é importante ressaltar que a Picada de Goiás contribuiu, em grande escala, para o desenvolvimento e estruturação de alguns núcleos urbanos, como é o caso específico da cidade mineira de Paracatu, localizada na divisa entre as duas capitanias e paragem para várias pessoas que circulavam pelos sertões em direção a Goiás e a Mato Grosso, como observou Waldemar Barbosa em seus estudos sobre a temática:

[...] Não há dúvida que, em 1736, quatro diferentes caminhos para Goiás passaram a fazer junção em Paracatu: a Picada de Goiás, cuja construção foi permitida por despacho do Governador Gomes Freire de Andrada, de 8 de maio de 1736; a de Pitangui a Goiás, também autorizada em 1736 ao requerente Domingos de Brito e seus sócios; a que passava por São Romão, onde desembocavam caminhos de Minas, Bahia e de Pernambuco; e o caminho que transpunha o São Francisco na passagem do Espírito Santo, nas proximidades da barra do Rio Abaeté⁴⁷.

Tudo isto significa afirmar que florescia nesse momento o arraial de Paracatu, uma sólida região aurífera que atraiu os escravos, os bandeirantes, os paulistas e os barões do couro. Designado como o rio bom⁴⁸, esse arraial floresceu em uma antiga confluência das picadas que levavam às minas de Goiás, interligação dos sertões e que, por muitos, era tido como o começo do mundo. Considerada a última grande descoberta mineral do século XVIII, teve o início de seu povoamento oficial registrado no ano de 1744, quando José Rodrigues Fróis encaminhou ao Governador de Minas Gerais notícias sobre tal fato.

Porém, apesar de a data oficial do surgimento de Paracatu ser o ano de 1744, toda essa região do noroeste da Capitania de Minas Gerais vinha recebendo um deslocamento populacional há bastante tempo, haja vista que no ano de 1722 foi concedida uma carta patente de Coronel do Paracatu a Thomaz do Lago de Medeiros, assinado pelo governador de Minas Gerais, D. Lourenço de Almeyda, na qual fica evidente que essa concessão militar tem o papel principal de combater o bravo gentio que ocupava a região e de preparar o território para uma futura presença do Estado português:

⁴⁷ BARBOSA, Waldemar de Almeida, *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1995, p. 237.

⁴⁸ Oliveira Mello, no seu livro *As Minas Reveladas*, discute meticulosamente a grafia correta: Paracatu ou Piracatu? E chega à conclusão que “a original grafia é Paracatu (rio bom), pois seus descobridores devem tê-lo atingindo justamente na região mais larga e com maior volume de água e, pela impressão despertada, assim o denominaram”. OLIVEIRA MELLO, Antônio. *As minas reveladas - Paracatu no tempo*. Edição da Pref. Municipal de Paracatu, 2007.

[...] Thomas do Lago de Medeiros morador nas cabeceiras do Paracatu que ficção nas fronteiras de Pitangui e Abayaté que na dita paragem estava situado gentio bravo que hera preciso a fogentarse, assim para não serem infestadas as povoações vezinhas, e fazerem se outras sem embaraço do dito gentio, como para se poder descobrir ouro, que não falta na dita paragem, na qual se não tem entrado athe agora, com receyo do gentio, estando se perdendo por esta cauza as grandes utilidades, que daly se podião tirar, assim para a fazenda Real, como para os moradores destas Minas⁴⁹.

É certo afirmar que a formação do arraial de São Luiz e Santana do Descoberto do Paracatu ocorreu devido à junção de atividades econômicas, pois, como se sabe, a partir da *década de 1720, o noroeste mineiro foi ocupado por currais, mas foi necessária a descoberta do ouro para que esse povoamento deixasse de ser rarefeito*⁵⁰, o que garantiu o processo de urbanização e o desenvolvimento simultâneo das atividades mineradoras com as agropastoris, diferenciando-se assim Paracatu do restante dos sertões mineiros, onde o ouro era ausente.

Impulsionadas por vários fatores, como a grande quantidade de ouro encontrado e a possibilidade do lucro rápido, as minas de Paracatu passaram a atrair milhares de pessoas⁵¹ que *se juntaram de todas as comarcas das Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Bahia e Rio, mais de dez mil almas*⁵², conforme informou em correspondência o Governador Gomes Freire de Andrade a El Rei, ao lhe comunicar sobre essa nova descoberta nos sertões, que perfazia aproximadamente uma área de circunferência de duas léguas (12 quilômetros).

Portanto, mesmo o arraial de Paracatu sendo completamente isolado de outros centros urbanos da colônia, passou a ser considerado o eldorado do sertão mineiro⁵³, a

⁴⁹ Carta Patente do coronel do Paracatu e conquista conferida a Thomaz do Lago de Medeiros, concedida em 26 de janeiro de 1722, assinada pelo governador de Minas Gerais D. Lourenço de Almeyda. RAPM, IV, 1899, p. 105 e 106. Cartas Patentes.

⁵⁰ VENANCIO, Renato Pinto. **Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII**. Locus - Revista de História. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan.-jun. 1998, p. 85.

⁵¹ Em um importante artigo intitulado: Paracatu - movimentos migratórios no século XVIII, Renato Pinto Venâncio, utilizando os registros paroquiais como fonte, afirma que “*a análise dos dados batismais indica que a maioria dos pais de filhos legítimos de Paracatu havia nascido no noroeste mineiro, como é possível afirmar também que existia uma articulação migratória entre Mariana, São João del Rei, Congonhas, Serro Frio e Portugal*”. VENANCIO, Renato Pinto. **Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII**. Locus - Revista de História. Juiz de Fora, vol. 4, n. 1, jan/jun. 1998, p.81-92.

⁵² APM. Cód. 45, fl. 67.

⁵³ Observa-se a concentração de um espaço que sofre mudanças de acordo com o processo histórico. Assim, o sertão foi, a priori, definido como um não lugar, o espaço do outro que, enquanto categoria do imaginário social, se descrevia como terra sem lei ou rei, de natureza exuberante e ainda indomada, isolada, intangível, hostilizada por bárbaros hereges, infiéis, por isso local de permissividade de discursos e práticas civilizatórias. O sertão das gerais, enunciado nos séculos XVII e XVIII, era os atuais Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, terras onde índios, além de uma população esparsa e rarefeita e o gado ainda à lei da natureza, solto no mundo, delineavam tênues fronteiras, os horizontes eram os limites. Conferir Também:

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro. V. 8, nº 15, 1995, p. 4

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, Lugar Desertado: O Cerrado na Cultura de Minas Gerais** - Vol. 2. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

possibilidade de mudar de vida e acumular fortunas para muitos aventureiros, contratadores e trabalhadores, pois o ouro da região foi descoberto e retirado justamente na mesma década em que as áreas consideradas tradicionais entraram em declínio e no momento em que era decretado o monopólio real⁵⁴ de diamantes no distrito do Tijuco, o que favoreceu acelerar-se o deslocamento populacional em direção às novas minas de ouro do sertão mineiro.

Todas essas informações sobre o movimento populacional do arraial de Paracatu podem ser complementadas pela **tabela 03**, que fornece dados substanciais sobre uma grande quantidade de lojas, vendas, cortes, boticas e ofícios em funcionamento no ano de 1745, o que permite afirmar que a região já possuía uma sólida e estável população anterior ao ano de 1744, quando foi anunciada oficialmente a descoberta ali das reservas auríferas.

Esses espaços comerciais localizados na área urbana do arraial negociavam com aqueles que viviam e transitavam pelos sertões mineiros, goianos e mato-grossenses uma grande diversidade de gêneros alimentícios, como açúcar, aguardente, carne-seca, fumo, melado, molhados, peixe, queijos, rapadura, sal, algodão, fazenda seca, manteiga, marmelada, sabão, sebo, sola, couros, toucinho, azeite de mamona.

Tabela 03 - Lojas/Vendas/Cortes/Boticas e Ofícios. Arraial de S. Luis e Sta Anna, Minas do Paracatu 1745

Estabelecimento comercial	Quantidade
Lojas Grandes	18
Lojas Medianas	29
Lojas Pequenas	13
Vendas	153
Cortes Medianos	18
Boticas Medianas	04
Ofícios	95

Fonte: Mapa de rendimento da Capitação da Intendência do Arraial de São Luís e Santana Minas de Paracatu. 2º semestre de 1745. AHU_ACL_CU_013,Cx.29, D.2712 BRASIL – PARÁ AHU-ACL-N-Para Nº Catálogo: 2712 Colônia: Pará Data: 1746, Abril, 28

Tudo era controlado⁵⁵, o que entrava e saía do arraial de Paracatu (**anexo 06**) deveria obrigatoriamente passar pelos registros coloniais de Olhos D'Água, Nazaré, São Luís,

BRANDÃO, Carlos R.. Os gerais, o sertão e o cerrado. In. **O jardim da vida**. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

⁵⁴ “Pela ordem régia de 23 de abril de 1743, ficou estabelecido que João Fernandes de Oliveira, seria o contratador responsável pela exploração dos diamantes, e que o mesmo não poderia empregar mais de seiscentos operários”. VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais** – 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 175.

⁵⁵ Pela ordem régia de 11 de março de 1757, o controle de entradas de mercadorias em áreas restritas, como Paracatu e Diamantina, passou a ser realizado pela Fazenda Real. Em Paracatu existiram cinco registros, que eram administrados por fiéis, funcionários que eram nomeados pelo intendente e aprovados pelo governador. Para realizarem essa função, recebiam, cada um, o valor de 300\$000 anuais. Sua localização era a seguinte: **Nazareth** fica na estrada que vai desta Villa para a do Sabará e Villa Rica, em distância de légua e quarto; o de

Santo Antônio e Santa Izabel. Eram administrados por um funcionário de confiança do intendente e do governador, chamado de fiel, o qual era responsável pela fiscalização e cobrança dos tributos metropolitanos. Na prática, essa estrutura metropolitana funcionou como um complemento tributário aos seus cofres, uma vez que naquele momento somente a arrecadação de impostos sobre a mineração já não conseguia atender os anseios portugueses.

Passando por esses

[...] registros se pagão os Direitos Reaes de entradas, e subcidios, dos generos, que entrão para esta Villa, que se fabricão nas suas vizinhanças de effeitos da terra, como são Toucinho, Carne secca, Peixe salgado, Fumo, Rapaduras, e assucar, caxaças, e Sabão, como tambem os que vem do certão, e São Romão, como são gado vacuum, e cavallar, Sal da terra, couros de viado, de cabra, e de boy, e todos os mais de cabello, assim como tambem todos os generos, que vem das capitancias de Goyaz, e Bahia, sendo só livres de direitos os que ficão p.¹⁰ Certão do Paraná, Urucuya, e São Romão, por se ter assim estabellesido no principio do descuberto desta Minnas pelos contratadores do contracto das Entradas⁵⁶.

Nesse contexto, apesar de elevadíssimos impostos que pesavam sobre a população do arraial de Paracatu, ele não deixou de receber um constante fluxo populacional que buscava na exploração do ouro a possibilidade de enriquecimento rápido, principalmente no período que corresponde à primeira década depois de oficializada a descoberta aurífera - 1744.

Paracatu, cidade bicentenária localizada no noroeste do estado, revela entranhas socioeconômicas, políticas, culturais e religiosas bastante peculiares se comparadas às das outras vilas do século do ouro de Minas Gerais. Elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial número 163, de 09 de março de 1840⁵⁷, sob o peso da pecuária e da exploração

Santo Antônio, na estrada que vai para o Porto do Bezerra, distante légua e meia, o de **São Luís** na estrada que vai para o sertão, São Romão, distante duas léguas; o de **Olhos D'Água** na estrada que vai para Goiás, distante uma légua; o de **Santa Izabel**, na estrada que vai para Bambuí e Santa Cruz de Goiás, distante duas léguas. CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p. 326.

⁵⁶ AHU- Cx.: 156, Doc.: 84 -1801, 2, 27 – Sabará (anexo número 04).

⁵⁷ Não é possível precisar a origem do povoado que veio a se tornar mais tarde município de Paracatu. Uma das versões atribui o descobrimento do ouro a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, o que teria ocorrido entre 1717 e 1718; outra se refere a Felisberto Caldeira Brant em duas diferentes datas: 1734 e 1743. Waldemar de Almeida Barbosa faz menção à passagem do Anhanguera no local por volta de 1720. Documentos do arquivo eclesiástico, por sua vez, indicam que em 1736 já havia cinco igrejas no local.

Consultar: IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1958. vol. 26; BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, p. 337-338.

aurífera, conseguiu guardar e preservar suas características particulares por muito tempo devido ao seu isolamento em relação a outras vilas⁵⁸ e arraiais auríferos importantes da época.

Paracatu, que para os tupi-guarani significava “rio bom”, porque navegável e farto em peixes, a princípio comungou da mesma raiz de exploração e ocupação do sertão mineiro, como consequência da ampliação dos currais de gado da Bahia e Pernambuco⁵⁹. Tratava-se de mais um local de passagem, descanso e pouso, entre tantos outros que eram utilizados pelos desbravadores, responsáveis pelo escoamento e interiorização do gado.

O arraial Paracatu do Príncipe viu mudar sua história a partir das descobertas tardias das jazidas de ouro na região de Goiás por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, em 1720. Uma verdadeira explosão econômica repercutiu em toda a região. Ao longo dos séculos, demonstrou sua importância não só na economia, mas também por sua identidade cultural no cenário urbano brasileiro. Tal marca se evidencia, ainda hoje, pela forte presença negra com suas tradições e costumes, suas festas, comidas e fé, presentes nos espaços quilombolas espalhados pelo município.

Rapidamente tudo se transformou, pois, como acontecia em toda descoberta de novas jazidas auríferas, o grande deslocamento populacional era inevitável. Assim, o arraial de Paracatu, considerado elo entre Minas e o sertão goiano, caminho em direção às novas minas de ouro de Goiás, sofreu mudanças significativas, desde a presença crescente de novas pessoas até aquelas estruturais e urbanísticas, como a criação de novas ruas, casarios, igrejas, comércios, praças, teatro, museu⁶⁰. Anos mais tarde, com as inovações em curso, o bandeirante José Rodrigues Fróis⁶¹, no dia 24 de junho de 1744, levou ao conhecimento do

⁵⁸ As primeiras vilas de Minas Gerais têm como marco o início do século XVIII: Vila do Ribeirão do Carmo, hoje Mariana (08/04/1711); Vila Rica, hoje Ouro Preto (08/07/1711) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, hoje Sabará (17/07/1711).

⁵⁹ Originalmente pertencente à Bahia e a Pernambuco, o Norte de Minas foi incorporado em 1720 à nascente Capitania de Minas Gerais. Nesse período, os currais da Bahia passaram a integrar o território mineiro e, em 1832, os currais de Pernambuco que chegavam até o rio Paracatu foram também anexados. COSTA, João Batista de Almeida. **Minas Gerais na contemporaneidade: identidade fragmentada, a diversidade e as fronteiras regionais**. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 117-137, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://zip.net/brc0J9>. Acesso em: 17 out. 2009.

⁶⁰ As primeiras ruas foram: a rua da Direita, a rua do Ávila e a rua Goiás. Destaco a grande importância da rua Goiás, monumento secular que foi criado como caminho para as picadas de ouro das novas minas de Goiás. Atualmente essa rua continua a compor o conjunto arquitetônico da cidade bicentenária, com intenso fluxo comercial.

⁶¹ O sucesso de José Rodrigues Fróis sobrepujou suas esperanças. Ele retirou do Córrego Rico uma considerável quantidade de ouro, levando depois para Sabará os frutos de seu trabalho. Foi nomeado guarda-mor, sendo-lhe concedida a data de preferência, que é costume dar-se aos que descobrem as jazidas. Fróis voltou a Paracatu com um grande número de homens que queriam participar dos tesouros oferecidos pelas novas jazidas. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 147.

governador de Minas, Gomes Freire de Andrade, a descoberta oficial das minas de ouro de Paracatu⁶².

Com essa oficialização, o arraial ganhou notoriedade nacional e internacional, atraindo muita gente de Goiás e de outras regiões onde a mineração estava em decadência. A fama das riquezas da região espalhou-se com tal rapidez que vários portugueses se dispuseram a atravessar o mar e o sertão e a se estabelecer no local em busca do sonho dourado.

A nova realidade econômica urbana proporcionaria uma grande cobiça nos moradores das vilas mais antigas, tendo em vista que ali a exploração aurífera estava se iniciando e, desse modo, se experimentavam tardiamente momentos de grande euforia econômica, sustentados pelo trabalho escravo. A Vila de Paracatu do Príncipe respirava as consequências da riqueza gerada pela mineração, mas tudo isso não poderia durar muito tempo. Apesar de as jazidas de ouro terem grande potencial, o processo de extração foi-se tornando cada vez mais difícil, pois, acabado o ouro de aluvião, aquele encontrado a céu aberto, era necessário maquinário e tecnologia para sua extração, além da água para lavagem do cascalho advinda do Córrego Rico, que havia sido depredado ao longo da atividade aurífera. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que a visitou em 1819, relatou o visível esbanjamento:

Os mineiros de Paracatu compraram numerosos escravos, e em pouco tempo formou-se uma nova cidade. Pagando altas tarifas, eles importavam vinhos e outras mercadorias da Europa, que ali chegavam varando os sertões. Grandes somas de dinheiro eram despendidas com as festas da igreja, contratavam-se músicos, construiu-se um pequeno teatro, e os próprios escravos, em suas folganças, espalhavam - segundo se conta - ouro em pó sobre as cabeleireiras de suas melhores dançarinas⁶³.

O que era para gerar riquezas e melhores condições de sobrevivência acabou tornando-se um grave problema para os habitantes que ali permaneceram, uma vez que o ouro em grande quantidade e de fácil acesso durou pouco mais de cinquenta anos. A decadência se encenava no início dos anos de 1800 na vila de Paracatu do Príncipe. A nova realidade foi

⁶² Oliveira Mello apresenta indícios de que a região de Paracatu vinha sendo visitada e explorada desde o final do século XVI por diversas Bandeiras anteriores ao ano de 1744: Domingos Luís Grou (1586-1587), Antônio de Macedo (1590-1593), Domingos Fernandes (1599), Nicolau Barreto (1602-1604) e Lourenço Castanho Taques (1670). Sobre a presença dos bandeirantes no sertão de Paracatu, consultar: MELLO, Antônio de Oliveira. **As Minas reveladas**. Paracatu: Ed. Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002; MELLO, Antônio de Oliveira. **Paracatu do Príncipe: minha terra**. Paracatu: Ed. da Academia Patense de Letras; Ed. Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979.

⁶³ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 148.

muito bem detalhada pelo viajante austríaco Johann Emmuel Pohl, que ali chegou em 26 de novembro de 1818:

A região de Paracatu é pobre, despida de atrativos e conserva os vestígios que em áreas semelhantes deixa a atividade dos homens que esburacam o solo, não pelos tesouros da natureza, mas para a extração de metais. Covas informes e montões de cascalho desfiguram as serras situadas a oeste e a norte da cidade, nas quais corre ouro no xisto argiloso, com diferença de que nas do norte, é de cor dourado-amarela e nas do sul, de cor castanho-amarelado, de grão extremamente fino, quase pulverulento. No decurso dos séculos foram intensamente exploradas e exauridas. A extração é atualmente insignificante e, por falta de água para a lavagem, limita-se à estação chuvosa⁶⁴.

Tendo adquirido autonomia jurídico-administrativa, a partir de meados do século XIX (1840) Paracatu se fez representar politicamente nos níveis estadual e federal, defendendo nessas instâncias projetos socioeconômicos que lhe proporcionariam retomar o crescimento. As atividades de criação de gado e agricultura despertavam mercados consumidores em seu entorno, o que gerava importantes divisas. Todavia, só em meados do século XX, mais precisamente por meio da política nacional desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, Paracatu sentiu o impacto das mudanças econômicas. Entre elas foi determinante a construção da nova capital federal, Brasília (1960), especialmente por significar proximidade com o centro de decisão política do país. O município, desde então, e principalmente a partir das décadas de 1970/1980, foi incluído nos novos projetos nacionais de desenvolvimento agrícola em terras do Cerrado, como o Planoroeste, Polocentro, Geoeconômica e PRODECER⁶⁵.

Em relação ao ouro de Paracatu, ele foi encontrado inicialmente em grande abundância na forma de aluvião, nos barrancos das margens dos rios São Domingos, Sabão, Espírito Santo, Santa Rita, Soberbo, São Lourenço, Macacos e córrego Rico, misturado ao cascalho, areia, argila e outras substâncias acumuladas pelo processo de erosão.

⁶⁴ POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 103

⁶⁵ O grande incremento para a lavoura surgiu mesmo a partir de 1975, com os programas instituídos pelo governo. Primeiramente o estado de Minas Gerais implantou o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região do Noroeste de Minas Gerais – PLANOROESTE, com atuação orientada para a criação da infraestrutura básica. Logo a seguir, o Governo Federal colocou em funcionamento o Programa de Desenvolvimento de Cerrados - POLOCENTRO, que deu condições ao processo produtivo da agropecuária através de disponibilidade de linhas especiais de crédito rural, cobrindo todas as etapas de produção. Veio então o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – GEOECONÔMICA, com o objetivo central de reforçar a infraestrutura e o sistema de produção regional e, na década de 1980, implantou-se o PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados. MELLO, 2002, p. 461-462.

Esse processo aluvional de extração do ouro geralmente demandava poucos investimentos financeiros, uma vez que, para realizar essa tarefa eram necessários poucos instrumentos, como bateia, carumbi, almocafre, caixote para lavagem do cascalho e água em abundância. Apesar de utilizarem uma técnica bastante rudimentar, ou seja, não necessitavam de uma sondagem mais profunda do solo, os mineradores de Paracatu do século XVIII conseguiram extrair uma quantidade bastante significativa de ouro para o período, se comparada à produção dos antigos centros minerários.

Essa quantidade, entretanto, sempre foi motivo de várias imprecisões e argumentos nada convincentes por parte de quem escreveu ou pesquisou⁶⁶ sobre a temática, uma vez que, devido à dificuldade de acesso a documentos que pudessem responder a essa questão, os números nunca apareceram de forma sistemática e efetiva, o que acabou deixando lacunas na história de Paracatu.

A importância dos números referentes à quantidade de ouro extraído das minas de Paracatu ultrapassa a mera análise quantitativa e econômica, já que eles permitiriam conhecer a realidade vivida por aqueles que ali moravam ou por lá transitavam em pleno florescer da mineração, tornando possível inferir e entender a oscilação do consumo de produtos alimentícios, a importação de produtos europeus e regionais, o consumo da mão-de-obra escrava e o contínuo fluxo populacional em direção às minas de ouro de Paracatu e, assim, compreender, à luz dos acontecimentos cotidianos, culturais, políticos, sociais e religiosos, as práticas vivenciadas por aqueles que ajudaram a construir a história do local.

Nesse viés, com a intenção de contribuir para a história da cidade, serão apresentados aqui alguns documentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Portugal, e que contêm informações inéditas e relevantes sobre a quantidade de ouro extraído durante os primeiros 50 anos de existência oficial do arraial. Essas informações

⁶⁶ Entre as várias publicações sobre a cidade de Paracatu, que fazem referência à mineração do século XVIII, porém com ausência dos dados sobre o volume de ouro extraído, ver os seguintes:

- OURO. Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Belo Horizonte, METAMIG, 1981.
- OLIVEIRA MELLO, Antônio de. **As Minas Reveladas** - Paracatu no tempo. Paracatu: P. Municipal, 2002.
- CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. **Paracatu** – O Morro do Ouro (The Gold Mine at Morro do Ouro),Brasília. Rio Paracatu Mineração S.A.: 1992.
- CARNEIRO, Alyrio. **O centenário de Paracatu**. Pirapora: Gráfica Oliveira, 1990.
- GONZAGA, Olímpio. **Memória histórica de Paracatu**. Uberaba: Typ. Jardim e Cia, 1910.
- MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1994.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwing von. **Pluto Brasillensis**. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo, 1979.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944.
- POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Trad. De Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

encontram-se anexadas a um ofício do ouvidor José Gregório de Moraes Navarro Leme⁶⁷ encaminhado ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual lhe são informados detalhes substanciais sobre a agricultura, a população, o comércio e a anexação de territórios à vila de Paracatu do Príncipe.

O primeiro documento⁶⁸ é um quadro intitulado mapa do ouro, produzido pela intendência comissária do arraial de Paracatu, que corresponde ao registro mensal, abrangendo um período de 45 anos, compreendido entre 01/01/1755 e 30/09/1800, no qual consta que foram dali retirados cerca de $2:231:098^{as}/8=2$ (*dois milhões duzentas e trinta e um mil e noventa e oito oitavas e dois vinténs de ouro, que convertendo em cruzados, corresponderia a um valor de seis milhões, seiscentos e noventa três mil cruzados e cento setenta e cinco reis (anexo 04)*), o que corresponde a uma média anual de 50 mil oitavas de ouro.

Já o segundo documento⁶⁹, que é um mapa de rendimentos da capitação da Intendência do arraial de São Luís e Santana das Minas de Paracatu e seus distritos, assinado pelo intendente Rafael da Silva e Souza, traduz com nitidez o que estava ocorrendo no início da exploração do ouro de Paracatu, uma vez que os dados anotados correspondem ao ano de 1745, ou seja, apenas um ano após a data oficial da descoberta do referido arraial (**tabela 04**)

.Pelo montante entregue, aproximadamente vinte e oito mil oitavas de ouro, é possível conjecturar que a extração em Paracatu prometia vida longa, o que despertava a cobiça de outros mineradores e aventureiros em busca do valioso metal.

Tabela 04 – Mapa de rendimentos da capitação da Intendência do arraial de São Luís e Santana e Minas de Paracatu e seus distritos 2º semestre de 1745

Ouro entregue a capitação da Intendência do Arraial de S. Luis e Santana, Minas de Paracatu- 2º semestre de 1745.	Ouro da capitação de ouro , distrito desta intendência, dos últimos seis meses do ano de 1744 e dos primeiros de 1745.	Importância da remessa de todo o ouro da capitação do 2º semestre de 1745, desta intendência.
23=459/8 -65gr.	3=748/8 -11gr.	27=208/8 -11gr.

Fonte: AHU ACL CU 013 - Cx.29, D.2712 BRASIL –Pará, 28 de Abril 1746.

⁶⁷ Por efeito da carta régia de 04 de março de 1799, José Gregório de Moraes Navarro Leme ocupou por 12 anos (1799-1812) o cargo de Juiz de Fora da vila de Paracatu do Príncipe. No dia 14 de dezembro de 1799 ele tomou posse do cargo. Foi o responsável pela eleição e instalação da primeira câmara municipal de Paracatu.

⁶⁸ Esse mapa é a compilação dos livros 3, 4, 5, 6, 7 e 8 dos registros da Intendência de Paracatu. Devido à falta dos livros 1 e 2, fica impossível precisar o volume de ouro retirado nos primeiros 11 anos de vida do arraial, que certamente consistiria em números bastantes expressivos por se tratar do início do processo de exploração aurífera. AHU – Conselho Ultramarino. – Brasil/MG – Cx.: 156, Doc.: 84 -1801, 2, 27 – Sabará.

⁶⁹ Esse mapa de capitação da Intendência de Paracatu faz parte do Projeto Resgate e, por algum motivo, estava perdido nos documentos da colônia do Pará. AHU_ACL_CU_013,Cx.29, D.2712 BRASIL –PARÁ AHU-ACL - Para Nº Catálogo: 2712 Colônia: Pará - Data: 1746, Abril, 28..

Todo esse volume de ouro retirado das minas de Paracatu era obrigatoriamente entregue ao órgão governamental responsável por cuidar dos interesses econômicos do Estado Português, a Intendência Comissária⁷⁰, dirigida pelo comandante da Guarda Militar local e por um escrivão. Em seguida encaminhavam-se, através dos guias⁷¹ (**anexo 2**), as borrachas de couro lacradas com o ouro em pó para a Real Intendência de Sabará⁷², à qual Paracatu estava subordinada politicamente (figuras 04, 05, 06).



Figura 04 – Casa de Fundição de Sabará, destino do ouro do arraial de Paracatu. Atualmente Museu do Ouro de Sabará.
Fonte: Acervo: Museu do Ouro/IBRAM

⁷⁰ Órgão criado, em caráter interino ou de emergência, para arrecadar os tributos devidos nas regiões de mineração. Começaram a ser estabelecidas no período da capitação (1735-1750), mas, mesmo depois de abolida esta, continuaram a existir e a serem criadas até o final do século XVIII. No período da capitação limitavam-se a distribuir os bilhetes dela e a arrecadar o pagamento por eles. Depois, com a volta do "quinto" e da fundição do ouro em barras, as intendências comissárias devem ter assumido o papel de postos de coleta do ouro minerado para ser remetido às casas de fundição, acompanhado de guias, para posterior devolução sob a forma de barras "quintadas" (das quais fora deduzido o quinto). Eram dirigidas por um Intendente Comissário e contavam com pelo menos um Escrivão. Foram extintas pela Lei de 25 de outubro de 1832. A intendência de Sabará foi estabelecida por carta régia de 28 de janeiro de 1736 e extinta em 6 de dezembro de 1811. FONTES: SILVA, **Memórias Históricas e Política da Província da Bahia**, 6:102. - PALACIN, Goiás, 1722-1822, Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas, 33/40.

⁷¹ Existe um documento (CMS-087 Rol. 11 - Gav. F-5) no Arquivo Público Mineiro (APM) - Livro para o registro de guias na Intendência de Paracatu sobre a condução do ouro de 1790 a 1809, que detalha os nomes dos guias e as quantidades que eles transportavam até Sabará. Esse documento não apresenta anotações sobre os seguintes períodos: março e outubro de 1791; janeiro, fevereiro e abril de 1792; janeiro, fevereiro, abril, maio e dezembro de 1793; janeiro e fevereiro de 1794; abril e maio de 1795; fevereiro, março, maio, junho, setembro, novembro e dezembro de 1796; janeiro, abril, maio, junho e novembro de 1797; fevereiro, março, maio, junho, setembro e outubro de 1798; março, abril, maio, junho, setembro e outubro de 1798; março, abril, maio, agosto, outubro e novembro de 1799; março, abril, maio, julho, agosto, setembro e novembro de 1800; fevereiro, março, abril, maio e agosto de 1801; janeiro, maio, agosto e novembro de 1803; fevereiro, maio, setembro e outubro de 1804; março, maio, julho, novembro e dezembro de 1805; março, maio e outubro de 1806; fevereiro e março de 1807; abril, maio e julho de 1808 e fevereiro a maio e setembro a dezembro de 1809.

⁷² A partir de 1751, a Casa da Real Intendência de Sabará passou a abrigar também a Casa de Fundição do Ouro de Sabará, tendo, desde então, a função de "quintar o ouro".

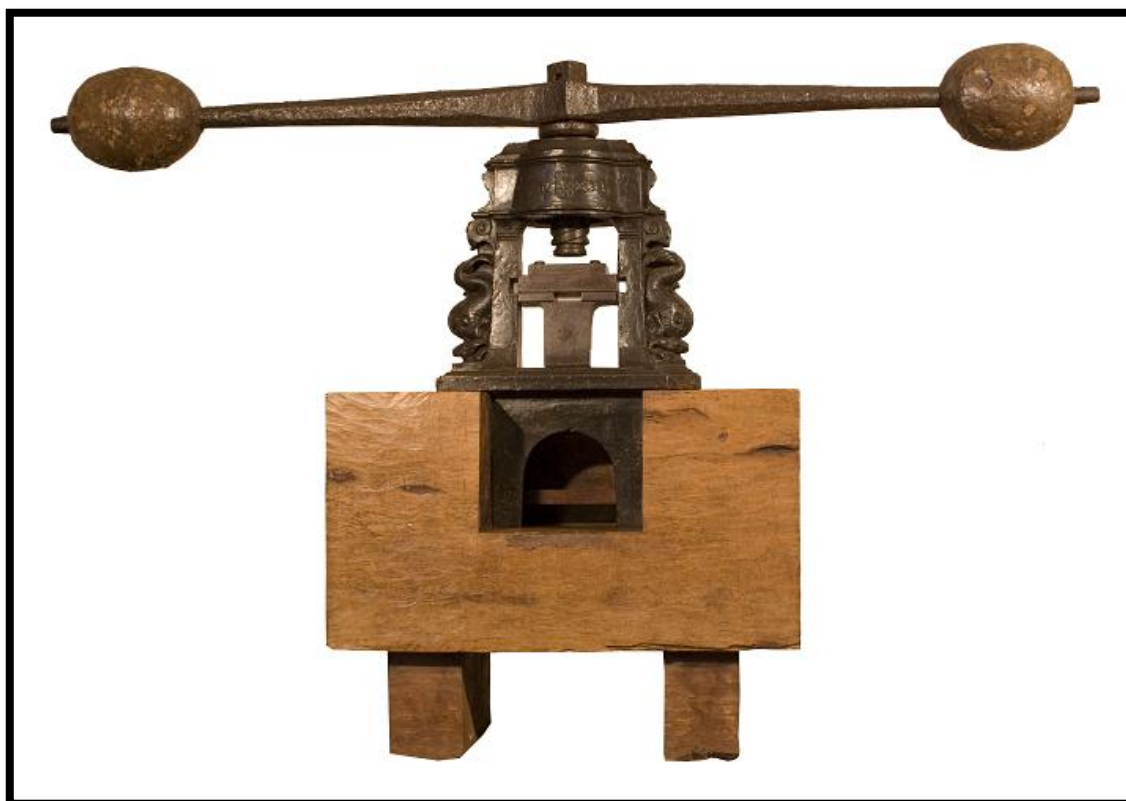


Figura 05 – Prensa em bronze com dois golfinhos nas laterais. Servia para cunhar moedas e barras. É datada em 1670 e tem gravadas as armas de Portugal
Fonte: Acervo: Museu do Ouro/IBRAM

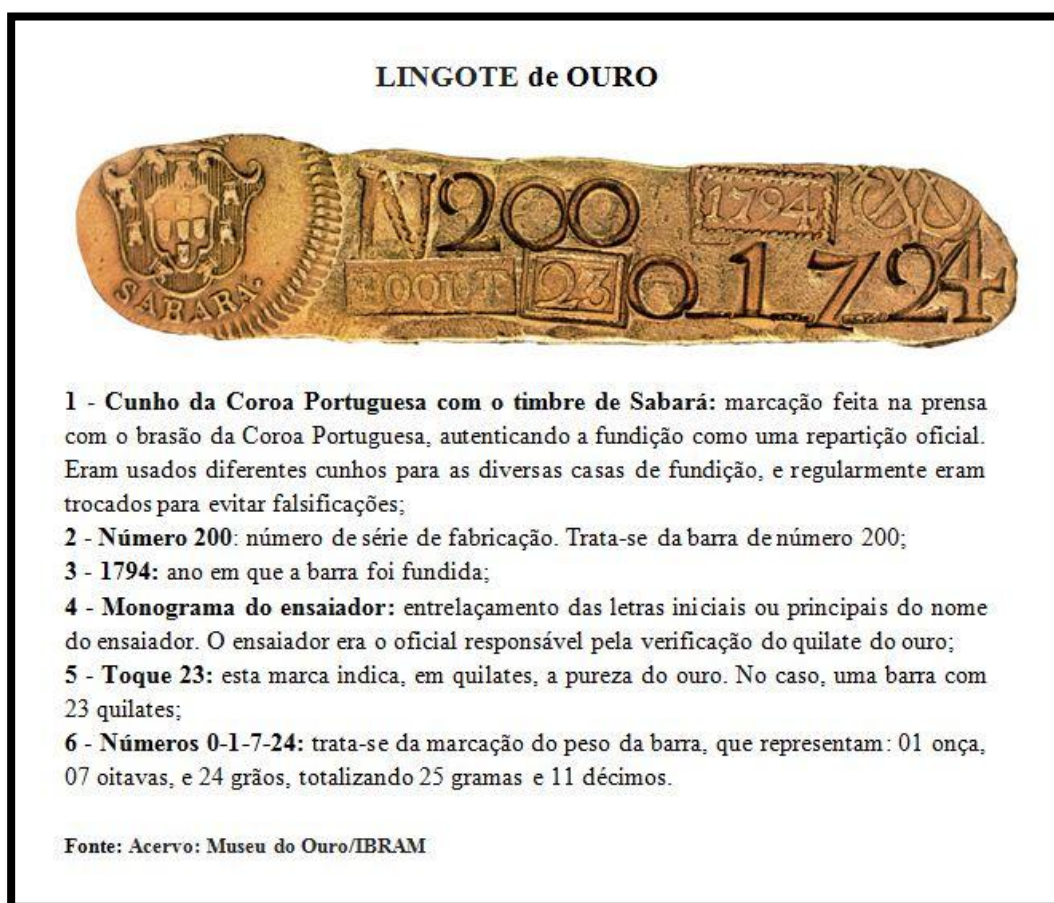


Figura 06 – Lingote de Ouro.
Fonte: Acervo: Museu do Ouro/IBRAM

Importante registrar que, em correspondência datada de 1752, o rei de Portugal informava ao governador de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, o estabelecimento de uma Casa de Fundição e Intendência do ouro em Paracatu. Na prática nunca foi instalada efetivamente, o que obrigou os guias do ouro de Paracatu a continuar percorrendo o caminho para Sabará até o ano de 1809.

Apesar de essas Casas de Fundição terem o importante papel de recolher, fundir, deduzir o quinto e marcar com o selo real as barras de ouro, o seu custo de funcionamento era elevadíssimo (**anexo 07**), o que ajudaria a compreender a não instalação e funcionamento do estabelecimento no arraial de Paracatu. Além do mais, passados os dez primeiros anos da descoberta e exploração da mineração no arraial, esse investimento não mais compensava, pois o ouro produzido naquele momento já não correspondia à mesma quantidade inicial.

Talvez, por isso, a única opção das autoridades era correr o risco de serem roubadas as cargas de ouro que transitavam nos lombos dos animais pelos caminhos que interligavam Paracatu a Sabará (106 léguas/ 55 dias de viagem), supondo essa opção menos onerosa do que realizar investimentos que pudessem elevar ainda mais os custos da Real Fazenda Portuguesa, que, naquele momento, já estava passando por dificuldades financeiras.

Casas de Fundição no Brasil – (1580- 1834)

SERRO FRIO	PARANAGUÁ
ARAÇUAÍ	SABARÁ
CAMPANHA	SÃO FÉLIX
CAVALCANTE	SÃO JOÃO DEL-REI
CUIABÁ	SÃO PAULO
GOIÁS	SERRO FRIO
GUAPE	TAUBATÉ
JACOBINA	VILA BELA
MEIA-PONTE	VILA RICA
ARAÇUAÍ	RIO DAS CONTAS
PARACATU	

Fonte: <http://twixar.com/fwFddF2>

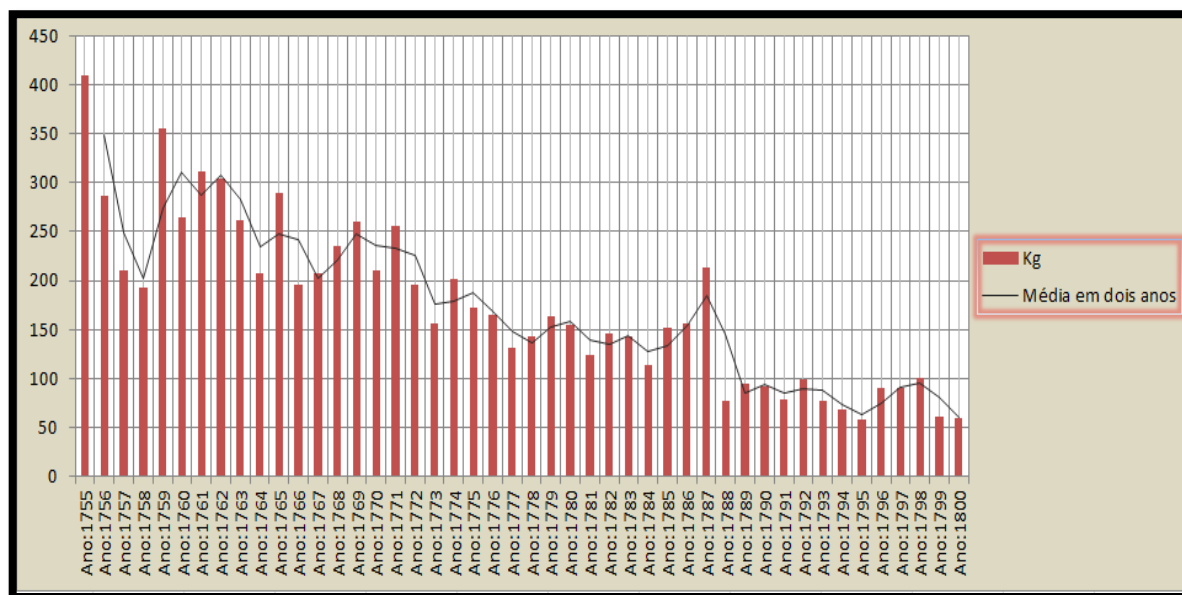
Apesar de sempre haver oscilação na produção do ouro, após 1757 os sinais de esgotamento das minas de Paracatu passaram a ser mais evidentes, já que, pelos dados registrados oficialmente na Intendência Comissária da vila de Paracatu, a quantidade retirada a partir desse ano correspondia à metade do valor produzido no ano de 1755 (**gráfico 01**).

Analisando com mais detalhes a produção do ouro do arraial de Paracatu, transposta no gráfico, é possível entender o que estava acontecendo anualmente, pois esse sobe e desce da produção representava também a oscilação da população que circulava pelo

arraial, o volume de mercadorias que passava pelos registros, o comércio de escravos para os trabalhos das minas, as transformações urbanísticas e o cultivo da agricultura de subsistência.

Esses dados do gráfico foram de suma importância para que a coroa portuguesa aumentasse a fiscalização sobre minas de ouro, pois ela preferia acreditar na sonegação, no desvio a aceitar o esgotamento das reservas minerais.

Gráfico 01 – Produção de ouro – Paracatu/MG (1755 – 1800)



Fonte: AHU – Conselho Ultramarino. – Brasil/MG – Cx.: 156, Doc.: 84 -1801, 2, 27 – Sabará. De 01/01/1755 até 30/09/1800, foram retirados cerca de $2:231:098^{as}/8=2$ (dois milhões duzentas e trinta e um mil e noventa e oito oitavas e dois vinténs de ouro, que convertendo em cruzados, corresponderia a um valor de seis milhões, seiscentos e noventa três mil cruzados e cento setenta e cinco reis.)

Esse cenário de decadência não causava tanta surpresa, pois a forma de exploração aluvional, a falta do uso de tecnologia e de recursos hídricos apresentavam-se como os principais problemas para aqueles que viviam diretamente da extração do ouro, algo semelhante ao ocorrido em outros antigos centros produtores de ouro do Brasil colônia.

Contudo, não podemos negar que, apesar dessa decadência ser anunciada natural e gradativamente, as minas de Paracatu continuaram produzindo o nobre metal ainda por um longo período, apesar de esses valores não conseguirem saciar os interesses metropolitanos, que viam nas reservas minerais de Paracatu a possibilidade de superar os vários problemas econômicos que Portugal vinha enfrentando desde o colapso das outras regiões produtoras de ouro.

Diante dessa situação, o Estado resolveu agir e passou a controlar ainda mais a exploração do ouro no arraial, pois, na crença das autoridades coloniais, o problema da baixa

produtividade do ouro não estava na escassez das lavras minerais, mas na possibilidade de existirem desvios e ocultações do ouro em pó que era retirado das minas.

A reação metropolitana foi materializada em documento⁷³ de 1769, pelo qual o então governador e capitão-mor das Minas Gerais, o Conde de Valadares, determinou que fossem verificadas e registradas todas as pessoas envolvidas na extração do ouro, suas escravaturas e a quantidade de datas minerais que elas possuíam (**anexo 05**). Pelas informações coletadas, eram 95 garimpeiros, atuando em 3951 datas de minérios e utilizando uma mão-de-obra de 2391 escravos.

Nessas circunstâncias, se a finalidade das ações do estado era a de evitar a redução da produtividade das lavras minerais, o resultado não foi o desejado, ainda mais nesse momento, em que o *ouro fácil e superficial começava a declinar, e a exploração das minas exigia agora trabalhos de desmonte, escavações e desvio de águas para se poder atingir as matrizes*⁷⁴, o que é confirmado pela quantidade de ouro cada vez menor entregue a cada ano para o registro na Intendência Comissária de Paracatu (**anexo 03**).

Preocupada com essa realidade econômica que estava se configurando, a metrópole resolveu reagir de forma rápida e eficaz, cobrando impiedosamente os impostos devidos, a fim de conseguir equilibrar o descompasso financeiro entre receita e despesa que estava sendo provocado pela queda acentuada na produção do ouro.

Os impostos sobre o ouro extraído cobrados no arraial de Paracatu eram os mesmos de outras áreas mais antigas produtoras do metal, o diferente era a porcentagem cobrada de cada produto ou pessoa, ou seja, cobrava-se tudo e de todos (**tabela 05**), independentemente de trabalharem diretamente na mineração ou não. Esse foi o caso da cobrança do imposto vulgarmente chamado de oitava da verdura⁷⁵, que correspondia ao pagamento anual de uma oitava de ouro por cada escravo que possuísem os cultivadores e roceiros no trabalho da lavoura.

Com esse cenário em ebulição, no qual a produção do ouro estava em declínio e os impostos elevadíssimos, a população do arraial de Paracatu, não suportando mais o descaso governamental, resolveu em 1777 protestar contra a coleta e o destino dos impostos cobrados no lugar, pois a tributação recolhida não se revertia em melhorias e infraestrutura para aqueles

⁷³ COIMBRA, E. Duarte. Descrição exata do distrito da Guarda destas Minas de Paracatu. 1769. Manuscrito do acervo da Biblioteca Nacional, 78 p.

⁷⁴ PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971, p. 63.

⁷⁵ AHU – Cons. Ultramarino – Brasil/MG – Cx.: 122, Doc.: 47. 1784, 11, 26 – Vila Rica (CD MG 35 pasta 109 subpasta 001 fotos 0116 a 0165).

que viviam ali, uma vez que, recebidos os impostos, eles eram enviados à Vila Real de Sabará, à qual Paracatu estava vinculada política e economicamente:

(...) o anual rendimento dos bens deste Concelho (...) chegando a três mil cruzados, e havendo nele muitas obras públicas contidas em nove ruas, onze pontes, cadeia e casa do concelho, e outros mais misteres; quase todo o ouro que dele resultam, o mandam para a mesma vila, deixando todas as obras públicas desta grande povoação como órfã de pai, sem mais amparo que a má administração de algum menos bom tutor, sendo aliás esta povoação em sua essência maior que aquela vila⁷⁶.

Tabela 05 – Comparativo da tributação paga em Minas Gerais e no arraial de Paracatu⁷⁷

	Minas Gerais – 1735*	Paracatu – 1745**
Negro escravo ou forro	4 oitavas e $\frac{3}{4}$	2 oitavas e 27 g
Ofício	4 oitavas e $\frac{3}{4}$	2 oitavas e 27g
Loja Grande	24 oitavas	12 oitavas
Loja medíocre	16 oitavas	8 oitavas
Loja inferior	8 oitavas	4 oitavas
Venda	16 oitavas	8 oitavas
Mascates	8 oitavas	*****
Açougues	16 oitavas	8 oitavas
Boticas	16 oitavas	8 oitavas

Fonte: ***Minas Gerais (Vila Rica)**: PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971, p. 62 e 63. ** **Paracatu**: Mapa de rendimento da Capitação da Intendência do Arraial de São Luís e Santana Minas de Paracatu. 2º semestre de 1745. AHU_ACL_CU_013,Cx.29, D.2712 BRASIL –PARÁ AHU-ACL-N-Para Nº Catálogo: 2712 Colônia: Pará Data: 1746, Abril, 28

Mesmo diante de todos os questionamentos e queixumes, a população do arraial, que estava abandonada à sua própria sorte, não conseguiu aliviar a pressão metropolitana sobre a cobrança dos impostos. Pelo contrário, *no ano de 1784, o truculento governador da capitania, D. Luís da Cunha Meneses, já mandava sequestrar os bens de vários moradores ricos do arraial, por falta de pagamento de impostos*⁷⁸, pois o que estava em jogo era a manutenção equilibrada e constante dos valores contábeis enviados para os cofres da Real Fazenda Portuguesa.

⁷⁶ AHU, CX. 110, doc. 58. **Apud**. FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas D’el rei- espaço e poder nas minas setecentistas**; trad. Maria Juliana G. Teixeira, Cláudia D. Fonseca, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, p. 367.

⁷⁷ Nota-se que em 1745 Paracatu estava pagando a metade dos impostos cobrados nas Minas Gerais, o que não significa afirmar que a arrecadação era inferior, pois devemos levar em conta que esse momento era o início da produção de ouro, que superava antigas áreas produtoras de ouro do Brasil colônia.

⁷⁸ FRANCO, Afonso Arinos De Melo. **Um estadista da república** (Afrânio de Melo Franco e seu Tempo). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976, p.101.

Porém, nem tudo estava perdido. Se a *exploração aurífera foi o início, nem em toda a região ela foi a principal atividade produtiva*⁷⁹, responsável por gerir e oferecer condições de sobrevivência para as populações que viviam nos arraiais da Capitania de Minas Gerais, o que permite afirmar que, mesmo com a redução da produção das lavras de ouro, a Capitania não entrou em decadência, ou seja, *a economia mineira era elástica o suficiente para suportar o decréscimo da produção aurífera, e as atividades agropastoris seriam o setor em crescimento*⁸⁰.

Seguindo a mesma tendência econômica, o arraial de Paracatu conseguiu consorciar outras fontes econômicas, como o cultivo da terra e a criação de bovinos, riquezas que sempre estiveram presentes na sua história, desde o surgimento dos primeiros aglomerados populacionais, e cuja importância foi negligenciada por um longo tempo. A relevância desses setores econômicos apareceu com o declínio da mineração e pela dificuldade de importar toda espécie de gênero alimentar consumido no sertão das minas de Paracatu, o que era decisivo para a permanência da população (3.000 pessoas em 1819⁸¹) no arraial: *o despovoamento não fora maior graças o progresso de outras formas de atividade que vieram suprir em parte a mineração*⁸².

Essas atividades econômicas foram tão importantes para o desenvolvimento e o futuro do arraial que no ano de 1784 Paracatu era a terceira freguesia de Sabará (**anexo 09**), com 337 produtores agrícolas que cultivavam trigo, milho, mandioca, feijão, café, cana-de-açúcar, banana, laranja, limão, jabuticaba, jaca, jenipapo, ananás. Além do mais, *depois da Comarca do Rio das Mortes, era Paracatu o maior fornecedor de gado da capitania; gado que se levava, cruzando toda a extensão do território dela, até o Rio de Janeiro*⁸³.

Tudo isto demonstra a dinâmica econômica e política do arraial, que, mesmo com a escassez do ouro, não perdeu a sua importância como território, principalmente por ter conseguido adaptar os antigos mineiros à agricultura e transferir o uso da mão-de-obra escrava ociosa da mineração para os campos agrícolas. A ideia de decadência incorporada por

⁷⁹BOSCHI, Caio César. **Nem tudo que reluz vem do ouro...** in História econômica do período colonial, (org. de Támas Szmrecsányi, São Paulo, Hucitec/FAPESP, p. 58. CONSERTAR ESSA REFERÊNCIA

⁸⁰CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674 1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p. 29.

⁸¹ SAINT-HILARE, Augusto de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 149.

⁸²PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** - colônia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 6 ed, 1981, p. 74.

⁸³PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** - colônia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 6 ed, 1981, p. 74.

alguns, como Celso Furtado, foi refutada por Sérgio Buarque de Holanda, e adotada depois por Maxwell, Libby, entre outros⁸⁴. É o que afirma Lourenço:

[...] O esgotamento das lavras e dos aluviões auríferos, a partir de 1750, causou decréscimo populacional em alguns arraiais e vilas da região central de Minas, principalmente naqueles cujas atividades de comércio e serviços eram alimentadas exclusivamente pelo ouro das lavras. No entanto, isso não significou a “decadência” da economia mineira. (...) Enquanto a atividade mineradora perdia fôlego e as zonas auríferas se exauriam, outras regiões, como a Comarca de Paracatu, do Serro Frio e principalmente a do Rio das Mortes, viram prosperar uma importante economia agropastoril e manufatura⁸⁵.

Por tudo isso, torna-se essencial salientar que, mesmo perdendo parte de sua população devido à escassez da produção do ouro⁸⁶(**anexo 10**), o território não perdeu sua importância, pois, além de ser o local de maior desenvolvimento urbano de Minas Gerais, na época, continuou sendo referência econômica, política e de justiça para os outros centros populacionais do sertão mineiro. Isto se confirma pelos fatos que ali ocorreram no final do

⁸⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). A época colonial: administração, economia e sociedade. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1983.

MAXWELL, Kenneth R. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁸⁵ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 102-103.

⁸⁶ Em 1819, em sua passagem pela vila de Paracatu, Auguste de Saint-Hilaire fez a seguinte observação sobre o ouro existente nas lavras paracatuenses: “Poder-se-ia tirar partido das jazidas de Paracatu se fossem formadas sociedades que reunissem um capital considerável, a fim de que pudessem ser atendidas as despesas preliminares. Por outro lado, seria talvez desastroso para o país se firmas estrangeiras ali se estabelecessem, pois não deixariam de carrear para a sua pátria o fruto de seus trabalhos”. Parece que ele adivinhou que havia bastante ouro para ser explorado ainda, uma vez que os mineradores do século XVIII conseguiram somente arranhar o solo superficialmente, sem atingir as matrizes auríferas. Seguindo essas pistas e aproveitando a abertura econômica do país nos anos de 1980, foi instalada em Paracatu a empresa do grupo inglês Rio Tinto Zinc (atual Grupo Rio Tinto), o qual associou-se à Billinton, que possuía as áreas de pesquisa em Morro do Ouro. Em 1984, com base em uma pesquisa fundamentada na escavação e amostragem de poços profundos, foi estimada uma reserva de 97. 500 t com 0,587 g/t Au, referente ao minério oxidado. Em 1987 foi aberta a cava da mina de Morro do Ouro pelo Grupo Rio Tinto, tendo sido lavradas naquele ano 560.000 toneladas com 0,684g/t de Au. No final de 2004 o grupo Kinross adquiriu 100% do depósito de Morro do Ouro. Em 2007 a empresa Rio Paracatu Mineração S/A, controlada pelo grupo canadense Kinross, definiu seu projeto de expansão para o triênio 2007/2009, caracterizando aumento da reserva (medida mais indicada) de 1.386.490 toneladas, com teor médio de 0,4g/t, sendo a vida útil expandida de 15 (quinze) para 33 (trinta e três) anos. Para produzir 500 barras de cerca de 30 quilos (14,8 toneladas), as máquinas tiveram de remover 44 milhões de toneladas de minério no ano passado. O ouro sai do cofre em carro forte duas vezes por semana, em horários não determinados. O “procedimento” é cercado de sigilo. Por questões de segurança, o helicóptero que leva as barras embora de Paracatu não pode ficar mais do que um minuto em solo. A barra que sai de Paracatu não é totalmente pura. O processo de refino ocorre numa fábrica na região do aeroporto de Guarulhos (SP). Dali, 100% delas são enviadas para o exterior. Os clientes da Kinross são grandes bancos estrangeiros e joalherias.

Cf.: Consultar DNPM de Minas Gerais, que é o órgão que aprova a pesquisa e lavra por meio de fiscalizações no local, além dos relatórios semestrais e anuais, com anuência do IBAMA.

século XVIII, quando finalmente, em 20 de outubro de 1798, o arraial recebeu o título de vila de Paracatu do Príncipe e, logo em seguida, em 17 de maio de 1815, passou a configurar-se como cabeça de comarca, conforme foi expresso no registro de alvará de criação da vila:

Eu, a Rainha, faço saber que este meu alvará virem, que sendo-me presente em consulta do Conselho Ultramarino a necessidade que havia de se erigir em Villa o arraial do Paracatú, da comarca do Rio das Velhas, na Capitania de Minas Geraes, e de se crear nella o lugar de Juiz de Fora, tanto pela grande povoação do dito arraial, e dos lugares mais próximos, que deverão ficar compreendidos no termo que se lhe assignar, como pela distancia de cento e seis léguas em que está da Villa de Sabará, que é cabeça de comarca, por cujo motivo sofrem aquelles povos gravíssimos prejuízos e danos irreparáveis, já pela dificuldade e demora dos seus recursos ao Ouvidor da Comarca, principalmente nos casos que pedem mais prontas providencias, já pelos excessivos que levão os officiaes de justiça da cabeça de comarca, que de tão longe são mandados ao dito arraial em diligencias requeridas pelas partes, ou a bem do meu real serviço, já finalmente por falta de uma boa administração da justiça, tão necessária para a tranquillidade e segurança publicas⁸⁷.

Juntamente com esses acontecimentos, vieram mudanças importantes para a recém-criada vila e para as povoações adjacentes, uma vez que foram criados os cargos de juiz de fora, cível, crime e órfãos, uma realidade que, pouco antes, era impossível de ser pensada, pois por um longo tempo o sertão mineiro ficou abandonado a sua própria sorte, sem a presença de um Estado que pudesse oferecer o mínimo de justiça para aquelas pessoas que produziam e enriqueciam os cofres régios. Assim, a vila de Paracatu chegou ao século XIX carregando agora o príncipe no nome e enfrentando e ajustando as várias sequelas deixadas pela mineração do século XVIII. Sinais de novos tempos e velhos problemas.

⁸⁷ Alvará régio de 20 de outubro de 1798, em que eleva o arraial de Paracatu para Villa de Paracatu do Príncipe.

Capítulo 02

As minas veladas e reveladas de Paracatu: escravidão, práticas culturais e religiosidade.

2.1 O tráfico de escravos: Paracatu na rede do comércio de negros

O projeto de conquista idealizado pelos portugueses em relação ao Novo Mundo e ao continente africano, ao longo do século XV, tinha como base uma política centrada no tráfico de escravos, no comércio de mercadorias e no processo de exploração e colonização de novos territórios. Certamente, o mais frutífero e significativo em termos de divisas para o reino português foi o intenso e longo processo de comercialização de escravos entre a África e a América, pois, além de exercer o controle político e econômico sobre algumas regiões do continente africano e americano, Portugal conseguiu mostrar ao mundo o seu forte poder de atuação como Estado moderno constituído.

Essa imponente presença portuguesa nas relações comerciais, políticas e escravagistas perante outros países deixaria profundas marcas que atravessariam séculos e passariam a influenciar e a constituir as novas identidades dos futuros territórios em formação, como foi o caso específico do Brasil.

Em se tratando das evidências em torno da quantidade dos escravos traficados do continente africano para o americano, em pesquisas recentes foi possível redescobrir novos números do tráfico transatlântico, bem como compreender a sua flutuação ao longo do tempo para cada etapa de exploração portuguesa no novo mundo.

Os novos dados sobre o tráfico negreiro mundial foram revelados por estudos e análises das fontes documentais. Viagens de navios negreiros partidas da África foram pesquisadas pelos historiadores David Eltis, Stephen Behrendt e David Richardson, sendo analisadas nesse trabalho cerca de 35 mil delas⁸⁸, ocorridas entre os anos de 1501, data da primeira que foi registrada, e 1867, quando o tráfico negreiro foi abolido.

⁸⁸ David Eltis, Stephen D. Behrendt, David Richardson and Herbert S. Klein, **The Transatlantic Slave Trade, 1527-1867: A Database on CD-ROM**, New York, Cambridge University Press, 1999. O **CD-ROM Tráfico de Escravos Transatlântico** é um banco de informações que apresenta um conjunto de dados compilados por historiadores e que se baseia no trabalho dos arquivos de Portugal, Holanda, Espanha, Inglaterra, França. O projeto mapeou as viagens negreiras ocorridas no período de 1519-1867, período no qual se estima que 12 milhões de africanos tenham sofrido migração forçada para diversas partes do mundo. Também sobre a temática conferir: CURTIN, Philip. **The Atlantic slave trade: a census**. Madison: Wisconsin, 1969; FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras, uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; GOULART, Maurício. **A escravidão africana no Brasil (das origens à extinção do tráfico)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Entre as grandes novidades apresentadas nesses estudos está a informação de que foram traficadas do continente africano como escravas aproximadamente 12 milhões e meio de pessoas, mas, devido às condições de transporte da época, somente cerca de 10 milhões e meio delas chegaram a seu destino.

Além desses dados importantes, os estudos mostraram também que *mais de sete dentre dez escravos transportados através do atlântico o foram em navios britânicos ou portugueses*⁸⁹, o que rompeu com o que foi afirmado e imaginado por muito tempo, que esse comércio de escravos tenha sido controlado exclusivamente pelos ingleses, o que, na verdade, aconteceu somente em oito das treze décadas do tráfico mundial de escravos.

Sobre a presença portuguesa e brasileira no tráfico negreiro mundial, esses estudos revelaram também que os dois países juntos carregaram cerca de 5,7 milhões de escravos e que, desse montante, cerca de 95% foram para terras brasileiras (**tabela 06**), o que vem reafirmar a intensa e forte relação entre a África e o Brasil, como foi observado pelo embaixador e historiador Alberto da Costa e Silva: *a história da África é importante para nós, brasileiros, porque ajuda a explicar-nos. Mas é importante também por seu valor próprio e porque nos faz melhor compreender o grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase a metade de nossos antepassados*⁹⁰.

Tabela 06 - Volume do tráfico transatlântico de escravos da África segundo as nacionalidades do navio, 1519-1867.

	Portugal	Inglaterra	França	Holanda	Espanha	EUA/ Caribe inglês	Dinamarca*	Todos os países
1519-1600	264.1	2.0	----	----	----	----	----	266.1
1601-1650	439,5	23.0	----	41	----	----	----	503.5
1651-1675	53,7	115.2	5.9	64.8	----	----	0.2	239.8
1676-1700	161.1	243.3	34.1	56.1	----	----	15.4	510.0
1701-1725	378.3	380.9	106.3	65.5	----	11.0	16.7	958.6
1726-1750	405.6	490.5	253.9	109.2	----	44.5	7.6	1311.3
1751-1775	472,9	859.1	321.5	148.0	1.0	89.1	13.4	1905.2
1776-1800	626.2	741.3	419.5	40.8	8.6	54.3	30.4	1921.1
1801-1825	871,6	257.0	217.9	2.3	204.8	81.1	10.5	1645.1
1826-1850	1247,7	----	94.1	----	279.2	0	0	1621.0
1851-1867	154.2	----	3.2	----	23.4	0	0	180.7
Todos os anos	5074.9	3112.3	1456.4	527.7	517.0	280.0	94.2	11062.0
% do tráfico	45,9	28.3	13.2	4.8	4.7	2.5	0.9	100.0

Fonte: Eltis, David; Richardson, David; Behrendt, Stephen. **A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências**. Afro-Ásia, 24, 2000, p. 49.

Nota: *Dinamarca inclui alguns poucos navios escandinavos e germânicos.

⁸⁹ Eltis, David; Richardson, David; Behrendt, Stephen. **A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências**. Afro-Ásia, 24, 2000, p. 50.

⁹⁰ COSTA e SILVA, Alberto. **Um rio chamado Atlântico**. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003, p. 240.

Nessa perspectiva, ao ressaltar essas relações tão presentes entre os dois continentes, o embaixador brasileiro deixa bastante evidente que se trata de algo muito vivo e presente em nosso cotidiano, pois basta um olhar mais atento e detalhado para que se percebam os valores e significados africanos, representados em diversos momentos de nossa vida, seja na culinária, nas práticas culturais, nas artes, nos rituais religiosos, seja na nossa identidade e memória.

Essas influências, valores e símbolos africanos, presentes no nosso dia a dia, chegaram com os primeiros negros e rapidamente passaram a compor e a fazer parte das vivências culturais das principais áreas portuárias do Brasil, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, principais portas de entrada dos navios negreiros oriundos do continente africano.

Nesse sentido, como já era de esperar, através da diáspora negra ocorrida no interior da própria colônia brasileira, essas práticas culturais vivenciadas pelos escravos africanos passaram a ser encontradas em todo o território nacional, como forma de marcar presença em meio a uma sociedade de brancos. É importante notar também que, para resistir ao tempo e conseguir chegar aos dias atuais fortalecidos, esses modos de vida praticados pelos escravos sofreram reelaborações e adaptações a outras culturas, o que lhes permite, no tempo presente, contribuir para a nossa identidade como povo brasileiro.

Assim, como evidência e exemplo da marcante presença do negro em nossa sociedade, destacam-se as comemorações, em 2010, dos 100 anos do Candomblé de São Gonçalo, Salvador - BA, no histórico terreiro⁹¹ Ilê Axé Opô Afonjá, considerado um marco nas lutas de afirmação, identidade religiosa e referência na construção de valores das religiões de matriz africana do nosso país.

⁹¹**Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá: 100 anos de afirmação da identidade negra** - Fundado em 1910 por um grupo dissidente do Terreiro da Casa Branca, comandado por Mãe Aninha, o Ilê Axé Opô Afonjá foi marcado pela luta de afirmação e manutenção das tradições religiosas. Durante estes 100 anos, cinco mães de santo comandaram o espaço, sempre com destacada atuação junto à sociedade baiana. Em 1936, por exemplo, Mãe Aninha foi até o então presidente Getúlio Vargas para conseguir a liberação dos cultos, que eram fortemente combatidos pela polícia da época. O fato teve considerável importância na história do candomblé, pois, em seguida, o então Presidente do Brasil promulgou o Decreto Lei nº 1.202, proibindo qualquer embargo sobre os exercícios da religião do candomblé no País. Com a morte de Aninha, em 1938, a Casa passou a ser comandada pela ialorixá Bada, conhecida como Olufan Deiyl, seu nome sacerdotal, que governou o Ilê Axé de 1939 até 1941, quando veio a falecer. Para substituí-la, assumiu o matriarcado do templo Maria Bibiana do Espírito Santo, a veneranda Mãe Senhora de Oxum. Ela comandou o Ilê Axé Opô Afonjá, que, em português, significa “A Casa de Força Sustentada por Xangô”, durante 26 anos. Reformou, ampliou o terreiro e atraiu para os cultos nomes importantes da cultura baiana, como Jorge Amado e Pierre Verger. Depois de Mãe Senhora, o Afonjá passou a ser comandado por Mãe Stella de Oxóssi, que até hoje ocupa o trono da Casa. Considerada a mais politizada e intelectual das ialorixás que estiveram à frente do terreiro, ela combateu o sincretismo religioso, escreveu livros, estimulou a pesquisa e o registro escrito das tradições como forma de manter a memória. Hoje, o Opô Afonjá tem uma escola modelo no ensino da cultura negra no Brasil, um museu com peças e documentos relativos ao culto do Candomblé, além de uma biblioteca. **Fonte:** <http://zip.net/bgc02r>. **Acesso:** 02/08/2010.

É evidente que essa mescla multicultural ocorrida em terras brasileiras também foi possível devido à vinda de pessoas das mais diversas culturas e povos africanos, pois todo o processo de escravidão em direção ao novo mundo ocorreu em quatro períodos bastante distintos: *o primeiro é chamado ciclo da Guiné e inicia na segunda metade do séc. XVI, o segundo é chamado ciclo da Angola e Congo e abrange o séc. XVII, o terceiro é o chamado ciclo da Costa da Mina, dos primeiros três quartos do séc. XVIII e o quarto inclui o último quarto do séc. XVIII e o séc. XIX (Golfo do Benin)*⁹².

Importante ressaltar que, apesar de serem regiões fornecedoras de escravos bem específicas dentro do continente africano, todo este processo de comercialização de seres humanos deixou profundas marcas em toda a extensão da África negra, pois, para aqueles que lucravam com esse comércio, não interessava a origem dos escravos, mas a quantidade necessária para atender a demanda dos países compradores.

No que tange à prática comercial de escravos envolvendo o Brasil e a África, apesar de o Brasil ser colônia portuguesa, ao longo de todo o período em que ocorreu o tráfico transatlântico nem sempre as relações do pacto colonial foram respeitadas, pois, à medida que o comércio negreiro se tornava mais complexo e lucrativo, a estrutura do triângulo comercial Brasil-Portugal-África apresentava sinais de esgotamento, o que, por consequência, reduziu os lucros comerciais da coroa, gerou maior autonomia política e econômica da colônia e fortaleceu os interesses comerciais das elites baianas e cariocas em relação aos fornecedores de escravos no continente africano.

Era, sem dúvida, um novo cenário comercial que estava sendo implantado na principal colônia portuguesa naquele momento, principalmente na região Nordeste - Salvador, nos séculos XVI e XVII - e na região Sudeste - Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX -, locais considerados como centros comerciais da colônia e grandes consumidores de mão-de-obra africana, utilizada em múltiplos setores da economia.

Assim, com o tempo ficava cada vez mais natural o comércio direto de escravos e outras mercadorias entre Angola, Rio de Janeiro, Bahia e a Costa da Mina, no Golfo do Benin, depois do século XVIII e XIX, como esclarece Manolo Florentino:

⁹² BERKENBROCK, Volney J. **A experiência dos orixás** - um estudo sobre a experiência religiosa no candomblé. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 79.

cf. Roger Bastide, no seu livro **As religiões africanas no Brasil**, afirma também que foram quatro grupos principais trazidos para o Brasil ao longo de todo o tráfico negreiro: os grupos sudaneses (Yoruba e Dahomeanos), grupos islâmicos (Peuhls, Mandingas e Haussa), grupos bantos de Angola e Congo e o grupo dos bantos da Contracosta (Moçambique).

[...] O tráfico de escravos entre a África e o porto de Salvador crescia e a Costa da Mina era a principal região de origem dos que desembarcavam especialmente os oriundos dos portos de Grande Popó, Ajudá, Joaquim e Apá. Durante todo o século XVIII e os primeiros anos do seguinte a comunidade mercantil baiana reforçou seus laços comerciais e mesmo políticos com a Costa da Mina, proximidade que por vezes gerou reações da parte de Lisboa, descontente com a liberdade de comércio dos traficantes de Salvador e de suas ligações rivais de Portugal⁹³.

Essa comercialização direta com o continente africano rapidamente passou a sofrer repressão por parte da coroa portuguesa, como mostra o episódio ocorrido no século XVIII, quando os comerciantes baianos solicitaram à metrópole a criação no Brasil de uma companhia de comércio que detivesse o controle da compra de escravos na África e o abastecimento no Brasil. Como já era de se esperar, o pedido foi negado, conforme expresso e justificado em despacho datado de outubro de 1702 do então governador da Bahia, D. Rodrigo da Costa: *a formação da companhia proposta por alguns negociantes da Bahia à Sua Majestade é impossível, tanto em razão dos enormes capitais necessários, quanto das mudanças de intenção de alguns dos que haviam tido esta iniciativa*⁹⁴.

Mesmo com a negativa do pedido, a disputa comercial entre a elite baiana e a coroa portuguesa não cessou tão cedo, principalmente por se tratar de uma preciosa fonte de recursos altamente lucrativa naquele momento, uma verdadeira disputa de poder comercial que permitiria a quem a vencesse fazer sucumbir os interesses do outro.

Todo esse cenário hostil, marcado pela disputa econômica e política, começou a sofrer as primeiras mudanças a partir do ano de 1695, quando finalmente a coroa portuguesa conseguiu materializar o seu velho desejo de encontrar ouro nas terras coloniais, o que provocou importantes mudanças internas na vida da colônia.

O primeiro sinal de mudança em função da descoberta e exploração do ouro foi o deslocamento do comércio do tráfico negreiro, até então dirigido ao Nordeste devido a, por um longo período, a nossa principal fonte de riquezas ser a lavoura açucareira ali cultivada, que, conseqüentemente, era a grande consumidora da mão-de-obra africana que chegava pelo porto de Salvador.

⁹³ FLORENTINO, M; RIBEIRO, A. V.; SILVA, D. D. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil** (sec. XVIII e sec. XIX). *Afro-Ásia*, 31, 2004, p. 84.

⁹⁴ Despacho do Governador baiano D. Rodrigo da Costa datado de 09 de outubro de 1702, *apud* PIERRE Verger. **Fluxo e refluxo**: o tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX, São Paulo: Corrupio, 2002, p. 81.

Porém, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, o Brasil passou a receber um maior volume dessa mão-de-obra africana, o que aumentou significativamente o fluxo no porto de Salvador. *Da Bahia eles eram redistribuídos para Minas Gerais, costeando os rios São Francisco e das Velhas, percorrendo em torno de 1.200 quilômetros*⁹⁵, o que se manteve até a segunda metade do século XVIII, já que os traficantes baianos continuaram como os principais fornecedores de escravos a serem utilizados nos trabalhos das minas de ouro.

Todavia, com a abertura e a utilização do caminho do Rio de Janeiro a Minas Gerais, essa realidade portuária passou por mudanças significativas, pois gradativamente o movimento comercial do porto de Salvador foi transferido para o Rio de Janeiro. Tal fato representou importantes conquistas econômicas para a coroa portuguesa, uma vez que a *diminuição da duração da viagem entre o porto carioca e os veios auríferos possibilitou a redução dos custos de manutenção dos escravos, diminuindo inclusive as fugas e taxas de mortalidade ao longo do trajeto Rio-Minas*⁹⁶, garantindo, assim, uma maior liquidez ao capital investido, o que, por sua vez, permitiu maior lucratividade para os traficantes de escravos. O gráfico a seguir (figura 07) representa o momento dessa mudança do movimento do porto de Salvador para o Rio de Janeiro.

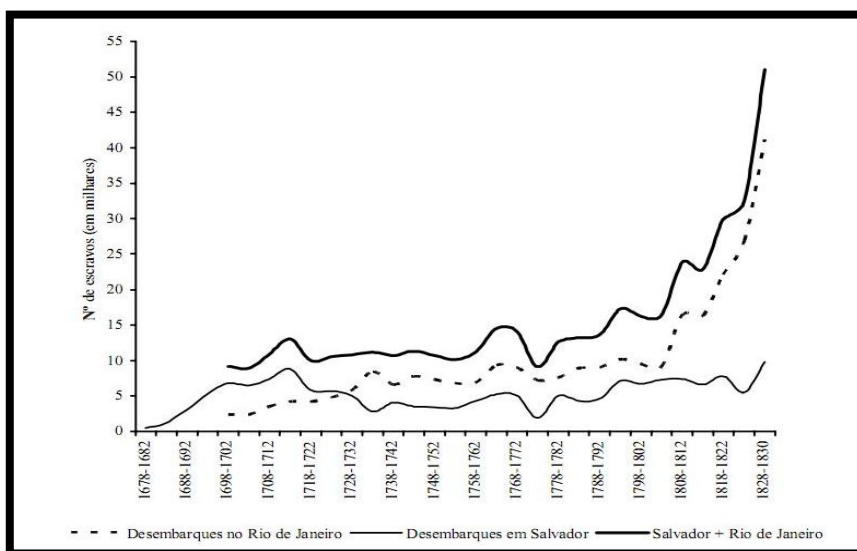


Figura 07 – Médias quinquenais dos desembarques de escravos africanos nos portos de Salvador (1678-1830) e Rio de Janeiro (1700-1830).

Fonte: FLORENTINO, M; RIBEIRO, A. V.; SILVA, D. D. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séc. XVIII e séc. XIX). Afro-Ásia, 31, 2004, p. 85.

⁹⁵ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**, São Paulo, Melhoramentos, 1976, p. 186-187. Nesse livro, Antonil apresenta com detalhes o caminho da Bahia em direção a Minas Gerais, que perfazia um total de aproximadamente 237 léguas (237 x 6 quilômetros).

⁹⁶ Ibidem, p. 87.

Em relação aos números de escravos africanos que chegaram às regiões Nordeste e Sudeste da colônia brasileira, a **tabela 07**, que faz referência ao desembarque⁹⁷ de escravos por região, permite-nos observar e concluir que, nos períodos da descoberta e exploração do ouro na colônia portuguesa (1701-1825), a região Sudeste superou, em volume recebido, a região Nordeste do Brasil e a Bahia. Tal situação torna-se compreensível se entendermos que a demanda por escravos estava vinculada às necessidades econômicas de cada região, tanto na lavoura açucareira, quanto na extração das minas de ouro de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. As consequências deste movimento de escravos no Sudeste foram tão intensas e impactantes que no século XVIII as Minas Gerais tornaram-se a região com a *maior população cativa de todo o mundo escravista setecentista, aonde em nenhuma área do Brasil ou do exterior houve concentração que, no mesmo período, se comparasse à mineira*⁹⁸.

Tabela 07 - Volume de escravos africanos desembarcados por região de chegada ao Brasil 1519-1867 (em milhares)

Período	Nordeste do Brasil	Bahia	Sudeste do Brasil
1519-1600	35.0	15.0	----
1601-1650	86.3	60.0	30.0
1651-1675	15.6	15.6	15.6
1676-1700	30.2	75.9	30.2
1701-1725	24.3	199.6	122.0
1726-1750	51.4	104.6	213.9
1751-1775	126.9	94.4	210.4
1776-1800	210.8	112.5	247.2
1801-1825	214.8	182.0	408.7
1826-1850	80.0	146.5	736.4
1851-1867	0,9	1.9	3.6
Todos os anos	876.1	1008.0	2017.9
% do tráfico	9.1 %	10.5%	21.0%

Fonte: David Eltis, The volume and structure of the transatlantic slave trade: a reassessment.

⁹⁷ **The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment** David Eltis *The William and Mary Quarterly* Third Series, Vol. 58, No. 1, New Perspectives on the Transatlantic Slave Trade (Jan., 2001), pp. 17-46 Published by: Omohundro Institute of Early American History and Culture Article Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2674417>. (Existe uma tradução no Brasil desse artigo, porém os dados referentes ao volume de escravos africanos recém-chegados às Américas não coincidem com os do original, o que dificulta chegar a algumas conclusões importantes sobre a temática. ELTIS, David & RICHARDSON, David. **Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865**. TOPOI: Revista de História, UFRJ, março de 2003, p. 9-46).

⁹⁸ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão**. In: ROMEIRO, Adriana; Angela Vianna Botelho (Org.). *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 130-132

Sobre a população de Minas Gerais no século XIX, Bergad afirma que o primeiro censo nacional brasileiro, realizado em 1872, revelou que a província tinha mais escravos do que qualquer outra região brasileira e que a população de escravos havia dobrado desde 1819. Na verdade, entre 1819 e 1872 ela mais que duplicara, passando de cerca de 168.500 para 370.000 indivíduos, o que representava, ao mesmo tempo, um aumento de 15 para 24% em sua participação no total de escravos brasileiros durante o período. BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**, Tradução de Beatriz Sidou, Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 21-24.

Observa-se também nessa tabela que, mesmo ocorrendo um movimento intenso no porto do Rio de Janeiro, a partir do final da década de 1710 o antigo centro de distribuição de mão-de-obra escrava, o porto de Salvador, continuou a receber escravos enquanto permaneceu a vigência da escravidão atlântica, o que significa afirmar que, mesmo com a descoberta da mineração em 1695, a região Nordeste não deixou de produzir economicamente e de consumir parte desses escravos não só nas plantações de cana-de-açúcar, mas também em outras atividades cotidianas que necessitavam do braço escravo, conforme observou Robert Slenes: *a grande maioria dos cativos vendidos no tráfico interprovincial não era proveniente de áreas de plantation do nordeste, e sim de áreas urbanas ou de regiões de atividades agrícolas não voltadas para a exportação*⁹⁹.

Com o declínio acentuado desses setores da economia colonial e a ascensão rápida da mineração, escravos passaram a circular em outras regiões economicamente ativas, formando uma intensa rede interprovincial de comércio de escravarias, o que com certeza garantiu o seu reaproveitamento como mão-de-obra.

Com efeito, e seguindo essa tendência migratória, no ano de 1744, quando as antigas áreas produtoras de ouro estavam em total decadência, o arraial de Paracatu, extremo noroeste da Capitania de Minas Gerais, vivia uma situação totalmente inversa, pois nesse momento era oficializada a descoberta da última reserva mineral da colônia portuguesa no século XVIII, o que, por consequência, proporcionou um intenso movimento migratório de escravos, oriundos de várias partes da colônia e do continente africano.

Pelos dados populacionais levantados, o novo arraial, nos anos de 1744/45, contava com aproximadamente 10.000¹⁰⁰ pessoas que viviam e exploravam as riquezas do arraial de São Luís e Santana das Minas do Paracatu, sendo 8.109¹⁰¹ negros escravos, o que perfazia cerca de 80% da população.

É importante ressaltar que todo esse movimento de escravarias no sertão mineiro se iniciou antes da descoberta das reservas de ouro de Paracatu, uma vez que, já na década de 1720, momento de ocupação e povoamento do noroeste da Capitania das Minas Gerais, a

⁹⁹ SLENES *apud* CHALHOUD SIDNEY. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 58.

¹⁰⁰ Em 1746, o governador asseverou que no descobrimento de Paracatu “se juntaram de todas as Comarcas das Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Bahia e Rio, mais de dez mil almas”. APM, SC, f 67-68, 21/09/1746; APM, SC, f,61v,07/10/1745).

¹⁰¹ Mapa de rendimento da Capitação da Intendência do Arrayal de São Luís e Santana Minas de Paracatu. 2º semestre de 1745. AHU_ACL_CU_013,Cx.29, D.2712 BRASIL –PARÁ AHU-ACL-N-Para Nº Catálogo: 2712 Colônia: Pará Data: 1746, Abril, 28. (**anexo 08**).

mão-de-obra escrava já era utilizada nas fazendas de gado¹⁰² e na agricultura, conforme o registro da carta de sesmária emitida pelo então governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Lourenço de Almeida, ao capitão João Jorge Rangel:

[...] tendo respeito ao capitão João Jorge Rangel me apresentou em sua petição que ele é senhor e possuidor de uma fazenda chamada São José cita na Ribeira do Paracatu, a qual fazenda descobriu, povoou e cultivou com escravos, e gado vacum, e cavalar, tudo com grande despesa de sua fazenda e de presente a conserva, livrando-a da invasão do gentio, que continuamente a esta invadindo [...]¹⁰³.

Aqui, por meio de Ribeiro, observa-se que as fazendas de gado foram a primeira forma de ocupação da região de Paracatu, o que se comprova pela aquisição de terras por parte do Capitão João José Rangel, cuja primeira sesmária, da fazenda Santa Ana, foi doada em 1727, provavelmente para a construção da capela de Santa Ana, que ocorreu por volta de 1736 em Paracatu¹⁰⁴.

Em relação à origem dos negros escravos que povoaram o arraial de Paracatu em meados do século XVIII, os dados são bastante escassos e fragmentados, o que não significa afirmar que não existem referências e informações sobre o processo de ocupação dos sertões mineiros. Pelo cruzamento das fontes documentais, como a inquisitorial, cartorial, registros paroquiais e de passaportes, foi possível reconstituir parte do movimento populacional que transformou e coloriu os distantes rincões da capitania de Minas Gerais.

A primeira referência populacional sobre os negros de Paracatu foi publicada em um importante artigo do antropólogo Luiz Mott, intitulado *Acotundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro*, no qual ele trata de um processo inquisitorial envolvendo um ritual praticado em 1747 pela negra forra Josefa Maria, acusada de *ser a líder e proprietária de uma casa de culto onde se realizava a dança de Tunda, também chamada de Acotundá, um ritual em louvor ao Deus da nação Courá*¹⁰⁵. Em uma análise precisa desse processo, o autor, além de apresentar detalhes da vida religiosa, cultural e cotidiana dos negros do arraial de Paracatu, também mapeia (**tabela 08**) a nação de origem dos 20 negros

¹⁰² Ver também o **anexo 02** – As minas e os caminhos de Goiás - ocupação, que registra o uso da mão-de-obra escrava nas fazendas de criação de gado.

¹⁰³ Carta de sesmária emitida pelo governador Dom Lourenço de Almeida ao capitão João Jorge Rangel, Vila do Ribeirão do Carmo, 14 de julho de 1728. RAPM, volume 4, 1899, p. 185.

¹⁰⁴ Esse capitão era proprietário de extensos domínios, ao todo nove fazendas de gado, as quais, por ser solteiro, deixou à igreja católica por meio do seu testamento de 1724. RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, lugar deserdado**. op.cit, p. 41.

¹⁰⁵ Mott, Luiz. **Acotundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro**, Revista do Museu Paulista vol. XXXI, 1986: 124-147.

que frequentavam a casa de Josefa Maria e serviram de testemunha para a abertura das investigações, conforme a representação do quadro a seguir:

Tabela 08 - Praticantes do Acotundá - Arraial de Paracatu – 1747

	Nome	Nação	Condição	Residência em Paracatu
01	Ana	Courá	Forra	Rua do Tijolo
02	Ana	Calundá	Escrava	Rua dos Goiazes
03	Brígida	?	Escrava	Rua dos Goiazes
04	Benta	Courá	Forra	Rua do Rosário
05	Caetana	Mina-Courá	?	Vila dos Goiazes
06	Inácia	Mina	Forra	Chapada dos Tavares
07	Jacinta	Lanu	Escrava	Chapada do Espírito Santo
08	Josefa Maria	Courá	Forra	Córrego dos Macacos
09	Leonor	?	Forra	Rua dos Goiazes
10	Maria	Courá	Forra	Arraial de São Domingos
11	Quitéria	?	?	?
12	Teodora	Courá	Escrava	Arraial dos Macacos
13	Teresa	Courá	Escrava	Arraial do Raivo
14	Sebastiana	Angola	Forra	Chapada do Tavares
15	?	Crioula	?	Arraial do Espírito Santo
16	Antônio	Courá	Forro	Arraial do Ruivo
17	Caetano Pereira	?	Forro	Córrego dos Macacos
18	Guilherme	Courá	Escravo	Chapada dos Tavares
19	José Bahia	?	?	?
20	Manuel	?	Escravo	?

Fonte: MOTT, Luís, **Acotundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro**. In *Escravidão, homossexualidade e demonologia*, São Paulo, Ícone Editora, 1988, p. 100.

A segunda referência demográfica são os registros de concessão de passaportes para exportação de escravos da cidade de Salvador para diferentes regiões brasileiras e para o exterior, conhecido como códice 249¹⁰⁶, que se encontra sob a guarda do Arquivo Público da Bahia (APEB). A documentação relativa ao período entre 1759 a 1772, momento de maior produção de ouro do arraial de Paracatu, registra, como consta no quadro a seguir, a emissão de 16 passaportes que permitiam o deslocamento de 98 escravos destinados aos sertões das Minas de Paracatu, com o seus respectivos proprietários ou guias. Esses escravos eram

¹⁰⁶ “O banco de dados construído a partir do Códice 249 revela que durante o período referido que comporta 14 anos foram expedidos 3.039 passaportes a indivíduos que desejavam levar escravos da cidade de Salvador para diversos destinos. Na realidade, tais registros notificam que 19.917 escravos foram comboiados para fora da cidade de Salvador. Destes, cerca 88,5% eram africanos e 11,5% crioulos. O primeiro registro é datado de 24 de julho de 1759 e o último de 18 de novembro de 1772. Sua forma obedecia a uma estrutura simples, que consistia em anotações sobre o dia, mês e ano em que o Governador da Bahia concedia o passaporte para determinado indivíduo, o qual conduziria os escravos para seu destino em determinada Capitania, por uma rota determinada. Também era registrado o número de escravos, crioulos e/ou africanos, que eram levados”. MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. **Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão 1759-1772**. XII Seminário sobre a Economia Mineira, UFMG/CEDEPLAR, 2006, Diamantina, p. 04.

comprados em Salvador e utilizados como mão-de-obra nas minas de ouro de Paracatu, ou até mesmo nas fazendas de gado que ocupavam os sertões (**tabela 09**).

Tabela 09 - Escravos remetidos de Salvador para o arraial de Paracatu - 1759-1772

	Data do registro	Proprietário do passaporte	Nº de escravos
01	12/08/1761	Manoel Gomes da Silva	08
02	20/08/1762	P. ^e Frutuozo [Joze?] Dias da Costa	04
03	14/03/1763	João Vieyra da Costa	02
04	01/07/1763	Fran. ^{co} Roiz'	02
05	27/08/1764	Mathias Fernandes Santiago	07
06	09/09/1765	Gaspar Coreia	01
07	16/12/1765	Ant. ^o Cardozo dos Santos	15
08	20/06/1766	João Frz' Coelho	01
09	17/07/1766	Joze Teixeira de [Ar. ^o ?]	05
10	06/10/1766	Joze Gomes da Sylva	01
11	26/11/1766	Pedro Roiz' Froés	07
12	11/12/1766	Manoel da Fonseca	03
13	06/02/1767	D ^{os} Rodrigues Xavier	38
14	18/05/1767	João Gomes Machado	01
15	27/08/1767	Franc. ^o Frz Chaves	01
16	21/04/1769	P. ^e Miguel Moreira	01
Total de escravos (1759-1772)			98

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Códice 249. Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania. Série Registro de pedidos de passaportes para escravos e de guias para despachos de embarcações 1759-1772. Seção de arquivo colonial e provincial.

Todas essas informações sobre a população negra presente no arraial de Paracatu leva-nos a acreditar que ali existia um verdadeiro mosaico multicultural de negros, originários de vários locais da colônia¹⁰⁷, como Salvador, Diamantina, São João Del Rei, Congonhas, Mariana, Serro Frio e Pernambuco, e de diferentes nações africanas, que, reunidos no mesmo espaço, criaram e viveram os seus modos de vida.

¹⁰⁷VENANCIO, Renato Pinto. **Paracatu**: movimentos migratórios no século XVIII. Locus: **Revista de História**. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan.-jun. 1998.

2.2 Rastros e sinais dos Amaros no período da escravidão em Paracatu: a Caretagem em movimento

Indiscutivelmente, Minas Gerais, no século XVIII, foi o centro econômico da colônia brasileira, e, por consequência, o principal destino de milhares de negros escravizados que foram utilizados em trabalhos nas minas de ouro, fazendas de gado e lavouras agrícolas. Esse encontro populacional no território mineiro contribuiu para a formação de um caleidoscópio multicultural de sons, sabores, religiosidade e práticas culturais, uma vez que suas experiências e costumes os acompanhavam e se adaptavam conforme as características de cada lugar.

O movimento de escravos em direção às minas de ouro não ocorreu somente durante o período em que a produção aurífera estava em alta, mas continuou mesmo após a sua escassez, pois a economia mineira havia se diversificado e necessitava de mais trabalhadores que fizessem as novas tarefas, principalmente no início século XIX, quando *Minas Gerais continuava a possuir a maior população cativa do Brasil, mas, o que é também inédito para a época, contava com a maior população de forros e de descendentes desses, nascidos livres, que ultrapassava a de escravos e, evidentemente, a de brancos*¹⁰⁸.

Inicialmente, essa mão-de-obra escrava utilizada nas Minas Gerais era proveniente da cidade de Salvador, considerada no século XVIII o principal centro fornecedor de escravos, de onde eram comercializados para a colônia brasileira, e que se fizesse necessário, conforme detalha Ribeiro:

[...] O caminho percorrido pelas tropas carregadas de escravos saídas de Salvador em direção à capitania mineira era feito por via marítima (com escala no Rio de Janeiro) ou por via terrestre (costeando o rio São Francisco). Os traficantes baianos foram os principais fornecedores de trabalhadores escravos para as minas pelo menos até a segunda década do século XVIII, quando os cariocas tomaram a frente dos negócios, não só pela abertura de uma nova rota ligando o porto carioca às lavras mineiras, como também pela aproximação entre os agentes econômicos do Rio de Janeiro e Minas Gerais¹⁰⁹.

A relação entre a Bahia e Minas Gerais não se resumia ao comércio de escravarias, pois pelos caminhos que ligavam as duas regiões circulavam diversos produtos

¹⁰⁸ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão**. In: Adriana Romeiro; Angela Vianna Botelho. (Org.). *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 130.

¹⁰⁹ RIBEIRO, Alexandre Vieira. **E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII**. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira.

necessários para abastecer os mercados consumidores dos arraiais das Minas Gerais, além de ouro e escravos contrabandeados, uma situação que incomodava bastante as autoridades metropolitanas.

Para tentar coibir esse contrabando, foi editado em 1702 o regimento Superintendente Guarda-mor e Mais Oficiais, deputados para as minas de ouro, onde *ficaram proibidos nesse caminho toda a forma de trânsito de pessoas e mercadorias, registrando uma única exceção o comércio de gado*¹¹⁰. Certamente na prática a medida não surtiu os efeitos esperados, uma vez que, com o aumento de novas áreas produtoras de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o fluxo populacional e a abertura de novos caminhos que levavam ao minério eram inevitáveis, dificultando o controle e as possíveis fiscalizações.

Em uma importante publicação datada de 1711, o padre Antonil registra a existência de quatro caminhos conhecidos pelas fiscalizações de grande uso, que tinham como destino certo as lavras auríferas de Minas Gerais:

O primeiro caminho é o caminho geral do sertão, que passava pela Vila de São Paulo para as Minas Gerais do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto e para as Minas do Rio das Velhas; o segundo, conhecido como caminho velho, tinha como trajeto a cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais do Ribeirão do Carmo e de Ouro Preto para as Minas do Rio das Velhas; o terceiro, conhecido como caminho Novo, saía da cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto e para as Minas do Rio das Velhas; o quarto caminho, saía da Cidade da Bahia para as Minas do Rio das Velhas¹¹¹.

Estes caminhos, além do seu uso comercial, ocasionavam a ligação dos sertões, assim contribuindo de forma decisiva para o povoamento e a urbanização dos vários arraiais que surgiam como consequência da exploração da mineração, como o ocorrido em Paracatu em meados do século XVIII.

Neste viés, chamamos a atenção para o Caminho Geral do Sertão ligando a Bahia a Minas Gerais (figura 08), uma das entradas dos negros escravizados provenientes do porto de Salvador para trabalhos das minas de ouro do arraial de Paracatu. Um trajeto que consideramos importante por ter sido, provavelmente, o caminho percorrido pela prática

¹¹⁰ RESENDE, Maria E. L. "Itinerários e interditos na territorialização das Geraes" In: RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). **As Minas Setecentistas**. História das Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, pp. 25-53.

¹¹¹ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 78-79.

cultural chamada de Caretagem, uma folia negra existente em Paracatu e que se faz presente no cotidiano dos negros desde os tempos da escravidão.



Figura 08 - Mapa - Interpretação do roteiro das minas descrito por Antonil
 Fonte: RESENDE, Maria E. L. “Itinerários e interditos na territorialização das Geraes” In RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs). História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas. Volume 1. Belo Horizonte; Autêntica/Cia. do Tempo, 2007, p.35.

Eis a importância da Caretagem para este estudo sobre os Amaros: pelas informações fornecidas por tataranetos de Amaro Pereira das Mercezes, ela está presente na vida da família há mais de 120 anos, desde quando praticada ainda nas terras da fazenda Pituba.

Neste sentido, buscaremos sinais deixados por esta folia negra ao longo do tempo, não para encontrar a sua origem, pois, como sabemos, ela é o resultado de um processo da circularidade de informações e movimentações culturais de quem a pratica, mas com o

objetivo de esclarecer significados políticos e identidade, instrumentos utilizados na atualidade pelos Amaros como forma de fazer valer seus direitos como comunidade remanescente quilombola.

Diante do exposto, para esclarecer e tentar compreender a presença da Caretagem dentro da cidade de Paracatu, se faz necessário buscar indícios em território baiano, de onde conjecturemos que ela tenha saído em direção às minas de Paracatu.

Registros recentes relatam a existência, em algumas cidades do Baixo Sul da Bahia, como Cairu, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença (figura 09), da manifestação cultural conhecida como *Zambiapunga*¹¹², *que é um grupo de caretas, que fazem cortejos de madrugada, dançando e acordando a cidade com um som atordoante, tirado de enxadas, tambores, cuícas e búzios*¹¹³.

No que se refere à folia negra dos Caretas do Baixo Sul da Bahia, se dá cercada por muito mistério, pois não se sabe exatamente sua origem, o que nos permite levantar a hipótese de que surgiu juntamente com os escravos vindos das diversas partes da África para trabalhar em lavouras de cana-de-açúcar existentes no litoral baiano.

Essas evidências africanas tornam-se mais claras quando se obtém o significado da palavra *Zambiapunga*, referência ao “deus supremo dos cultos bantos,” como registrou a pesquisadora Yeda Pessoa em seus estudos sobre a temática: “nzambi ampungu” como o grande espírito e “saami ampunga” como os grandes ancestrais. “Mpungu”, “ampungu” ou

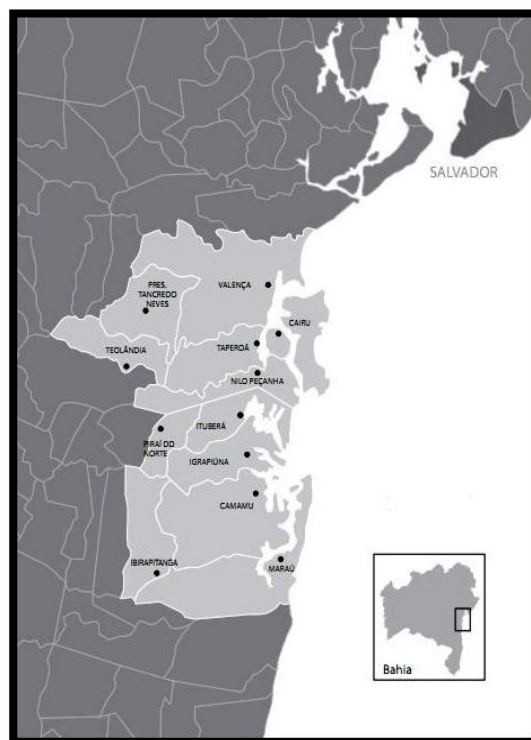


Figura 09 – Mapa Baixo Sul da Bahia
Fonte: <http://zip.net/blfwtR>

¹¹² Sobre o *Zambiapunga* ver também:

-GUIMARÃES, Alexandre A. B. **Zambiapunga de Nilo Peçanha: Representações no tempo. (1940 - 2002)**. Santo Antônio de Jesus, 2003. Monografia (Graduação em História) Dep. de Ciências Humanas - CAMPUS V- Universidade do Estado da Bahia.

-LOPES, Paula de Siqueira. **Zambiapunga: cultura e política no baixo sul da Bahia**. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UFRJ/ANTROPOLOGIA SOCIAL.

-AZEVEDO, Agnaldo Siri. **Zambiapunga de Cairu - Festa de Outora**. Película. Bahia, 1978.

-Caretas e Zambiapunga. Série Bahia Singular e Plural. VHS, 30'', Bahia. IRDEB & TVE (Bahia). 2000.

-Nilo Peçanha e o Zambiapunga TV SALVADOR. 2001. Bahia: Terra, Cultura e Gente (programa). VHS. Bahia.

¹¹³ Caretas e Zambiapunga. Série Bahia Singular e Plural. VHS, 30'', Bahia. IRDEB & TVE (Bahia). 2000.

"ampunga" são termos bantos que se referem aos mortos, aos antepassados¹¹⁴. Ao chegar em terras brasileiras, o Zambiapunga certamente incorporou novas cores, novos ritmos, novas funcionalidades e novas experiências.

Vale ressaltar que o Zambiapunga apresenta-se somente no dia, de Todos os Santos, primeiro de novembro, e véspera de finados, confirmando o seu caráter de louvação aos ancestrais. Além disso, é um culto ligado às tradições de plantações, daí a razão de a enxada ser um dos instrumentos que acompanha a apresentação da folia, pois, juntamente com a utilização de cornetas em concha, produz sua música, que vai desde um som crescente até um glamour hipnótico.

Assim, o Zambiapunga pode ser caracterizado como um grupo de mascarados que saem às ruas, vestidos com roupas coloridas, chapéu de papel de seda e adornados com a máscara, características que aparecem onde prática cultural é realizada (figura 10).



Figura 10 – Zambiapunga do Baixo Sul da Bahia

Fonte: <http://zip.net/bwfwjy>

¹¹⁴CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia** - um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 25.

Quanto a outros detalhes do Zambiapunga, não podemos negar que seu caráter pedagógico junto à população local, quando os integrantes, vestidos com seus adornos, saem às ruas nos domingos para divertir a comunidade e assustar as crianças, incorporando o espírito do lobisomem, mula-sem-cabeça e caipora. Seus trajes são confeccionados das mais diversas formas e cores, e geralmente por pessoas de baixa condição financeira, utilizando a criatividade, reciclando roupas e objetos do seu dia a dia. No detalhe das fotos, a vestimenta do Careta recebeu folhas da bananeira como forma de acabamento. A máscara utilizada é feita de tecido, sem muitos detalhes, não impedindo sua funcionalidade de assustar e esconder quem a usa (figura 11).



Figura 11 - Zambiapunga do Baixo Sul da Bahia
Fonte :<http://zip.net/bwfwjy>

Ao longo dos séculos, essa manifestação cultural ultrapassou fronteiras, saindo da Bahia em direção a Minas Gerais, encontrando aí os espaços necessários para a sua realização. Importante esclarecer que, em cada lugar em que é realizada, recebe e incorpora características e adapta-se a seu momento e contexto.

Registramos a existência, na cidade mineira de Paracatu, da “Caretagem,” uma folia negra, acompanhada por canções, e semelhante à Zambiapunga da Bahia em aspectos

como a participação do negro e o uso da máscara, embora em terras mineiras tenha passado por modificações, incorporando novos elementos, atraindo novos participantes e estabelecendo novas devoções, características que lhe garantem especificidade e sobrevivência.

No passado, fazia parte das comemorações da festa de Nossa Senhora do Rosário, em um movimento que percorria a região de Paracatu em busca de donativos, o que fortalecia economicamente e politicamente a Irmandade do Rosário. E, principalmente, a realização desse ato em praça pública, forma de obter evidência de suas ações, demarcava seu espaço perante a cidade.

Nesse sentido, cultivar Nossa Senhora do Rosário também se tornava uma forma de escapar de possíveis perseguições, pois Paracatu mantinha uma intensa vida religiosa, o que resultou, no século XVIII, na presença ali do Tribunal de Inquisição¹¹⁵. Assim, a Irmandade do Rosário se fortalecia como responsável pela realização da folia da Caretagem, já estruturada o suficiente para oferecer suporte necessário aos dançantes em eventuais problemas com donos de escravos e ou autoridades religiosas.

Entre as características mais marcantes da Caretagem está a de ser praticada somente por homens, embora alguns participantes usem saias, certamente com a finalidade de compor os pares da dança. O uso de máscaras e a incorporação de vários elementos da Congada em seu ritual são também clara demonstração de uma folia em constante reelaboração, pois, ao mesmo tempo que incorporava informações de outras culturas, também repassava suas informações e valores. Assim a descreve Oliveira Mello:

[...] Para anunciá-la saíam os mascarados uns oito dias antes de começar o novenário, apregoando por toda a cidade e redondeza a programação dos festejos. Estes mascarados eram homens que se vestiam de maneira curiosa, tendo uma máscara ao rosto (daí, a alcunha de mascarados) e anunciavam a caretada, que tinha preferência no domingo. A caretada era realizada pelos mascarados (havia mudança de nome, pois existia uma coreografia; a organização e o sentido eram outros). Ficavam à porta da Igreja, em número

¹¹⁵ “[...] Em 26 de agosto de 1781, o Dr. Francisco de Mello Franco, foi preso e processado pela Inquisição, sabe em auto de fé celebrado naquela cidade, indo com ele o seu colega Francisco José de Almeida e outros. Foi sentenciado como herege, naturalista, dogmatista e por negar o sacramento do matrimônio, e condenado a reclusão em Rilhafolles por tempo arbitrário. O padre José Ribeiro Dias e Miguel Nunes Sanches, condenados pelo Santo Ofício em 1744. Também foi condenado Clemente da Fonseca Silva, pardo, alfaiate, natural de Santo Antônio de Bom Retiro, comarca de Sabará e morador de Paracatu – condenado a açoites e as seis anos de prisão celular, por crime de bigamia, pelo Santo Ofício, em data de 1761; a 20 de outubro de 1748, Antônio Ribeiro Sanches, de 38 anos, cristão novo, médico e solteiro, português, residente nas Minas de Paracatu, e João Henrique, de 28 anos, cristão novo, boticário, também português e residente nas Minas de Paracatu, ambos por judaísmo”. OLYMPIO, Gonzaga. **Memória Histórica de Paracatu** – Uberaba: Typ. Jardim & Cia, 1910, p. 18-20.

de cem pessoas ou mais, montados em garbosos cavalos ou a pé. Aguardando o término da missa. Juntamente com eles estavam os caixeiros, que iam à frente do cortejo, anunciando o festivo préstito. Classificavam-se os cavaleiros como: Cavaleiros negros, montados em selim com caçambas de prata, que eram emprestados pelos nobres do lugar, e em belos e garbosos cavalos; Cavaleiros porta-estandartes, também montados em arreios semelhantes aos dos negros, distinguindo-se pela farda rica e vistosa e usando espadas (também emprestadas pelos nobres). Colocavam-se na seguinte ordem: 50 cavaleiros negros de um lado e 50 porta-estandartes de outro. Ao meio iam os que carregavam as bandeiras de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, em número de quatro, para se revezarem. [...] quando saem nesta peregrinação não permitem a participação de mulheres, mas apenas de homens. [...] Vestem-se de maneira berrante. Geralmente, tem uniforme assim distribuído: camisas brancas, calças azuis, fitas e tiracolo em cores à vontade do participante. [...] Outros já colocam saias sobre as calças. Ai já vem a distinção entre os dançadores. Os de saia pertencem ao Terno de Moçambique. As suas saias se constituem da melhor anágua da “patroa”, que sempre é de algodão alvejado, pano bastante grosseiro. Os de saias são denominados de Catupé. Dançam e cantam ao som de seus instrumentos: canja, tamboril, caixa, sanfona e viola¹¹⁶.

Em relação à Caretagem praticada no passado, o Senhor Honório Coelho, tataraneto de Amaro Pereira das Mercezes, a dançou pela primeira vez em 1942, na Lagoa de Santo Antônio, como relata:

[...] só vejo falar que ela é velha. Ela é [...] essa Caretada, é africana. E além de isto, ela foi tocada [...] porque justamente eles (os escravos) queria dançar a Caretada, mas eles tinha medo. Então, que eles fazia? Eles pegava, roubava a anágua das patroa, roubava o vestuário tudo, mais ou menos, e punha máscara para eles num conhecer. Aí tocou essa dança e foi toda vida, né¹¹⁷.

Importante observar que, inicialmente, foi praticada nos povoados próximos à cidade, como São Domingos, Lagoa de Santo Antônio e São Sebastião, zona rural da cidade de Paracatu, o que reforça a tese de ser uma prática cultural com lastros na zona rural.

Continuou passando por modificações, não sendo possível precisar o momento em que elas ocorreram, porém, pelo que se observa nos últimos anos, vem passando por significativas transformações, em um movimento de reinvenção para evitar o seu fim.

Assim, podemos destacar mudanças visíveis na realização da Caretagem quanto ao uso da máscara, o santo de adoração e a participação direta de mulheres.

¹¹⁶ MELLO, Antônio de Oliveira. **Minha terra**: suas lendas e seu folclore. Belo Horizonte: Ed. Acad. Patense de Letras, 1970, p. 116-120.

¹¹⁷ Guimarães, Honório Coelho. **Depoimento** - Honrados Amoros Benditos. DVD, 30 min, documentário institucional, Brasília, 2004. Realização Fala Negra e Fundação Cultural Palmares.

Em relação às máscaras, no passado eram confeccionadas de couro, e geralmente utilizavam-se detalhes do próprio material para complementar a aparência que se desejava no resultado final. Com o passar do tempo e a escassez desse tipo de material, passaram a usar máscaras feitas de papelão ou plásticos recicláveis, o que acabava produzindo formas e expressões diferenciadas; atualmente, com o mundo moderno e tempo escasso, as máscaras passaram a ser de borracha, geralmente imitando personagens comuns da televisão (figura 12,13 e 14).



Figura 12 - Máscaras da Caretagem/Amaros. Paracatu.
Fonte: Regina Santos, 2004.



Figura 13 - Máscaras da Caretagem/Amaros. Paracatu.
Fonte: Regina Santos, 2004.



Figura 14 - Máscaras da Caretagem/São Sebastião. Paracatu.
Foto: Paulo Moreira, 2002.

A segunda mudança ocorrida na folia da Caretagem de Paracatu se relaciona a seu santo protetor, pois, se no passado todo o ritual estava vinculado a Nossa Senhora do Rosário, em determinado momento São João Batista passou a ser reconhecido como o santo cultuado e homenageado pelos Caretas, o que representaria mudanças no dia de louvação, passando do dia 07 de outubro, quando se comemora a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário, para 24 de junho, dia de São João Batista.

Entre as possíveis justificativas para essa mudança, há duas hipóteses possíveis: a primeira está ligada ao enfraquecimento político da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paracatu, que se refletiu na capacidade de organizar e agregar em torno dela as festividades em homenagem a Nossa Senhora do Rosário; a segunda está ligada à ocorrência de um possível sincretismo religioso realizado por aqueles que praticam a Caretagem, pois, como sabemos, São João Batista é o santo de maior popularidade no Brasil, o que não despertava a atenção para a prática da Caretagem, ficando o entendimento de que a realização da folia era para extravasar as angústias do dia a dia, algo considerado inocente.

No entanto, se buscarmos a relação de São João Batista com outras práticas religiosas existentes no Brasil, descobriremos que ele foi sincretizado com Xangô, um dos orixás da Umbanda, protetor dos que sofrem injustiças, Senhor Chefe das Falanges do Oriente; Rei da Cachoeira, Senhor da Justiça, Rei das Pedreiras, dos Raios e Trovões e das Forças da Natureza.

Certamente, essa relação religiosa é cultuada em diversos lugares do Brasil, como pela Família dos Amaros, que praticam a Umbanda como religião e adoram São João Batista nas festividades da Caretagem, não havendo, para eles, separação entre os dois cultos, conforme expressa a canção São João, Xangô menino (figura 15).

São João, Xangô menino

Caetano Veloso / Gilberto Gil

Ai, Xangô, Xangô menino da fogueira de São João
 Quero ser sempre o menino, Xangô, da fogueira de
 São João.

Céu de estrela sem destino de beleza sem razão
 Tome conta do destino, Xangô, da beleza e da razão
 Viva São João,
 viva o milho verde Viva São João, viva o brilho
 verde.

Viva São João das matas de Oxossi Viva São João
 Olha pro céu, meu amor, veja como ele está lindo
 Noite tão fria de junho, Xangô, canto tanto canto
 lindo.

Fogo, fogo de artifício, quero ser sempre o menino
 As estrelas deste mundo Xangô, ah, São João, Xangô
 Menino.

Figura 15 - Canção São João, Xangô menino.

Fonte: <http://zip.net/bgftt5>. Acesso em: 04 jan. 2012.

Essa prática de mesclar religiões, como realizada por algumas pessoas da Família dos Amaros¹¹⁸, deve ser entendida também como forma de passar se despercebido no meio em que se vive, uma artimanha de sobrevivência, o que não significa afirmar que é algo escondido, sem importância para eles, pois, se observarmos as representações religiosas que existem em seu cotidiano, encontraremos a presença do atabaque, pinturas e esculturas que reproduzem as entidades que cultuam, como pretos-velhos, juremas e caboclos. A habilidade em lidar com essas questões se evidencia em situações como a de que participamos na residência de uma das famílias dos Amaros: em um culto privado, conseguiam praticar suas devoções ao som alto da televisão para que os vizinhos não ouvissem o ritual.

A terceira mudança que merece destaque na realização da Caretagem de Paracatu está na participação direta das mulheres ao longo de todo o trajeto da folia, algo que há algum tempo não era permitido. Evidentemente que não estamos pensando em sua total ausência, pois o papel que sempre desempenharam é de suma importância para que a folia ocorra. As costuras, os enfeites, as pinturas das máscaras e o apoio logístico enquanto a Caretagem acontece são funções delas, e sem este apoio certamente a folia teria dificuldade de acontecer.

Nesse sentido, a mudança na apresentação da Caretagem dos Amaros está na presença de Elisane Coelho tocando a caixa, um dos instrumentos que acompanham a

¹¹⁸ Ocultamos, atendendo a pedidos, os nomes das pessoas que praticam a Umbanda, por temerem o preconceito de vizinhos e conhecidos.

realização da folia. O motivo dessa mudança está ligado à dificuldade de encontrar uma pessoa que tenha habilidade e compromisso com São João, conforme esclarece o Senhor Benedito Cirilo Coelho, pai e tocador da sanfona¹¹⁹ (figura 16).

A Caretagem dos Amaros vive na atualidade uma encruzilhada, correndo o risco de desaparecer como prática cultural da família. Em entrevista de 2004, com o Senhor Benedito, disse ele: [...] *eu tenho medo dela acabar pelo toque, no caso de gente não, pois se não arrumá um, ocê arruma outro. [...] agora o toque é difícil; mas se eu fecha os oios, acho que ela morre, isso te garanto*¹²⁰. Parecia estar adivinhando o futuro da folia negra da Caretagem, pois, com a sua morte no ano de 2007 e em seguida a doença do seu irmão Honório Coelho, não houve mais apresentações por parte dos Amaros, ficando a realização do ritual por conta dos outros grupos que existem na cidade de Paracatu¹²¹.



Figura 16 – Folia da Caretagem de Paracatu
Fonte: Paulo Moreira, 2004.

¹¹⁹ A Caretagem é dançada ao som de algumas canções típicas, ritmadas pela sanfona, violão, caixa e pandeiro.

¹²⁰ GUIMARÃES, Benedito Cirilo Coelho. **Depoimento** - Honrados Amaros Benditos. DVD, 30 min, documentário institucional, Brasília, 2004. Realização Fala Negra e Fundação Cultural Palmares.

¹²¹ Carretas do São Domingos, São Sebastião e Alto do Açude, todos localizados na zona rural do município de Paracatu. Existem ainda práticas da Caretagem em outras cidades, como Matias Cardoso/MG; Arrais/TO e Pouso Alto/GO, realizadas com finalidades e adorações diferentes das de Paracatu.

2.3 Homens Pretos do Rozário: etnicidade, solidariedade e compromissos religiosos.

Inicialmente constituídas com a finalidade de fornecer assistência e solidariedade a quem necessitasse de ajuda, as irmandades surgiram nos países Europeus, ao longo da baixa Idade Média, em um momento de importantes mudanças políticas e econômicas, como o declínio do feudalismo e o florescimento das cidades comerciais.

Diante da nova realidade europeia, milhares de pessoas foram atraídas para o novo e para a possibilidade de conseguirem romper com as antigas amarras de vassalagem impostas pelo sistema feudal, ou seja, as cidades, nesse contexto, representariam para eles a conquista de liberdade, melhores condições alimentares, moradia e, principalmente, alternativas de trabalho que poderiam surgir na nova fase econômica.

Com efeito, as consequências dessas mudanças foram sentidas quase que de imediato, pois as cidades não estavam preparadas e adequadas para o recebimento de grande contingente populacional, o que acabou não só frustrando todos aqueles desejos de mudança dos que se transferiam do campo para lá, mas criando novos problemas, com acentuada pobreza¹²² e prática intensa da mendicância.

Nesse cenário de mazelas sociais extremas, dificuldade de alimentar, morar e trabalhar, é que apareceram as várias comunidades fraternais¹²³, como as confrarias, as corporações de ofícios, as guildas, as albergarias e as irmandades, instituições com finalidades solidárias às pessoas que necessitavam de apoio e ajuda frente às dificuldades sociais, ou seja, ajudar ao próximo era sinal de compaixão e de solidariedade com os problemas alheios que afetavam todos os moradores das cidades, independente da classe social.

Toda a miséria instalada na Idade Média, apesar de ser uma desgraça na vida de muitos, para as várias religiões que existiam no período soava como a possibilidade de *evocar incessantemente o dever da esmola, fazendo da caridade uma condição de salvação*¹²⁴, o que

¹²² Michel Mollat, em sua obra *Os pobres na Idade Média*, assim define o conceito de pobre: “Pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem”. MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 5.

¹²³ Em Portugal havia as *confrarias*, com objetivos pios e caritativos, as corporações de ofícios e *guildas*, reunindo pessoas com atividades profissionais similares. As *guildas* responsabilizavam-se não só pela organização do trabalho, mas também do lazer. As *albergarias* eram destinadas a abrigar viajantes pobres e peregrinos. As irmandades administravam os hospitais e pediam esmolas para as suas obras de caridade – Irmandade da Misericórdia. BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – Século XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 44-46.

¹²⁴ MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 39.

reafirmava essas instituições religiosas como as verdadeiras representantes da ligação entre o céu e a terra.

Foi justamente quase no final da Idade Média que o ato de ajudar ao próximo passou por mudanças significativas, sendo incorporado no *imaginário cristão, projetando-se desde então o ideal de virtude de ajuda ao pobre, equiparando à figura de Cristo, veiculando principalmente pelas ordens mendicantes. O pobre passou gradativamente a adquirir o estatuto de semelhante a Cristo*¹²⁵, o que na prática significava que ajudá-los nas suas dificuldades cotidianas seria o mesmo que ajudar a Cristo, o que garantiria uma possível reparação, perante Deus, dos pecados cometidos.

Como já era de se esperar, na medida em que a urbanização das cidades acontecia, que as relações de trabalho se alteravam e a pobreza da população tornava-se ainda mais severa, as cidades europeias começaram a olhar com a devida preocupação os pobres que compunham uma larga faixa da sua população e se multiplicavam constantemente em um movimento sem fim. Ocorreu, então, *uma mudança na sensibilidade religiosa europeia com relação aos pedintes e à caridade: o pobre passou a ser visto, não mais como uma salvação, mas como uma ameaça*¹²⁶ à ordem vigente.

Diante de tal situação social, não era possível mais abandonar os miseráveis das cidades a sua própria sorte, uma vez que as consequências poderiam ser irreparáveis e incontornáveis, por se tratarem de imensos bolsões de miseráveis. Dessa forma, as instituições que praticavam a caridade nas cidades foram obrigadas a encontrar estratégias políticas diferenciadas para atender aos anseios e às necessidades de quem tanto esperava pela ajuda.

Nesse viés, adequando-se a seu tempo e espaço, essas Irmandades passaram a funcionar como agentes de *solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social*¹²⁷, preenchendo, assim, as lacunas deixadas pela ineficácia administrativa dos recém-constituídos Estados Nacionais. É preciso lembrar que, além das irmandades de negros e mulatos libertos, como a de São Miguel e Almas, que encontravam ali a possibilidade de reconhecimento social, existiam confrarias e irmandades dos homens brancos, integradas à mentalidade e às regras dos colonizadores brancos, como, por exemplo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, composta de homens brancos de elite e cristãos novos. Conforme Del Priore,

¹²⁵ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – Século XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 48.

¹²⁶ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – Século XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 49.

¹²⁷ BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo, Ática, 1986, p.14.

[...] as irmandades representavam uma das poucas formas de associação permitida à população não branca no mundo colonial. Nesse sentido, foram instrumentos de defesa e proteção dos negros contra os rigores da escravidão, permitindo desabafar as suas agruras, expressar as suas necessidades e até mesmo influir em seu futuro, procurando tornar a vida mais suportável. Era à confraria ou irmandade que negros e mulatos recorriam quando às voltas com doenças, a miséria e o abandono ou quando desejavam conseguir a liberdade sem ter de fugir. As irmandades muitas vezes juntavam dinheiro para alforriar seus irmãos¹²⁸.

Frente ao exposto e dada a importância solidária dessas Irmandades, elas não permaneceram dentro do continente Europeu, mas ultrapassaram as fronteiras e chegaram a outros territórios colonizados no decorrer da expansão marítima realizada pelos portugueses em direção à África e ao Brasil.

Nesse processo de colonização estava em jogo não somente o domínio das terras ou das riquezas que nelas existissem, mas principalmente o interesse de catequizar as populações dos novos territórios, o que ficou a cargo, principalmente, das Irmandades religiosas. Entre as várias Irmandades que existiam em Portugal no século XV, destaca-se a de Nossa Senhora do Rosário¹²⁹, sendo que *o registro da primeira confraria sob esta devoção data de 1475, quando foi criada e difundida pela Ordem dos Dominicanos*¹³⁰. A sua popularidade e importância estão diretamente ligadas à oração do Santo Rosário, uma alternativa simples de rezar, difundida pela Igreja Católica aos que não sabiam ler e escrever, pois o seu método de oração pelo rosário valorizava a repetição das ave-marias e a meditação.

¹²⁸ DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. 6. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2001, p. 39. Conferir também: MATTOSO, Kátia de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990. SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**, São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

LACOMBE, Américo Jacobina. A igreja no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, V. II. São Paulo: Difel, 1960, p. 51-75.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹²⁹ O surgimento dessa Irmandade Religiosa está diretamente ligado à oração do Santo Rosário, que surgiu aproximadamente no ano 800 à sombra dos mosteiros, como "Saltério" dos leigos. Dado que os monges rezavam os salmos (150), os leigos, que, em sua maioria, não sabiam ler, aprenderam a rezar 150 Pais Nossos. Com o passar do tempo, se formaram outros três saltérios com 150 Ave Marias, 150 louvores em honra a Jesus e 150 louvores em honra a Maria. Segundo a tradição, a Igreja Católica recebeu o Rosário em sua forma atual em 1206, quando a Virgem teria aparecido a São Domingos e o entregado como uma arma poderosa para a conversão dos hereges e outros pecadores daquele tempo. Desde então sua devoção se propagou rapidamente em todo o mundo com incríveis e milagrosos resultados. Ver: KATRIB, Cairo M. **Nos mistérios do Rosário: as múltiplas vivências da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário – Catalão (1936 – 2003)**. Dissertação (Mestrado) - UFU, Uberlândia, 2004.

¹³⁰ Portugal contou com várias Irmandades do Rosário espalhadas por Lagos, Évora, Leiria, Alcácer-do-Sul, Elvas, Setúbal e Moura. Em Lisboa situavam-se nos conventos de São Domingos, São Salvador, Graça, Santíssima Trindade e Santa Joana. BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – Século XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 49.

Essa facilidade de compreensão da forma de rezar conquistou rapidamente vários seguidores do Rosário, o que contribuiu muito para o fortalecimento da Igreja Católica num momento em que seus dogmas passavam por vários questionamentos. Assim, por meio das Irmandades do Rosário, a Igreja Católica aproveitou a oportunidade para fortalecer os seus trabalhos de catequização junto aos pobres e miseráveis que viviam nas cidades medievais.

É importante lembrar que no século XV o Estado Português estava em plena expansão marítima, na tentativa de encontrar novas áreas que pudessem ampliar a sua soberania e tivessem riquezas a ser exploradas. Surgiu, nesse contexto, uma importante parceria entre a cristandade e o recém-criado Estado Português, na tentativa de obterem resultados concretos no processo de conquista de novos territórios. Por essa parceria, o Estado Português lucraria com a ampliação de seus domínios e, conseqüentemente, as riquezas naturais e minerais que pudessem existir, enquanto a cristandade conseguiria catequizar e também ampliar as suas áreas de dominação.

Assim, com o auxílio da Igreja Católica, o Estado Português partiu definitivamente em direção à conquista e à dominação comercial e política de outras regiões. Para a realização de tal feito, era necessário, em um primeiro momento, contornar, conquistar e dominar o Atlântico e, uma vez que a rota conhecida em direção às Índias obrigatoriamente passava pelo périplo africano, isso favoreceu o contato com os povos do continente.

Iniciava-se nesse momento a colonização do continente africano, com forte presença do estado e da religião católica, uma vez que esse era um dos principais objetivos a serem conquistados na expansão marítima. O resultado não poderia ser outro: dominação total do território, da língua ¹³¹ e a disseminação da religião católica entre os africanos, como atesta a representação abaixo da imagem da primeira missa realizada em Angola (figura 17).



Figura 17 – Primeira Missa celebrada em Angola – Pinda – Terras do Manicongo em 3-4-1482, Domingo de Páscoa
Fonte: <http://jcabral.info/MB/moedasnotas/moedasnotasnv.html>

¹³¹ Este processo de dominação sobre o continente africano foi tão avassalador que Portugal conseguiu dominar e impor o seu dialeto em cinco países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Para que a cristianização funcionasse como o esperado, a Igreja Católica contou com o apoio da Irmandade do Rosário, que já era popular em Portugal. O cenário encontrado pelas Irmandades não era um dos melhores, principalmente por estar em uma região totalmente desconhecida, com povos de diversas etnias, uma imensa variedade de cultos e deuses, o que não significa dizer que a missão não tenha funcionado conforme o esperado. Pela **tabela 10**, que faz referência à presença dessas Irmandades em terras africanas, é possível concluir que elas não só ganharam novos adeptos, como também conseguiram espalhar-se para outras regiões do continente, catequizando, ensinando, cristianizando, conquistando o seu espaço.

Tabela 10 - Irmandade do Rosário em terras africanas

Irmandades	Local	Data/Registros Documentais
Confraria do Rosário	Luanda	1701
Irmandade do Rosário	Luanda	1728
Irmandade do Rosário	Matriz de Cambembe, Angola	1784
Confraria da Virgem Nossa Senhora do Rosário	Ilha de Moçambique	1662
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	Sena, Moçambique	1557
Irmandade Rosário de Nossa Senhora	Ilha do Príncipe	Início do Séc. XVIII
Irmandade Nossa Senhora do Rosário	São Tomé	1526

Fonte: SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e dos Africanos no Brasil do século XVIII**. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2011. Dissertação de Mestrado, p. 35.

A importância dessas Irmandades dentro da África não se resumia à cristianização daqueles povos, mas funcionaram muito mais como espaços de ajuda mútua em locais onde aplacavam em parte as tensões entre o colonizador e o colonizado, haja vista que, pela palavra da religião, o controle e o domínio ficavam muito mais fáceis e duradouros.

Todas essas estratégias aplicadas pelos portugueses sobre os africanos renderam vários dividendos a longo prazo, uma vez que, com a utilização e fomento do uso da mão-de-obra escrava em várias regiões do mundo, Portugal acabou saindo na frente em relação a outros países, pois já conhecia e se fazia presente nos vários locais da África fornecedores de escravos. Exemplo desse comércio é a própria colônia portuguesa na América do Sul, Brasil, que recebeu, conforme indicam os estudos mais recentes, cerca de 5 milhões de escravos africanos no período vigente da escravidão, um dos maiores volumes comercializados no mundo.

Como fato, diversas experiências praticadas pela população africana, no que tange aos ensinamentos dos portugueses e da cristandade, chegaram e contribuíram efetivamente para a formação da nossa identidade como nação. Todo o processo de cristianização comandado pelos portugueses relativamente aos povos africanos ultrapassou as barreiras do Atlântico e se instalou onde se fez presente o negro, o que claramente evidencia a circulação de informações, que foram transferidas e adaptadas a outros locais do mundo. Esta é a posição do historiador John Thornton:

[...] grande parte do cristianismo africano cruzou o Atlântico até a América. Além dos africanos que também eram cristãos, havia catequistas que ajudavam a gerar uma forma de cristianismo entre os escravos que não eram cristãos. Mas o cristianismo no novo mundo também possuía algumas características próprias que o separavam de seu ancestral e esteio no velho mundo¹³².

É visível que essas características culturais, alimentares, políticas e religiosas são percebidas com maior vigor nas áreas coloniais que receberam o maior volume de negros, como Salvador, Rio de Janeiro e Minas Gerais, regiões que presenciaram o surgimento de uma das mais populares devoções que existiram em toda a colônia brasileira, a adoração e o culto a Nossa Senhora do Rosário, trazidos juntamente com os primeiros navios negreiros¹³³ (figura 18).

Foi nesse contexto que surgiram as Irmandades Negras do Rosário, associações de devotos leigos, que agregavam pessoas de cor em volta dos santos padroeiros e funcionaram como espaços importantes de solidariedade, sociabilidades, religiosidade e ajuda mútua para o enfrentamento dos vários percalços do dia a dia, uma forma de fazer filantropia social.

Nesse sentido, Russell-Wood reconhece também que tais irmandades foram essenciais na construção e manutenção da identidade dos negros africanos que aportavam no Brasil:

[...] As irmandades de pessoas de cor no Brasil representavam uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para o negro trazido da África como escravo, como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos. As irmandades constituíam uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual

¹³² THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2004, p. 243.

¹³³ “No Brasil, os negros tinham como patronos: Santa Efigênia, São Benedito, Santo Antônio de Categerona, São Gonçalo e Santo Onofre, todos considerados santos negros e que, por isso mesmo, gozavam de grande popularidade”. QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência, 1870-1890**, São Paulo: Annablume/Fafesp, 2002, p. 38.

sentida pelos negros e mulatos da colônia. Esta necessidade pode ser discutida em três categorias: educação religiosa ou socorro espiritual, assistência médica e a busca de identidade¹³⁴.

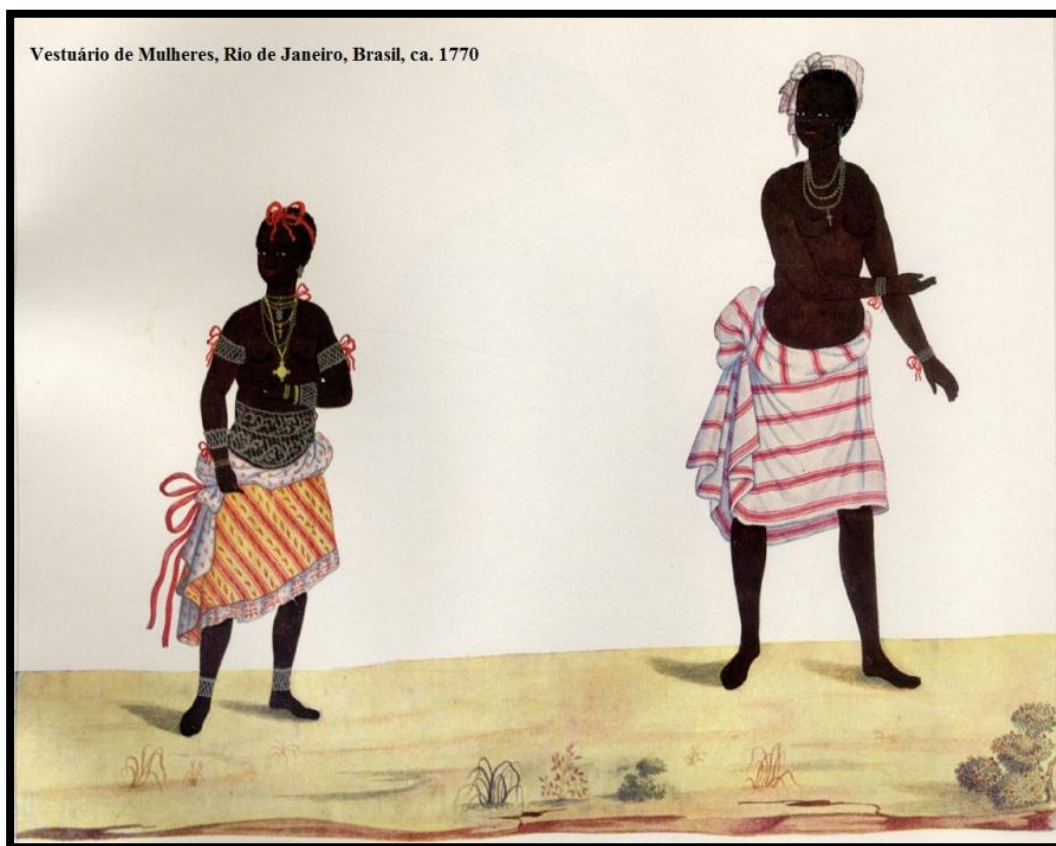


Figura 18 – Vestuário de Mulheres, Rio de Janeiro, Brasil, ca. 1770.

Fonte: Carlos Julião, Riscos Iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio (Rio de Janeiro, 1960) placa 26. As estampas usadas como placas nesse livro estão alojadas na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional do Brasil. A introdução histórica e o catálogo descritivo foram escritos por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. (Cópia em Tulane University Library)

No Brasil do século XVIII existiram cerca de setenta (70)¹³⁵ irmandades do Rosário, espalhadas em diversas regiões, mas foi em Minas Gerais que tiveram maior projeção, estimuladas pelo grande número de escravos que existiam nas minas de ouro e pelas imensas *mazelas sociais que atingiam as populações negras*¹³⁶.

Fazendo parte desse contexto e seguindo os mesmos caminhos praticados pelos negros em outras regiões mineiras, o arraial de Paracatu presenciou no ano de 1744¹³⁷ a

¹³⁴ RUSSELL- WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Tradução: Maria Beatriz Medina, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 193.

¹³⁵ Ver detalhes sobre essas Irmandades no Brasil **no anexo**- As Irmandades do Rosário no século XVIII.

¹³⁶ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **O Brasil colonial: o ciclo do ouro, C. 1690-1750**. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. v. II. Trad. Mary Amazonas Leite Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, p. 471-525.

¹³⁷ “Foi edificada a capela da Senhora do Rozário dos pretos desse arrayal e subúrbios do Paracatu, Bispado de Pernambuco, em 24 de outubro de 1744” - APMOMG - Livro de Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rozário dos Pretos Livres do Arrayal de São Luis e Santana, Minas de Paracatu.

construção e o funcionamento da Igreja em louvor a Nossa Senhora do Rosário e a instalação da sua respectiva irmandade, o que em parte concorria com a mesma data de nascimento do arraial. Importante ressaltar que essas ações simultâneas praticadas pela Irmandade do Rosário de Paracatu não eram habituais entre as Irmandades que se instalaram no Brasil, uma vez que, devido ao alto custo de construção e manutenção, elas geralmente dividiam o mesmo altar com outras Irmandades e santos padroeiros¹³⁸. Essa realidade não foi a mesma para a Irmandade do Rosário de Paracatu (figura 19). Pela documentação datada de 1744, que faz referência ao *rol do que se despende nesta igreja de Nossa Senhora do Rozário com a factura dela ou da capella mor e as mais necessidades*¹³⁹, fica evidente que foi gasto o valor de 1:351 ½ oitavas de ouro pagos pela Irmandade para a construção da capela, o que era um valor expressivo para uma população de negros livres ou cativos que moravam no arraial. Na **tabela 11**, é possível observar com detalhes os valores que foram gastos na edificação da capela.



Figura 19 – Irmandade do Rozário

Fonte: Livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozário.

O arraial de Paracatu teve várias outras Irmandades: Irmandade do Glorioso São Benedito, Irmandade de Nossa Senhora Santana, Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Irmandade das Almas, Irmandade de Nossa da Boa Morte, Irmandade de Nossa Senhora Assunção, Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.

¹³⁸ Esse fato ocorreu no próprio arraial de Paracatu com a Irmandade do Glorioso São Benedito, conforme o registro no livro de compromisso: “acha-se a nossa irmandade ereta (05/04/1799) na capella de Nossa Senhora do Rozário desta villa do Paracatu do Príncipe em hum altar colateral com retábulo pintado colocada a imagem do Glorioso São Benedito e no dito altar e capela será conservada toda a decência”. APMOMG - Livro de Compromisso da irmandade do Glorioso São Benedito – Paracatu/MG

¹³⁹ Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, com 125 fólhos reto e verso, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu-MG.

Tabela 11 - Rol do que se despende nesta Igreja de N. Sr.^a do Rozario com a factura della ou da Capella mor e o mais nessr^o p.^a a d.^a Igreja he [?] que despende o procurador o Cap^m Antonio de Freitas de Alm.^{da}

Destino do pagamento	Oitavas de ouro (8 ^a)
Pello que paguei a hum carapina Ant. ^o [Mad. ^a ?] de preparar o Altar e púlpito na Capela de Capim	3 1/2
Pello que paguei de sera p. ^a o terso a Luis Fran. ^{co} Lemos com Recibo	10 3/4
Pello que paguei de 3 1/3 de Durante emcarna p. ^a a banquetta do Altar	1
Pello que paguei de huã pia de Agoa benta que serve na Igreja	1/2
Pello que paguei de hum pote e hum pucaro	3/4 8 ^a
Pello que paguei de chita e mais coizas que se tomarão a Christovão da Rocha	17 8 ^a
Pello que paguei a Antonio Alz Calvão de 5 Tausas p. ^a o primeiro Altar	4
Pello que paguei ao d. ^o de 2 Eixadas que pedi o Marcallo e se perderão	2 1/2
Pello que paguei ao Trubeta de acompanhar o Rey e a Rainha	/1 1/2
P 200 Brochas	1/2
P 8 Registos	2
P 1 Crus p. ^a o Tersso	1 1/2
P 1 Badallo p. ^a o Sino	1 1/2
Pello que paguei de Resto do Sino	8 3/4
Pello que paguei de 4 alemternas	4
Pello que paguei de Sera p. ^a o tersso a M.el Alz	8 1/2
Pello que paguei a Joze Monteiro da primeira Porta que se pos na Capella com r ^{bo}	6
Pr 1 Fechadura p. ^a a d. ^a	1 1/2
P 1 ornamento Pr o uzo que comprei ao P. ^e M. ^{el} da S. ^a com r ^{bo}	18
P 2 Lanço p.a a porta	1
P 2 dubradicas que forão p. ^a a porta da caza da fabrica	2
Pr Fechadura p. ^a a d. ^a	1 1/2
Pr Sera p. ^a o Tersso	4
Pello que paguei mais de Seras p. ^a o Tersso	10
P 3 [opas?] p.a o procurador escrivão e thezoureiro	12
Pello que paguei ao Capellão dos primeiros 3 mezes	50
Pello que paguei dos segundos 3 mezes	50
Pello que paguei de 2 Toalhas e de V. ^o e Bert. ^a p. ^a o Altar	6 3/4
Pello que paguei de 3 mezes de Corporaes	1 1/2
Pello que paguei da Caixinha e mais a Sr. ^a p. ^a o Irmitão	20
Pello que paguei de hua d. ^a p. ^a os Irmãos pedirem	8 1/2
Pr 1 Sacra p. ^a o Altar a Christovão da Rocha com r ^{bo}	2 1/2
Pr 1 menxa p. ^a a Igreja	3
Pr sera que paguei p. ^a o Tersso e p. ^a a Igreja	13
Pr 2 Toalhas de panico p. ^a os Padres alimparem as maoz	1
Pr [4?] Sanguinhos e purificadores	3
Pr (...) placas de pau e 4 parafuzoz	10
Pr 2 Alvas huã de bert. ^a r outra Sup ^r de V. ^o	9 1/2
Pr 2 pelles Rouxas p. ^a o Altar	2 1/2
Pr 1 Resplendor p. ^a o s. ^r de prata	2 1/2
Pello que paguei de sera p. ^a a Igreja	10
P [Sababa?] negra dam bandeira da Igreja	3
Pello que paguei a Fran. ^{co} (.) ^{er} que fez a Capella mor como co(...)	495
Total parcial	802 1/2 8 ^a

Continuação da tabela 11

Destino do pagamento	Oitavas de ouro (8^a)
Pello que paguei ao Carapina Francisco X. ^{er} de acrescentam.to da obra fora do Risco como consta do seu Recibo no L.o dos termos a f4	66
Pello que paguei de hum milheiro de telhas que se prometeo p.a a capella mor quando se Rematou e Se não deu a Joze Soares com Recibo	20
Pello que paguei a M. ^{el} de Alm. ^{da} carapina por botar o pau a pique em todo o Corpo da Igreja com Recibo	20
Pr Alugeis de negros p ^a hirem buscar varas p ^a se barrear o d. ^o Corpo da Igreja t. ^{do}	8
Pello que paguei a M. ^{el} de Almeida de tapar o Arco da Capella Mor que a Irmandade do Santissimo não quis satisfazer com Recibo	15
P 1 porta p ^a a caza da fabrica com respondente a da sãoocrisia [v ou r?]	10
Pello que paguei a Dom. ^{os} Ant. ^o da S. ^a como consta do seu Recibo p ^a duas o par r ^{bo}	23
Pello que paguei ao P. ^e M. ^{el} Correa de asestencia da Missa Cantada com Recibo	5
Pello que paguei a Narcizo Ferr. ^a do [Guião?] manga da Crus e o par como consta do seu Recibo	6
P. ^{lo} que paguei a Christovão da Rocha Roiz e sera e varias couzas como consta do seu Recibo	48
Pello que paguei ao P. ^e Fr Pedro Antonio de Miranda como consta do seu Recibo de hum sermão	25
Pello que paguei o Carapina M. ^{el} Mendes Coimbra das portas principais da Igreja como consta do seu Recibo	20
Pello que paguei a Ant. ^o da Fon. ^{ca} da Costa de pregos como consta do seu Recibo	4 ¼
Pello que paguei a Joze Monteiro de fazer o Esquife da Irm.de como consta do seu Recibo	16 ½
Pello que paguei a Dom Bras da Cunha de hum Sermão como consta do Recibo	25
Pello que paguei a Francisco Teix. ^a Pr. ^a como consta do seu Recibo de Armar a Capella mor	4
Pello que paguei a M. ^{el} de França de huas varas como consta do seu Recibo	1
Pello que paguei a Dom. ^{os} de Abreu dos l.(.)os p. ^a a porta grande como consta do seu Recibo	6
Pello que paguei a Ignacio das chagas de tocar a trobeta na festa de N. Sr. ^a como consta do seu Recibo	4
Pello que paguei ao Paim de duas arobas de sera p ^a a d ^a Festa a ¾	48
Pello que paguei a Luis da Rocha de 20 libras [libras] de sera – ¾	15
Pello que paguei a Ant. ^o de Alm. ^{da} muzico de cantar na festa e mais com. ^{or} c r ^{bo}	45
Pello que paguei a dois trubetas de andar pedindo pela Rua com a Juiza Thereza Ramos	8
Pello que paguei a 3 trobetas da Juiza Thereza Martins de andar pedindo pelas Ruas	12
Pello que paguei de hua Bandr. ^a p. ^a o mastro	3
Pello que paguei ao P. ^e Luis marreiros da sua asestencia e do (...) na d ^a Festa de N Sr. ^a como consta do seu Recibo	18
Pello que paguei de registrar doiz livros ou de oz rubilcar e duas provizoiz da Capella	15
Pello que paguei da Licenca p ^a se expor o s ^r na festa passada	² / ₂ 8 ^a
Pello que pagou o escrivão Christovão da Rocha Roiz oz capinas de fazerem a (...) da Capella mor a qual se lhe deve como consta do L. ^o dos	108
Pello que pertence s João de Souza com recibo	4 ½
Pello que paguei a Joze Soares de 3 milheiros de telha para o corpo da igreja com recibo	49
Total parcial	549 8^a
Total geral	1351 ½ 8^a

Fonte: Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, com 125 fólhos reto e verso, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu-MG.

Em relação à origem dos recursos aplicados na construção e ornamentação da capela de Nossa Senhora do Rosário, eles vieram de fontes bastante diversas, pois, pelos dados existentes nas contas do ouro¹⁴⁰, eram obtidos principalmente de esmolas, cobranças de promessas, mensalidade dos irmãos, acompanhamento de sepulturas, taxas de iniciações, tendo sido arrecadadas, no ano de 1745, contribuições num montante de 1:016 oitavas de ouro.

Todas essas informações sobre a vida financeira da Irmandade levam a acreditar que sua estrutura já estava em funcionamento bem antes do ano de 1744, dado o grau de organização e volume de recursos aplicados em benfeitorias para os irmãos, pois, pelas informações contidas nos inventários, ela possuía vários bens, na sua maioria obtidos por doações. A seguir estão relacionados os principais bens que constam nesses inventários¹⁴¹:

- 1) *Hua Imagem de N. S.^{ra} do Rozario grande e que deu de Esmola o Sarg.^{to} Mor Jozé dos Santtos Freyre com sua Croa de Pratta grande e seu Rozario de Contas de ouro com sua Cruz e brolla. Embaycho tudo de ouro doze Anjos de pau [E] Que se prendem Embaycho na pianha e o Minino com seu Resplendor de pratta com huã Pedra vermelha no meyo. (inventário de 1763).*
- 2) *Hua Imagem mais peq.^{na} da Irmand.^e Com sua Croa de pratta e o minino com seu Resplendor de pratta com seus [crinlos?] a d.a Imagem hũ laço de ouro e diamantes que lhe deu de Esmolla Ant.^a Frz' dabreu os quais se não tirarão da d.^a S.ra depois que se lhe puzera. (inventário de 1763).*
- 3) *Duas moradas de cazas, hua na cita na rua de Goyas, outra atras do Rozario. (inventário de 1763).*
- 4) *Hua Criolinha por nome Ilaria q' deu de ezmola Leonor Teyxr.^a preta forram filha de hua escrava sua por nome Antonia Baptizada nesta Matriz, com Condição de q' dando ella d.a Crioula, ou p' syou por outro trinta e duas oitavas de ouro passar a d.^a Irmand.^e Carta de liberdade a d.^a Criola. (inventário de 1763).*
- 5) *Trez dattas de terras mineraes no Morro da Cruz das Almas vizinhas ao Corgo dos Macacos, que partem de huma parte com terras de Dionizio de Mattoz, e da outra com terras de Manoel da Fon.^{ca} Madr.^a, cujas trez dattas de terras deu de esmola o Rey do prezente anno de 1781, Benedicto Roiz' (inventário de 1781).*
- 6) *A Irmam falecida Egenia Joze Santos preta forra deixou hua morada de cazas na rua do gorgulho para Nossa Sr.^a q' de hua parte partem com cazas da preta Ignacia, e da parte de sima com as cazas de Francisco Nunes, em 10 de Janeiro de 1777. (inventário de 1781).*
- 7) *Huma morada de cazas q' forão do falecido Lecenciado Joze de Jesus Maria, e as deu de esmolla a Irmand. Joaquim Joze de Freitas, as quaes são sitas na rua da Matriz. (inventário de 1783).*

¹⁴⁰ Lista que contém os nomes dos irmãos e respectivos valores pagos à Capela de Nossa Senhora do Rosário.

¹⁴¹ Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, com 125 fólhos reto e verso, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do APMOMG, Paracatu-MG.

- 8) *Hũ laço, e brincos de ouro com suas pedras vermelhas q' tudo peza trez oitavas e meia q' deixou p.' seu fallecim.^{to} a N. Snr.^a, e hũ Santo Christo de ouro em huã Cruz tambem de ouro q' tudo peza duas oitavas e meya q' tudo deixou D. Ignacia (...) de Andr.^e, e foi tudo bem avaliado em oytavas todas de ouro (inventário de 1790).*
- 9) *Outra Imagem mais pequena q' sai na Proscissão apamentada com coroa de pratta roزاریo de cristal brincos, e recicler de ouro com seus olhos de mosquito com seu manto de seda carmezim. (inventário de 1790).*
- 10) *Huã Morada de Cazas na rua do Sacram.^{to} q' as deu a N. Snr.^a Joaq.^m Jozé de Freitas. (inventário de 1790).*
- 11) *Outra Morada de Cazas citas na rua de Goyazes q' são Patrimonio da Capella. (inventário de 1790).*

Como se vê, os bens doados à capela do Rosário de Paracatu (figura 20) eram de valor bastante significativo, revelando a fidelidade dos doadores ao santo padroeiro, e chegando eles ao ponto de doar escravos, data de mineração e casas, o que contribuiu significativamente para reforçar o caixa da irmandade.

Nesse contexto, chamamos a atenção para a circularidade cultural que existia entre os escravizados que moravam no arraial de Paracatu e suas origens na África, uma vez que o feito realizado pela Irmandade do Rosário de construir a capela e sua irmandade só foi possível devido à existência de uma memória e experiência viva que foi transportada e revivida no arraial.



Figura 20 – Igreja do Rosário, 1925.
Fonte: Arquivo Municipal Olímpio Gonzaga.

Como Paracatu foi a última grande descoberta mineral do século XVIII, isso acabou favorecendo o deslocamento de uma imensa escravaria proveniente de várias regiões da colônia, o que significa afirmar que eram cativos conhecedores da realidade da escravidão na colônia, tinham experiência nas negociações e conflitos e sabiam muito bem da

importância de existir a Irmandade do Rosário no arraial de Paracatu, uma vez que essas instituições funcionavam como espaços para a manutenção de sua liberdade, identidade e resistência.

Toda essa independência financeira, boa organização e ações em favor de seus irmãos praticadas pelas Irmandades do Rosário em toda a colônia preocupavam bastante Lisboa, pois poderiam provocar brechas no sistema escravista e assim contribuir para colocar em risco o seu lucrativo comércio, desarticulando-o.

Lisboa, portanto, tinha total consciência de que se não reagisse rapidamente ficaria mais difícil retirá-las da colônia ou controlar suas ações e, por isso, resolveu em 1765 agir com bastante veemência contra todas as Irmandades do Rosário do Brasil, determinando que a partir daquela data cada uma criasse seu estatuto, com regras claras de funcionamento, organização interna, cobrança de taxas, conforme esclarece esta Provisão Real¹⁴²:

[...] uma ordem da mesa da Cociencia o senhor Procurador e mais oficiais da Mesa da Irmandade do santo digo de Nossa Senhora do Rozário dos Pretos que Sua Majestade Fidelíssima mandou por Provizão de 18 deste anno expedida pelo Tribunal da Mesa da Cociencia e Ordens que sejam notificadas todas as irmandades e confrarias deste continente... para irem ao mesmo Supra Tribunal confirmar seus compromissos [...]¹⁴³

Após a sua elaboração, os estatutos deveriam ser encaminhados para Lisboa, onde se realizariam os ajustes necessários para posteriormente serem aprovados. Esperava-se que, após todos esses procedimentos e determinações que foram registrados nos compromissos, as irmandades passassem a agir de acordo com o definido pela Coroa.

Diante de tais determinações, a Irmandade do Rosário de Paracatu elaborou, no ano de 1782, o seu livro de compromisso, composto de 37 capítulos¹⁴⁴ que regulam e relatam a forma do seu funcionamento. O curioso é que essa Irmandade funcionou cerca de 38 anos sem nenhuma regulação por meio de estatuto, de que se depreende que já havia regras internas de funcionamento, independentemente de determinações externas. Fica bastante evidente que esses novos compromissos foram elaborados porque havia determinações que os

¹⁴² Essa Provisão Real deveria ser registrada nas páginas iniciais dos estatutos que estavam sendo elaborados, uma forma de lembrar para os membros da irmandade da necessidade de cumprir o que estava escrito.

¹⁴³ SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário os Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 22.

¹⁴⁴ Esses capítulos regulamentavam a composição da irmandade, os procedimentos eleitorais, as funções de cada membro da mesa, os respectivos dias de suas festas, os valores a serem pagos à Irmandade, as formas de comportamento perante os cortejos de seus irmãos.

obrigavam, ficando a Irmandade passível de punição, como o impedimento de funcionamento, caso os não cumprisse.

Por outro lado, é possível concluir também que, como era uma irmandade que já funcionava há bastante tempo a seu modo, os compromissos publicados nos capítulos, em grande parte, não eram novidade para os irmãos, pois já viviam e praticavam várias daquelas ações em seu cotidiano e outras poderiam ter adesão apenas aparente.

Em relação à aprovação do compromisso do Rosário de Paracatu, ele não foi aceito sem algumas correções e determinações feitas pelas autoridades eclesiásticas. A primeira delas esclarecia que as funções do Capelão estavam restritas às funções da irmandade, ou seja, o seu papel e suas ações como autoridade deveriam ficar restritas ao espaço da capela, evitando-se assim a possibilidade de obter vantagens. A segunda determinação demonstra a ausência de limite do Rei para interferir sobre as Irmandades, uma vez que chegou ao ponto de estabelecer valores a serem pagos através das esmolos anuais para os membros que ocupassem cargos dentro da irmandade, além de determinar a construção de um cemitério exclusivo para os irmãos da confraria:

[...] Os Irmaons desta Irmandade devendo cumprir o que foi-lhe determinado pela Provisão de Confirmação, respectivo as esmolos annuaes, e conformar-se com quota arbitrada de cinco oitavas de ouro ao Mordomo, e Mordoma mór, de tres oitavas ao Escrivão, e Thesoureiro, de duas aos Irmaons de Mesa; sem algum respeito alteravam as quantias, e no Termo feito depois da Provisão citada, pretendem indiscretamente que se confirme o seu poderio. Estas faltas de obediencia necessitam de correcção; pois que praticando de modo semelhante com o disposto sobre a esmola por sepulturas, contrariavam a Provisão dita, e sua clausula. Para cessar de uma vez o motivo de frequentes ruinas publicas, e fermentadas dentro das Igrejas, por servirem ellas de jazigo, parece-me ser mui conveniente determinar á Irmandade, que faça Cemiterio, e prohibir lhe o uso de sepulturas na mesma Igreja¹⁴⁵.

Entretanto, apesar de ter havido restrições e determinações por parte de Lisboa, não se pode negar que elaborar os compromissos religiosos era também uma forma de legalizar as atividades diárias da Irmandade, o que evitava possíveis questionamentos, fiscalizações e perseguições por parte do poder religioso e, em parte, dava mais segurança para os irmãos agremiados, pois eles passariam a funcionar dentro do que era determinado pelas autoridades coloniais.

¹⁴⁵ APMOMG - Livro de Compromisso Nossa Senhora do Rozário do Arraial de São Luis e Santa Anna, Minas de Paracatu. 1782 – Folha 03, assinado pelo Monsenhor Pizarro, Rio em Meza de 23 de abril de 1808.

Como resistência, ficaram registradas oficialmente, nesse compromisso do Rosário de Paracatu, algumas barganhas que funcionaram, para os pretos livres como para os cativos, a título de negociações com a sociedade. A primeira delas está no capítulo II do livro de compromisso, que estabelece:

[...] neste corpo de irmandades poderão alistar não só os pretos livres libertos e escravos com tácito ou expresse consentimento de seus senhores, assim de um, como de outro sexo, como também todas as pessoas que por devoção sua quiserem ter parte nos sufrágios, acompanhamento e sepultura¹⁴⁶.

Essa passagem, que parece inocente, carrega um duplo sentido. Por um lado, ser necessário o consentimento do senhor para o escravo participar da irmandade confirmava o controle daquele sobre esse, evitava que ocorressem fugas para participar de reuniões, festas e funerais, como também possíveis revoltas, causadoras de prejuízos. Enfim, estabeleciam-se limites consensualmente aceitos. Por outro lado, para o escravo, estar junto com os seus irmãos representava uma forma de resistir ao peso da escravidão, manter a sociabilidade ou criar a possibilidade de espaços para resistência.

Outra forma de participar sem restrições de uma Irmandade era principalmente exercer determinados cargos, como o de tesoureiro e de escrivão. Talvez porque era raro naquele momento haver homens de cor com as habilidades necessárias da escrita para tais funções.

Em outro trecho do mesmo compromisso, mais precisamente no capítulo III, o registro informa:

[...] Regularmente se farão duas mesas geraes em cada ano para os negócios mais interessantes da irmandade. Será no primeiro de fevereiro e a outra no segundo dia do oitavário¹⁴⁷ da páscoa. As particulares se farão pelos irmãos da serventia do respectivo ano o dia de ascensão do senhor para a determinação da festa, e no dia de pentecostes de tarde para a eleição do ano seguinte e quando forem necessárias¹⁴⁸.

A passagem acima sobre a Irmandade do Rosário é bastante sugestiva, devendo ser compreendida como um momento de plena consciência, uma forma sutil de resistência, em que aproveitavam as duas datas consideradas importantes no calendário católico, que são

¹⁴⁶ APMOMG- Livro de Compromisso Nossa Senhora do Rozário do Arraial de São Luis e Santa Anna, Minas de Paracatu. 1782, Capítulo II.

¹⁴⁷ Período, liturgia. Festa religiosa de oito dias; oitava.

¹⁴⁸ APMOMG- Livro de Compromisso Nossa Senhora do Rozário do Arraial de São Luis e Santa Anna, Minas de Paracatu. 1782, Capítulo III.

Ascensão do Senhor¹⁴⁹ e Pentecostes¹⁵⁰, reunindo e tomando algumas decisões importantes para os negros que participavam da Irmandade do Rosário. Estas ações são carregadas de significados e consequências políticas, entendidas como um momento de quebrar a ordem estabelecida, fortalecer os laços de sociabilidade, praticar os seus rituais, exercer a solidariedade, planejar e discutir possíveis fugas, que representava um sentido inverso para as autoridades coloniais, religiosas e os senhores donos de escravos, pois aquelas reuniões eram vistas como algo inocente, sem ameaças, um *passatempo inocente ou desafogo das tensões do cativo*¹⁵¹.

Com todas essas brechas publicadas no compromisso da Irmandade, os homens de cor conseguiam, a seu modo, enfrentar o sistema escravista de diversas formas, o que, em parte, foi possível devido ao grau de organização, persistência, audácia e habilidade de negociação da instituição.

Nesse sentido, convém registrar que, em um período de intensa vigilância sobre a escravidão no arraial, as irmandades souberam negociar, acomodar, avançar e, mais que tudo, serem vistas como membros participantes da sociedade. Confirma o fato de a eleição completa de todos os cargos, como o de Rei, Rainha, Tesoureiro, Escrivão, Procuradores, Orador, Juízes, Juízas, Irmãos de Mesa, Irmãs de Mesa, Juízes por devoção e zeladores, ter sido realizada conforme as regras da Irmandade durante noventa e dois anos (1751-1843), sem interrupção¹⁵², sempre no dia de Pentecostes, no período da tarde, conforme estabelecido no compromisso.

Em relação ao exercício das funções da Irmandade do Rosário de Paracatu (**tabela 12**), quatro merecem atenção especial por implicarem negociações, ceder para avançar. O primeiro era o cargo de zelador, responsável por cuidar e zelar do bom funcionamento da

¹⁴⁹ O Dia da Ascensão do Senhor lembra aos católicos o dia em que Jesus Cristo subiu ao Céu, diante dos seus discípulos/apóstolos. Esse dia é considerado pela Igreja um Dia Santo (Dia de Preceito), portanto os católicos são obrigados a ir para a Santa Missa, sob pena de estarem em pecado mortal.

Fonte: <http://zip.net/bkffXt>. Acessado em 10/12/2011.

¹⁵⁰ A Solenidade de Pentecostes celebra um acontecimento capital para a Igreja: a sua apresentação ao mundo, o nascimento oficial com o batismo no Espírito. Complemento da Páscoa, a vinda do Espírito sobre os discípulos manifesta a riqueza da vida nova do Ressuscitado no coração e na atividade dos discípulos; início da expansão da Igreja e princípio da sua fecundidade, ela se renova misteriosamente hoje para nós, como em toda a assembleia eucarística e sacramental, e, de múltiplas formas, na vida das pessoas e dos grupos até o fim dos tempos. A "plenitude" do Espírito é a característica dos tempos messiânicos, preparados pela secreta atividade do Espírito de Deus que "falou por meio dos profetas" e inspira em todos os tempos os atos de bondade, justiça e religiosidade dos homens, até que encontre em Cristo seu sentido definitivo. **Fonte:** <http://zip.net/bkffXt>. Acessado em 10/12/2011.

¹⁵¹ REIS, João José. **Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão**. Tempo, 2, 3, 1997, p. 03.

¹⁵² Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, com 125 fólhos reto e verso, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu-MG.

Irmandade, bem como receber o pagamento anual dos irmãos. O curioso é que em Paracatu a eleição para esse cargo não era destinada somente para o arraial, mas também eram eleitos oficialmente zeladores para o Morro, a Lagoa do Fagundes, São Sebastião e São Luis e em todos os seus respectivos distritos, uma forma encontrada pela irmandade para estar presente nesse território que pertencia ao arraial. Com essa prática de se fazer representar nesses locais, a Irmandade do Rosário marcava posição em outras regiões, mostrando que estava viva e atenta a tudo que acontecia com os seus irmãos, o que era uma forma de fortalecer-se enquanto grupo.

Tabela 12 - Cargos e funções da Irmandade Nossa Senhora do Rozário dos Pretos Livres do Arraial de São Luis e Santa Anna, Minas de Paracatu 1744.

Quantidades	Cargos	Quantidades	Cargos
01	Rei	12	Irmãos de Mesa
01	Rainha	12	Irmãs de Mesa
01	Tesoureiro	04	Juízes por Devoção
01	Escrivão	02	Zeladores para o arrayal
02	Procuradores	01	Zelador no morro
01	Orador	01	Zelador Lagoa e todo o seu distrito
04	Juízes	01	Zelador São Sebastião e seus distritos
04	Juízas	01	Zelador São Luis

Fonte: Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, com 125 fólhos reto e verso, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu-MG.

O terceiro e o quarto cargos, de tesoureiro e de escrivão, merecem ser observado com atenção, pois a documentação de seus ocupantes mostra que exerciam cargos também no sistema judicial. A questão suscitada é se eles seriam brancos ou negros, pois existem registros de vários negros e mulatos que ocuparam até cargos militares em Paracatu. A escolha para o preenchimento dessas funções se dava com base nas habilidades que o ocupante deveria ter, entre elas saber ler e escrever, requisitos considerados necessários para registrar em atas os acontecimentos, e saber calcular receitas e despesas, itens essenciais para o bom funcionamento da Irmandade.

Os cargos que representariam a autoridade e o bom êxito de funcionamento da Irmandade eram os de Reis e Rainhas (**tabela 13**), pois eles desempenharam funções-chave na organização fraternal, controlando os atos de tesouraria da irmandade, a organização das festas, das missas e dos funerais¹⁵³, além de serem reconhecidos líderes e autoridades

¹⁵³ BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – Século XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 83.

entre os seus pares e dentro do próprio arraial. No quadro abaixo **está** a lista da eleição dos reis e rainhas. Nela, de 1751 a 1843, constata-se a presença de diversas pessoas de uma mesma família, pessoas com patentes militares (alferes, capitão, sargento) e até mesmo padres, o que era comum na época.

Tabela 13 - Eleição do Rei e Rainha da Irmandade de Nossa Senhora do Rozário dos Homens Pretos Livres do Arraial e Subúrbio das Minas de Paracatu (1751-1843).

	Período	Rei	Rainha
1	1751-1752	Jozê de Mattos Lima	Antonia Frz' [Fernandez] da Cruz
2	1752-1753	Ignacio Correa da Roza	Marianna Roiz [Rodrigues] da Sylva
3	1753-1754	João Gonsalves de Aguiar	Quiteria Gonsalves de Moura
4	1754-1755	Manoel Rodrigues Meyrelles	Tereza de Azevedo Coutinha
5	1755-1756	Antonio Rodrigues	Jozefa da Arruda [v. ^a ?]
6	1756-1757	Pedro Pinto Alz' [Alvares]	[Clara?] da Rocha
7	1757-1758	Manoel da Costa	Antonia Frz' [Fernandes] da Cruz
8	1758-1759	Jozê de Freitas	Roza da Arruda [v. ^a ?]
9	1759-1760	Jozê Soares Lima	Antonia Frz' [Fernandes] da Cruz
10	1760-1761	Manoel da Costa	Antonia Fernandes da Cruz
11	1761-1762	Jozê Rabello Barretto	Antonia de Souza Loba
12	1762-1763	Jozê da Silva Furtado	Roza Correa de Souza
13	1763-1764	Antonio Ribr. ^o [Ribeiro] de Mendonça	Antonia Frz' [Fernandes] da Cruz
14	1764-1765	Manoel Alz' [Alvares] Flores	Monica Ferr. ^a [Ferreira] Souto
15	1765-1766	Victoriano Frz' [Fernandes] Braga	Antonia de Souza Loba a mossa
16	1766-1767	Damião Furtado	Roza da Costa de Almeida
17	1767-1768	Manoel da Costa	Joanna Maria de Jesus
18	1768-1769	Jozê Glz [Gonçalves] Bahia	Antonia Frz [Fernandes] da Cruz
19	1769-1770	Manoel Ferreyra	Paulina da Cruz
20	1770-1771	Manoel Roiz' [Rodrigues] Meyrelles, este rey não quis aceitar ficou o velho	Roza Carneyra Bella esta rainha não quis aceitar ficou a velha
21	1771-1772	Joze Roiz' [Rodrigues] Ferreyra	Bernarda do Espirito Santo Barreta
22	1772-1773	Antonio Rodrigues Pereyra	Quiteria dos Santos
23	1773-1774	Francisco da Costa Malheyros	Tereza Dias Rezendes
24	1774-1775	Antonio Martins Pereyra	Rita Pinheyra Caldas
25	1775-1776	Cosme Furtado de Mendonça	Paula de Oliv. ^{ra} [Oliveira] da Cruz
26	1776-1777	Felix de Matos Lima	Quiteria da Costa Rapoza
27	1777-1778	Joze Ribeyro de Brito	Antonia Fernandes da Cruz
28	1778-1779	Joze Francisco Lean(...)	Jozefa da Costa Rabella
29	1779-1780	Manoel Luis m. ^{or} [morador] no Pituba	Efigenia Monteyra da Crus
30	1780-1781	Dionizio de Mattos	Maria Gomes da Conceção
31	1781-1782	Benedito Rodrigues	Joanna Maria de Jezus
32	1782-1783 ¹	Benedicto Roiz' [Rodrigues]	Joanna M. ^a de [Jesus?]
33	1783-1784	Gonsalo de Brito	Roza Tavares da Conceição
34	1784-1785	Manoel Rodrigues Ferr. ^a [Ferreira]	Maria Botelha de Carvalho
35	1785-1786	[João?] Dias	(...) Machado
36	1786-1787	Antonio [Coelho?]	Bernarda Pinheira de Carvalho
37	1787-1788	Miguel Pr. ^a [Pereira]	Thereza Dias Rezende
38	1788-1789	Antonio [Abreu ou Hires?] Pereira	Anna Glz' [Gonçalves] da Silva
39	1789-1790	Antonio Mrz' [Morais?] Per. ^a [Pereira]	Quiteria dos Santos Lixboa
40	1790-1791 ²	Francisco Glz' [Gonçalves] da Affoncela	Ritta Pires do Lombo
41	1791-1792	Ignacio de Oliv. ^a Guedes	Quiteria Gomes da Silva
42	1792-1793	Alferes Nicolao Pereira do Nascimento	Joaquina de Souza Guimaraenz
43	1793-1794	Capitão Manoel Ferr. ^a [Ferreira] da Cruz	[Luciana?] Neta
44	1794-1795	Paulo Fran. ^{co} [Francisco] de Andrade	Joanna Teixeira da Costa
45	1795-1796	Ignacio Cardozo de Souza	Antonia X. ^{er} [Xavier] da Cunha
46	1796-1797	Antonio Braz de Albuquerque	Nataria Maria da Conceição
47	1797-1798	Tambor mor Manoel Dias Corr. ^a [Correa]	Domingas Paschoa da Resser. ^m [Ressureição]
48	1798-1799	Lino Soares Brandão	Domingas Per. ^a [Pereira]
49	1799-1800	Joze Coelho em S. Gonç. ^o [Gonçalo]	Thereza de Souza Per. ^a [Pereira]
50	1800-1801	Caetano Teixeira	Anna de Souza
51	1801-1802	Paulo da Silva Roza	Jozefa Cotrim de Carvalho
52	1802-1803	Paulo da S. ^a [Silva] Roza	Leonor Ferr. ^a Souto
53	1803-1804	Domingos Duarte Coimbra	Anna dos Santos
54	1804-1805	Gregorio Alves Per. ^a [Pereira]	Maria Botelha Carv. ^o [Carvalho]

55	1805-1806	Paulo Francisco de Andr. ^e [Andrade]	Thereza de Sz. ^a [Souza] Per. ^a [Pereira]
56	1806-1807	Ignacio Rodrigues Glz' [Gonçalves]	Quiteria Barbosa
57	1807-1808	Ignacio Roiz' [Rodrigues] Gonsalves	Roza Maria Ferreira
58	1808-1809	João Duarte Paiva	Roza Duarte Coimbra
59	1809-1810	Andre Alves dos Reis	Maria Rodrigues da Cruz
60	1810-1811	Manoel Teixeira Corr. ^a [Correa]	Domingas Soares da Conceição
61	1811-1812	Francisco Borges	Jozepha Roiz' [Rodrigues] Teixeira
62	1812-1813	Eustaquio de Mattos Lima	Anna dos Santos Torres
63	1813-1814	Bernardo Teixeira no Caracaja	Anna da Fonceca Silva
64	1814-1815	João Borges de Faria	Anna Netto
65	1815-1816	Reverendo Fructuoso Pereira Botelho de [Gr. ^{os} ?]	Izabel Machado da Motta
66	1816-1817	Joaquim da Cunha no Caracaja	Joaquina da Assumpção Cortes
67	1817-1818	Ignacio de Mattos Pereira	Ritta Maria Francisca de Andrade
68	1818-1819	Diogo Carneiro	Anna de Britto Barboza
69	1819-1820	Antonio Gouveia de Moraes	Vicencia de Souza Corr. ^a [Correa] Landim
70	1820-1821	Manoel Alves Brandão	Clemencia de Faria
71	1821-1822	Matheus da Costa no Pituba	Anna dos Santos Pr. ^a [Pereira]
72	1822-1823	[Ignacio?] Guedes da Silva	(...) Gomez de Leão
73	1823-1824	[Julião?] Glz' [Gonçalves] Torrez	Izabel Per. ^a [Pereira]
74	1824-1825	Eleuterio X. ^{er} [Xavier] da Cunha	Severina Teixeira
75	1825-1826	Felippe de Miranda Mota	Thereza Glz' [Gonçalves] Torres
76	1826-1827	Thomas de Miranda	Joaquina Glz' [Gonçalves] de Moura
77	1827-1828	Joze Ferr. ^a [Ferreira] de Moraes	Joanna Per. ^a [Pereira] Cidade
78	1828-1829	Dom. ^{os} [Domingos] Glz' [Gonçalves] Coelho	Giralda da Silva [Clavelo?]
79	1829-1830	Eusebio Pereira de Ar. ['] [Arruda?]	[Quensafrana?] Alz' [Alvares] Per. ^a [Pereira]
80	1830-1831	Euzebio Antunes	[Maria?] dos Santtos na Serra
81	1831-1832	Reverendo Joze Luiz Ferreira	Marcella de Britto Barbosa
82	1832-1833	Amaro Pereira das Mercezes no Pituba	Fran. ^{ca} [Francisca] da Costa em S. Quiteria
83	1833-1834	Pedro Jozé Cilistino	Maria Pereira da Cunha
84	1834-1835	Sargento Miguel da S. ^a [Silva] Paranhos	Antonia Fernandes da Costa
85	1835-1836	Manoel Luiz Ferreira	Domingas de Araujo Leite
86	1836-1837	Manoel Alves de Santa Anna	Felippa Correia de Carvalho
87	1837-1838	Ambrozio Vieira em S. Jozé	Florencia de Souza
88	1838-1839	João Roiz' [Rodrigues] de Oliveira na Lagoa	Maria Ferr. ^a [Ferreira] Saraiva
89	1839-1840	Manoel Soares Chaves	Maria de Anunciação Maxada
90	1840-1841	Antonio Luis Ferreira	Ambrosia Nunes de Araujo
91	1841-1842	Damião Luiz da Costa	Margarida de Mattos Lima
92	1842-1843	Francisco de Oliveira Braga	Maria Nunes

OBS: 1 – Com assistência do reverendo Domingos Simões da Cunha; rei e rainha por devoção.

2 – Com assistência do reverendo padre Domingos de Crasto Guimarães.

Fonte: Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, com 125 fólhos reto e verso, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu-MG.

A escolha para o preenchimento desses cargos não era tão tranquila como se poderia supor, pois, pelos dados existentes sobre as eleições, nota-se que a quantidade de votos obtidos pelos candidatos não eram iguais para rei e rainha e nem sempre essa era a esposa do rei eleito, o que faz deduzir que os candidatos não agradavam a todos os votantes e o processo eleitoral era individualizado, não considerando obrigatoriamente a dupla que estava concorrendo.

É nesse cenário de luta, resistência e organização que se destaca em especial a eleição de um dos reis do Rosário, que foi Amaro Pereira da Mercezes (1832-1833), morador do Pituba, onde viveu por cerca de 70 anos, local carregado de memórias e vidas, que

ultrapassaram o tempo e ajudam a recompor na atualidade a história afrodescendente da comunidade remanescente quilombola dos Amaros. Assim, as resistências e negociações praticadas por esses homens aconteciam nas coisas miúdas e nas pequenas ações cotidianas, com consequências políticas que os identificam como sujeitos criativos, donos de sua própria história.

3.1 Redesenhando Pituba: histórias, memórias e esperanças.

O século XVIII representou para o arraial de Paracatu, em um intervalo de tempo de aproximadamente 50 anos, a plenitude econômica e sua pobreza extrema. O primeiro momento, datado de 1744, correspondeu à descoberta das minas de ouro e o deslocamento de milhares de pessoas em busca de fama e fortuna; já o segundo momento, a partir de 1770, correspondeu à exaustão, ao declínio do ouro de aluvião e, conseqüentemente, à pobreza extrema com a desertificação quase completa e a desvalorização das terras que expeliram por mais de meio século sonhos dourados. Um impacto total, pois o arraial não estava preparado economicamente para lidar com a escassez da produção do ouro.

Evidentemente que, como aquelas terras foram usadas especificamente para a mineração, com o final dela estavam todas irregulares, exauridas, cheias de valas e montições, o que as tornava, a princípio, totalmente inválidas para a agricultura e/ou outras atividades comerciais: *as terras minerais no Morro¹⁵⁴ para a parte de San Gonçalo foi examinado por avaliadores e por mineiros vizinhos que delas acharam ser inúteis e sem valor¹⁵⁵*. Um solo totalmente destruído e remexido, o que justificava a sua desvalorização comercial.

Importante frisar que essas características não foram exclusivas do Morro do Ouro, mas de todo o território com potencial de retirar o metal. O cenário permaneceu dessa forma quase que totalmente intacto desde o final da mineração no século XVIII até aproximadamente 1980, quando, depois de uma série de estudos minerais sobre a região, Paracatu recebeu a primeira multinacional do setor de mineração - a Rio Paracatu Mineração (RPM) -, iniciando-se assim um moderno processo de retirada do ouro, o que permitiu à antiga área de mineração ser transformada, na atualidade, na maior mina de produção de ouro do mundo.

Sem alternativas para a sobrevivência e com grandes gastos na manutenção de suas propriedades, vários mineradores chegaram ao ponto de ir embora do arraial, deixando para trás suas terras e seus escravos, propriedades consideradas naquele momento sem importância econômica.

¹⁵⁴ A região denominada Morro do Ouro era o local onde estavam concentrados os maiores veios minerais e a maior quantidade de exploradores naquele momento.

¹⁵⁵ CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. **Paracatu** – O Morro do Ouro. Brasília. Rio Paracatu Mineração S.A., Brasília: 1992, p. 78.

Nesse sentido, cabe esclarecer que, apesar desse cenário de plena devastação, miséria e fugas que vivia o arraial de Paracatu, ele não deixou de existir e de produzir em pequena escala o ouro que ainda existia no solo, pois o que se havia exaurido era o minério de aluvião, que se encontrava misturado ao cascalho e exigia baixa tecnologia para a sua retirada. Com toda essa crise da mineração, poucos garimpeiros permaneceram no arraial¹⁵⁶ com as suas bateias, lavando o cascalho no leito dos rios e córregos em busca de riqueza.

Apesar de alguns resistirem a essas mudanças, com o passar do tempo a situação ficou cada vez pior, uma vez que, para voltar produzir em grande quantidade o ouro, seria necessário o emprego de novas tecnologias capazes de processar e apurar mais rapidamente o mineral, o que era praticamente impossível devido à falta de recursos financeiros por parte dos proprietários das datas minerais.

Por isso mais pessoas continuaram abandonando o local, ficando ali, praticamente, os escravizados e os libertos, ou seja, aqueles que não tinham a mínima condição de se deslocar para buscar alternativas de sobrevivência em outras regiões, sendo obrigados a permanecer e reinventar suas vidas para que pudessem sobreviver no decadente arraial.

Pelo levantamento realizado em 1769 sobre a situação econômica do arraial de Paracatu, ficou registrado que nesse período havia cerca de 95 garimpeiros explorando 3951 datas minerais e que utilizavam cerca de 2391 escravos para a realização do trabalho, que naquela época era bastante rudimentar e pouco lucrativo.

Por esses dados chegamos à informação de que alguns proprietários das datas minerais eram negros e mulatos (pardos) forros, que por uma inversão social conseguiram garimpar, acumular pecúlio, ganhar prestígio e adquirir propriedades (**tabela 14**), o que vem reforçar a ideia de que, mesmo tendo vivido os açoitamentos da escravidão por longo tempo, esses negros homens não perderam o poder e a vontade de lutar, recriar e mudar o rumo de sua vida e da de seus familiares.

¹⁵⁶COIMBRA, E. Duarte. Descrição exata do distrito da Guarda destas Minas de Paracatu. 1769. Manuscrito do acervo da Biblioteca Nacional, 78 p. Ver mais detalhes no anexo 05, que traz uma relação com os nomes dos garimpeiros, locais das datas que estavam sendo exploradas e a quantidade de escravos utilizados nesse processo de extração.

Tabela 14 - Negros e mulatos garimpeiros - Arraial de Paracatu século XVIII

Mineiros	N. de escravos	N. de datas minerais	Condição social
Antônio Luiz Braga	24	50	Pardo Forro
Luiz Pereira do Amorim	12	24	Pardo Forro
Benedito Rodrigues	03	13	Preto Forro
Manoel da Silva Rosa	04	09	Preto Forro
Antônio Rodrigues	06	10	Preto Forro
Teodósio da Fonseca Machado	12	05	Preto Forro

Fonte: COIMBRA, E. Duarte. Descrição exata do distrito da Guarda destas Minas de Paracatu. 1769. Manuscrito do acervo da Biblioteca Nacional, 78 p.

Usando a sua criatividade perante o improvável, esses negros e mulatos forros que lá moravam e exploravam o que “restou” da mineração no arraial de Paracatu conseguiram acumular algum pecúlio que lhes possibilitou certa mobilidade social e maior autonomia sobre a sua vida, o que representava oportunidade e esperança para os seus descendentes.

Como exemplo, relatamos o caso do africano liberto Manoel da Costa, que era morador no arraial do Paracatu em 1776 e, fazendo uso de suas habilidades e experiência, conseguiu comprar a sua alforria, acumular bens e ascender social, cultural e economicamente. Essas informações constam em seu testamento¹⁵⁷, que se encontra na Casa Borba Gato em Sabará, sobre o qual passamos a apresentar algumas informações:

Chegado escravo na região, com o passar do tempo, conseguiu comprar sua alforria, certamente com pecúlio adquirido por meio da mineração. Manoel permaneceu solteiro e não teve filhos. Como herdeira única, declarava sua irmã “de pai e mãe”, a forra Roza Pinto da Trindade. Pelo que declarava, o Mina conseguira, também, reconstruir parte da família africana na América portuguesa. Novamente, a mineração e o kow-how africano parecem ter proporcionado oportunidades de ascensão a alguns escravos e ex-escravos. Mas Manoel não parece ter sido do tipo que se contenta com pouco. Além de tudo isso, possuía imóveis, umas lavras no morro parte de São Domingos do qual tenho título delas em meu poder e, recriando a África na América, declarava possuir uma chácara na paragem chamada à Costa da Mina. O liberto Mina contava, ainda, com 11 escravos africanos empregados, principalmente, nos serviços de mineração¹⁵⁸.

Frente ao exposto, cabe esclarecer que o ocorrido com o liberto Manoel da Costa não foi um acontecimento isolado, haja vista a existência de vários testamentos no arquivo público da cidade que relatam a existência de *vários negros deixando bens em ouro ou em partes de terras – datas; assim como é possível encontrar em 1771, pretos forros possuidores*

¹⁵⁷ Testamento de Manoel da Costa – CPO LT 31(51)/1776; fls. 159-167. Casa Borba Gato – Sabará, Minas Gerais. O documento é assinado pelo escrivão da provedoria Gonçallo Xavier de Castilho; Villa Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará aos dez dias do mês de dezembro de mil setecentos setenta e seis anos.

¹⁵⁸ PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) **O trabalho mestiço**; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002, p. 187-207.

*de fortunas e bens*¹⁵⁹. Tudo isso vem reafirmar a tese de que esses homens, mesmo com toda a dificuldade imposta por um cenário tão hostil, não deixaram de conquistar o seu espaço naquela sociedade, muitas vezes negociando e lutando pelos seus direitos.

Nesse sentido, destacamos a importância da existência das várias comunidades negras de Santa Rita, Lagoa de Santo Antônio, Lagoa Rica, Cunha, Sabão, São Sebastião e São Domingos, as quais foram constituídas no final do século XVIII pelos escravizados e os libertos, e que foram consideradas como locais de resistência, sobrevivência econômica, manutenção de tradições e de culturas, ou seja, o esteio daqueles que não conseguiram sobreviver na decadente cidade. Observando a figura 21, é possível perceber que tais comunidades estavam localizadas próximo, ou até mesmo usando o próprio leito do córrego São Domingos, que, naquele momento do século XIX, era o local onde se concentrava a maior quantidade de datas minerais exploráveis.

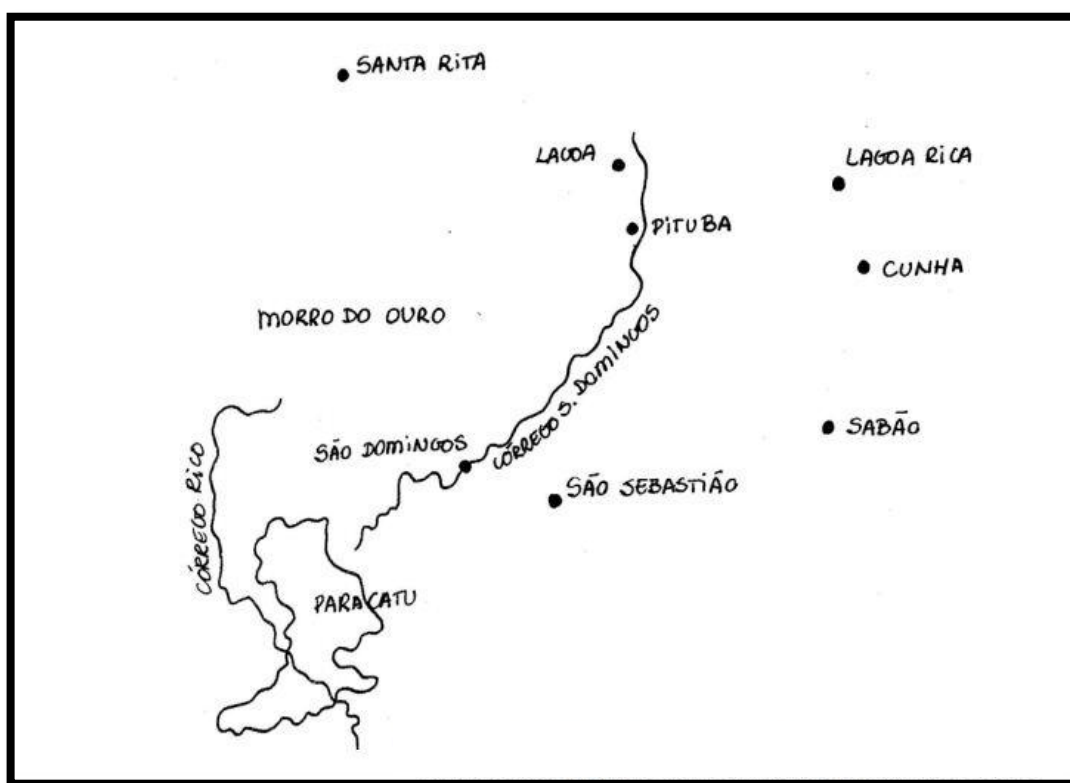


Figura 21 – Principais comunidades negras em Paracatu – Século XIX

Fonte: DORIA, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Brasília: abril/2004, p. 34.

¹⁵⁹ Doria, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Brasília: abril/2004, p. 21.

Entre as comunidades negras relacionadas acima, destacamos a da Lagoa de Santo Antônio ou Pituba¹⁶⁰, região com intenso comércio e grande produtora de gêneros agrícolas, características essas que permitiram abastecer a cidade de Paracatu e alguns povoados vizinhos, conforme os detalhes apresentados por Olympio Gonzaga¹⁶¹ no início do século XX:

[...] A duas léguas de Paracatu, na estrada do rio Preto, se acha o arraial da Lagoa de Santo Antônio ou Pituba, atualmente em completa decadência e com muitas casas em ruínas. No entanto, foi o mais próspero de todos naqueles tempos, chegando a possuir mais de cem casas e ranchos e mil habitantes. Era o maior e mais povoado quase que somente por crioulos. Que diferença para hoje! Tinha diversos negócios de fazendas, médicos e farmácias. Três poderosas e ricas famílias davam as cartas e faziam as festas do lugar com grandes pompas - a de Manoel d' Affonseca Silva e seus irmãos; a de Joaquim Martins Ferreira e a dos Irmãos Joaquim da Cunha e Luiz Pereira da Cunha¹⁶².

Foi nesse contexto de tantas rupturas, de mobilidade social e esperanças que Amaro Pereira das Mercezes viveu e construiu a sua vida. Nascido por volta de 1765, ele era morador da região conhecida como Macaco, localizada dentro do arraial Lagoa de Santo Antônio ou Pituba. Ali Amaro viveu e criou a sua família, construiu a sua vida econômica, rezou pelo Rosário, participou de festas e folias, administrou o reinado da Irmandade do Rozário, deixou sonhos, desejos e esperanças, os quais servem como referência na atualidade para os seus descendentes lutarem e reivindicarem os seus direitos de cidadania.

Nesse sentido, entendemos que Pituba é um desses locais de memórias carregados de significados, onde a vida pulsou e deixou registrada a saga de uma família que lutava pelo seu próprio destino, *uma memória que é referencial ao mesmo tempo de ancestralidade e de identidade*¹⁶³. Seguindo essa lógica, foram as várias histórias contadas pelos seus tataranetos que transformaram essas memórias em esteio para as suas lutas cotidianas, pois a *história que está presente na memória dos mais velhos, bons narradores da saga de seus antepassados*,

¹⁶⁰O mapa estatístico da Comarca de Paracatu do Príncipe (1825) e publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro (ano II, fascículo 1- janeiro a março de 1897) traz as seguintes informações sobre esta região: Lagoa ou Pituba com 64 fogos (casas).

¹⁶¹Autor de Memória histórica de Paracatu (único a ser publicado), Lendas do Brasil Central e dos romances Litígio de Minas-Goiás e Dona Escolástica, Olímpio Michael Gonzaga nasceu em Paracatu, aos 21 de julho de 1878 e era filho de tabelião Euzébio Michael Gonzaga e de Joana Lopes Trindade. Foi funcionário público federal, empresário, fotógrafo, jornalista, historiador, contador. Faleceu aos 06 de dezembro de 1948 e deixou importante legado arquivístico composto principalmente por fotos e jornais, doados pelos familiares ao Arquivo Público Municipal em 1995.

¹⁶² OLYMPIO, Gonzaga. **Memória Histórica de Paracatu** – Uberaba: Typ. Jardim & Cia, 1910, p. 14.

¹⁶³ FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas nunca tive senhor: história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. In: REIS, João J. e GOMES, Flávio. **A liberdade por um fio** – história de quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 467.

*permite resgatar um passado que nem sempre é revelado nos documentos escritos*¹⁶⁴, ou seja, é através do cruzamento desses indícios que podemos reescrever a história da família de Amaro Pereira das Mercezes.

Seguindo essas pistas e a documentação referente a Amaro Pereira das Mercezes e sua família, podemos certificar que eles ocuparam o território denominado de Macaco por volta de 1790, quando, juntamente com outras famílias negras que moravam no arraial de Paracatu, resolveram empreender e recuperar uma região que havia sido destruída pelo impacto da mineração do século XVIII, conforme as informações contidas nas pesquisas da antropóloga Siglia Zambrotti:

[...] Pituba fica no sopé do Morro do Ouro. O laudo mostrou que eles ocuparam terras abandonadas quando a mineração não era mais interessante e não havia mais contratadores para essa terra. Isto aconteceu no final do século XVIII, ou seja, no início do século XIX eles já moravam ali. Amaro, o antepassado, deve ter ocupado essa terra exatamente no momento de decadência mais aguda da mineração na região do Morro do Ouro. Eles viviam ali com autonomia de produção e com o trabalho agrícola recuperaram uma terra degradada, que eram escavações, montições, rios desviados para a lavagem do ouro. Eles recuperaram durante 100 anos uma terra degradada e tornaram essa terra em um jardim¹⁶⁵.

Após a instalação dessas famílias negras no território de Pituba, elas inicialmente consorciavam a atividade do garimpo com a agricultura de subsistência, uma vez que, devido às condições daquelas terras, seria necessário recuperá-las primeiro para depois diversificar e ampliar a sua produção, o que ocorreu em um processo lento e gradual. O interessante de todos esses dados produtivos de Paracatu no século XIX é que, enquanto a cidade vivia em plena decadência econômica, suas áreas rurais produziam riquezas (pecuária, mineral e a agricultura), que foram vitais para a recuperação da cidade a partir da década de 1950.

Toda essa prosperidade que vivia a zona rural de Paracatu também se fez presente no território rural do Macaco, onde Amaro Pereira da Mercezes viveu por quase 50 anos com a sua família, esposa, nove filhos, genros, noras e netos, todos enraizados no mesmo espaço, que funcionou como referência, porto seguro e núcleo familiar para os seus descendentes até o ano de 1960, quando a terra lhes foi expropriada.

¹⁶⁴ FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas nunca tive senhor: história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. In: REIS, João J. e GOMES, Flávio. **A liberdade por um fio** – história de quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 467.

¹⁶⁵ Siglia Zambrotti Doria. **Depoimento - Honrados Amaros Benditos**. DVD, 30 min, documentário institucional, Brasília, 2004. Realização Fala Negra e Fundação Cultural Palmares.

Amaro Pereira das Mercezes foi casado por duas vezes¹⁶⁶: do seu primeiro casamento, com Anna de Freitas, teve um único filho chamado Cypriano; do segundo, com Ignácia Duarte Coimbra, teve mais oito filhos: Joaquim Pereira das Mercês, Domingos Pereira, Anastácia Pereira, Manoel Pereira, José Pereira, Ana Pereira, Maria Pereira, Manuel Antunes (figura 22).

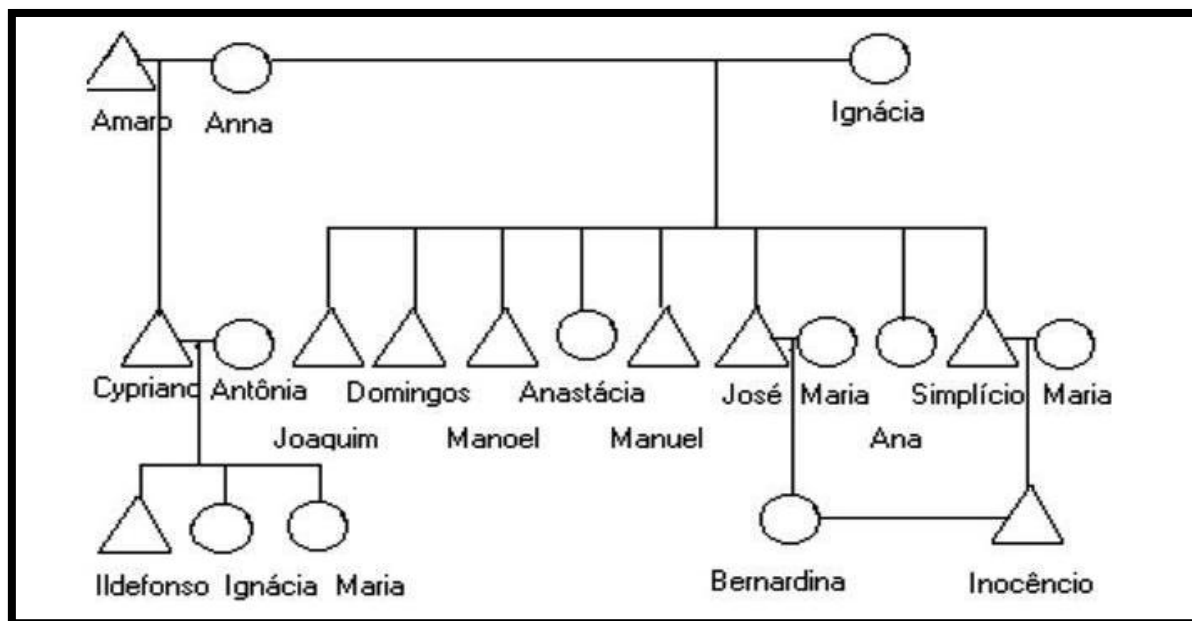


Figura 22- Núcleo Familiar de Amaro Pereira das Mercezes.

Fonte: MELO, Paula Balduino de. Se a gente sentar pra contar, dá um livro. História da família dos Amaros de Paracatu-MG. Brasília UNB. 2005 (monografia), p. 41.

Com relação aos detalhes da propriedade que pertenceu a Amaro, encontramos uma importante referência em um documento chamado de Auto de Sequestro de Bens, feito em 1855 para que se procedesse à regulamentação dos bens deixados por Amaro aos seus herdeiros, uma vez que ele não havia deixado por escrito um testamento. Com a morte de Amaro em 1847, a sua viúva Ignácia Duarte, juntamente com toda a sua família, continuaram tocando a propriedade, conseguindo assim manter o núcleo familiar.

Porém, a principal causa que deu origem ao sequestro dos bens determinado pela justiça foi justamente o fato de Ignácia Duarte, quando do falecimento de seu marido, não ter feito o inventário e a partilha dos bens, e certamente não o fez por desconhecer as determinações das leis, uma vez que não sabia ler e escrever. Interessante observar também a atitude de Ignácia Duarte na perspectiva familiar. Na sua concepção, realmente não havia necessidade de fragmentar aquelas terras e suas benfeitorias, uma vez que naquele local

¹⁶⁶Infelizmente não foi possível precisar as datas de núpcias de Amaro Pereira das Mercezes com Anna de Freitas e depois com Ignácia Duarte Coimbra, uma vez que os livros de batizados e de registro de casamento da paróquia referentes àquela época se perderam e os poucos fragmentos que restam estão muito danificados.

estavam todos os acontecimentos, as ocorrências, as vidas, as memórias e a marcas de um tempo cronológico vivido por eles. Entretanto, isso não significa que toda a família comungava das mesmas ideias da matriarca de manter aquele patrimônio intacto, somente com a existência e permanência da família.

Essa divergência de ideias entre os membros da família dos Amaros aparece no despacho do juiz de órfãos da cidade de Paracatu e seu termo Antônio Joaquim de Figueiredo Seabra¹⁶⁷, quando ele justifica o motivo daquela ação de sequestro de bens:

Amaro Pereira foi casado em primeiras núpcias com Ana de Freitas de cujo matrimônio resultou Cipriano único filho; na menor idade deste, faleceu sua mãe; e seu pai dito Amaro sem dar partilhas ao menor Cipriano passou a segundas núpcias com Inácia Duarte de cujo matrimônio resultarão filhos igualmente. Amaro faleceu a oito anos mais ou menos, e sua mulher Inácia Duarte até hoje não deu os bens a causa de inventario. Cipriano único filho do primeiro matrimônio, casou-se com Antônia de Araújo, e pôr sua morte deixou do mesmo matrimônio três filhos¹⁶⁸ que o representam, a saber Ildefonso, maior de 21 anos, Inácia, de idade de quatorze anos; Inácia Duarte, viúva do dito Amaro acha-se até hoje na posse, e gozo dos bens pôr ele deixados, dos quais tem disposto livremente e como de um tal abuso resulta prejuízo a Órfã Inácia requer a V.S. que em atenção a indigência da Órfã, e de sua Mãe Antônia de Araújo, e da pouca importância dos bens, haja de os mandar sequestrar, e partir perante V.S. com atenção aos que constarem da relação junta dos quais tem aquela viúva disposto¹⁶⁹.

Por decisão do referido juiz de órfãos, todos os bens foram sequestrados e *depositados em poder de uma pessoa idônea*¹⁷⁰, que deveria guardá-los até o final da sentença do juiz. Pelas informações que constam no documento, João Gomes Camacho foi o escolhido para essa tarefa, o que fez até a sua morte.

Nesse sentido, é interessante notar que, apesar da preocupação com Inácia (14 anos), neta de Amaro e órfã¹⁷¹, essa disputa familiar pela herança começou quando Amaro Pereira das Mercezes ainda era vivo, mais precisamente em 1842, quando ele teve um desentendimento com o seu genro Simplício Coelho Guimarães, que era casado com Maria Pereira¹⁷². Além desse problema com o sogro, ele também registra a sua indignação por não

¹⁶⁷ Este Juizado era composto de Juiz, Escrivão, Curador Geral, Tesoureiro e as partes interessadas.

¹⁶⁸ O terceiro filho do casal Cypriano e Antônia de Araújo, Maria, havia falecido com 17 anos. Neta e afilhada de Amaro Pereira das Mercezes.

¹⁶⁹ **Auto de Sequestro de Bens de Amaro Pereira das Mercês.** Paracatu 1855, p. 02/APMOMG

¹⁷⁰ **Auto de Sequestro de Bens de Amaro Pereira das Mercês.** Paracatu 1855, p. 03/ APMOMG

¹⁷¹ No momento dessa ação judicial, 1855, Cypriano, seu pai e filho do primeiro casamento de Amaro com Anna Freitas, havia falecido.

¹⁷² Maria Pereira era o sétimo filho do segundo casamento do Amaro Pereira das Mercezes com Ignácia Duarte.

ter recebido nada de herança, ter sido expulso de sua casa, ficando somente no prejuízo, conforme esclarece o depoimento registrado no Auto de Sequestro:

No Ano de 1842 meu sogro o finado Amaro Pereira das Mercezes me tocou para fora da minha casa, gerando um grande prejuízo, pois ele me tomou uma égua parida com uma cria fêmea, um quarto de cana que estava cortada para moer e as telhas da casa, sendo que depois disto não desfrutei mais daquelas terras. Com a morte do finado, o seus filhos tem vendido algumas coisas antes da partilha. Manoel Pereira e Manoel Antônio vendeu um carro de boi nesta cidade; Manoel Pereira vendeu uma espingarda para o Fortunato, morador da lagoa. Manoel Antônio junto com o Estevão vendeu outro carro de boi de carro e uma enxó nesta cidade. O José Pereira vendeu uma espingarda na Bagagem. Anastácia Pereira mandou Estevão vender uma vaca a Joaquim dos Santos e a já dita viúva mandou Estevão vender umas dragonas, sendo que a mesma deu um par de botões de ouro a Joaquim Pereira¹⁷³.

Em relação aos bens materiais deixados por Amaro e alvo da disputa judicial, podemos certificar que eles realmente não eram de grande valor, e que talvez, se o juiz mandasse proceder a sua divisão entre os herdeiros, não tocaria mesmo quase nada para cada um, pois o valor venal de toda a herança, conforme cálculo na época (1855), não passava de cento e quarenta mil e novecentos e quarenta réis (140.940). Passamos à descrição desses bens:

Ouro lavrado: um par de botões de ouro de murça; uma volta de contas de ouro; quatro botões de ouro; um laço de ouro; **Cobres:** dois tachos velhos furados; um tacho em bom uso; **Ferramenta:** uma alavanca; duas enxadas velhas; Duas foices de cortar canas; Um machado em bom uso; uma serra pequena usada; Uma foice velha de roça; um ferro de engomar com sua língua; duas enxadas velhas; um formão grande em bom uso; uma caixa velha forrada; **Bens de raiz:** um Engenho de moer canas com uma varanda coberta de telha onde mora a viúva cabeça de casal; uma sorte de terras no mesmo lugar Pituba; uma casinha sem portas no mesmo lugar coberta de telhas velhas¹⁷⁴.

¹⁷³ **Auto de Sequestro de Bens de Amaro Pereira das Mercês.** Paracatu 1855, p. 07/APMOMG.

OBS: Realizamos uma tradução do texto original a fim de tornar compreensível a narrativa do depoimento. A seguir transcrevemos o texto original, conforme apresentado no documento:

“No Ano de 1842 Meu Sogro O Finado Amaro Pereira Das Mercezes a minha saida sofre muitos perjuizos Aonde o dito falcido me tomo a uma egoá parida com uma cria femia mais um qualter de cana que estava cortada para se tratar De Muer o Dito falcido me tocou para Fora Das minhas Casas aonde o dito Tirou uma partes De telhas fora Nunca mais Disfrutei nada Dos Meos Alvoredos Da morte do finado os Seos Filhos tem vendido Alguns Cousas sem haver Partilhas aonde Manael Pereira e Manael Antônio vemdeo-çe hum boi de carro nesta cidade o Dito Manoel perreira vendeo uã Espengarda ao Furtunato na lagoa vendeo se uma Enxo o Manoel Antonio Junto com o Estevo vendeo-çe Outro Boi De carro nesta Cidade O Joze perreira vendeo huma Espingarda na Bagagim Anastacia Perreira mandava Esteve Vender huma vaca a Joaquim dos Santos Noa vaca e a ja a dita viuva e mandou es Estevo vender umas Dragonas Nesta cidade a dita viuva Deo um par de Butões De ouro a Joaquim Perreira deo mais um [recuteloço?] ao dito Perreira”

¹⁷⁴ **Auto de Sequestro de Bens de Amaro Pereira das Mercês.** Paracatu 10 de junho de 1855, p. 07.

Diante destas informações, o Juiz dos Órfãos Antônio Joaquim Figueiredo de Seabra determinou que fosse realizado o sequestro de todos os bens deixados pelo falecido Amaro Pereira da Mercezes e que estavam sob gozo da viúva Ignácia Duarte. Após todos os procedimentos legais, de ouvir testemunhas, verificar *in loco* os bens que existiam e os seus respectivos valores, o juiz estabeleceu a seguinte sentença:

Vista a exiguidade do Patrimônio dividirem-se por tantos herdeiros que talvez não chegue cada quinhão e resultaria a satisfazer as despesas mando que o Escrivão faça uma cômoda e justa divisão desses bens por entre esses herdeiros atenta a resposta do Doutor Curador (proceder a partilha de conformidade ao que ela requeria, e o que requeira em benefício da Órfã) a fim somente de serem designados, e conhecidos por cada um herdeiro os objetos que perfazem as legítimas respectivas e possam dispor sem contestação do que lhes pertence quando sem juros¹⁷⁵.

Pela sentença do juiz, proferida em 1855, caberia os reclamantes requerer as suas partes, conforme o estabelecido na decisão. Porém, pelo baixo valor do patrimônio em disputa, o que certamente não atenderia os anseios dos herdeiros, os mesmo não procuraram os seus direitos, ficando os bens materiais da disputa depositados, conforme a decisão inicial do processo.

Diante deste fato, em 1857 o escrivão dos órfãos substituto Valeriano José Guerra encaminhou uma petição ao senhor Tenente Coronel e juiz municipal Domingos Pimentel de Melo, solicitando que se juntassem aos autos as novas informações sobre o auto de sequestro. Recomendava ainda o deferimento de seu pedido, a fim de tentar reparar um grave erro cometido pela justiça, uma vez que a viúva Ignácia Duarte Coimbra estava com mais de 90 anos de idade e com vários filhos, conforme as informações detalhadas no documento:

Amaro Pereira das Mercês que tendo este dito casado em primeiras Núpcias com Ana de tal, tendo esta falecido a mais de 40 anos nunca se fez a inventário de seus bens, e um filho que tem de nome Cipriano único do [sic] do primeiro Matrimônio nunca tratou por convencer que fez com seu Pai [e era mesmo] herdeiro maior antes porém que Antônia de Araujo mulher que foi do dito Cipriano depois de passar mais de 40 anos da morte de sua sogra Ana de Freitas a dois anos requereu inventário dos bens deixados pela dita sua sogra, quando já tinha espirado essa ação, pois a ação de inventário prescreve por 30 anos, achando o Doutor Antônio Joaquim de Figueiredo Seabra que então aqui servia de Juiz Municipal e Órfãos que sem o menor escrúpulo mandou logo citar a Suplicante para dar bens a inventario, (e que bens Meritíssimo Senhor) mandando proceder logo a Sequestro em todos os

¹⁷⁵ Auto de Sequestro de Bens de Amaro Pereira das Mercês, Paracatu, 26 de maio de 1855, p. 12 e 12v.

ocupando a maior parte daquelas terras, que perfazia, conforme apontado em pesquisa recente, uma área total de 1.079,2870 hectares, localizada a cerca de oito quilômetros da sede do município de Paracatu¹⁷⁷ (**vide mapa**). Imaginamos também que nesse local eles produziam rapadura e aguardente, uma fonte de renda para a família, além de possuir animais de tração, carro de boi e alguma criação miúda de terreiro – cabras, porcos e galinhas.

Como se vê, com a decisão do juiz de manter a terra sob o controle de Ignácia Duarte Coimbra, viúva de Amaro, sem as divisões propostas por alguns herdeiros, o território continuou sendo o local de referência, do acontecimento para aquela família, uma vez que eles permaneceram ainda ancorados no mesmo espaço por cerca de 120 anos, o que correspondeu à passagem por esse território de duas gerações do negro forro Amaro Pereira das Mercezes.

Nesse sentido, dando sequência às lembranças desse local, destacamos a segunda geração de Amaro Pereira da Mercezes, seus netos, que viveram, cresceram, casaram e morreram na região do Pituba. Trata-se do núcleo familiar de Bernardina Pereira das Mercezes e Inocência Mendes Guimarães, ambos netos de Amaro, conforme se visualiza na seguinte prancha genealógica (figura 24).

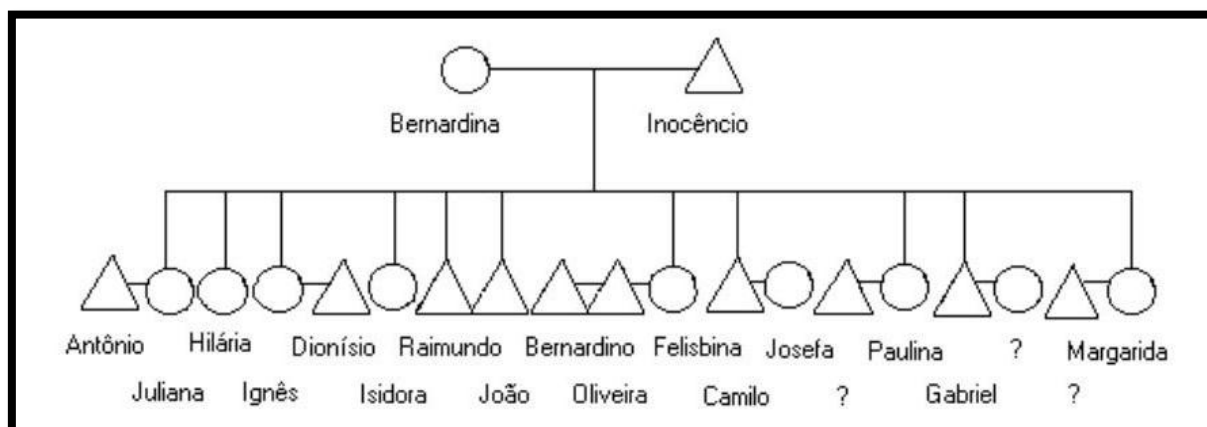


Figura 24 – Núcleo Familiar de Bernardina Pereira das Mercezes e Inocência Mendes Guimarães
Fonte: MELO, Paula Balduino de. **Se a gente sentar prá contar, dá um livro**. História da família dos Amaros de Paracatu-MG. Brasília UNB. 2005 (monografia), p. 43.

Entre as várias memórias de quem chegou a morar e a conviver com parte dessa geração no Pituba, destacamos as de Aliancita Pinto Rabelo, que é neta de Felisbina Pereira Sena, moradora do bairro Paracatuzinho. Em suas lembranças, ela nos conta detalhes do

¹⁷⁷ 1080 hectares equivalem aproximadamente a 223 alqueires mineiros, uma área, hoje, digna dos grandes proprietários do agronegócio ou da indústria canavieira.

cotidiano dos moradores, da solidariedade entre eles, da roça que era plantada, as coisas dos quintais, o trabalho e a vida no garimpo, acontecimentos carregados de significados e ações em benefício de todos:

Era época de minha madrinha Felisbina, madrinha Juliana... Era garimpo e, no mais, plantação assim de roça, quintal, essas coisas... Eu gostava muito de lá. Quando eu morei lá eu também gostava muito de lá... a união que todo mundo tinha. A união lá todo mundo tinha! Lá não tinha esse negócio de falta de união não. Qualquer pessoa que chegasse, que viesse, a gente tratava todo mundo super bem. Ninguém não atingia ninguém não...¹⁷⁸.

Dentro desse percurso, revelam-se as relações religiosas, os santos de devoção, as rezas e as ladainhas, práticas muito comuns entre as famílias do interior mineiro. Além de representar a religiosidade de um povo, esse momento considerado sagrado reafirmava os vínculos familiares, fortalecia os laços de compadrio e a solidariedade, ou até mesmo significava uma forma de aliviar as dores da vida através das orações. Pelo relato de Aliancita, fica evidente o comprometimento familiar na ornamentação do altar, na disposição de limpar os terreiros, bem como o ritual da reza da ladainha:

Minha madrinha sempre fazia reza, tinha ladainha todo ano... a reza era na casa. Levantava o mastro de Santo Antônio, né, que era uma bandeira. Rezava tudo. Fazia um altar, né, Mariinha, com folha de coqueiro, era muito bem feito! Tinha imagem de Santo Antônio, tinha outras imagens de outros santos, que não era só Santo Antônio. Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Santana. Todo mais imagem tinha. Que mais eu posso dizer?... Minha madrinha, que é minha vó, ela era devota de Santo Antônio. A bandeira também ficava ali no altar, na hora que era pra suspender a bandeira de Santo Antônio, recolhia ele do altar, subia no mastro. Aí tinha todo mundo que ir andando, fazia uma procissão. Levava a bandeira até onde ia suspender no mastro. O mastro é um pau. Eles pinta o pau, faz um buraco e finca ele no chão, pra poder botar a bandeira, tá? Aí ia todo mundo, saía de dentro da casa de minha madrinha, em procissão, rezando, né, até chegar onde ia levantar o mastro. Entendeu? Era sempre à noite. (...) fazia a ladainha até umas seis, sete horas da noite. Aí, depois que terminava, o pessoal voltava pra dentro da casa e ia tomar o café... É dia 12 pra 13 de junho. O dia de Santo Antônio mesmo é dia 13, mas sempre a gente fazia no dia 12. [...] rezava Salve Rainha, rezava o credo¹⁷⁹.

¹⁷⁸ RABELO. Aliancita Pinto. **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2004 (entrevista realizada pela antropóloga Paula Balduino de Melo – PBM).

¹⁷⁹ RABELO. Aliancita Pinto. **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2004 (entrevista realizada pela antropóloga Paula Balduino de Melo – PBM).

Seguindo essas lembranças do Pituba, Dona Mariinha, que viveu nesse contexto de Aliancita, relembra fragmentos da ladainha de Santo Antônio, que era cantada pelos participantes ao longo do percurso da procissão:

Tinha a ladainha de Santo Antônio [...] tem aquela que rezava assim:
 Ó Meu Pai, Santo Antônio meu Jesus,
 Santo de grande louvor
 Leva minha alma, pela glória meu Jesus
 Aonde está Nosso Senhor¹⁸⁰. (canto)

Porém, nem tudo era reza, pois juntamente com o louvor sempre haveria de existir o momento do “banquete”, da “comilança”, o momento de quebrar regras, de desafiar o que era proibido, de estabelecer estratégias, de criar vínculos, de resistir aos atropelos do dia a dia.

Nesse sentido, após o momento de louvação ao santo protetor, Aliancita nos conta que sempre era realizada uma festa que contava com a participação de várias pessoas da família. Nesse depoimento, ela faz referência novamente a Dona Mariinha e ao Senhor Honório, o que demonstra uma relação afetiva intensa entre os familiares. Assim relata:

Aí faz. A gente que era mocinha, né, gostava muito de farra, depois que passava tudo, dava de cumê, de beber, aí o povo inventava de dançar. Dançava! Era acordeon, era sanfona, né, Mariinha? Violão, pandeiro. É, não tinha esse negócio de disco, CD!... Na casa de dindinha era muita gente, né, então as mais veia ia mexer ni forno, esses trem, outros ia arrumar a casa, outros ia fazer a torda, né, o altar, outro cuidar do terreiro, varrer terreiro, jogar água e tudo. Então, quer dizer, falava assim, amanhã é a reza, o que deixava pra fazer de manhã era varrer terreiro, cabar de arrumar, enfeitar o altar, né, pôr aquelas toalha branca, aquelas coisa. Tudo bordada, renda, né? Era renda, era de renda!!! Mas não essas renda que nós compra hoje, não. Era um pano, aí vinha as renda nas laterais. Quem fazia as renda era a minha vó e minha madrinha, que é a mãe dela. Tia Inês também ia pra lá, né? Honório, todo mundo lá!¹⁸¹

Importante esclarecer também que é nesse núcleo familiar de Bernardina, que viveu entre 1876 e 1937, que a história de Amaro continua, pois, além de ser a ligação direta entre as memórias e os acontecimentos ocorridos no Pituba, era Bernardina que guardava alguns documentos e anotações de seu avô Amaro referentes à posse daquele território e que foram destruídos em um incêndio, no momento em que eles rezavam e homenageavam Santo

¹⁸⁰ GUIMARÃES, Maria Abadia Pereira. **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2004 (entrevista realizada pela antropóloga Paula Balduino de Melo – PBM).

¹⁸¹ RABELO. Aliancita Pinto. **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2004 (entrevista realizada pela antropóloga Paula Balduino de Melo – PBM).

Antônio, conforme detalha o seu neto, o Senhor Honório Coelho, um dos responsáveis na atualidade pela luta de retomada daquele território:

Porque a casa eu vi o povo falar... Tia Margarida é que morava nessa casa. No caso foi assim... vovó morava junto com titia Margarida. Então a casa deles lá, nessa época, veio o povo contar, a casa era de capim. E então tinha os documento do terreno todo, tinha justamente... Eles rezava justamente para Santo Antônio. E sempre eles ia soltar fogos, ele deixou um fogo cair. Caiu e eles não viu... é o povo quando tava rezando... soltando fogo pra fazer alegria, né? Aí ele pegou e ele deixou um fogo cair e ele não viu. Aí passou. Aí que que acontece com o finado Antonim? Ele era menino, menino pequeno, rapazinho. Aí ele pegou, ele saiu e Antonim achou o fogo e foi soltar o fogo. Só que o fogo bateu na casa e queimou. O Antonim. Foi soltar o fogo e o fogo caiu em riba da casa. Mês de junho, o tempo tá tudo seco e o fogo caiu em riba da casa e queimou. Aí tia Margarida veio de lá na carrera, entrou dentro de casa, com fogo na casa, e tira trem daqui, tira dali, e ela queimou toda. Que ela tinha tudo remendado assim do fogo da casa que ela entrava lá debaixo do fogo pra tirar trem, né? E pior que queimou muita coisa, muita coisa foram queimada. E de resto, o que que ela fez? Ela ficou louca! Ela queria pegar um pau pra matar Antonim que fez isso, né, e o povo rancou ela de lá, e tirou Antonim pra Tia Margarida não fazer coisa, né¹⁸².

Lembranças que se cruzam e se complementam, o que é possível somente para quem viveu e participou intensamente de uma vida em comunidade ancorada em um espaço territorial como foi o Pituba.

Seguindo nossos estudos sobre as lembranças do Pituba, chegamos a um momento chave de toda essa saga iniciada no século XVIII por Amaro Pereira das Mercezes e repassada geração após geração de seus descendentes. Trata-se das informações que existem sobre o núcleo familiar de Inês Pereira Guimarães (figura 25), filha de Bernardina e mãe do Senhor Honório Coelho Guimarães e do Senhor Benedito Cirilo Coelho Guimarães, tataranetos de Amaro, que reivindicam atualmente as terras que um dia lhes pertenceram.

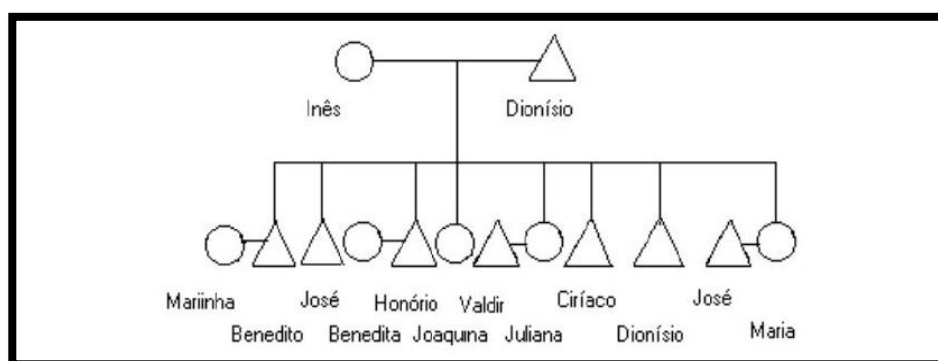


Figura 25 – Núcleo Familiar de Dona Inês Pereira Guimarães

Fonte: MELO, Paula Balduino de. **Se a gente sentar prá contar, dá um livro**. História da família dos Amaros de Paracatu-MG. Brasília UNB. 2005 (monografia), p. 56

¹⁸² GUIMARÃES, Honório Coelho. **Depoimento**. Paracatu janeiro de 2004 (Paula Balduino de Melo -PBM).

Foram eles, juntamente com Dona Mariinha, esposa do Senhor Benedito, que trouxeram as suas lembranças da vida no Pituba, dos acontecimentos, das lutas, das perdas, dos ganhos, da resistência, das acomodações e das negociações engendradas por eles enquanto viveram no território e que foram decisivas para se reconstituir esta história.

Para a antropóloga Siglia Doria, essas lembranças detalhadas, ricas de informações e que fazem parte da vida dos tataranetos de Amaro Pereira das Mercezes somente são possíveis porque eles viveram cada feito, cada acontecimento de sua vida, *pois para construir esse modelo no qual eles se inserem, pelo qual eles se identificam isto só pode ter acontecido porque eles dominaram o território por muito tempo*¹⁸³, o que lhes permite conservar lembranças tão claras do modo de vida que tiveram naquelas terras, mesmo tendo passado cerca de sessenta anos da saída deles de lá.

3.2 Expulsão e deslocamento: os Amaros e a vida no Paracatuzinho.

O ponto de partida para a compreensão do processo de expulsão e o consequente deslocamento dos descendentes de Amaro Pereira das Mercezes tem como marco a década de 1930, quando eles começaram a sofrer uma série de ameaças por parte de alguns fazendeiros que viam no domínio da terra a possibilidade de exercer o controle econômico e político do local.

Nessa época, a região da Lagoa de Santo Antônio ou Pituba despertava o interesse e a cobiça de vários produtores rurais, uma vez que, após o seu solo ser totalmente recuperado dos estragos deixados pela mineração, as terras voltaram a produzir. Isso acontecia não só com os produtores da cidade de Paracatu, mas também com investidores de outras regiões que tinham interesse em ampliar seus investimentos ali. Essas informações sobre a presença de outras famílias no Pituba, no período em que ele morou na região, foram lembradas pelo Senhor Honório: *alguns desses ocupantes viviam na região do Pituba, no arraial da Lagoa de Santo Antônio e nos seus arredores, porém antigamente, no Macaco, viviam apenas os integrantes da família dos Amaros*¹⁸⁴.

No início, a convivência entre os descendentes de Amaro e os fazendeiros que faziam divisa com as suas terras era de cordialidade, cada um respeitando o espaço e as

¹⁸³ Siglia Zambrotti Doria. **Depoimento - Honrados Amaros Benditos**. DVD, 30 min, documentário institucional, Brasília, 2004. Realização Fala Negra e Fundação Cultural Palmares.

¹⁸⁴ MELO, Paula Balduino de. **Se a gente sentar pra contar, dá um livro**. História da família dos Amaros de Paracatu-MG. Brasília: UNB. 28/01/2005 (monografia), p. 47.

propriedades dos outros, existindo somente ajuda mútua entre eles, uma vez que todos eram produtores e proprietários, o que permitia certa igualdade social.

No entanto, esse clima de amizade e sociabilidade entre os moradores do arraial da Lagoa de Santo Antônio ou Pituba não durou por muito tempo, pois, à medida que o tempo passava, as terras da região valorizavam e a produção agrícola só aumentava, o que permitia maior lucratividade para quem possuísse maior quantidade de terras.

Importante ressaltar que as terras que circunvizinhavam o referido arraial sempre mantiveram o seu preço acima do mercado, principalmente após os anos de 1940, quando a região de Paracatu passou a receber grandes investimentos em infraestrutura por parte dos governos Estadual e Federal, como a construção de rodovias, projetos agrícolas do cerrado e a mudança da capital do país para Brasília. Tudo isso impactou e supervalorizou as terras, fazendo aumentar o interesse dos investidores.

Apareceu então o fazendeiro Maximiano Alves Campos¹⁸⁵, considerado pelos tataranetos do Amaro Pereira das Mercezes como o responsável pelo início do processo de usurpação de suas terras, de forma lenta e constante, até conseguir sua expulsão total da propriedade.

Maximiano era um dos fazendeiros que possuía terras contíguas às dos Amaros, o que em parte acabou favorecendo as primeiras ações diretas contra as pertencentes aos descendentes de Amaro, pois, de uma forma bastante furtiva e quase imperceptível, ele avançava com a cerca de sua propriedade. Era difícil para os Amaros perceberem seu jogo, pois aquela era uma época em que as demarcações das propriedades eram feitas na confiança com o seu vizinho ou compadre, que estava ali caso se necessitasse de alguma ajuda.

Importante ressaltar que Maximiano tinha muito mais experiência e noção de valores de mercado de terras, pois ele já possuía áreas produtivas em outras regiões, diferentemente dos descendentes de Amaro, que tinham pouco traquejo para lidar com uma situação desse tipo. O Senhor Honório, um dos tataranetos de Amaro, confirma que a sua mãe

¹⁸⁵Maximiano Alves Campos possuía terras na região de Baú ou Gravatá, região de Paracatu. A sua chegada à região das terras da fazenda Pituba ocorreu em 1917, quando comprou dos herdeiros de Victoriano Pinto Rabelo terras contíguas às de Amaro Pereira das Mercezes. Maximiano teve vários filhos, dos quais Prisco, Pedro, Antônio e Joana eram da mesma mulher e, logo após a sua morte, em 1936, adotaram o sobrenome Alves Campos, ficando com a maior parte da herança do pai e deixando os outros irmãos praticamente sem nada. Olympio Gonzaga registra em 1910 a seguinte informação sobre a presença de Maximiliano Alves Campos e Senhorinha Alves Campos: “lavradores que possuem engenhos de moer cana para o fabrico de açúcar, rapaduras e aguardente”. Gonzaga, Olympio. **Memória Histórica de Paracatu**. Uberaba: Tipografia Jardim e Cia, 1910, p. 08.

contava que a relação como Maximiano era sempre amigável e que haviam sido poucas as desavenças com ele enquanto viveu.

A mudança de postura da família de Maximiano em relação aos Amaros ocorreu no ano 1936, quando o patriarca faleceu e seus filhos Prisco, Pedro, Antônia (Tiotona) e Joana assumiram definitivamente o controle de sua propriedade. A partir desse momento, eles começaram uma série de ações sobre os descendentes de Amaro, chegando a passar a ideia de que esses moravam ali devido a favores concedidos pelo seu falecido pai e não passavam de meros empregados da fazenda. Entre as táticas usadas pelos filhos de Maximiano sobre os Amaros, inicialmente eles foram obrigados a mudar suas casas de lugar, a cobertura delas não poderia ser de telhas, mas de capim, e eles ficavam proibidos de trazerem novos parentes para aquelas terras. Tudo isso foi feito por imposição e sem a mínima possibilidade de diálogo ou reclamação, pois qualquer questionamento por parte dos Amaros era resolvido primeiramente com os jagunços que trabalhavam para os filhos de Maximiano e garantiam sua proteção.

Evidentemente que, mesmo contrariados, os Amaros foram obrigados a aceitar certas imposições dos fazendeiros, uma vez que as ameaças dos filhos de Maximiano, Prisco e Pedro, eram suficientemente graves para ameaçar sua vida. Um momento difícil, em que ficavam de mãos e pés atados, pois não tinham a quem recorrer para reclamar das ameaças sofridas, uma vez que esses fazendeiros eram pessoas bem relacionadas e intimamente ligadas ao poder político e à justiça local.

Na verdade, essas práticas ligadas à exploração da terra por parte de fazendeiros que acreditam ser a lei e o poder locais não era algo exclusivo de Paracatu, mas, pelo contrário, eram recorrentes e utilizadas em todo território nacional, o que não significa que deveria ser uma situação aceitável.

Esse cenário hostil vivido pela família dos Amaros é reproduzido nas falas de seus descendentes que foram os últimos a estar no território de Pituba, como Aliancita Pinto Rabelo, neta de Felisbina Pereira de Sena, que lá morou. Ela relata que as brigas eram constantes, mesmo sem necessidade aparente, pois o que estava em disputa era o controle psicológico sobre sua família. Ela conta ainda que a cada briga eles avançavam a cerca sobre a propriedade dos Amaros, que ficavam sem reação diante do ocorrido, uma vez que era constante a presença de jagunços e armas de fogo naquelas terras, o que os acuava cada vez mais. Assim ela relata:

A: Aquele povo de Prisco brigou muito com o povo lá de casa por causa daquilo lá.

Paula: Que aquilo lá?

A: Por causa daquele terreno lá.

P: Ah, é? Teve muita briga? Como é que eram as brigas?

A: Cada vez que tinha uma confusão, eles cortava mais um pedacinho, já dava pra ir lá em casa, tirando o povo. Que era pro povo desocupar, povo desocupar, e o negócio, como o povo tinha medo naquela época, era todo mundo bobo, né? Era, uai! Naquela época todo mundo era bobo. Se batia o pé, todo mundo, ó, corria, corria. Aí eles botavam jagunço lá no lugar. Queria o lugar, botava jagunço. Ficava com medo que ia matar, ia matar, corria.

P: Tinha ameaça de morte? Falava assim – se você não sair daqui eu vou matar você e seus filhos.

A: Tinha... isso. Aí todo mundo foi saindo. Naquela época, pensava que ia matar mesmo. Jagunço. Todo mundo de revólver e tudo mais. Pobre coitado, que só vivia cavacando buraco de praia pra ganhar um trocadinho pra cumê! Não tinha dinheiro que sobrava pra comprar arma de fogo, pra comprar revólver. E aí, foi onde todo mundo foi saindo. Inclusivamente, dindinha Felisbina, dindinha Juliana. Foi todo mundo saindo de lá, devagarzinho¹⁸⁶.

Os Amaros ficavam cada vez mais acuados em sua própria propriedade, situação que se agravou com o passar do tempo. Assim, com toda essa pressão, rapidamente eles foram se dispersando para outras localidades, alguns deles para a periferia de Paracatu ou para outros arraiais próximos. Permaneceram ali somente aqueles que não tinham outros locais em que pudessem morar, o que os obrigava, de uma forma ou de outra, a continuar enfrentando os fazendeiros filhos de Maximiano.

Contudo, essa capacidade de negociar e barganhar com eles chegou ao limite por volta do ano de 1945, quando os descendentes de Amaro Pereira das Mercezes que ainda permaneciam no local sofreram um duro golpe que desarticulou e de certo modo acelerou ainda mais o processo de expropriação, que já estava em curso. Ocorreu a morte de Dionísio Coelho Guimarães¹⁸⁷ (pai do Senhor Honório) e de seu cunhado Raimundo Pereira de Sena, os patriarcas das famílias, considerados como os responsáveis por resistirem nas suas terras até aquele momento.

Em relação a esse fato, o Senhor Honório Coelho conta que, quando eles souberam da morte de seu pai Dionísio, entraram em desespero, ficando sem saber como proceder naquela situação, já que viviam em total dependência em relação a seu pai. Ficava nesse momento somente a sua mãe Ignês Pereira Guimarães com os seus seis filhos¹⁸⁸, que,

¹⁸⁶ RABELO. Aliancita Pinto. **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2004 (entrevista realizada pela antropóloga Paula Balduino de Melo – PBM).

¹⁸⁷ Dionísio Coelho Guimarães nasceu em 1901 e faleceu em 21 de agosto de 1945, no Macaco.

¹⁸⁸ José Coelho Guimarães (1927); Maria Coelho Guimarães (1928); Joaquina Coelho Guimarães (1929); Honório Coelho Guimarães (1930); Juliana Guimarães dos Santos (1937) e Benedito Cirilo Coelho Guimarães (1941).

por sua vez, devido à pouca experiência com o trabalho, não conseguiam sustentar a casa, dependendo ainda de um adulto para fazer esse papel. Assim ele relata o momento da morte de seu pai e de seu tio:

Tio Raimundo vai, caiu, morreu. - Dionísio morreu, que o irmão da senhora morreu! Aí diz que tia Domingas tava com um cântaro na cabeça, e diz que tremeu assim que o cântaro caiu da cabeça dela. Aí papai foi enterrado dia 21 de agosto, tio Raimundo morreu dia 18, foi enterrado dia 19. Foi em 45. Aí papai morreu, eles falaram assim, agora enterrou ele justamente o sol entrando, e titia tornou a vir pra cidade. Aí papai morreu em 45, e aí quietou. [...] Maria minha irmã ficou noiva e quando ele faleceu, mamãe falou: agora adia o casamento. Ela falou assim: não é pra adiar, que já vai casar e vai diminuindo o povo em casa pra vocês... Aí [alguém] falou assim: dão um bocado dos meninos... Mamãe falou assim: do que eles comer eu como também, e eu não vou dar nenhum dos meninos. Aí nós ficamos, mamãe criou nós, ou com a barriga cheia ou com a barriga vazia, criou nós¹⁸⁹.

Com a morte dos dois patriarcas, a vida dos descendentes de Amaro se complicou ainda mais, pois, na falta dos chefes de família, a investida dos fazendeiros passou a ser mais constante e assumir formas mais agressivas, o que os deixava ainda mais dependentes e desorientados, situação que acabou contribuindo para a saída de Ignês e seus filhos para a cidade de Paracatu.

Nesse momento difícil, Ignês contou com a ajuda de seus parentes para poder alimentar os filhos, o que, entretanto, exigia uma solução a curto prazo, pois, no contar do Senhor Honório, *ninguém da famia tinha muita coisa não, todo mundo trabaiaava pra comê, vivê*¹⁹⁰, uma situação insustentável para todos que ali viviam, pois possuíam a terra, mas não podiam plantar e produzir o seu próprio alimento.

Praticamente sem uma saída que pudesse garantir seu sustento e o de seus filhos, Ignês recebeu uma notícia que mudaria radicalmente o seu destino: eles haviam sido cadastrados em um programa do governo Federal que garantiria um abono para as famílias que tivessem um grande número de filhos e não tivessem condições de criá-los. O curioso dessa história é que o cadastro não havia sido realizado pelo seu marido, o Dionísio, uma vez que ele não sabia da existência desse programa social nem mesmo se tinha o direito de participar de tal benefício.

OBS: Importante esclarecer que Raimundo Pereira Sena e sua mulher Isidora Pereira de Sena não tiveram filhos, o que facilitou o deslocamento dela para a cidade de Paracatu na passagem da morte dele em 1945.

¹⁸⁹ GUIMARÃES, Honório Coelho. Depoimento. In Doria, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Brasília: abril/2004, p. 72.

¹⁹⁰ GUIMARÃES, Honório Coelho. **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2010 (entrevista realizada por Paulo Sérgio Moreira da Silva).

A iniciativa de realizar o cadastro dos filhos de Dionísio no programa do governo Federal partiu da professora Maria Trindade, moradora do Arraial da Lagoa de Santo Antônio, e de Benvindo Teixeira, que, supõe-se, agiram para ajudá-los nesse momento de grande dificuldade.

Analisando essas informações no seu contexto, tendo a família de Ignês acabado de perder o seu arrimo, não poderíamos levantar nenhum questionamento sobre o gesto de boa vontade praticado por eles ao fazer aquele cadastro, a não ser quando aparece nas lembranças do Senhor Honório a informação de que eles faziam parte da família de Maximiano, ou seja, Benvindo Teixeira era cunhado de Prisco Alves Duarte, um dos fazendeiros que vinha aterrorizando há bastante tempo a vida dos descendentes do Amaro.

Algo bastante providencial e de extrema sutileza para o momento, que à primeira vista não representa uma forma de coação e intimidação. Porém, com o desenrolar do tempo, Benvindo Teixeira voltou a agir novamente quando Ignês recebeu o pagamento do abono, isto já em 1947, conforme as informações contadas por Senhor Honório:

Aí Benvindo Teixeira, quando veio o dinheiro pra mamãe, disse: vocês precisam comprar um lugar pra vocês ficar, precisa comprar uma chácara num lugar pra vocês ficar. Sempre nós tinha o terreno lá, mas nós não sabia nada, não compreendia nada... Benvindo, sendo cunhado de Prisco, em vez de deixar nós lá, falou pra mamãe comprar uma terra e sair de lá, largar o que é nosso pra poder vim pra cidade. O dinheiro que mamãe recebeu era dois contos de réis. Tirou dois mil réis pra pagar o selo, aí ficou só 1.998, pra comprar uma terra¹⁹¹.

Com a posse desse dinheiro, Ignês percebeu que era o momento de conseguir sair das garras dos descendentes de Maximiano, porém havia o problema de que o valor recebido não dava para comprar um terreno e uma casa para abrigá-la e aos filhos. Para tomar essa decisão, Ignês contou com o importante apoio e experiência das irmãs¹⁹² de Dionísio, conhecidas na cidade como Maurícias, que moravam na cidade há bastante tempo e *eram donas de uma grande chácara que ia até perto da ponte e da ponte até ao matadouro, viviam do ouro que retiravam de suas terras, mas também plantavam de tudo, moíam cana e vendiam verduras*¹⁹³.

¹⁹¹ GUIMARÃES, Honório Coelho. Depoimento. In Doria, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Brasília: abril/2004, p. 75.

¹⁹² As irmãs de Dionísio eram conhecidas na cidade como as Maurícias: Morissa, Augusta, Domingas e Martiliana.

¹⁹³ SOUZA, Marcos Spagnuolo de; OLIVEIRA, Eleusa Gomes de. **Os negros de Paracatu**. Paracatu: Ed. Autor, 2009, p. 25.

Com as informações necessárias, não demorou em tomar a decisão e logo comprou o terreno indicado pelas Maurícias. O valor pago foi de seis contos de réis, o que criou uma situação bastante difícil, pois, além de possuírem somente cerca de dois contos de réis, valor recebido no abono, não tinham a mínima ideia de onde arranjar o restante do dinheiro para quitar a dívida, pois naquele momento nem ela nem seus filhos trabalhavam e não possuíam renda.

A saída para resolver essa pendência econômica poderá ser encontrada em uma expressão comumente utilizada pelo Senhor Honório nas vezes em que o encontrei: mamãe era ladina¹⁹⁴, mas parecia que era boba. Com uma grande habilidade de negociar e comandar a sua família, Ignês não aceitou que o destino lhes impusesse novas barreiras. Para arranjar o restante do dinheiro que faltava para o pagamento do lote, ela negociou o que podia e com quem desejasse comprar, pois o que não poderia acontecer era voltar atrás e não honrar o compromisso firmado com o vendedor do lote. Todo esse movimento da negociação realizado por ela é narrado com detalhes pelo seu filho Honório, que participou de todo o processo:

[...] Aí nesse terreno (do Macaco) vendeu capado, e ficou pra pagar o restante. [...] Comprou o terreno, uma casa, uma latada¹⁹⁵. Comprou por seis contos de réis. Deu dois contos de réis, pegou um bocado de galinha, vendeu, vendeu porco, vendeu só a telha da casa lá do Macaco, pro Prisco, só a telha, um conto de réis, vendeu o arame, mais um conto de réis, 4. E aí vendeu mais uns trem pro povo da terra, à prestação e aí ficou 2 contos de réis, e vendeu mais uns trem da casa, mais um conto de réis. Sei que Prisco não queria pagar esse conto de réis. Comprou, mas ó, demorou a pagar, mamãe cobrou, cobrou, até que pagou. Com muito custo pagou. Só sei que foi dando. E aí nós foi morar aqui¹⁹⁶.

O local escolhido para comprar tinha aproximadamente mil metros quadrados e ficava em um lugar distante do centro da cidade de Paracatu. Fazia margem com o Córrego Rico¹⁹⁷, local onde os garimpeiros de Paracatu tentavam encontrar o ouro que supostamente descia do velho Morro do Ouro. Era pouco habitado e as raras residências que ali existiam não

¹⁹⁴ Diz-se de ou indivíduo que revela inteligência, vivacidade de espírito, esperto, cheio de astúcias.

¹⁹⁵ Abrigo improvisado (ger. com folhas de coqueiro ou palmeira)

¹⁹⁶ GUIMARÃES, Honório Coelho. Depoimento. In Doria, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Brasília: abril/2004, p. 70.

¹⁹⁷ Existem em Paracatu dois principais córregos que cortam a cidade: o córrego Rico e o Pobre. Ambos aparecem nos primeiros registros, quando o arraial de Paracatu foi descoberto em 1744, no século XVIII. O Córrego Rico tem sua principal nascente brotando no Morro do Ouro, o que acaba atraindo muitos garimpeiros para o seu leito, pois eles acreditam que a água que desce pelo rio também traz o ouro.

contavam com nenhuma benfeitoria, como rede de esgoto, calçamento, água encanada, ruas, um verdadeiro grotão¹⁹⁸ nas palavras do Senhor Honório:

[...] lembro que eu cheguei em Paracatu, em 1947, tudo aqui era mato puro e uma pobreza danada e vou morrer em Paracatu. Quando cheguei no Paracatuzinho só tinha a casa de Benedito Dantas, Zé Pereira, Ismael, Dona Olinda, Teodora e Antônia Boritzana e todo mundo morava em rancho de capim¹⁹⁹.

Com a quitação da dívida do terreno e estabelecidos de uma vez na periferia de Paracatu, os filhos mais velhos de Ignês foram em busca de trabalho para poder ajudar a sua mãe a sustentar a casa e os outros irmãos. As dificuldades que surgiram foram muitas, pois, além de não conhecerem praticamente ninguém na cidade, naquele momento eles ainda não haviam conseguido decifrar os caminhos e possibilidades de sobrevivência. Tudo era novo e difícil. O Senhor Honório, em depoimento, narra um pouco do que viveram:

[...] Essa história de nós mudar aqui pra cidade foi em 47, 14 de setembro de 1947. Aí, foi aonde nós passou muita fome. Nós veio, foi trabalhar aqui pro bispo Dom Elizeu. Tirar lenha. Aí depois nós foi trabaia pra finado Zé Costa, mas Zé Costa era vivo. Nós desmontou um terreno, tirando terra de um lugar e jogando n'outro. Fazer uma horta. Aí Zé Costa tinha um açougue e vendia pra nós costelada pra nós ir alimentando. Daí, depois, nós trabalhamos pra Tia Maurícia. Ela plantava naquele quintal. Plantava mío, cana. Mas dava nós aquela mixaria de dinheiro. Não dava pra nada não. Aí, meu irmão Zé me chamou pra trabaia lá na Batalha, fica pro lado de Santa Bárbara, longe daqui. Pra retocar a usina. Eu era pequeno, aí, pegaram eu, pôs eu pra ajudar na cozinha. E Zé Coelho levou pra linha de transmissão. Nós era uma porção de gente. Quando nós cabou, veio embora, não era pra vim, nós veio. Aí, na hora de nós voltar pro serviço, eles não chamou nós e nós precisava voltar. Precisava trabaia. Nós voltou de a pé. Saímos cedo. Chegou lá já de tardinha, de a pé. Aí, ele falou assim, não, eles já veio de a pé, nós vamos pagar eles o dia de serviço. E aí nós trabaio. Acertou os dia de serviço e falamos, agora vam'bora. Arrumou uma matulazinha, foi pra Cristalina de a pé. Cê vê, ir daqui de Paracatu até Cristalina de a pé, mas nós precisava ganhar dinheiro... foi de a pé. Nós gastou quase dois dias. Nós dormiu pra dentro da Casa Branca. Na casa d'um vizinho lá. No outro dia já voltou a pôr o pé no caminho, chegamos lá o dia já escurecendo. Já bem escuro. Aí ficou trabaio lá, eu fui crescendo até eu pegar tamanho. Isso foi em 48. Lá em Cristalina nós trabaia tirando cristale, descendo caixa. Até deu o fim do ano. Isso foi mês de junho. Nós voltou em dezembro, com chuva. Era duro, quase matou nós. Aí nós voltou²⁰⁰.

¹⁹⁸ Lugarejos afastados dos grandes centros. Depressão profunda que se situa entre montanhas de relevo fortemente desnivelado.

¹⁹⁹ SOUZA, Marcos Spagnuolo de, OLIVEIRA, Eleusa Gomes de. **Os negros de Paracatu**. Paracatu: Ed. Autor, 2009, p. 25.

²⁰⁰ GUIMARÃES, Honório Coelho. **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2004 (PBM).

Estando novamente em Paracatu, os filhos de Ignês buscaram outras formas de ganhar a vida, plantando roças a meia, comercializando cereais, trabalhando em capina, vendendo frutas e verduras nas ruas da cidade, fazendo carroto, coletando materiais recicláveis, garimpando nas margens do córrego Rico.

Nos quintais, existe uma variedade de hortaliças, cultivo de milho, feijão, mandioca e de árvores frutíferas, um pequeno curral com a criação de carneiros, o galinheiro, o fogão a lenha, a casa de farinha, um engenho de moer cana, ou seja, eles reproduziram o seu modo de vida e as experiências vividas no Macaco em sua residência na cidade (figura 26). Nesse mesmo espaço, os descendentes de Amaro criam os seus filhos e netos, vivem as suas lembranças, praticam as suas festas, a folia da Caretagem, a sua religião, inventam o cotidiano, decoram as suas casas, fazem o seu artesanato e suas pinturas.



Figura 26 – Vida dos Amaros no bairro Paracatuzinho
Fonte: Paulo Moreira, 2005.

Com o passar do tempo, eles foram ficando cada vez mais confinados em seus quintais, principalmente após o ano de 1950²⁰¹, quando a região onde moravam foi transformada em um bairro popular, conhecido como Paracatuzinho.

²⁰¹ Nesse momento, por volta do ano de 1950, Paracatu vinha passando por uma série de transformações urbanísticas e econômicas motivadas pelos efeitos da construção de Brasília. A estrutura da cidade era remodelada, a velha cidade colonial deixaria de existir para dar lugar a possíveis espaços com construções modernas, algo que configurasse o desejo dos novos padrões. O progresso nesse momento era inevitável e, para atender essa nova realidade, novas ruas seriam abertas, praças deveriam ser reformadas, longas avenidas com canteiros centrais construídas; tudo com o objetivo de receber os novos automóveis que passariam a fazer parte do cotidiano frenético da cidade. Em nome da estética modernizante, as velhas casas coloniais agregadas e os centenários becos deveriam ser demolidos, os córregos canalizados, as ruas centenárias de pedras substituídas pelo moderno asfalto, e a cidade colonial, que até então se mantinha preservada, deveria desaparecer, ficando somente na lembrança dos seus moradores mais antigos. Essa nova figuração da cidade de Paracatu trouxe

Nesse local Ignês viveu até o ano de 2005 (faleceu com 97 anos) com os seus filhos, sociabilizando informações, trocando memórias, contando histórias do tempo em que eles viveram no Macaco. Esse mesmo bairro²⁰² guarda em suas casas e quintais cerca de 230 novas histórias, novos enredos, novas experiências que passam pela história do antepassado Amaro Pereira das Mercezes.

Enquanto a vida era refeita no bairro Paracatuzinho pelos descendentes de Amaro após a expropriação, os filhos de Maximiano articulavam as últimas e decisivas cartadas contra eles, que foram a legalização, o registro e a posse definitiva das terras que pertenceram a Amaro Pereira da Mercezes. Isto ocorreu por volta do ano de 1960, quando ainda residiam cerca de doze pessoas da família de Amaro nas terras do Macaco, as quais foram excluídas das decisões tomadas por Prisco Alves Campos, um dos filhos mais velhos de Maximiano.

A primeira decisão articulada por Prisco foi providenciar a troca dos sobrenomes de todos os descendentes de Amaro, em uma tentativa clara de tentar apagar qualquer ligação como o antepassado Pereira das Mercezes. Essa ação só foi possível porque ele teve o apoio do professor Juca Dantas, um velho amigo da família, que aproveitou a falta de estudo e de informação daquelas pessoas. Eles saíram do sobrenome Pereira das Mercezes para Pereira Sena, conforme relatou o Senhor Honório:

O nome desse povo é Pereira das Mercês. Amaro Pereira das Mercês. Então, o relaxado do Seu Juca Dantas, professor, o finado Maximiano levava ele pra casa dele, era um professor, escrevia todo tipo de letra, mudava a letra de qualquer tipo (...) E ele bebia muita pinga. Gostava muito de pinga. E então o Maximiano fabricava pinga, e levava ele pra lá, ficava uma semana roubando assinatura dos outros, fazendo como ele queria. Aí falou assim: ó, Siá Bernardina, vai largar esse negócio de povo Pereira das Mercês, “toda banda que vai vem ocês”... Então, passe pra Pereira de Sena...²⁰³.

Essa mudança foi aceita pelos Amaros sem muitos questionamentos, pois, como eles não entendiam o que estava acontecendo, quais os propósitos da mudança de nome e como não conheciam ou lembravam da história daquela terra e do antepassado Amaro Pereira da Mercezes, para eles não fazia diferença o sobrenome ser Mercezes ou Sena. Feito isto,

também mais oportunidades de emprego para uma grande parcela daquela sociedade, que tinha como principal alternativa somente o trabalho no campo. Por outro lado, a cidade ficou com o custo de vida mais caro, os imóveis rurais e urbanos passaram a ter uma valorização acima do mercado, o que acabava favorecendo uma pequena parcela da população paracatuense. SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **Caretagem como prática cultural: fé, negritude e folia em Paracatu-MG (1960 -1980)**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia/Dissertação de Mestrado em História. 2005, p. 62.

²⁰² O bairro Paracatuzinho é o local para onde os descendentes de Amaro Pereira das Mercezes se deslocaram ao longo do processo de expropriação. Ali eles escrevem as suas histórias.

²⁰³ GUIMARÃES, Honório Coelho. Depoimento. In Doria, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Brasília: abril/2004, p.63.

Prisco realizou a última manobra, que foi uma divisão judicial das terras, o que lhe garantiu o registro definitivo nos cartórios da cidade. Diante do ocorrido, a partir dessa ação de partilha, os filhos de Maximiano oficialmente eram os donos das terras que pertenceram a Amaro Pereira das Mercezes, uma situação irreversível naquele momento e que colocava definitivamente os descendentes de Amaro fora do território. Gradativamente, as últimas famílias foram saindo e reconstruindo as suas vidas nas cidades de Paracatu, João Pinheiro, Cristalina, Vazante e Coromandel.

Capítulo 04

Experiências, práticas políticas e representações culturais: persistências dos Amaros

4.1 Persistir e resistir: os Amaros e a retomada histórica da Pituba

A história começou assim, né, a gente procurava, porque minha mãe sempre falava que tinha um terreno (Dona Mariinha)²⁰⁴; Nós sabia - que Tio Camilo sempre falava - que lá era nosso. Desde criança, Tio Camilo sempre falava que era nosso. Mas toda vez que eu ia mexer, Joaquina minha irmã não deixava. Ela não deixava porque ela dizia que nós morria, que nós deixasse isso pro lado (Senhor Honório)²⁰⁵.

Nesse contexto de plena lucidez sobre os seus atos é que os descendentes de Amaro Pereira das Mercezes retomaram, em 2003, a luta pelas terras da fazenda Pituba, propriedade que eles ocuparam até por volta de 1940, quando dela foram expropriados. Um acontecimento histórico para a cidade e para o país, pois até aquele momento não havia registro de ações políticas daquele porte, comandadas por comunidades negras, em busca de seus direitos a um território e da aplicação das leis constitucionais da recém-aprovada carta constitucional de 1988. Conforme esclareceu na época a representante Bernadete Lopes Silva, Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares, *foi a primeira vez que uma família de um quilombo resolveu retomar as suas terras dessa maneira, por isso o que acontece aqui não é uma invasão, é reintegração de posse*²⁰⁶.

Daí tal fato ser considerado um marco importante da luta das comunidades remanescentes quilombolas do Brasil, que buscavam naquele momento a visibilidade e o reconhecimento de seus direitos constitucionais, negados há bastante tempo pelo Estado brasileiro. A importância dessa retomada histórica processada pelos Amaros de Paracatu, além de servir de experiência para outras comunidades remanescentes quilombolas do país, também emitiu sinais claros da sua capacidade de organização política e, por outro lado, expôs o descaso do Estado Brasileiro e a sua dificuldade, criada muitas vezes pela própria burocracia estatal, de promover a cidadania plena, de lidar com os problemas relacionados à terra, enfim, sua incapacidade de atender a sociedade e fazer valer os direitos humanitários.

Mas esse episódio ocorrido em 2003 em Paracatu não era algo isolado do que vinha acontecendo no território nacional. Na própria região existia um forte movimento quilombola que exigia do Estado o reconhecimento e a imediata aplicação do art. 68 do Ato

²⁰⁴ GUIMARÃES, Maria Abadia Pereira; **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2005(PBM).

²⁰⁵ GUIMARÃES, Honório Coelho; **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2004(PBM).

²⁰⁶ KLINGL, Erika. **Retomada Histórica de Quilombo**. Correio Web, Brasília, 09 de agosto de 2003.

das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)²⁰⁷, presente na constituição de 1988, que garantia a propriedade definitiva das terras a essas comunidades negras.

Por isso a importância de rever o processo de gestão dessa retomada, pois é ali que acontece toda a negociação, posicionamentos, as decisões, os caminhos percorridos, as novas experiências, a sociabilidade familiar, os conflitos e as acomodações, ou seja, a vida dos Amaros.

Desse modo, cabe esclarecer que, apesar de essa retomada territorial pelos Amaros ocorrer em 2003, ela não era fruto somente daquele momento que apresentava uma conjuntura política propícia ao reconhecimento dos direitos quilombolas, mas sim dos anos de 1980, quando eles descobriram a existência de documentos que comprovavam o direito à propriedade da fazenda Pituba.

A descoberta dessa documentação está relacionada à rodovia MG 188, que liga a cidade de Paracatu a Unaí, aberta precariamente sem pavimentação em fins da década de 1950 e sendo finalizada somente em 1982 com toda a infraestrutura necessária. Na época, para realizar a obra, foi necessária a autorização do fazendeiro Pedro Alves Duarte Filho²⁰⁸, que recusara aceitar ou até mesmo negociar com o Estado.

Nesse sentido, é compreensível a posição tomada por Pedro Alves, pois as terras que a rodovia MG 188 iria cortar eram as da fazenda Pituba, que pertencera a Amaro Pereira das Mercezes e cuja posse os seus tataranetos reivindicavam naquele momento. Era evidente que, como o próprio proprietário já sabia, se a obra da rodovia avançasse de acordo com o projeto inicial, isso poderia lhe causar sérios problemas, uma vez que a documentação que lhe garantia o direito à propriedade não tinha procedência legal. Diante desse impasse, o responsável direto pela obra, engenheiro do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), resolveu certificar-se junto ao cartório da cidade da validade da documentação apresentada pelo proprietário das terras.

Todos esses fatos, envolvendo o fazendeiro Pedro Alves, as terras da fazenda Pituba, o engenheiro do DER e a documentação cartorial, chegaram até a família dos Amaros, porque o Senhor Benedito, tataraneto de Amaro, encontrou um velho conhecido que lhe relatou com detalhes o que havia ouvido ao, coincidentemente, presenciar o diálogo entre o funcionário do cartório e o engenheiro. No relatório sócio-histórico e cultural da comunidade

²⁰⁷ BRASIL. **Constituição Federal/1988 - Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)** que estabelece: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

²⁰⁸ Filho e herdeiro de Maximiano Alves Campos.

remanescente de quilombos dos Amaros, detalhes dessa conversa foram registrados com precisão de informações e personagens:

[...] Corria o ano de 1980. Benedito, um dos filhos de Ignês, conduzia diariamente os carneiros que criava para a praia (margem) do córrego próximo à sua casa. Um dia, aproximou-se dele o Sebastião, mais conhecido por Titão, vaqueiro que trabalhara no Pituba com Joana Alves Campos, uma das fazendeiras no local. Sebastião disse a Benedito não entender por que ele criava os carneiros na praia, na medida em que tinha uma fazenda boa para fazê-lo. Alguns dias depois, relatou a Benedito e Honório um fato que havia presenciado: estava ele no Cartório situado no Fórum local, ao qual fora chamado por um funcionário de nome José Ribeiro. Zé Ribeiro perdera um cavalo e, sabendo que Sebastião estava na cidade, queria saber se ele não o havia visto pela região do Pituba. Enquanto aguardava, Zé Ribeiro atendia a uma pessoa, um engenheiro do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do estado de Minas Gerais e Sebastião ouviu a conversa entre os dois. O engenheiro havia ido ao Cartório para verificar a validade dos títulos de propriedade de umas terras no Pituba, pois, quando estava para construir uma ponte de cimento sobre um córrego atravessado pela MG 188, a obra fora embargada por Pedrinho Alves, que se dizia dono da área; no entanto, os levantamentos prévios à elaboração do projeto da estrada nada haviam indicado que obstaculizasse essa construção. Zé Ribeiro falou que, se fosse a pessoa que ele estava pensando, não haveria óbices, porquanto a terra não lhe pertencia. Os donos verdadeiros seriam os Coelhos. E pegou uma escada, alcançou umas prateleiras altas e de lá tirou um livro antigo, onde se encontrava a escritura e o inventário dos bens de Amaro Pereira das Mercês²⁰⁹.

A importância dessas informações deve ser compreendida como uma mudança radical na vida da família, pois, com essa documentação que tanto procuravam, eles poderiam garantir o direito à propriedade da fazenda Pituba. Porém essa não seria uma situação fácil de reverter, porque estamos falando de uma documentação do início do século XIX, que em 1980 já havia perdido o valor jurídico. Significa também pensar que, depois de gerações desses fazendeiros ocuparem as terras, a retirada deles não seria nada tranquila, pois eram pessoas com forte influência em diversos setores na cidade de Paracatu. Basta ver que, mesmo o engenheiro do DER recebendo informações de dúvida sobre aquelas terras, a rodovia seguiu o seu trajeto, sem maiores transtornos para os proprietários.

Inquietos com aquelas novidades em relação à existência de uma documentação relacionada ao tataravô Amaro Pereira das Mercezes, seus descendentes resolveram reagir rapidamente em busca de mais informações que pudessem assegurar a retomada do território.

²⁰⁹ Doria, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Instituto de Defesa da Cultura Negra e Afrodescendentes - Fala Negra. Brasília: abril/2004, p. 128.

Consciente de seus atos, Dona Mariinha foi para no cartório da cidade em busca dos documentos mencionados por Titão na conversa que ele teve com o Senhor Benedito. No cartório, ela já foi direto aonde estavam os documentos, pois já estava munida de todas as informações necessárias para resolver um problema que atormentava a família há muito tempo. Nesses documentos sobre Amaro Pereira das Mercezes, constam os nomes dos vendedores da fazenda Pituba, conforme relatou Dona Mariinha:

[...] A Ignácia, com o Martinho, que era o filho dela, tinha ficado de herança do esposo dela, então, ela vendeu essa parte para o Benedito Ferreira da Silva, aí passou o nome, ela, o filho e a nora. Então tem... na escritura tudo tem. Aí o primeiro dono, o segundo, e o último o vovô Amaro quem comprou dos filhos de Benedito, eu acho assim, que era Manoel Mendes Santiago, Maria Mendes Santiago e Francisco da Silva Róis (ou Fróis), uma coisa assim. Aí passou para eles, ainda puseram. Os informamos... porque eles escreviam tudo assim, Informamos real e corporal pela cláusula constituinte, né, então que é, são e ficam sendo de hoje em diante de Amaro Pereira das Mercês. E tudo isso escrito em manuscrito, mas eu ia devagar e fui tirando, e então consegui. Aí nós levava os papel lá, aí depois da escritura, um dia eu cheguei lá e disse: quero ver os papéis de Amaro Pereira das Mercês. Aí o menino olhou, não está aqui não, deixa eu ver lá na outra Vara, na Primeira Vara não está. Está aqui, porque estava escrito de trás pra diante, Mercês Pereira Amaro. Aí abriu lá a escritura e dentro do inventário. Aí chegou, tirou, e nós já rodamos com esses papéis aí²¹⁰.

Com essas preciosas informações em mãos, os seus tataranetos resolveram acionar a justiça Estadual para reclamar os seus direitos, exigindo a reparação de todos os danos provocados pelo processo de expropriação sofrido por eles por volta de 1940. Para a realização de tais feitos, era necessária a contratação de advogados que pudessem orientar sobre os melhores caminhos para obterem êxito com as reclamações. Foram vários os advogados contratados por eles para a causa dos Amaros, o que acabou gerando imensos transtornos emocionais e financeiros à família, por serem pessoas de poucas condições financeiras. A cada troca de advogado tudo recomeçava do zero, tornando dispendioso o processo. Importante ressaltar que esses advogados contratados pelos Amaros aproveitaram a falta de instrução da família e recebiam os honorários pelo trabalho, mas não informavam nada sobre o andamento do processo, nem lhes davam assistência jurídica, claro, quando apareciam nas audiências marcadas.

O primeiro deles foi o advogado chamado Joel Carlos, que, de início já os desanimou, afirmando tratar-se de um caso muito complexo e que seria difícil ganhar a causa,

²¹⁰GUIMARÃES, Maria Abadia Pereira. Depoimento. In Doria, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Brasília: abril/2004, p. 128.

para já havia passado muito tempo e a atual propriedade era produtiva. Não satisfeita com o posicionamento do primeiro, a família dos Amaros resolveu procurar um segundo advogado, João da Abadia, que argumentou de forma bastante semelhante à do primeiro, alegando que, pelo tempo que eles haviam deixado a terra, era melhor esquecer o ocorrido, visto ser praticamente impossível reverter aquela situação devido ao direito de usucapião²¹¹. O terceiro advogado, Humberto Carlos, residente em Brasília, foi apresentado por Antero, amigo e vizinho da família. Esse, por sua vez, demonstrou, entre todos os advogados contratados, a maior falta de habilidade jurídica e interesse para lidar com a causa dos Amaros. Como ele aceitou defendê-los, o certo seria ele levantar a documentação pertinente e estudar os caminhos legais para a obtenção de êxito para os seus clientes. Porém, chegando a Paracatu e logo após a primeira reunião com a família para poder se inteirar do assunto, Humberto Carlos, juntamente com Antero, amigo que o indicara ao Senhor Honório, foi parar na casa de Prisco, filho e herdeiro de Maximiano Alves Campos, para solicitar cópia do documento de escritura da terra. Logicamente a recepção na casa de Prisco não foi nada amistosa, pois ele era um dos acusados no processo de usurpar as terras da família dos Amaros. Em relato, o Senhor Honório, que estava presente, conta em detalhes o fato ocorrido e manifesta a sua opinião sobre o advogado, levando à conclusão de que era mais um advogado contratado que não conseguiria resolver nada. Segue o diálogo:

Honório: Chegô lá ele falou assim

Humberto Costa: Seu Prisco, o Honório falou que o terreno aqui é dele, então o senhor me mostra a escritura.

Prisco: Ah, não, a escritura tá lá no Baú, tá lá com meu fio. Isso aqui, tudo eu comprei.

Honório: Comprô não senhor, essa terra aqui foi o finado Maximiano que robô, robô do nosso povo.

Prisco responde: Ah, papai não é ladrão não.

Honório: E o danado do devogado ficou com medo, tinha uma mesa de rapadura, ele de medo comprô três rapadura.

Aí andô lá, oh faz assim – ele pôs lá – sibição [exibição] de documento, lá no foro, e foi pra Brasília. Quando, de lá ele ligô pra mim, que eu tirasse cópia do processo, que pagava a metade do processo, e nós pagando a metade da passage dele pra vim aqui. Ele chegava aqui e ficava na casa dessas dona aí, e nunca deu nós o dinheiro. Quando nós apertô lá ele

²¹¹Usucapião é um termo originário do latim e significa adquirir pelo uso. É o direito que um cidadão adquire em relação à posse de um bem móvel ou imóvel em decorrência do uso deste por um determinado tempo. Para que esse direito seja reconhecido, é necessário que sejam atendidos determinados pré-requisitos previstos na lei, especificamente no Código Civil e na Constituição Brasileira. Os pré-requisitos fundamentais para a aquisição do direito são: a posse, por um determinado tempo do bem móvel ou imóvel, e que essa seja ininterrupta e pacífica.

desapareceu, lá de Brasília. Nós foi lá no edifício ele não fez nada. Aí nós foi e dexô²¹².

Após a experiência frustrada com esse advogado de Brasília, os Amaros resolveram tentar mais uma vez contratar outro advogado para a sua causa, isso por volta de 1995, quando receberam ótimas informações sobre o advogado Júlio Maria Santos, que era morador de Patos de Minas. O caminho seguido por esse advogado ajudou muito a família dos Amaros, tendo entrado na justiça Estadual com uma Ação Reivindicatória²¹³ de número 11.197 de 1995, em nome de Ignês Pereira Guimarães, Gabriel Pereira de Sena, Paulina Pereira de Sena, todos representados por Honório Coelho Guimarães, contra Pedro Duarte Filho, Vera da Silva Neiva, Vasco Praça, Augusto Teixeira de Melo, Hugo Carneiro, os fazendeiros residentes na Fazenda Pituba, ou Fazenda Carneiro, ou ainda Fazenda dos Amaros.

Júlio César abraçou a causa dos Amaros, chegando a mudar para a cidade de Paracatu a fim de acompanhar de perto o processo. Um profissional que, na opinião do Senhor Honório, serviu para colocar a reivindicação deles nos trilhos, apesar de o desfecho ter sido o mesmo dos anteriores, *pois quando já tava tudo pronto, só esperando a audiência, a gente achando que ia dar certo, quando vê o homem some também, não aparece em audiência nenhuma. Não faz nada. Nós fomos em Brasília, lá no Ministério Público, né. Foi em 2002, foi a última tentativa, né. E eu ainda com a esperança de que ia dar certo*²¹⁴.

Mesmo com o desaparecimento do advogado Júlio César, a ação continuou, sendo os fazendeiros obrigados a se apresentar no fórum para se pronunciar sobre a acusação da família dos Amaros. O argumento usado pelo advogado dos fazendeiros era de que a ação não tinha procedência, uma vez que os atuais proprietários daquelas terras possuíam os documentos de propriedade e estavam amplamente amparados pelo usucapião. Assim, o contra-argumento dos Amaros à defesa dos fazendeiros ocorreu somente em 1999, preparado pelo advogado José Antônio Gonçalves, que alegava que os documentos comprobatórios apresentados pelos fazendeiros não correspondiam à área reivindicada pelos Amaros. A

²¹² GUIMARÃES, Honório Coelho; **Depoimento**. Paracatu. DVD Honrados Amaros Benditos. MinC-2004.

²¹³ Ação Reivindicatória é exercida pelo titular do domínio (proprietário), tem caráter real e visa reconhecer seu direito de propriedade, com a restituição da coisa e seus acessórios pelo possuidor ou detentor da mesma. Só pode reivindicar quem for proprietário, ou seja, quem tiver título de propriedade devidamente registrado no Registro de Imóveis.

²¹⁴ GUIMARÃES, Maria Abadia Pereira. Depoimento. In. MELO, Paula Balduino de. **Se a gente sentar pra contar, dá um livro**. História da família dos Amaros de Paracatu-MG. Brasília: UNB, 2005 (monografia), p. 64. OBS: Pelas informações obtidas sobre o advogado Júlio César, na época em que estava com o processo dos Amaros, estava também com sérios problemas pessoais, o que acabou resultando em um processo administrativo na OAB que suspendeu a sua autorização para advogar, o que o impedia de comparecer perante os tribunais.

decisão da justiça em relação à ação reivindicatória dos Amaros saiu no ano de 2000, tendo o Juiz de Direito Alexandre Magno Mendes do Valle decidido pelo arquivamento da ação, considerando irrelevantes os argumentos apresentados pelo advogado dos Amaros, uma vez que os documentos anexados no processo eram ilegíveis, tornando impossível realizar a leitura de seu conteúdo (trata-se dos documentos do século XIX, de que Dona Mariinha obteve cópia no cartório) e, em consequência, compreender o domínio sobre a área reivindicada. Esse mesmo Juiz condenou a família dos Amaros a pagar todas as despesas do processo, obrigando-os a recorrer à justiça gratuita.

Diante do exposto, constata-se que a situação dos Amaros naquele momento não era nada fácil pela própria complexidade do problema que envolvia a causa, além de ainda haver dois grandes obstáculos a serem enfrentados: a falta de conhecimento jurídico básico para acompanhar os caminhos seguidos pelos advogados e a falta de recursos financeiros para pagar os advogados e as custas do processo. Interessante observar que em nenhum momento esses vários advogados contratados pela família dos Amaros demonstraram conhecer o que estava sendo discutido na Constituição de 1988 com relação a áreas destinadas aos índios e às comunidades remanescentes quilombolas, o que reafirma sua falta de preparo profissional e descaso para com os clientes.

Paralelamente a esses acontecimentos que envolviam diretamente a família dos Amaros, estava sendo discutida no país uma nova Carta Constitucional, que prometia levar o direito à cidadania aos diversos segmentos que formavam a sociedade brasileira, o que acabou sendo materializado na promulgação da Constituição de 1988. Na prática, apesar de a nova constituição pregar a cidadania plena, ela não consegue atender grande parte da sociedade, principalmente aqueles que necessitam de apoio jurídico em suas reivindicações, como foi o caso dos Amaros, que não sabiam da existência dos seus direitos estabelecidos por lei.

Nesse mesmo contexto constitucional, era criada pelo Governo Sarney a Fundação Cultural Palmares²¹⁵, que tinha a *finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira*²¹⁶, um braço político do Ministério da Cultura que, inicialmente, se dedicou somente às atividades culturais. O avanço das políticas públicas que chegaram juntamente com a redemocratização do país, o fortalecimento do movimento das comunidades negras e o

²¹⁵ É uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira. Preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, a Palmares formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País.

²¹⁶ Brasil. Lei Federal nº 7.668 de 22 de agosto de 1988.

grande volume de processos reivindicando os direitos garantidos no art. 68 do ADCT propiciaram e exigiram a ampliação da atuação da FCP nas questões destinadas aos remanescentes quilombolas. Essa nova atuação institucional foi confirmada pela portaria de 15 de agosto de 1995, expedida pelo seu então presidente Joel Rufino dos Santos, que estabelecia normas para reger os trabalhos de identificação e delimitação das terras ocupadas por comunidades de quilombos.

Todavia, é importante alertar que, apesar da existência de uma legislação quilombola no país, que dava os seus primeiros passos, as várias comunidades remanescentes quilombolas não conheciam sua existência e muito menos o caminho para usufruir dos benefícios estabelecidos em lei. Isso, entretanto, não significa que elas deixaram de continuar lutando, reivindicando os seus direitos de cidadania perante o Estado brasileiro, como foi o exemplo da família dos Amaros de Paracatu, que, apesar de cada derrota sofrida na luta pela retomada pelo território, estava aberta e fortalecida para receber apoio em prol de sua causa.

Nesse mesmo momento, surgia em Paracatu o Instituto de Defesa da Cultura Negra Afrodescendente Fala Negra (figura 27), uma instituição filantrópica sem fins lucrativos que atua na defesa dos afrodescendentes da cidade de Paracatu. Criada no ano de 2001 pelo ex-jogador profissional e líder comunitário Jurandir Dario Gouveia Damasceno²¹⁷, conhecido como Dario



Figura 27 – Inauguração do Instituto Fala Negra.
Fonte: Dario Alegria, 2001.

Alegria, essa instituição exerceu importante papel no mapeamento das comunidades remanescentes quilombolas de Minas Gerais, bem como na articulação de encontros de quilombolas dessas comunidades no estado. Em depoimento, Dario Alegria nos contou a sua parceria com a Fundação Cultural Palmares e o papel que desempenha com as comunidades remanescentes quilombolas. A partir de 2008, em um segundo momento, o Instituto Fala

²¹⁷ Jurandir Dario Gouveia Damasceno ou Dario Alegria nasceu em Paracatu (05/03/1944), e é também conhecido como “Leopardo das Alterosas”. Como jogador profissional, além do Palmeiras, o atacante defendeu o Fluminense, Flamengo, América Mineiro, Monterrey (México), Botafogo de Ribeirão Preto (SP), CEUB (DF), Caldense (MG), Vila Nova (MG) e Olaria. Chegou a ser convocado para defender a seleção mineira. Os principais títulos conquistados na carreira de jogador foram: campeão do Rio-São Paulo de 1965; Paulista de 1966, Carioca de 1969 e Mineiro de 1971. Jurandir Dario é filho de Luís Gouveia Damasceno (Luís de Dario), líder negro e multi-instrumentista, que, juntamente com José Gouveia Damasceno (Zé pipoqueiro), Jacinta Pereira da Silva, Georgina Doceira e José Alves Meireles (Zé de Leno), fundaram na década de 1950 em Paracatu a SOP – Sociedade Operária Paracatuense, conhecida como Saca Rolha, uma associação de negros que amparava as pessoas negras em situações de desamparo e discriminação. Luís de Dario foi promotor do carnaval local, profissional de comunicação e líder da folia negra conhecida como dança da Tapuiada.

Negra criou um Ponto de Cultura²¹⁸, um centro da difusão da cultura afro-brasileira da cidade de Paracatu²¹⁹. Nesse sentido, Dario Alegria esclarece sobre a atuação do Fala Negra contribuiu:

[...] em convênio com a Fundação Palmares e com o Ministério da Cultura, organizou o projeto “Redescobrimos os Quilombos de Minas Gerais” por meio do qual fizeram o levantamento de 86 quilombos no Estado. Ajudou a organizar as associações desses quilombos, orientando-os no pedido de reconhecimento junto à Fundação Palmares/Ministério da Cultura. Além disso, também organizaram o 1º Encontro de Comunidades Negras Quilombolas de Minas Gerais em Belo Horizonte em 2003, de onde surgiu a Federação Mineira de Quilombolas. Organiza oficinas e seminários para essas comunidades envolvendo diversos temas, tais como saúde (anemia falciforme), questão fundiária, culinária, cultura e história²²⁰.

Dario Alegria, sabedor das necessidades cotidianas dos negros de Paracatu, já tinha conhecimento que a família dos Coelhos²²¹, moradora do bairro Paracatuzinho, possuía há bastante tempo documentos relacionados a terras que pertenceram aos seus antepassados. Essa família já era conhecida em Paracatu, entre outros motivos, também pela prática, há cerca de 40 anos, da folia negra da Caretagem, manifestação popular que os identificava na cidade.

²¹⁸ São entidades reconhecidas e apoiadas financeiramente e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sociocultural em suas comunidades. Somavam, em abril de 2010, 2,5 mil em 1122 cidades brasileiras, atuando em redes sociais, estéticas e políticas. O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Pode ser instalado em uma casa, ou em um grande centro cultural. A partir desse Ponto, desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos pontos de apoio: a escola mais próxima, o salão da igreja, a sede da sociedade amigos do bairro, ou mesmo a garagem de algum voluntário. Quando firmado o convênio com o MinC, o Ponto de Cultura recebe a quantia de R\$ 185 mil, em cinco parcelas semestrais, para investir conforme projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$ 20 mil, se destina à aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, mini estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que mais for importante para o Ponto de Cultura. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>. Acesso em 12/2011.

²¹⁹ O Ponto de Cultura de Paracatu funciona desde maio de 2008 com atividades diárias de capacitação e formação cultural destinadas ao desenvolvimento profissional e social dos membros das comunidades quilombolas locais. Foram realizadas oficinas de flauta, sanfona, bonecas negras, silk-screen e decupagem. Entre os destaques está a oficina de bonecas negras, que visa a modificar o conceito que as crianças têm de brinquedos, produzindo bonecas com características africanas.

²²⁰ DAMASCENO, Jurandir Dario Gouveia. **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2010.

²²¹ A partir de 2004, com a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, reconhecendo a família dos Coelhos como Comunidade Remanescente Quilombola, ela passou a ser caracterizada como família dos Amaros, como uma referência ao tataravô Amaro Pereira das Mercezes. Nos vários órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, eles são conhecidos somente como a Família dos Amaros de Paracatu. Uma nova referência familiar incorporada por eles.

Assim, dentro da política de atuação do Instituto de Defesa da Cultura Negra Afrodescendente Fala Negra, Dario Alegria, acompanhado da assessora Rosangela Carvalho²²², procurou a família dos Coelhos com a finalidade de conhecer detalhes da história que eles contavam, bem como de se inteirar sobre aquelas cópias dos documentos (certidões que Dona Mariinha havia conseguido no cartório da cidade) com os quais eles andavam há bastante tempo para cima e para baixo. Vale esclarecer que, nesse momento, Dario já possuía informações sobre a legislação quilombola (art. 68 da ADCT), pois já tinha tido acesso ao livro *Comunidades Quilombolas: Direito à Terra*²²³, publicação que discutia detalhes e a importância do art. 68 da ADCT para as comunidades remanescentes de quilombos. A assessora Rosangela Carvalho, por ser funcionária do Governo Federal, havia participado de todo o processo de discussão da Constituição de 1988, o que lhe proporcionara uma grande experiência na temática sobre comunidades específicas, índios e quilombolas.

Desse modo, o primeiro encontro entre a família Coelho (o Senhor Honório, Dona Mariinha e o Senhor Benedito), na residência deles, no bairro Paracatuzinho, e o Instituto de Defesa da Cultura Negra Afrodescendente Fala Negra foi de esclarecimento, pois, apesar de Dario e Rosangela saberem da existência de uma certa documentação, eles queriam ouvir a família, com suas lembranças, os seus desejos, as lutas jurídicas, as dificuldades com a vida, as suas condições de sobrevivência, enfim, a história de vida deles. Rosangela, em seu relato, confirma a sua primeira impressão em relação à história da família dos Coelhos. Mostra-se surpresa com o que encontrou na interior da casa, a estrutura dos quintais, a criação dos animais, ou seja, a vida que eles levavam no Pituba e que trouxeram como tradição para o bairro Paracatuzinho.

Nesse sentido, reproduzimos o relato da Rosangela Carvalho, que expressa com detalhes o que encontrou na residência do Senhor Honório e do Senhor Benedito:

[...] Eu tive o primeiro contato com eles, com os Amaros, quando eles fizeram uma apresentação (Caretada) lá na porta do cinema. Foi em 99. Mas quem mesmo me procurou falando dessa questão da demanda de terra deles foi o Dario, tá? E, em função de ter trabalhado com a questão indígena, ter acompanhado os artigos da constituição, já na época era a Constituição de 88, eu já sabia do Artigo 68. Aí eu, assim, foi como um estalo! Quando eu fui visitá-los, eu tomei um choque muito grande assim, de ver que eles, com a minha experiência de lidar com povos diferentes, com a diversidade, eu fiquei espantada de ver aquele local, animais, a forma com que eles

²²² Produtora Cultural. Diretora do Cineteatro Santo Antônio de Paracatu, indigenista e assessora técnica especialista em populações específicas do Ministério do Desenvolvimento Social.

²²³ SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Comunidades quilombolas: direito à terra** (artigo 68 do ADCT). Brasília: Fundação Cultural Palmares / MinC / Editorial Abaré, 2002.

vivem, a casa de farinha, entendeu? Fiquei chocada, espantada, surpresa (risos). Pelos dois lados, de ver como é possível, como é resistente, como eles conseguiam resistir a isso. As próprias casinhas. Tudo que você encontra ali... foi como se a ficha tivesse caído, entendeu? A ficha caiu ali pra mim, na hora. Comecei a perguntar pra eles a história. Nós tivemos a primeira reunião, eles me contaram. Eu falei – não, eles são remanescentes, só a Palmares pode ajudá-los²²⁴.

Passado esse primeiro contato com o Senhor Honório, Dona Mariinha e o Senhor Benedito, os representantes do Instituto de Defesa da Cultura Negra Afrodescendente Fala Negra, Dario e Rosangela, refletiram sobre o que encontraram naquele dia na residência dos Coelhos e traçaram os próximos passos para ajudar aquela família, qual seria o papel deles e como encaminhar aquelas informações descobertas para a Fundação Cultural Palmares, único órgão do Governo Federal que poderia ajudá-los. Interessante observar que a família dos Coelhos não tinha informações sobre o que tratava o art. 68 do ATDCT, existente na constituição de 1988, nem da expressão “remanescente de comunidade quilombola”, ou dos seus direitos constitucionais, ou seja, era algo novo que não imaginavam que existia, um momento de aprendizagem.

Num segundo encontro com a família dos Coelhos, Rosangela apresentou detalhes da nova Constituição Brasileira que estava em vigor desde 1988 e as novidades que esse documento trazia para as comunidades remanescentes quilombolas de todo o país. Nesse momento, também foi explicado que, pela história contada pela família dos Coelhos, pela documentação apresentada até aquele momento e com a ressemantização²²⁵ da palavra quilombo que estava em debate naquele momento, não restavam dúvidas de que aquela família era remanescente de quilombo. Por isso a importância dessa segunda visita à residência da família dos Coelhos, que foi o momento de conscientização, de apresentarem detalhes de todo o processo de titulação e da importância de se autorreconhecerem como remanescentes quilombolas, conforme os detalhes relatados por Rosangela Carvalho:

[...] Na segunda visita eu já comecei a conversar com eles nesse sentido, pra ver a reação deles. E não foi surpresa nenhuma, eles aceitaram. Pra eles, é como se fosse uma apropriação, a verdade é que, no fundo, eles já sabiam disso, mas eles não sabiam se expressar dessa forma e não tinham os termos. Porque eles tinham essa consciência, mas era totalmente alheia do que realmente é o processo de reconhecimento de um Remanescente de

²²⁴ CARVALHO, Rosangela. Depoimento. In. MELO, Paula Balduino de. **Se a gente sentar pra contar, dá um livro**. História da família dos Amaros de Paracatu-MG. Brasília: UNB, 2005 (monografia), p. 70.

²²⁵ Atribuição de novo significado, sentido ou nova acepção a um termo, palavra ou frase. 2. Revisão de sentido de uma palavra, termo ou frase para determinados fins (por exemplo, para atender a um certo contexto linguístico/literário [textual e/ou verbal], social e/ou científico).

Quilombo, entendeu? Ninguém nunca falou – “Não, nós não somos não”. Aí eu comecei a explicar pra eles o que são os remanescentes, tem um artigo da Constituição que dá direitos, eu não vejo outra forma. E isso também depois de me informar e saber que eles têm o direito. Eu expliquei pra eles como era o processo, que não podia ser vendido, que tinha que criar uma associação, que a terra ia ser titulada e em nenhum momento eles questionaram. “Não, o que a gente quer é isso mesmo, é deixar pros nossos descendentes a terra”. Eu acho fantástica essa, não é? Não é a terra pra eles, eles como pessoas, cê tá entendendo? O espírito de luta deles, pra mim, ficou muito claro nessa frase²²⁶.

Diante desse relato, fica bastante evidente a capacidade da família Coelho de perceber a existência de novas possibilidades de luta pela retomada das terras da fazenda Pituba. Depois de tanto tempo lutando sozinhos pelos caminhos da justiça, sem os resultados esperados, eles perceberam que, naquele momento, abriam-se outras perspectivas que poderiam render frutos, ou seja, era outro caminho que poderia garantir cidadania e melhores condições de vida para eles e os seus descendentes.

Nesse sentido, é importante observar que era mais uma *comunidade de quilombos que emergem da aplicação do artigo constitucional*²²⁷. Inicialmente, em um movimento inverso ao anterior, a família dos Coelhos passou a aceitar os limites e as determinações estabelecidas pelas regulamentações quilombolas. Isso não quer dizer que tais leis fossem significantes, sem a necessidade de ajustes, o que não significa afirmar que eles serão subservientes aos desejos do Estado Brasileiro, que prometia a princípio também a reparação social a essas comunidades negras, mas sem definir os caminhos a seguir.

Após esses diálogos, apresentações e esclarecimentos com a família dos Coelhos, o Fala Negra tomou a decisão de encaminhar à Fundação Cultural Palmares as informações referentes àquela negra família, para que se tomassem as providências necessárias para a instalação do processo de reconhecimento deles como comunidade remanescente de quilombo.

Com esse pedido encaminhado à Fundação Cultural Palmares, acreditava-se que tudo seria fácil e rápido, pois se tratava de um órgão do Governo Federal encarregado especificamente das questões quilombolas do país. Mas, pelo contrário, a própria Fundação Cultural Palmares estava com dificuldades operacionais, faltando-lhe profissionais qualificados, capazes de elaborar laudos sócio-históricos e culturais de várias comunidades remanescentes de quilombos espalhadas pelo país.

²²⁶ CARVALHO, Rosângela. Depoimento. In. MELO, Paula Balduino de. **Se a gente sentar pra contar, dá um livro**. História da família dos Amaros de Paracatu-MG. Brasília: UNB, 2005 (monografia), p. 71.

²²⁷ MATTOS, Hebe. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, dezembro/fevereiro 2005-2006, p. 108.

Diante desse imenso problema operacional, o Fala Negra entrou mais uma vez em ação, estabelecendo um convênio/parceria em prol da família dos Coelhos, pelo qual a Fundação Cultural Palmares disponibilizaria os recursos financeiros e a contratação de mão de obra para o desenvolvimento das pesquisas²²⁸ ficaria por conta do Instituto Fala Negra.

Com a pesquisa em andamento, mas sem resultados positivos que confirmassem a história lembrada e contada pela família dos Coelhos, e apoiados pelo Instituto Fala Negra, se deslocaram até Brasília para cobrar das autoridades responsáveis agilidade no processo de reconhecimento que já estava em andamento. Estando lá, eles participaram de audiências com os representantes do Ministério Público, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e da Fundação Cultural Palmares, nas quais ouviram explicações e argumentações sobre o problema das terras da fazenda Pituba. O pior é que todo esse procedimento poderia se arrastar por anos, dada a complexidade dos problemas e a falta de estrutura dos órgãos responsáveis pelas questões quilombolas.

Inconformados com o caminho que o processo de reconhecimento estava seguindo, os tataranetos de Amaro tomaram a decisão de retomar parte do território da fazenda Pituba, com o objetivo de pressionar os responsáveis pelos órgãos federais competentes para encontrarem uma solução. Nesse momento, já corria o ano de 2003, os tataranetos de Amaro Pereira das Mercezes, o Senhor Honório, Dona Mariinha e o Senhor Benedito procuraram Dario Alegria e comunicaram-lhe que haviam decidido retomar a terra que, pela morosidade da justiça, ainda estava em litígio.

Diante disso Dario Alegria resolveu ajudá-los na realização dessa retomada, pois até ele mesmo concordava que, naquele momento, não restava outra saída capaz de agilizar a situação: *se a volta deles não fosse daquele jeito, o pessoal não reconheceria os direitos*

²²⁸ Firmado o convênio com a Fundação Cultural Palmares, o Instituto de Defesa da Cultura Negra Afrodescendente Fala Negra contratou vários profissionais para a realização da pesquisa sobre os quilombos de Minas Gerais. Para o levantamento documental da família dos Coelhos, inicialmente eles contrataram o historiador e paleontólogo Alexandre Alves Dias, especialista em documentação do século XVII, XVIII e XIX, o qual pesquisou nos arquivos públicos de Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional, no acervo do Exército. Em suas pesquisas no arquivo público da cidade de Paracatu ele encontrou o principal documento que provocou uma reviravolta na história da família dos Coelhos, o Auto de sequestros de bens de Amaro Pereira das Mercezes. Também foi contratada para essa pesquisa a antropóloga Siglia Zambrotti Doria, responsável por levantar e organizar as informações referentes à família. O resultado de seu trabalho foi a elaboração do Relatório sócio-histórico e cultural da comunidade remanescente de quilombos Família dos Amaros. Ainda participou a, na época, estudante de antropologia, Paula Balduino de Melo, responsável por grande parte das entrevistas que compõem os laudos e os documentos do processo, assim como pela produção da árvore genealógica, instrumento essencial para a compreensão dos laços de parentesco. Em 2004, com o apoio da Fundação Palmares, foi produzido o vídeo institucional – Honrados Amaros Benditos, que conta a história de luta da Família dos Amaros.

*deles. Se ficasse aqui de braços cruzado e o pessoal lá em Brasília, nunca ia ter reconhecimento, começamos alguma coisa aqui que mudô o rumo de tudo*²²⁹.

Imediatamente Dario Alegria não só apoiou a decisão tomada pela família dos Coelhos, como estabeleceu contato com Rosangela Carvalho e com a Fundação Cultural Palmares. Com todo esse aparato para a retomada do território, era o momento de pensar as estratégias para ação tão importante. Essa deveria não só marcar de forma indelével a vida deles, mas também servir como exemplo para outras comunidades remanescentes que enfrentavam problemas semelhantes.

Marcada a data para acontecer a retomada histórica, a grande preocupação de Dario Alegria, Rosangela Carvalho e os representantes da Fundação Cultural Palmares era com as consequências daquela ação, pois eles não podiam prever a reação dos fazendeiros. Diante dessa situação, os dirigentes do Instituto Fala Negra resolveram enviar comunicados ao Juiz, ao Prefeito, ao Bispo, à Fundação Cultural Palmares, ao Ministério Público Federal e à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados informando sobre o que iria ocorrer e solicitando total proteção à integridade física dos participantes daquele movimento. Além do mais, para garantir repercussão e obter os resultados esperados, informaram também à imprensa de Paracatu, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

A retomada ocorreu no dia sete de agosto de 2003, às cinco horas da manhã, quando cerca de trinta e cinco pessoas saíram da residência do Senhor Honório, no bairro Paracatuzinho, em um micro-ônibus alugado pelo Instituto Fala Negra, em direção às terras da fazenda Pituba. O local escolhido foi uma área de aproximadamente 06 hectares, pertencentes naquele momento à Igreja Presbiteriana de Paracatu. Ali não havia construções, lavouras nem outras benfeitorias, mas, em contrapartida, o local oferecia fácil acesso aos acampados, aos veículos, a ônibus, porque estava às margens da rodovia MG 188 (ligação entre Paracatu e Unaí).

Importante registrar que, no dia da retomada histórica (figura 28), a Fundação Cultural Palmares, representada por Maria Bernadete Lopes, Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, esteve presente no local, acompanhando, apoiando, esclarecendo dúvidas, anunciando a importância histórica daquele momento para o movimento quilombola do Brasil. Os descendentes de Amaro, liderados pelos tataranetos, o Senhor Honório, Dona Mariinha e o Senhor Benedito, ao chegar ao local escolhido dançaram a Caretagem, forma que encontraram para celebrar a vida, agradecer e pedir mais proteção aos santos por aquele

²²⁹ DAMASCENO, Jurandir Dario Gouveia; **Depoimento**. Paracatu, março de 2010.

momento tão importante, conforme destacou o Senhor Honório, líder do grupo: *não podia não entrá na terras sem proteção, pois a dança reforça a nossa vontade, dá corage*²³⁰. Era um momento mágico para eles, que dançaram, cantaram e comemoraram por cerca de duas horas, um hábito que os acompanha há um longo tempo. Dançar a folia da Caretagem naquele momento representava reafirmar sua descendência afro e lembrar-se do passado, quando viviam ali com todos os seus familiares.

Enquanto acontecia a dança da Caretagem, parte da família dos Coelho montava as barracas para o acampamento, furava poços em busca de água, construía fornalhas, jiraus para armazenar os mantimentos e as vasilhas de uso cotidiano, improvisava bancos e camas. Durante o tempo em que permaneceram acampados, cerca de três meses, eles catavam lenha para abastecer a fornalha, pescavam no riacho que passava no fundo da propriedade, perfuraram cacimbas, ou até mesmo usavam a bateia para encontrar algum ouro no córrego que passava próximo.



Figura 28 – Retomada histórica da Fazenda Pituba.
Fonte: Rosângela Carvalho, 2003.

²³⁰ GUIMARÃES, Honório Coelho; **Depoimento**. Paracatu, janeiro de 2004.

Como era esperado, todo esse movimento dos Coelhos em torno da retomada da fazenda Pituba chamou muito a atenção, tanto da imprensa, como de curiosos, que transitavam incessantemente entre o acampamento e a cidade: *o tempo todo, a cidade toda foi lá olhar, ia, arroteava e ia embora, ia, parava, olhava e ia embora*²³¹.

Os jornais, as revistas e a emissora de TV local, que faziam a cobertura desse fato, traziam estampados em seus noticiários conteúdos sobre a história, as reivindicações, os apoios institucionais, os caminhos percorridos por aquela família e os possíveis desdobramentos da retomada daquele território. Entre as manchetes e os jornais que cobriram o ocorrido, destacamos:

- Estado de Minas - 09/08/2003: Conflito agrário – Governo apoia ocupação em Paracatu
- O Globo - 09/08/2003: Ocupação de terra – Descendentes de escravos ocupam área no Noroeste de Minas
- Correio Web - 09/08/2003: Retomada histórica de quilombo
- O Movimento (jornal local) - 09/08/2003: Quilombo dos Amaros: a justiça fará história
- Correio Braziliense - 16/08/2003: Briga pela terra – De volta ao quilombo

Diante dos fatos ocorridos e da sua grande exposição midiática, os fazendeiros proprietários das terras não demoraram a reagir. Indignados com o que acontecia em suas (supostas) terras, chegaram a contratar jagunços para ameaçar os acampados, o que não surtiu efeito, pois a proteção, a vigilância e a integridade física deles haviam sido garantidas pelas autoridades locais. Restou aos fazendeiros recorrer à justiça para a reintegração de posse.

Pela complexidade do problema, a ação foi encaminhada para Belo Horizonte, para a Vara de Conflitos Agrários do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, uma vez que se tratava de um problema que envolvia comunidade remanescente quilombola. Como consequência, esta ação acabou se desdobrando em três audiências de conciliação, cujos detalhes foram apresentados por Dario Alegria, que as acompanhou:

[...] Foram três audiências. A primeira foi essa questão aí, da reintegração de posse. E até não aconteceu no dia, ela demorou uns dois meses. Que até no dia o juiz disse assim: vocês poderiam sair de lá sem problema, sem eu pedir reintegração de posse, que o que vocês queriam era despertar o Brasil para

²³¹ DAMASCENO, Jurandir Dario Gouveia; **Depoimento**. Paracatu, março de 2010.

essa questão. Se vocês saírem, eu não preciso pedir... pensem direito, que o impacto que vocês queriam que causasse foi causado. E depois o juiz foi embora. E depois de uns dois meses, mais ou menos, foi requerida a reintegração de posse. [Eles] Não saíram porque eu disse para não saírem, porque nós queríamos o impacto mesmo, eu disse pra [minha esposa] avisar a eles que não saíssem²³².

Pelo depoimento acima, fica bastante evidente que a justiça brasileira não estava preparada para lidar com aquele tipo de conflito agrário que envolvia comunidades quilombolas, pois, pela própria composição dos fatos, era quase impossível conciliar o que ocorrera há mais de um século e meio. Por isso, a necessidade de discutir aquele problema na esfera Federal, longe do alcance dos poderes locais e das garras da justiça Estadual.



Figura 29 – Entrega da certidão de Autorreconhecimento dos Amaros.
Fonte: Dario Alegria, 2004.

Como resultado de todo o trâmite jurídico da ação impetrada pelos fazendeiros, o Juiz Fernando Humberto dos Santos, da Vara de Conflitos Agrários, determinou, por meio de uma liminar em favor de Pedro Duarte, a reintegração de posse da área ocupada. Obedecendo à determinação judicial, os Amaros deixaram as terras do Pituba em 29 de novembro de 2003, de forma pacífica e conscientes de que haviam conquistado muito com todo aquele movimento.

Após o retorno a suas residências, a família continuou sendo assistida pela Fundação Cultural Palmares, que solicitou, no começo do ano de 2004, a criação de uma associação representada por um dos tataranetos de Amaro Pereira das Mercezes. Surgia nesse

²³² DAMASCENO, Jurandir Dario Gouveia; Depoimento. In Doria, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Brasília: abril/2004, p. 142.

momento a Associação Quilombola Família dos Amaros (AQFA), presidida por Maria d'Abadia Pereira Guimarães (Dona Mariinha)²³³.

Estando, portanto, a Fundação de posse da pesquisa referente à família dos Coelhos, cabia-lhe somente analisar as informações obtidas e emitir o seu parecer reconhecendo-a ou não como comunidade remanescente de quilombo. Assim, diante das muitas evidências, no dia 30 abril de 2004 a Fundação Cultural Palmares emitiu a Certidão de Autorreconhecimento²³⁴ (**anexo 11**), na qual certificava que a Comunidade Família dos Amaros é Remanescente das Comunidades dos Quilombos. Esse documento foi entregue à família em junho de 2004 por Maria Bernadete Lopes, Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, em uma solenidade pública em frente à sede do Instituto Fala Negra (figura 29).

A importância desse momento para a Família dos Amaros é, mais do que o reconhecimento de sua história, a possibilidade também de se fazer justiça social. Uma vez certificados como comunidade remanescente de quilombo, passaram a ser amparados pela Constituição Federal e por regulamentações específicas do Programa Brasil Quilombola²³⁵, um conjunto de ações do Estado Brasileiro que visa diretamente às comunidades negras. Sem dúvida, parecia que se chegava a porto seguro para todas as comunidades negras espalhadas pelo território nacional, uma forma para conseguir o registro de suas terras, a reparação social e o reconhecimento de seus direitos, a cidadania, enfim.

²³³ Dona Mariinha é atualmente a presidente da Associação Quilombola Família dos Amaros (AQFA), cargo que ocupa desde a sua fundação.

²³⁴ A partir de outubro de 2008, com a publicação da IN 49/2008, o início do processo de titulação pelo Incra passou a depender da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares (FCP). Ou seja, a comunidade só poderá ter sua terra titulada se tiver a certidão da Fundação Cultural Palmares. Sem essa certidão o INCRA não dará início ao processo de identificação e titulação. A emissão da certidão da FCP segue os procedimentos definidos na Portaria FCP Nº 98 de 2007, que incluem: apresentação da ata de assembleia em que a comunidade aprova o seu reconhecimento como quilombola e relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade). A Fundação Cultural Palmares poderá, dependendo do caso, realizar visita técnica à comunidade no intuito de obter informações e esclarecer possíveis dúvidas. Não há prazo definido para a emissão da certidão.

²³⁵ Criado em 12 de março de 2004, na comunidade remanescente de Kalunga, situada nos municípios de Cavalcanti, Teresina de Goiás e Monte Alegre, no estado de Goiás, o PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA (PBQ), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), envolve um conjunto de ações governamentais para melhorar a qualidade de vida e garantir o acesso das populações quilombolas aos serviços públicos essenciais. Suas prioridades são: regularização fundiária, desenvolvimento econômico local, geração de renda, saúde, educação e estímulo à participação e ao controle social das políticas públicas pelos quilombolas. É uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos, abrangendo um conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de recursos constantes da lei orçamentária anual do Plano Plurianual 2004-2007, bem como as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução. Por outro lado, estabelece uma metodologia que possibilita o desenvolvimento sustentável quilombola em consonância com as especificidades históricas e contemporâneas, garantindo os direitos à titulação e à permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infraestrutura e previdência social.

Maria Bernadete Lopes, Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, na entrega da certidão de autorreconhecimento da comunidade negra Família dos Amaros, demonstrou em seu discurso grande otimismo por aquela conquista, porque, apesar de ser ainda o início do processo de certificação, aquele documento “mudava tudo e abria novas perspectivas para a luta dos Amaros”. Assim ela declarou:

[...] Essa certidão, a partir do momento que a comunidade a recebe, não significa que já é o título da terra, mas significa que a partir deste momento ela é patrimônio da cultura afro-brasileira. Significa que é o primeiro passo para que o INCRA comece a delimitar e demarcar a terra²³⁶.

Com essa certificação, a Família dos Amaros foi incluída em um cadastro nacional, organizado e controlado pela Fundação Cultural Palmares, que, daí em diante, passou a assessorar oficialmente todas as ações dessa comunidade negra. Passado o processo de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, toda a documentação relativa à Família dos Amaros foi encaminhada para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA²³⁷, que é o órgão governamental responsável por emitir certidões e elaborar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)²³⁸, documento esse que gera uma série de procedimentos regulatórios e conclusivos sobre as partes envolvidas no processo, conforme detalhes apresentados por Leonor Franco de Araújo, gerente do Programa Brasil Quilombola, da Secretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais (SECOMT)²³⁹:

²³⁶ LOPES, Maria Bernadete. **Depoimento**. Paracatu. DVD Honrados Amaros Benditos. MinC-2004.

²³⁷ O Decreto Federal 4.887, de 2003, estabelece que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos territórios quilombolas.

²³⁸ O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) tem por objetivo identificar o território quilombola, bem como a situação fundiária daquela terra. A produção do RTID é de responsabilidade das Superintendências Regionais do INCRA e a comunidade tem direito de participar do processo de elaboração do estudo. Logo na abertura do processo, o INCRA deve notificar os seguintes órgãos para apresentarem informações que possam contribuir para os estudos de identificação do território: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e seu correspondente na Administração Estadual; Secretaria do Patrimônio da União - SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional - CDN; Fundação Cultural Palmares; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e seu correspondente na Administração Estadual; e Serviço Florestal Brasileiro - SFB. Além disso, se, durante os trabalhos de elaboração do RTID, for verificada qualquer questão de competência dos órgãos e entidades elencados acima, o Superintendente Regional do Incra deverá comunicá-los, para acompanhamento, sem prejuízo de prosseguimento dos trabalhos.

O RTID é composto pelos seguintes documentos: relatório antropológico, levantamento fundiário, planta e memorial descritivo, cadastramento das famílias quilombolas, levantamento da eventual sobreposição a unidades de conservação, a áreas de segurança nacional, faixa de fronteira, terras indígenas, terrenos de marinha, terras públicas federais e em terras dos estados e municípios e, por fim, o parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área a ser titulada.

²³⁹ Órgão Federal, vinculado Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR). Essa Secretaria foi criada pelo Governo Federal no dia 21 de março de 2003, data em que se celebra o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A criação da Secretaria é o

[...] Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. Os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária. Para cuidar dos processos de titulação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) e, nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas. Com base na Instrução Normativa 57, do Incra, de 20 de outubro de 2009, cabe às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do Incra do seu estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios. Para que o Incra inicie os trabalhos em determinada comunidade, ela deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares. A primeira parte do trabalho do INCRA consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Uma segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada²⁴⁰.

Esse processo moroso poderá se arrastar por décadas, principalmente se levarmos em conta o volume de comunidades negras solicitando identificação de territórios quilombolas e, o mais grave, a falta de profissionais capacitados para a realização desses procedimentos dentro do próprio INCRA, uma estrutura ineficaz que não corresponde às novas demandas sociais presentes na sociedade contemporânea²⁴¹.

Em relação ao processo da comunidade Família dos Amaros, encaminhado para o INCRA no ano de 2004, depois de cinco anos de análise e reflexões, no dia 16 de junho de 2009, finalmente foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o edital que aprovava o

reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro. A SEPPIR utiliza como referência política o programa Brasil sem Racismo, que abrange a implementação de políticas públicas nas áreas do trabalho, emprego e renda; cultura e comunicação; educação; saúde, terras de quilombos, mulheres negras, juventude, segurança e relações internacionais.

²⁴⁰ ARAÚLO, Leonor Franco de. **Programa Brasil Quilombola promove cidadania**. Entrevista para o Grupo de Gênero, Combate à Discriminação e Grupos Populacionais. 14 de dezembro de 2011.

²⁴¹ Essa dificuldade foi reconhecida pelo próprio superintendente do INCRA em Minas Gerais, Marcos Helênio Pena, quando ele afirma que: “O RTID é um documento minucioso, que inclui o relatório antropológico da comunidade e o levantamento de toda a cadeia dominial dos imóveis localizados na área pleiteada. A regularização de territórios quilombolas compara-se ao processo de reforma agrária, no que diz respeito à complexidade da legislação. Mesmo assim, temos feito todo o possível, dentro de nossa capacidade operacional e obedecendo aos trâmites legais, para atender às demandas crescentes dessas comunidades no estado”.

Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Esse documento vinha ao encontro das informações fornecidas pela Fundação Cultural Palmares, expressas no Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo Família dos Amaros, produzido em 2004 pela antropóloga Siglia Zambrotti Doria. O passo a seguir, após a publicação do RTID, foi a notificação dos interessados no processo, concedendo prazo para contestação do documento publicado, conforme esclarecimento do INCRA:

[...] Com a publicação do edital, abre-se prazo de 90 dias para a contestação dos interessados – detentores de domínio, ocupantes e confinantes do território analisado. Somente após a realização de todas as providências indicadas pela legislação, incluindo a consulta a órgãos públicos e a análise e julgamento das contestações apresentadas pelos interessados, é feita a demarcação e titulação do território quilombola, com a outorga do título coletivo e pró-indiviso, em nome da associação comunitária. Os títulos das terras serão inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis²⁴².

Como já era esperado, os interessados no processo, os fazendeiros acusados de expropriarem a Família dos Amaros de suas terras, contestaram as informações contidas no RTID publicado pelo INCRA. Na contestação produzida pela defesa, chamada de Parecer Histórico Antropológico sobre a Região do Pituba, os antropólogos Adauto Carneiro e Claudio Eduardo Badaró optaram por criticar várias das informações presentes no relatório publicado. Com um raciocínio raso e fácil de ser contestado, tentaram inverter o contexto histórico, os valores dos personagens envolvidos na disputa. Além do mais, usaram um conceito de quilombo empregado no século XVIII para tentar provar a inexistência de comunidade remanescente quilombola em Paracatu, argumento invalidado pelo fato de novas discussões sobre a temática terem ressemantizado o termo, desatualizando e, portanto, tornando inapropriado o sentido com que foi empregado na contestação.

Nesse mesmo documento, os autores tentam provar que Amaro Pereira da Mercezes era um militar com a patente de Alferes e proprietário de minas de ouro em Paracatu, o que, na opinião dos antropólogos, lhe impossibilitava viver em um quilombo, uma vez que ele ganhava o seu soldo e vivia dele. Essa informação não procede, o que se constata por dois fatos. Seu nome não está registrado em nenhuma informação a respeito das tropas e guardas militares de Paracatu no século XIX. Também no livro da Irmandade do Rozário de Paracatu, em que se registrava a eleição de reis e rainhas, Amaro consta como rei (1831-1832) e diante de seu nome não há qualquer abreviação que correspondesse a algum cargo militar, o que era de praxe para informar a posição social do eleito, conforme se vê nas figuras 30 e 31.

²⁴² INCRA/MG publica relatório técnico de comunidade quilombola. **Fonte:** <http://zip.net/bkgwDZ>. Acesso em 11/2011.



Figura 30 - Eleições das mesas da Irmandade do Rosário 1784-1785/1786-1787/1792-1793.

Fonte: Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu-MG.

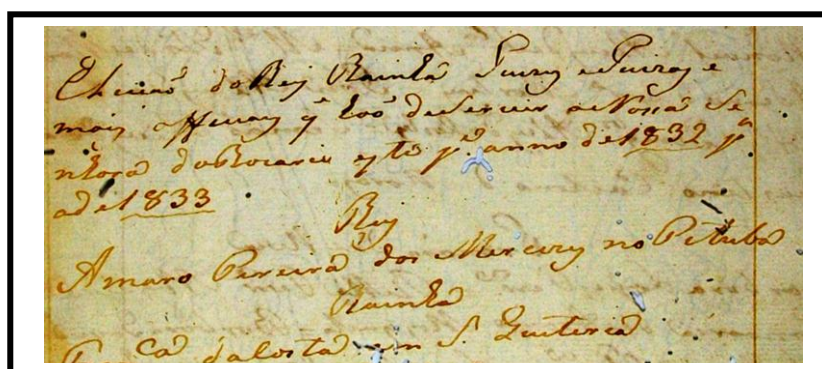


Figura 31 - Eleição de Amaro Pereira da Mercezes - Reis do Rosário 1832-1833.

Fonte: Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu-MG

Por fim, a contestação conclui que o ALFERES AMARO e seus descendentes não foram quilombolas, absolutamente não tiveram uma trajetória própria de sofrimento, visto

*que o patriarca era um militar do império, proprietário de terras e casas, tanto em Paracatu como no arraial da Lagoa*²⁴³.

Após o recebimento dessa contestação em 2009, o INCRA analisou as informações constantes no relatório entregue pela defesa dos fazendeiros e as contrapôs àquelas do relatório sócio-histórico e cultural, emitindo a seguir o seu parecer para que se pudesse dar sequência ao processo de regularização das terras da fazenda Pituba. Nas últimas informações fornecidas, o antropólogo do INCRA, *Roberto Almeida*, afirma que as contestações do RTID da Família dos Amaros já foram feitas e agora o INCRA deve julgá-las na próxima reunião do Conselho Diretor da autarquia²⁴⁴, o que não ocorreu até o momento.

Paralelamente a esses acontecimentos envolvendo Amaros, fazendeiros e as terras do Pituba, a partir de 2006 apareceu um novo complicador a ser enfrentado por essas famílias, a presença da mineradora Kinross Gold Corporation²⁴⁵, uma empresa canadense que está em operação na cidade de Paracatu desde 1987 e que resolveu ampliar e modernizar a sua produção de ouro no município após anos de pesquisa, conforme informações publicadas pela própria empresa:

[...] Em agosto de 2006, a Kinross Gold Corporation consolidou um projeto de expansão para elevar a capacidade de produção da mina de Paracatu de cinco para 15 toneladas anuais de ouro a partir de setembro de 2008, o triplo da atual. O projeto também amplia em mais de 30 anos o tempo de vida útil da mina. Mais empregos, mais impostos recolhidos aos cofres públicos, novas perspectivas para as gerações futuras são algumas das consequências do plano, que vai movimentar não só a economia de Paracatu e do Estado de Minas Gerais, mas de todo o Brasil. O projeto observa todos os cuidados ambientais necessários. Investimentos de US\$ 570 milhões foram reservados ao projeto, que conta com uma nova estrutura de beneficiamento e de hidrometalurgia, a repotenciação da planta da Kinross, a construção de uma nova barragem de rejeitos, a implantação de uma planta de flotação, entre outras ações. Contempla ainda o plano de fechamento de mina, baseado nos princípios da sustentabilidade que norteiam as operações da empresa. A mina, em princípio, atingiria a exaustão em 2016. Agora, a vida útil se estende até 2040. O volume de minério lavrado passa das atuais 17,2 milhões de toneladas por ano para uma capacidade nominal de 61 milhões de toneladas ao ano. A operação da primeira fase terá início previsto para julho

²⁴³ CARNEIRO, Adauto; BADARÓ, Claudio Eduardo. **Parecer etno-histórico antropológico sobre a região do Pituba**. Paracatu, 2009, p. 134.

²⁴⁴ Procuradorias esclarecem procedimentos de regularização dos territórios quilombolas de Paracatu-MG (09 de junho de 2011). **Fonte:** <http://zip.net/bjc985>, acesso em 11/2011.

²⁴⁵ A Kinross, na época RPM, iniciou suas atividades de mineração de ouro em Paracatu em 1987. É uma empresa global com sede no Canadá, foi criada em 1993 e, desde então, vem se tornando uma das maiores produtoras de ouro do mundo. A empresa possui minas no Brasil, Chile, Estados Unidos e Rússia.

de 2008, quando a produção anual deverá atingir dez toneladas de ouro. O ápice – 15 toneladas ao ano – será atingido até o final do ano.

A expansão está gerando cerca de dois mil empregos durante o processo de execução das obras. Quando a extração de ouro alcançar 15 toneladas, deverão ser criados 154 novos postos de trabalho direto, mais de 20% do total de empregos efetivos hoje mantidos. Outros 104 profissionais terceirizados devem ser beneficiados pela expansão. Também no grupo de empregos indiretos, os números atingem grandes proporções: estima-se um aumento de 3.317 postos de trabalho, divididos entre toda a cadeia de fornecedores da Kinross, incluindo empresas e profissionais sediados fora do município de Paracatu. Considerando o efeito-renda, metodologia aplicada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o volume de empregos a partir do projeto pode chegar a 10.840. O projeto contempla também o plano de fechamento da mina, contendo todas as medidas necessárias para a devolução adequada da área para o município de Paracatu²⁴⁶.

Para a realização desse gigantesco investimento, a empresa Kinross necessita modernizar a sua planta produtiva, o que somente é possível se ela possuir mais espaços para ampliar a sua atuação. Com esse impasse, a empresa começou, a partir de 2006, a comprar mais terras para a implantação do seu projeto de expansão e tem optado preferencialmente pelas áreas vizinhas da antiga estrutura da mina.

A área almejada pela empresa Kinross já era ocupada, desde o século XVIII, por comunidades negras, Amaros, Machadinho e São Domingos, que se estabeleceram naqueles locais desde a descoberta e a exploração das jazidas de ouro que ali existiam, e permanece povoada por seus descendentes até a atualidade, fato que, por si só, deveria colocar limites nas pretensões da empresa, obrigando-a a procurar outros locais no município para a execução de seu projeto de expansão.

Porém não é isso o que vem ocorrendo desde que a empresa oficializou a sua proposta de expansão. Para adquirir esses territórios, a Kinross utiliza-se de vários artifícios e brechas que existem dentro da legislação brasileira de forma a conseguir avançar e implantar o seu novo projeto produtivo de ouro.

A princípio, a Kinross conseguiu atingir a Família dos Amaros com sua expansão produtiva, quando ignorou não só o processo em andamento no INCRA para a regularização das terras, mas também a legislação quilombola existente no país. Uma estratégia articulada pela empresa e que tem surtido efeito a seu favor é a aquisição das propriedades dos fazendeiros citados no processo de expropriação das terras dos Amaros, o que acaba transferindo em parte a disputa territorial para a empresa, que tem apoio do Município, do

²⁴⁶ Informações publicadas no site da empresa: http://www.kinross.com.br/projeto_expansao.php?id_category=5. Acesso em 12/2011.

Estado e do governo Federal²⁴⁷. Embora essas ações da empresa venham sendo questionadas nos últimos meses pelo Ministério Público Federal (MPF), isso não tem surtido efeito para os Amaros, que se veem novamente em uma encruzilhada e sem o direito à cidadania plena. (**anexo 12**). Aqui se chocam os interesses políticos de fazer justiça social e os financeiros de apoiar a Kinross, via BNDS e o Departamento Nacional de Produção Mineral- DNPM, que aprova pesquisa e lavra. Talvez pudéssemos pensar na esquizofrenia de um Estado capitalista que, por meio dos seus órgãos e instituições, não estabelece diálogo. Valem os interesses do mercado, perde o discurso dos direitos civis. O jogo atual dos grandes fazendeiros que não conseguem fazer reverter as leis é vender as terras expropriadas indevidamente para a mineradora Kinross. A luta dos Amaros torna-se ainda mais complexa por ter que lidar com uma empresa transnacional e com os interesses de um mercado cada vez mais sofisticado.

4.2 Tudo fala, tudo tem voz: arte e dança dos Amaros

As pessoas não perdem sua cultura apenas porque passam por momentos difíceis. Pense nas descrições que temos do sofrimento dos africanos durante os horrores da travessia do Atlântico pelos navios negreiros e de que, não obstante, chegando às Américas, eles faziam aquilo que um escritor do século XVIII descreveu assim: “os escravos são levados para o convés... e seus cabelos são aparados em diferentes formatos, de estrelas, meias-luas etc. – o que eles geralmente fazem uns para os outros (sem dispor de lâminas), com a ajuda de uma garrafa quebrada e sem sabão”. As pessoas são surpreendentemente flexíveis frente à adversidade²⁴⁸.

²⁴⁷ A maior mina em operação no Brasil está na cidade mineira de Paracatu e não tem bandeira verde e amarela. É canadense, nacionalidade da multinacional Kinross, que a controla. Tudo o que produz é exportado. Somente nos quatro primeiros meses deste ano saíram da mina da Kinross US\$ 163,9 milhões em ouro para o mercado internacional, volume 82,2% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado (US\$ 90 milhões). Embora a exploração e os lucros gerados pela mineração de ouro estejam com os estrangeiros, não se pode negar o forte impacto econômico das atividades das empresas nas regiões onde estão instaladas. Em torno das minas, a oferta de empregos é crescente, a renda está em processo ascendente e o poder público se empanturra de impostos. Em Paracatu, a Kinross é dona de 10.942 hectares. Terras que, neste ano prometem gerar 500 mil onças-troy (unidade de medida para barras de ouro que equivale a quase US\$ 1.250 cada), resultando em um faturamento aproximado de US\$ 1 bilhão. Tais números garantem à pequena cidade mineira o título de dona da maior mina brasileira em área e volume de ouro no país. “Disparadamente, somos a maior. Apesar de termos um teor de ouro pequeno no minério que retiramos, movemos uma quantidade enorme de rochas para produzirmos muito”, explica o presidente da companhia no Brasil, José Roberto Mendes Freire. Fonte: **Brasil se tornou um importante importador do metal**. Correio Braziliense, 31/05/2010, <http://zip.net/bmdLSc>. Acesso em 10/12/2011.

²⁴⁸ GOLDSTEIN, I. S. Entrevista com Sally Price. Tradução de Alessandra Traldi Simoni e Guilherme Ramos Cardoso. In: **Proa** – Revista de Antropologia e Arte [on-line]. Ano 02, vol. 01, n. 02, nov. 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/EntrevistasII/entrevistasallyprice.html>, acesso em: 10/08/2011.

Essa passagem foi uma resposta dada pela antropóloga da arte Sally Price²⁴⁹, quando indagada sobre a capacidade de produção artística dos quilombolas (Marrons)²⁵⁰ do Suriname e da Guiana Francesa, que vivem em meio a várias adversidades sociais, como a guerra civil, uma economia em queda livre, a introdução de drogas e invasão de seus territórios pela mineração e empresas madeireiras. O interessante desses povos é que, mesmo vivendo em um ambiente hostil, eles não deixaram de exercitar a sua destreza artística, representada nas pinturas, nos objetos funcionais, como canoas, portas e pentes, nas artes têxteis, no canto, na dança e na percussão, ou seja, eles conseguem enfrentar criativamente a evolução das circunstâncias econômicas e sociais, não deixando esterilizar o processo criativo.

Neste viés, concordamos com o escritor malinês Amadou Hampâté Bâ²⁵¹, quando ele afirma que *a arte não se separa da vida, pois, antes, abrange todas as suas formas de atividade, conferindo-lhes sentido*²⁵², ou seja, tudo está imbricado em uma clara demonstração que não é possível separar vida, arte e lembranças do cotidiano, pois tudo é força viva intimamente ligada a um contexto sociocultural. Por isso a capacidade de adaptação às novas realidades sociais, econômicas, políticas e culturais, em um movimento que obriga os grupos sociais a repensar e reajustar suas produções artísticas.

²⁴⁹Sally Price é graduada em Letras Francesas pela Universidade de Harvard (1965) e doutora em Antropologia Social pela Universidade Johns Hopkins (1985). Para além dos Saramanka da Guiana e do Suriname, com quem trabalha há cerca de 30 anos, teve experiências de campo em uma vila de pescadores da Martinica (1963), num povoado rural da Andaluzia (1964) e entre os índios Zinacanteco, no México (1965 e 1966). Foi professora visitante em diversas instituições, como École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2003 e 2008) e Princeton University (1992). Desde 2004, é professora no College of William & Mary, em Williamsburg, Virginia e, em 2008, tornou-se membro honorário do Royal Netherlands Institute of Southeast Asian and Caribbean Studies.

²⁵⁰“Os quilombolas do Suriname, divididos em seis unidades políticas, são descendentes de negros que vieram para a América como escravos. Seus antepassados remotos fugiram das plantações costeiras, um a um, ou em pequenos grupos, nos séculos XVII e XVIII. Mais tarde se congregaram na floresta tropical do Brasil, combatendo contra seus antigos senhores por quase cem anos, finalmente conquistando a liberdade um século antes da emancipação dos escravos nesta ex-colônia holandesa. O modo de vida que se forjou estava centrado na agricultura (tarefa basicamente das mulheres), caça e pesca (tarefas atribuídas aos homens). Os sistemas de crenças das diversas nações africanas de onde procediam seus antepassados foram combinados, adaptados e refundidos em uma vida religiosa formada em parte por deuses que habitavam os corpos de animais selvagens, tais como serpentes, águias, jaguares. Complicados ritos funerários asseguravam a comunicação de cada quilombola com o mundo de seus antepassados, através de rezas, oráculos, possessão espiritual e distintas práticas divinatórias”. PRICE, Sally. **A arte dos povos sem história**. Revista Afro-Ásia, n° 18 (1996), p. 213.

Ver também da mesma autora:

PRICE, Sally. **Arte Primitiva em Centros Civilizados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

PRICE, Sally. A centralidade das margens: arte, gênero e criatividade afro-americana. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, (36): 123-41, 1999.

²⁵¹Escritor malinês, foi membro do Conselho da UNESCO de 1962 até 1970. Fundador e diretor do Instituto de Ciências Humanas de Bemako (Máli), publicou artigos e livros sobre o continente africano. Dedicou os seus estudos a história, literatura e etnologia da África. Autor do livro publicado no Brasil Amkoullel, o menino fula, pela editora Pallas.

²⁵²HAMPÂTÉ-BÂ, Amadou. África, um continente artístico. **Correio da UNESCO**, ano 04, n. 04, 1976, p. 12.

Na verdade, essa capacidade de conciliar a produção artística com as mudanças cotidianas não é algo exclusivo dos quilombolas do Suriname e da Guiana Francesa, mas se evidencia em práticas e modos de vida de diversas outras comunidades quilombolas, seja no Brasil, seja em outros locais do continente Americano, como, por exemplo, na comunidade negra dos Amaros de Paracatu.

Nesse sentido, observar os Amaros pelo campo da arte acaba sendo algo instigante, pois é a sua produção artística que os identifica, garantindo-lhes na atualidade a possibilidade de poderem lutar pelos seus direitos de cidadania, ou seja, não é possível separar a dança, as pinturas e as esculturas dos acontecimentos vividos por eles desde que moravam nas terras do Pituba até os dias de hoje, após o seu deslocamento para o bairro Paracatuzinho, periferia da cidade de Paracatu.

Tudo que os Amaros produzem no campo das artes tem bastante significado em sua vida, pois é por meio dela que conseguem manter e reinventar a sua identidade. Em relação a sua produção artística cultural, destacamos a folia negra da Caretagem, que é uma dança coletiva praticada pela família, as esculturas, as pinturas e a arquitetura das casas, as quais passamos a analisar a seguir.

A dança da folia negra da Caretagem é uma manifestação popular que acontece em Paracatu, sempre realizada no dia 23 para 24 de junho, em louvor a São João Batista. Ela é composta por 12 pares de dançantes, todos masculinos, porém a metade é transvestida de mulher, usando perucas, colares, brincos e maquiagem, detalhes que são complementados pelo uso da máscara que veste o corpo do dançante, impedindo que seja reconhecido pelos outros participantes ou por pessoas da comunidade.

A Caretagem sai da casa do Senhor Honório, que é o líder do grupo, por volta das 15 horas do dia 23 de junho, após serem realizadas as orações iniciais, pedindo proteção a São João Batista para que corra tudo bem na realização das festividades: *São João protege todo nois, contra os males, que tudo fique bem alegre, sem briga, que a dança seja mió do que ano passado. Abençoa todos os que dança aqui nesse momento*²⁵³.

Neste momento, o Senhor Honório convida os dançantes a saírem da residência para que se possa iniciar a dança da folia da Caretagem. O primeiro ato, que marca o início do

²⁵³ Guimaraes, Honório Coelho. **Depoimento**. Paracatu, junho de 2003. Paulo Moreira.

ritual é promover o levantamento do mastro de São João²⁵⁴, que é acompanhado por devotos, que fazem os seus pedidos de proteção.

Para os foliões, cada ato de *recriar é uma forma de reaver, de crer que a promessa ainda se mantém de pé*²⁵⁵, por isso cantam, no início e término da folia a marcha de São João:

I

*“Se São João soubesse
Quando era o vosso dia,
Descia do céu à terra
Com prazer e alegria.”*

II

*“Are aruê-arê-aruí.
Toma conta da bandeira
derradeiros, capitão São
João tem grande vez.
E também grande pesar.
Não saber o vosso dia.
Para ele festejar.”*

III

*“Meus senhores e senhoras
Até pro ano que vem, se
São João nos der vida, Deus
querendo e nós também”*

IV

*“Marcha, marcha companheiro;
Marcha todos de apareia somente
Para louvar.
Ai, Maria e nossa aldeia”.*²⁵⁶

Ao analisar a importância de São João no cotidiano dos foliões da Caretagem, não se nega o louvor ao santo e a festa como o momento de agradecer as graças alcançadas, refazer laços por meio de novos pedidos e reafirmar suas crenças, momento esse de total respeito, conforme as declarações do Senhor Honório:

O que as pessoas ignoram é que os caretas têm um profundo respeito pela data e pela dança. O exemplo mais sério é que, nos dois dias, eles (daquele grupo) optam até pela abstinência sexual, mesmo aqueles que são casados. A passagem do dia 23 para 24 de junho é para ser comemorada com a dança e os cantos em louvor do santo, não sendo permitido comportamentos que possam trair esse compromisso²⁵⁷.

²⁵⁴ O mastro de São João é composto por uma madeira resistente, roliça, uniforme e lisa, carregando, no topo, uma bandeira que pode ter dois formatos: em triângulo com a imagem dos três santos, São João, Santo Antônio e São Pedro; ou em forma de caixa, com apenas a figura de São João do carneirinho.

²⁵⁵ MACHADO, Maria Clara Tomaz, **Cultura Popular e Desenvolvimento em MG**: caminhos cruzados de um mesmo tempo. São Paulo: USP, 1988 (Tese de doutorado).

²⁵⁶ MELLO, Antônio de Oliveira. **Minha Terra**: suas lendas e seu folclore. Patos de Minas: Ed. da Academia Patense de Letras, 1ª ed., 1970, p.164.

²⁵⁷ Entrevista no Jornal O Movimento, de Agosto de 1990. Ano I, nº 06, p. 10. Honório Coelho, membro e participante da Caretagem.

Ele continua:

[...] a gente não pode pedir São João milagre. A gente pede a virtude de São João. Porque São João é de tão malino que ele, no dia do aniversário dele, ele quer louvar o aniversário dele. Mas Santa Isabel sabe que ele é nervoso, ele é perigoso, ela põe ele sete dia para dormir. No colo dela. Vai ninando ele, quando passa o dia, ele pergunta - mamãe, cadê meu dia? – ô meu filho, já passou. Porque ele quer louvar o dia dele, quer pôr fogo no mundo. Aí, caba tudo²⁵⁸.

Em outro depoimento, o Senhor Benedito Coelho, participante do grupo dos Caretas do bairro Paracatuzinho, comenta que São João Batista é muito vingativo, pois se não cumprir o prometido ele poderá se voltar contra a pessoa, chegando até mesmo a retirar a sua vida:

[...] quando começa a dançar não pode parar, é o compromisso com o santo, ele cobra. Em 2000 um que dançava com a gente, isso tinha sete ano [...] falou que cansou de dançar e parô. Acontece que no final do ano ele adoeceu e morreu. Por isso São João é vingativo, ele desobedeceu o santo. Pode pará somente quando o santo mandá²⁵⁹.

A folia demarca e ocupa territórios na cidade à medida que fixa alguns mastros com a bandeira de São João (figura 32), somando a sua fé ao santo com a de vários moradores, vizinhos e parentes. Ao realizar essa etapa, a Caretagem dança e canta como forma de legitimar o pedido dos devotos, que, em agradecimento pela presença da Caretagem em suas casas, oferecem comida e bebida, pois o caminho a percorrer pela folia ainda é bastante longo.

Quatro músicos que tocam o violão, a sanfona, a caixa e o pandeiro acompanham os pares dançantes e são os responsáveis pelo ritmo das coreografias a serem executadas, pois é o toque da sanfona que marca as mudanças dos gestos ao longo de todo o trajeto. Entre as canções e danças tocadas por eles, destacamos a Contradança, Batuquim, Cadeia Grande, Marimbondo ou Alinhavo, Passagem de Lenço, Verso, Marcha de São João.

Juntamente com a dança e a música, são declamados versos, que reproduzem momentos atuais, ou até mesmo acontecimentos cotidianos, o que provoca momentos de alegria e descontração entre os dançantes. Abaixo, registramos três versos entoados pelos Amaros no dia da apresentação da Caretagem:

²⁵⁸ Entrevista retirada do vídeo: **Honrados Amaros Benditos**. Instituto Fala Negra, 2005.

²⁵⁹ GUIMARÃES, Benedito Cirilo Coelho. **Depoimento**. Paracatu. Agosto/ 2001. Lavrador, garimpeiro, Careta e morador do bairro Paracatuzinho, em Paracatu – MG.

Graças a Deus, viemos a dança de São João
Graças a Deus ele abriu para nós o portão.

Tudo na vida tem fim
Só espero que ninguém aqui esqueça de mim

Mandaram eu cantar pensando que não sabia
Eu não sou como a cigarra que para cantar leva o dia.



Figura 32 – A Caretagem e o levantamento do mastro de São João.
Fonte: Paulo Moreira, 2004.

Em relação a outras formas de expressão cultural produzidas pelos Amaros, destacamos as esculturas (figura 34), as pinturas e os mosaicos de pedras decorando as casas (figura 33), artes produzidas de forma individual pelo Senhor Benedito, mas que representam a história e a coletividade da família.

Ele pode ser comparado a um bricoleur, que *está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas, porém, ao contrário do engenheiro, não subordina*

*nenhuma delas à obtenção de matérias primas e de utensílios concebidos e procurados na medida de seu projeto*²⁶⁰, pois para a confecção de seu trabalho utiliza como instrumento as mãos e, como matéria prima, o barro, a madeira de demolições, os cacos de azulejos e os restos de tintas. Para dar o acabamento necessário, utiliza pedaços de vidro para raspar, chegando à qualidade e resultados desejáveis. A sua obra de arte reproduz claramente o que ele vivenciou quando morou na fazenda Pituba, daí a sua preferência em reproduzir aves, flores, coqueiros e peixes. Tudo isso, realizado em sua residência no bairro Paracatuzinho, um local de histórias e memórias de sua família. Esses mosaicos decoram as suas casas externa e internamente, encaixando caco por caco, onde o que é considerado resto transforma-se em outro, com significados e valores diferentes.



Figura 33 – Mosaicos feitos pelo Benedito Cirilo
Fonte: Paulo Moreira, 2005.

Entalhando a madeira, o Senhor Benedito reproduz imagens utilizadas em seus ritos, *que são feitas para desempenhar uma função na comunicação com os deuses e as*

²⁶⁰ Lévi-Strauss, Claude. **O pensamento selvagem**. Trad. Tania Pellegrini. Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 33.

*potências espirituais*²⁶¹. Cada imagem, em sua riqueza de detalhes e precisão de traços, carrega na sua particularidade enorme semelhança com o mundo real.



Figura 34 – Artesanato em madeira.
Fonte: Regina Santos, 2004.

Em outro momento da produção de sua arte, o Senhor Benedito recebeu a incumbência de pintar algumas imagens que representassem a história de sua família, material complementar aos laudos e documentos do processo de autorreconhecimento que estava em andamento na Fundação Cultural Palmares. São nove pinturas que retratam a vida de Amaro Pereira das Mercezes no arraial de Paracatu.

Importante esclarecer que essas pinturas foram feitas de cima para baixo, em um movimento inverso ao do artista, pois primeiro cria-se o roteiro e, em seguida, as pinturas. Além do mais, foram feitas em um ambiente diferente do vivido por ele, impossibilitando a liberdade de inspiração e a sensibilidade que o artista necessita ter. Talvez por isso as reclamações do Senhor Benedito, quando, ao realizar as pinturas, afirmava que não estava do jeito que ele gostaria. Segue o roteiro para as pinturas:

²⁶¹ PRICE, Sally. A arte dos povos sem história. **Revista Afro-Ásia**, nº 18 (1996), p. 216;

ROTEIRO DAS PINTURAS DO SEU BENEDITO²⁶²



Dentro do barco, corpo esquelético e dolorido, Ejiobê olhava seus companheiros que com ele subiam o rio São Francisco. Gente da Guiné, Benin, Costa do Marfim, Angola e tantas outras regiões de uma África que tinha ficado para trás junto com o mar. (pinturas 01/02/03)



²⁶² Ana Flávia Dias Salles – Roteirista (Texto de abertura do DVD Honrados Amoros Benditos). As pinturas da abertura do vídeo e do DVD Honrados Amoros Benditos foram feitas sob encomenda nos dias 11 e 12 de setembro de 2004, em Brasília, na residência da diretora Tânia Anaya. Pinturas: Benedito Cirilo Coelho Guimarães.

Em pleno sertão, Ejiobê descobriu estar no arraial de Santa'Anna. Olhou os tanques colossais que recolhiam as águas de aluvião, a roda d'água muito parecida com as que havia na África. A terra revolvida, os enormes montes de cascalho que seriam carregados e levados por seus companheiros enquanto durasse o dia, dia após dia, ano após ano enquanto a morte não lhes desse alívio. (Pintura 04)



À noite, além da fogueira, tudo o mais era escuridão e tudo podia ser África. Eram apenas ele, suas línguas e alguns cantos e danças que tocavam perto do fogo. Um homem do Congo apareceu com um coco pintado e furado sobre a face, dançando e cantando em transe em torno da fogueira. Ejiobê então se lembrou das danças de máscaras de seu povo. Essa lembrança lhe devolveu um sentimento que julgava ter

perdido de vez: a alegria. Assim, toda vez que consertava a roda d'água, sofria chibatadas, carregava cascalho, lhe vinha um bálsamo a memória de suas máscaras e danças. (pintura 05)

Outra alegria foi ensinar estes cantos, danças e modos de criar máscaras para a meninada que nascia ali. Eram filhos dessa terra maldita, mas aprendiam sobre as várias Áfricas que sobreviviam em cada homem e em cada mulher naquele exílio. (pintura 06)



Um destes meninos, o mais folião, chamava-se Amaro. Era tão bom nas cantorias que o padre o chamou para participar das festas da Igreja. O padre tinha uma sanfona. E Amaro logo pegou o jeito do instrumento e misturava as músicas que aprendeu com Ejiobê com aquelas que o padre lhe ensinara. (pintura 07)

Amaro conseguiu a alforria, isso dava alguma mobilidade naquele arraial que logo cresceu e virou vila de Paracatu do Príncipe. Exímio faiscador, juntou ouro durante muitos anos, um pouquinho de cada vez. Amaro viu o ouro diminuir nos rios até acabar. Viu as terras serem abandonadas e muitos brancos voltarem para a Europa, outros se tornarem fazendeiros. A vila do Príncipe passou a ser chamada apenas de Paracatu. Viu muitos de seus companheiros se tornarem camponeses. (pintura 08)



Amaro comprou 1079 hectares de terras abandonadas e erodidas numa região chamada de Pituba. Ali, Amaro criou muitos filhos e netos. A eles ensinou os cantos e danças que sabia e outros novos que inventou durante toda a sua vida.

As terras de Amaro Pereira das Mercês foram tomadas de seus descendentes por fazendeiros durante o século XX. Hoje os Amaros, como são conhecidos seus descendentes, lutam para reconquistar Pituba. (pintura 09).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, em 2012, quando se fala de negritude em Paracatu quase que automaticamente chegam a nossas lembranças não só o tráfico negreiro, a escravidão, o ouro, como também a luta atual das comunidades remanescentes de quilombos pela conquista de seus direitos. Uma luta contínua que exige habilidade e o desenvolvimento de estratégias para fazer frente ao descaso do Estado brasileiro, quando ele reconhece os direitos, porém não emite a titulação definitiva das terras, criando-se uma sensação de que o problema é dos quilombolas.

Levantamentos realizados sobre os investimentos do Governo Federal em relação a seus gastos com os programas quilombolas, nos dão conta de que o governo orça, mas não gasta, o que adia uma possível reparação histórica para com as comunidades negras do Brasil. Além do mais, durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, foram emitidos somente 106 títulos de regularização de terras quilombolas. Considerando que existem atualmente 1820 certificados de reconhecimento emitidos pela Fundação Cultural Palmares, nesse passo o Governo Federal levaria aproximadamente 274 anos para emitir os títulos definitivos, sem levar em conta a burocracia estatal que emperra o andamento de todo o processo.

Enquanto isso, as comunidades remanescentes de quilombos resistem aos ataques de grileiros, mineradoras e madeireiras, nem sempre obtendo os resultados esperados, já que elas não detêm armas de luta eficazes quando o econômico e o político comandam as decisões.

Nessa encruzilhada está a Família dos Amaros, certificada como Comunidade Remanescente de Quilombo em 2004 pela Fundação Cultural Palmares, porém ainda sem a titulação definitiva da terra. O problema dos Amaros de Paracatu se agrava a cada dia: se no passado eles foram expropriados de suas terras pelos fazendeiros, na atualidade têm que enfrentar os interesses da mineradora Kinross para a expansão de seus projetos de exploração de lavras.

Uma luta desigual, pois, à medida que avançam sobre as terras dos Amaros, apagam-se os rastros, os sinais, as memórias, as vidas que existiram naqueles locais. Tudo isso tem como resultado a morte dos mais velhos da família. Diante de tanto descaso com as suas vidas, eles acabam ficando doentes, sem saber onde procurar ajuda para curar esse mal.

Até a própria Caretagem, símbolo de identidade e luta política dos Amaros pelo reconhecimento de seus direitos, vem sofrendo as consequências da demora governamental em resolver os problemas da titulação da terra, correndo o risco de deixar de existir.

Assim vivem os Amaros, lutando a cada dia na busca da manutenção de seus direitos em um país que não reconhece a importância e o papel das comunidades negras.

REFERÊNCIAS E FONTES

FONTES

AHU/Conselho Ultramarino. Brasil/MG – Cx.: 75, Doc.: 32 -1760, 2, 7 – Vila Rica

AHU- Cx.: 156, Doc.: 84 -1801, 2, 27 – Sabará

AHU ACL CU 013 - Cx.29, D.2712 BRASIL –Pará, 28 de Abril 1746.

AHU – Conselho Ultramarino. – Brasil/MG – Cx.: 156, Doc.: 84 -1801, 2, 27 – Sabará. De 01/01/1755 até 30/09/1800.

AHU – Cons. Ultramarino – Brasil/MG – Cx.: 122, Doc.: 47. 1784, 11, 26 – Vila Rica (CD MG 35 pasta 109 subpasta 001 fotos 0116 a 0165).

COIMBRA, E. Duarte. Descrição exata do distrito da Guarda destas Minas de Paracatu. 1769. Manuscrito do acervo da Biblioteca Nacional.

Auto de Sequestro de Bens de Amaro Pereira das Mercês. Paracatu 1855, /APMOMG

Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, com 125 fólhos reto e verso, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu-MG.

APMOMG- Livro de Compromisso Nossa Senhora do Rozário do Arraial de São Luis e Santa Anna, Minas de Paracatu. 1782.

Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nº 84, com 125 fólhos reto e verso, maço 27, da Caixa 01, pertencente ao Fundo Irmandade, Acervo do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu-MG.

Doria, Siglia Zambrotti. Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros. Brasília: abril/2004.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Códice 249. Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania. Série Registro de pedidos de passaportes para escravos e de guias para despachos de embarcações 1759-1772. Seção de arquivo colonial e provincial

ARTIGOS DE JORNAIS

- O Preço da Carne Humana no Brasil – Revista O Cruzeiro – 29/08/1959. p.122
- Caretagem mantém vivo o folclore – Jornal O Movimento –Agosto de 1990.p.10

- Um passado brilhante aponta para um grande futuro-Jornal O Diário – BH 26/05/1960. p. 02 e 03.
- Paracatu de nossos dias – Jornal A Tribuna de Paracatu – 07/06/1953 p.01
- Pequeno Esboço Histórico de Paracatu - Jornal A Tribuna de Paracatu – 07/06/1953 p.03
- A Paracatu de meus sonhos - A Tribuna de Paracatu – 21/04/1960 p.01
- Paracatu de Ontem – Jornal Folha Diocesana – 27/07/1958 p. 01
- Paracatu Acordou - Jornal Folha Diocesana – 27/07/1958 p. 03
- Catedral, sobradinho, passos: quando virão as providencias? Jornal de Paracatu-16/04/1976 p.04
- Paracatu, na trilha dos pioneiros. Jornal o Mensageiro – 09/09/1984 p. 02
- Uma cidade marcha para crescente progresso-Jornal O Diário. BH-26/05/1960.p.18
- Progresso vertiginoso: obra de administração dinâmica. Jornal O Diário. BH-26/05/1961. p.28
- A Paracatu – Jornal A Tribuna de Paracatu-19/04/1960 p. 4
- Alto do Paracatuzinho: o sofrimento mora aqui – Jornal de Paracatu. Agosto de 1983.p. 3
- A cidade reclama – Jornal de Paracatu – 21/08/1976 p.02
- Estado prevê implantação de ferrovia passando em Paracatu-Jornal de Paracatu - 12/08/1976 p. 01
- A cidade que se descaracteriza – Jornal de Paracatu-17/02/1976 p.01
- Catedral: só reforma urgente evitará maiores danos futuros-Jornal de Paracatu-17/02/1976 p.03
- Paracatu: uma história feita de ouro, fibra e saber. Jornal de Paracatu-24/01/1976 p.04 e 05
- Um jornal que surge na nova cidade – Jornal de Paracatu – 24/01/1976 p. 01
- Paracatu em números - Jornal Folha Diocesana – 03/08/1958 p.05
- Telefone em Paracatu - Jornal A Tribuna de Paracatu – 13/11/1960 p. 01
- Uma festa de toda a cidade pelos 178 anos – Jornal de Paracatu – 20/10/1976 p.16
- Ao povo de Paracatu - Jornal de Paracatu – 20/10/1976 p.13
- Companhia Telefônica em Paracatu -Jornal A Tribuna de Paracatu – 27/11/1960 p.01
- Verminose, um problema que aflige população de Paracatu – Jornal de Paracatu – 24/01/1976 p.04
- O que é o Polocentro - Jornal de Paracatu – 24/01/1976 p.02
- Péssima imagem. Som horrível. Entra no ar a TV em Paracatu -Jornal de Paracatu – 21/07/1976 p.02
- Atendimento hospitalar: aqui drama de toda uma população. Jornal de Paracatu – 24/01/1976 p.03
- Fazenda Segredo: o verdadeiro “milagre” obtido com irrigação. Jornal de Paracatu - 17/06/1976 p.04 e 05

- Morro Agudo reivindica área para a sua sede em Paracatu – Jornal de Paracatu – 31/03/1976 p. 01
- Paracatu terá novo hospital –Jornal de Paracatu – 31/03/1976 p. 02
- Descaso total: descaracterização e transfiguração da bicentenária Paracatu – Jornal de Paracatu – 31/03/1976 p.01
- Delegacia Regional de Ensino: um velho sonho das professoras se transformou em realidade. Jornal de Paracatu – 31/03/1976 p. 7
- Ambição humana está devastando Paracatu – Jornal Correio Brasiliense-07/11/1987 p.07

ARTIGOS DE JORNAIS – OURO DE PARACATU

- Cetec repassará tecnologia a sindicato de garimpeiros. Jornal Estado de Minas – 29/11/1990 p. 17
- Ouro à vista: aventura do garimpo agita o município de Paracatu – Revista ISTO É 28/08/1985. p.32-33
- Agressão mineral: uso exagerado de mercúrio nos garimpos. Revista Veja, 09/12/1987. p. 105-106
- Garimpo predatório acaba com vegetação e rios de Paracatu. Jornal Estado de Minas. 20/11/1990. p.14
- Garimpeiros defendem o direito de lavra. Jornal Estado de Minas 17/11/1989. p.11
- Boom do ouro agita a vida de Paracatu. Jornal Correio Brasiliense. 17/08/1985 p.07
- Garimpeiros de Paracatu querem reabrir extração – Jornal Estado de Minas 26/02/1988 p. 03
- Ouro de Paracatu tem teores muito baixos – Jornal Estado de Minas – 07/12/93 p.07
- O difícil ouro da jazida de Paracatu – Jornal Estado de Minas ---17/08/1985 p. 11
- RPM produz este ano 5,2 toneladas de ouro – Jornal Estado de Minas – 08/12/1993 p. 17
- Zinco: Brasil pode tornar-se auto-suficiente. Jornal Estado de Minas – 27/12/1974 p.7
- Minas quer aumentar sua produção de ouro – Minas Gerais Noticiário 21/09/1985 p.8
- COPAM denuncia uso de mercúrio pelos mineradores de Paracatu – Jornal Estado de Minas – 11/10/1985. p. 8
- Grupo isolado ainda resiste ao fim do garimpo em Paracatu – Jornal Estado de Minas – 11/09/1990 p. 06
- Paracatu ainda sob o risco de contaminação. Jornal Estado de Minas – 13/09/1990 p. 11
- Análise mostra hoje taxa de mercúrio em Paracatu – Jornal Estado de Minas – 31/07/1990 p. 15
- DNPM denuncia: contaminação por mercúrio ameaça Paracatu. Jornal Estado de Minas – 19/11/1988 p. 19
- Contaminação em Paracatu tem alto impacto na região. Jornal Estado de Minas – 19/08/1990 p.10

- O sinal do risco está no corpo – Jornal Estado de Minas – 27/03/1989 p. 02
- Mercúrio em Paracatu é mistério –Jornal Estado de Minas – 14/08/1990 p. 12
- Nível de mercúrio em Paracatu é avaliado – Jornal Estado de Minas – 24/07/1990 p.07
- Copam detecta altos índices de poluição no Rio Paracatu – Jornal Estado de Minas – 21/08/1990 p. 13
- Minas aumenta sua produção de ouro – Jornal Estado de Minas 30/09/1990 p.03
- METAMIG: 50 quilos de ouro por mês em 1984. Jornal Estado de Minas – 11/12/1983 p. 07
- Fantasia no ouro de Paracatu – Jornal Estado de São Paulo -17/08/1985 p .19
- Contradição no garimpo de Paracatu – Jornal Estado de Minas – 12/09/1990 p.06
- Município minerador quer sua cota de IOF- Jornal Estado de Minas – 26/05/1990 p.05
- Perspectivas de auto-suficiência em zinco – Jornal Estado de Minas – 12/11/1978 p.03
- Minério em Paracatu – Jornal Estado de Minas – 17/04/1986 p. 13
- Garimpeiros poluem córregos de Paracatu – Jornal Diário da Tarde – 26/08/1985 p.06
- Paracatu ajuda Minas a produzir mais ouro – Jornal Diário da Tarde -23/09/1985 p.8
- Copam vai explicar suspensão do garimpo de ouro em Paracatu – Minas Gerais – 28/08/1990 p. 10
- Copam proíbe garimpo a partir de 7 de Setembro em Paracatu – Minas Gerais – 1/09/1990 p. 12
- Paracatu tem zinco para autossuficiência – Jornal Diário de Brasília – 27/12/1974 p.20
- Cidades mineradoras recebem primeira parcela do Royal – Jornal Estado de Minas – 13/04/1991 p.07
- Zinco de Paracatu pode dar a autossuficiência – Jornal o Globo 26/12/1974 p.15
- Empresa ganha Oscar: Paracatu – Jornal Estado de Minas – 16/12/1993 p.6
- A extração do ouro em cadeia – Jornal Estado de Minas – 04/05/1990 p.11
- Palavra do Brasil: onde está o ouro – Jornal Estado de Minas – 28/02/1988 p.5
- José Ivo suspende garimpos que poluem bacia do Paracatu –Minas Gerais -5/02/1988 p.4

FONTES ICONOGRÁFICAS

- Fotografias da cidade na década de 50. Acervo do Arquivo Público Municipal
- Fotografias realizadas para a pesquisa nos dias de apresentação da folia da Caretagem (2000-2002). Acervo de Paulo Sergio Moreira da Silva
- Fotografias sobre Paracatu em diversos momentos de História. Acervo Particular do Pesquisador e Historiador Antônio de Oliveira Mello. (aprox. 10.000 fotografias).
- Fotografias sobre o cotidiano de Paracatu na década de 50,60 e 70. Acervo Particular de Lucas Fotos.
- Fotografias sobre a Caretagem. Acervo da Prefeitura Municipal de Paracatu – Divisão de Cultura.

- Fotografias sobre apresentações da Caretagem – Acervo Particular dos diversos membros participantes da folia.

FONTES VISUAIS

- DVD - **Honrados Amados Benditos**. Instituto Fala Negra e afro-descendência. Paracatu. 2004.
- DVD - **Memórias do Cativo** (filme documentário, historiográfico e educativo, 40'); Produção: LABHOI/UFF (2005); Coordenação Geral e Roteiro: Hebe Mattos; Direção e Montagem: Guilherme Fernandez e Isabel Castro; Direção Acadêmica: Hebe Mattos e Martha Abreu, com a colaboração de Carlos Eduardo Costa, Fernanda Thomaz e Thiago Campos Pessoa.
- VHS - **Caretas e Zambiapunga**. Bahia singular e plural. TVE Bahia. Março. 2000
- VHS – **São João na roça**. Opará vídeos. 1999

ESCRITORES DE PARACATU

ALBERNAZ, Lavoisier Wagner. **Viagem Absoluta**. Brasília -Itiquira. 1984

CARNEIRO, Alyrio – **O Centenário de Paracatu**-Pirapora –Gráfica Oliveira-1940.

CARVALHO, Maria da Conceição A. Miranda de. **Paracatu no ciclo do ouro**-Paracatu-1990

GONZAGA, Olímpio. **Memória Histórica de Paracatu**-Uberaba-Typ. Jardim & Cia 1910

MELLO, Antônio de Oliveira. **Afonso Arinos e o Sertão**-Rio de Janeiro – 1961

_____. **Paracatu Perante a História** – Patos de Minas -1964

_____. **Minha terra: suas lendas e seu folclore** – Belo Horizonte – 1966

_____. **Paracatu do Príncipe: minha terra** – Paracatu – 1979

_____. **As Minas Reveladas: Paracatu no tempo** – Paracatu – 1994

_____. **Memórias de um tempo** – Paracatu – 1999

_____. **Paracatu do tempo e em tempo** –Paracatu -2001

ENTREVISTAS

- GUIMARÃES, Benedito Cirilo Coelho, pintor, escultor, artesão, músico e careta.
- GUIMARÃES. Honório Coelho, garimpeiro, músico, capitão da folia, lavrador e careta.
- GUIMARÃES, Maria D'Abadia Pereira Guiomar, auxiliar de enfermagem, dona de casa.
- GUIMARÃES, Elijane Coelho, estudante e careta

LIVROS

ABREU, Martha. **Outras Histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880-1950.** Afro-Ásia, 31 (2004): 235-276.

ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios.** 2. ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ALDEN, Daril. **O período final do Brasil Colônia (1750-1808).** In: BETHEL, Leslie (Org.). América Latina colonial. Trad. Mary A. L. de Barros & Magda Lopes. São Paulo: Edusp/FUNAG, 1999.

ALENCASTRO, Luiz F. **O trato dos viventes – formação do Brasil do Atlântico Sul séculos XVI e XVII.** São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Os quilombos e as Novas Etnias.** In: O'DWYER, Eliane Cantarino [Org.] Quilombo: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

_____. **Os quilombos e as novas etnias.** Revista Palmares, Brasília, n. 5, 2000.

_____. **Quilombos: sematologia face as novas identidades.** In: Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDH/CCN-PVN, 1996.

_____. **Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito.** In: HÁBETTE, J.; CASTRO, Edna. [Org.]. Na trilha dos grandes projetos. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

_____. [Org.]. **Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento.** São Luís: Projeto Vida de Negro/CCN-MA, 2002.

_____. **Terras Tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.06, n.01, maio de 2004.

_____. **O Direito Étnico a Terra.** In: Boletim Orçamento & Política Socioambiental. Ano IV, nº 13, junho de 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. & PEREIRA, Deborah Duprat de B. **As Populações Remanescentes de Quilombos – Direitos do Passado ou Garantia para o Futuro?** Seminário Internacional As minorias e o Direito.

ALMEIDA, Luiz Sávio. **Quilombo e política** In: MOURA, Clóvis (Org.). Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001, p.89-102.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, FGV, v. 18, n.15, p. 145-151, 1995.

ANDRADE, Lúcia M. M. de. **Os 300 anos de Zumbi e os quilombos contemporâneos.** Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1995.

ANDREONI, João Antônio (ANTONIL, André João). **Cultura e opulência do Brasil**. Introdução e vocabulário Alice P. Canabrava. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1711].

ARAUJO, Mundinha. **Grilagem nas terras dos negros**. 3º Caderno. O Imparcial. São Luís – MA, 22-05-1986.

_____. **Comunidades negras ameaçadas pela Base Espacial: Alcântara**. O Imparcial. SãoLuís – MA. 11-08-1981.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Comunidades negras rurais: entre a memória e o desejo**. Suplemento Especial de Tempo e Presença. Março/Abril de 1998.

_____. **O Quilombo Conceitual: Para uma Sociologia do Artigo 68**. Projeto Egbé, Territórios Negros, KOINONIA, 2003.

_____. **Etnografia e História no Mocambo: notas sobre uma “situação de perícia”**. In: LEITE, Ilka Boaventura. [Org.]. **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Coedição NUER/ABA, 2005.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites, século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 246

BANDEIRA, Maria de L. **Terras Negras: invisibilidade expropriadora**. Textos e Debates.UFSC, Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, n. 2, 1991.

BARBOSA, Waldemar. **Negros e quilombos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1972.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – Século XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1987.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. (Org.). **A escrita da história. Novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
CAMPOS, André Luiz Vieira de. **A República do pica-pau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CARRARA, Ângelo Alves. **Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do médio-São Francisco nos séculos XVIII e XX..** Ciência e Trópico, Recife, v.29, p.61-124, 2001.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674 1807**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

CARVALHO, José Jorge de. [Org.]. **O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas**. Salvador: EDUFBA, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1990. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

_____. **Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 115-140.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). **Literatura e histórias: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

COSTA e SILVA, Alberto. **A história da África e sua importância para o Brasil**. In: Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DORIA, Siglia Zambrotti & CARVALHO, José Jorge de. **A comunidade rural negra do Rio das Rãs**. In: CARVALHO, José Jorge de. [Org.]. *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*. Salvador: EDUFBA, 1995.

FRAGOSO, João Luís. **O Império escravista e a República dos plantadores**. In: LINHARES, Maria Yedda (Coord.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras, uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, M; RIBEIRO, A. V.; SILVA, D. D. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (sec. XVIII e sec. XIX)**. *Afro-Ásia*, 31, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana** In: GOMES, Flávio; REIS, João José (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

FUNES, Eurípedes A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas**. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. [Orgs.]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1991. 250

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador de diamantes – o outro lado da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.27-36.

GAMA, Carmo. **Quilombolas: lenda mineira inédita** In: Revista do Archivo Publico Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, vol. 9, fasc. 4-4, jul./dez., 1904, p.827-866.

GENOVESE, Eugene D. **A terra prometida. O mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história**. São Paulo Companhia das Letras, 1991.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. GINZBURG, Carlo.

_____. **A palavra, a ideia, a coisa**. In: Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.

GOMES, Flávio. **Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX** In: GOMES, Flávio; REIS, João José (Orgs.). Op. Cit., p.263-290.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP / Ed. Polis, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos & PIRES, Antônio Liberac C. S. **Origens da roça negra**. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 27, pp. 24-27, dez. 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil**. Passo Fundo: EdUPF, 2003.

_____. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001. GRYNSZPAN, Mário.

GUIMARÃES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. Pesquisas**. Antropologia n. 31. São Leopoldo – RS, 1980.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. Belo Horizonte: UFMG, 1983 [dissertação].

_____. **Mineração, quilombos e Palmares – Minas Gerais no século XVIII** In: GOMES, Flávio; REIS, João (orgs.). Op. Cit., p.139-163.

_____. **Quilombos: classes, Estado e cotidiano (Minas Gerais século XVIII)**. São Paulo: USP, 2002[a] [tese].

_____. **Os Cabeças e as cabeças: quilombos, liderança e degoladas nas Minas setecentistas**. IN: *Varia Historia*. No 26. Belo Horizonte: UFMG, 2002[b], p.109-129.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

KARASCH, Mary. **Os quilombos do ouro na capitania de Goiás** In: GOMES, Flávio; REIS, João (orgs.). *Op. Cit.*, p.240-262.

LEITE, Ilka Boaventura. [Org.]. **Terras e territórios negros no Brasil**. Textos e Debates. Florianópolis: NUER/UFES, ano 1, n. 2, 1991.

_____. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Textos e Debates. Florianópolis: NUER/UFSC, n. 7. 2000.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro história**. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-162.

LEWGOY, Bernardo. **O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil**. In: ISAIA, Artur Cesar (Org.). *Orixás e Espíritos. O debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 209-224.

LIBBY, Douglas Cole. **Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais**. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 97-125, 1997.

LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil – O caso de Morro Velho**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1984.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A Capitania das Minas Gerais**. São Paulo: Itatiaia-EDUSP, 1978.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Religiosidade no cotidiano popular mineiro: crenças e festas como linguagens subversivas**. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 22, p. 215-225, jan./jun. 2000.

MALERBA, Jurandir. **Teoria e história da historiografia**. In: _____. (Org.). *A história escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 17-26.

MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. 3. ed. v. I. Petrópolis: Vozes, 1976.

MALIGHETTI, Roberto. **O Quilombo de Frechal: identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira de remanescente de escravos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

MARIN, Rosa A. & CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios de Belém**: CEJUP/UFPA/NAEA, 1998.

MARSON, Adalberto. **Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais**. In: BRESCIANI, Maria Stella. Jogos da política. Imagens representações e práticas. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992.

MENEZES, Vanda. **Marcha Zumbi dos Palmares: contra o racismo, pela cidadania e a vida**. In: GARCIA, Januário [Org.]. 25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil. 1. ed. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MATTOSO, Kátia M. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO E SOUSA, Laura. **Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MELO, Paula Balduino de. **Se a gente sentar pra contar, dá um livro. História da família dos Amaros de Paracatu-MG**. Brasília: UNB. 28/01/2005 (monografia).

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1999.

Mott, Luiz. **Acotundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro**, Revista do Museu Paulista vol. XXXI, 1986.

MOTTA, Márcia M. M. **Brecha Negra em livro branco: artigo 68, remanescentes de quilombo e grilagens no Brasil**. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. [Org.]. Estado e historiografia no Brasil. Niterói: EdUFF, 2006. 248

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

O'DWYER, Eliane Cantarino. [Org.] **Quilombo: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

_____. **Remanescentes de Quilombos na Fronteira Amazônica: A Etnicidade como Instrumento de Luta pela Terra.** In: O'DWYER, Eliane Cantarino. [Org.]. Terra de Quilombos. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de et al. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais.** 1994. In: Boletim Informativo NUER, n. 1, Regulamentação de Terras de Negros no Brasil, Florianópolis: UFSC, 1996.

OLIVEIRA, Leinad Ayer de. [org.]. **Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes.** São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.** São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

OLIVEIRA MELO, Antônio. **A Igreja de Paracatu. Nos caminhos da história.** 2. ed. Paracatu, MG: Mitra Diocesana, 2005.

OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. **História de Minas Gerais.** 3. ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e revoltas escravas: uma análise sócio histórica da primeira guerra quilombola: 1665-1740.** In: PRICE, R. (Ed.) Op. Cit., p.264.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história. Operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.** São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

REIS, João José. **Ameaça negra.** In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, n. 27. pp. 18-23, Dezembro de 2007.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.** Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM.** 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais: as minas setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, Lugar Desertado: O Cerrado na Cultura de Minas Gerais - Vol. 2.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo / Brasília: Companhia Editora Nacional / EDUNB, 1982.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750**. In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. Trad. Mary A. L. Barros & Magda Lopes. S. P: Edusp/FUNAG, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1941.

_____. **Viagens às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

_____. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SCARANO, Julita. **Cotidiano e solidariedade. A vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Eduardo & REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Rena M. da Costa. **Identidade, territorialidade e futuro das comunidades rurais negras no Brasil**. *Revista Jurídica*, Brasília, v. 8, n. 80, p. 31-46, ago./set., 2006.

SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX**. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro – a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista – história da festa de coroação do rei congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

VASCONCELOS, Diogo. **História media de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

_____. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VENANCIO, Renato Pinto. **Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII**. *Locus - revista de história*. Juiz de Fora, v. 4, n.1, jan.-jun. 1998 p. 85.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

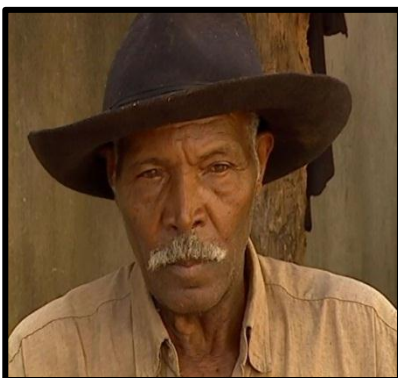
ZAMELLA, Mafalda P. **O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII**. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1990.

ANEXOS

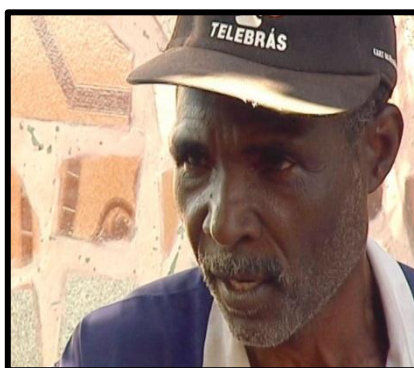
ANEXO 01 -ALGUNS AMAROS²⁶³



Ignês Pereira das Mercezes (1906-2005)



Honório Coelho Guimarães (1930-)



Benedito Cirilo Coelho Guimarães
(1941-2007)



Maria Abadia Pereira Guimarães (1947-)

²⁶³ Fotografias- Acervo da Família do Senhor Honório. Agradeço a Dona Benedita.

ANEXO 02 - AS MINAS E OS CAMINHOS DE GOIÁS - OCUPAÇÃO

Ano	Nome do Concessionário	Qualidade de Fábrica e das benfeitorias que sesmeiro diz possuir
1727	Teresa Cardoso de Jesus	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio.
1728	Inácio de Oliveira	gado vacum e cavalari- livre do gentio
1728	Inácio de Oliveira	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1728	Joana Antunes	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1728	João da Costa Ferreira	livre do gentio
1728	João Fernandes da Cunha	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1728	João Jorge Rangel	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1728	José dos Santos	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1728	Prudência Antunes	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1728	José Nobre Leal	gado vacum
1728	Domingos Martins da Cunha	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1728	Antônio da Costa	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1729	Manuel Pereira da Cunha	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1729	Maria Isabel Borges	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1729	Antônio Pacheco da Costa	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1729	Francisco da Silva Leitão	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1729	Manuel Pacheco Furtado	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1729	Antônio do Rego Tavares	
1729	Antônio da Fonseca e Melo	escravos, gado vacum e cavalari
1729	Antônio Gonçalves da Cunha	escravos, gado vacum e cavalari
1729	Cristóvão da Cunha Santiago	escravos, gado vacum e cavalari
1729	Bernardo Rodrigues	escravos, gado vacum e cavalari
1729	Manuel da Costa Ferreira	escravos, gado vacum e cavalari
1729	Salvador Pereira da Cunha	escravos, gado vacum e cavalari- livre do gentio
1729	Alexandre Martins da Cunha	escravos, gado vacum e cavalari
1730	Francisco de Souza Ferreira	escravos, gado vacum e cavalari
1730	Francisco Machado e Silva	gado vacum e cavalari
1733	Roberto Pires Maciel	gado vacum e cavalari
1736	João Nunes Camelo	gado vacum e cavalari
1736	Bernardo Domingues	
1736	Francisco Gomes Ferreira	escravos, gado vacum
1737	Salvador Furtado de Almeida	
1737	Antônio Diniz de Oliveira	gado vacum e cavalari
1737	Antônio Diniz de Oliveira	gado vacum e cavalari
1737	Francisco Gomes Monteiro	gado vacum e cavalari
1737	Domingos Álvares Ferreira	escravos
1737	Salvador Furtado de Almeida	
1738	João Antunes da Silva	escravos, gado vacum e cavalari- risco do gentio
1738	José de Abreu Bacelar	
1738	Januário Pereira da Cunha	gado vacum
1738	Rosa Maria	gado vacum
1738	Manuel Pereira da Cunha	gado vacum
1738	Dionísio Rodrigues de Araújo	escravos, gado vacum e cavalari- livre de gentio
1738	Manuel de Almeida	gado vacum
1738	Salvador Pereira da Cunha	escravos, gado vacum e cavalari- livre de gentio
1738	Salvador Pereira da Cunha	escravos, gado vacum e cavalari
1738	Salvador Pereira da Cunha	escravos, gado vacum e cavalari
1738	Inácio da Silva	escravos, gado vacum e cavalari
1738	Antônio de Brito Vandreles	escravos, gado vacum e cavalari

Fonte: CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais; séculos XVIII e XIX.** Mariana: Edufop, 1999, p. 57-61.

**ANEXO 03 - REGISTO DAS PESSOAS QUE VEM DA INTENDENCIA
COMISSARIA DO PARACATU ACOMPANHANDO O OURO QUE VEM QUANDO
DAQUELLA PARA ESTA INTENDENCIA DESDE O PRIMEIRO DE JANEIRO DE
1782.**

Texto de abertura do livro para o registro de guias na Intendência de Paracatu:

(Sabará 7 de Março de 1781 (a) An.^{to} Jozé God.^o Caldeira) – “Este livro ha de servir para se registarem as guias, que na Itend.^a Comissária (...) Paracatu se dão as pessoas, que conduzirem ouro para estas Minas Geraes remetido a esta Real Intend.^a para assim se saber se há ou não extravio; vão numerado; e rubricado por mim Intend.^{te} G.^{al} no fim tr.^o de encerramento”

Guia do ouro	Quantidade de ouro
O R. ^{do} Vigario Geral An. ^{to} Joaq. ^m de Souza e Mello	285/8. ^{as} ¾ - 4
Manoel de Souza Pacheco	423/8. ^{as} 6 - 00
João Frz' Aranha Pr. ^a	30/8. ^{as} 0 - 00
Custodio Jozé Antunes	25/8. ^{as} 0 - 00
O Cap. ^{am} Raymundo de S. ^a Prado	554/8. ^{as} ¼ - 00
O Cap. ^{am} An. ^{to} Jozé dos Santos Leyria	1120/8. ^{as} 0 - 00
João Bento de Andrade	11/8. ^{as} ¾ - 00
Manoel Pr. ^a Leitão	534/8. ^{as} 0 - 00
O Cap. ^{am} M.el Jozé de Olivr. ^a Gm. ^{es}	556/8. ^{as} 0 - 6
Manoel Pr. ^a Leitão	28/8. ^{as} (...)
Pedro Mez'	100/8. ^{as} 0 - 0
Bernardo Prr. ^a de Souza Salgado	216/8. ^{as} 0 - 00
Manoel Miz' Prata	250/8. ^{as} 0 - 0
Fran. ^{co} Dias Duarte	1181/8. ^{as} 0 - 0
O Com. ^e An. ^{to} Jozé Dias Coelho	485/8. ^{as} - - 4
Manoel Roiz Alz'	328/8. ^{as} - 0 - 6
Manoel Roiz Alz'	268/8. ^{as} (...)
Manoel Roiz Alz'	428/8. ^{as} - 0 - (...)
Manoel Roiz Alz'	1189/8. ^{as} - 0 - 4
Manoel Roiz Alz'	48/8. ^{as} - 0 - (...)
Fran. ^{co} (...) (...)	27/8. ^{as} - 0 ½ - (...)

Fonte: APM - CMS-087 Rol. 11 - Gav. F-5- Livro para o registro de guias na Intendência de Paracatu, sobre a condução do ouro 1790-1809.

**ANEXO 04 - MAPA DO OURO DA INTENDÊNCIA COMISSÁRIA DA VILA DE
PARACATU DO PRÍNCIPE (1755-1800)**

Annos	Oitavas d'ouro em cada anno	quartos	Vintens	Annos	Oitavas d'ouro em cada anno	quartos	Vintens
1755	114106	“	6	1778	39708	7/4	1
1756	??084	½	5	1779	45577	¾	1
1757	58754	“	“	1780	43101	“	5
1758	53754	“	1	1781	34624	7/4	3
1759	99157	¾	3	1782	40501	¾	4
1760	73758	¾	5	1783	39709	“	3
1761	86866	¼	3	1784	31657	½	2
1762	84752	¼	5	1785	42418	½	6
1763	72774	½	2	1786	43454	½	4
1764	57905	½	5	1787	59557	“	7
1765	80555	“	3	1788	21299	¾	1
1766	54510	¾	“	1789	26450	“	1
1767	58018	¼	3	1790	25610	½	4
1768	65?91	½	7	1791	21991	7/4	4
1769	72450	¾	7	1792	27712	¼	4
1770	58822	¾	?	1793	21408	7/4	3
1771	71397	7/4	?	1794	19097	¾	?
1772	5??19	¼	5	1795	16018	¼	2
1773	43444	7/2	3	1796	25332	7/4	4
1774	5?2?9	7/4	5	1797	??100	7/4	2
1775	48027	?/?	?	1798	28102	7/4	3
1776	46098	“	?	1799	16933	¾	4
1777	36423	7/4	1	1800	16638	7/4	?
Somma total de todo o Mappa-----2:231:098 ^{as} /8=2							

Fonte: AHU- Cx.: 156, Doc.: 84 -1801, 2, 27 – Sabará (anexo número 05).

ANEXO 05 - MINEIROS, ESCRAVOS E DATAS – MINAS DE PARACATU- 1769.

Mineiros	N. de escravos	N. de datas minerais	Localização das datas minerais
Gaspar da Silva	42	82	Lagoa de Santo Antônio
João Pires Viana	10	33	Córrego Rico
Capitão-mor Clemente Simões da Cunha	120	130	Córrego São Domingos
Furriel de Dragões Manoel Lopes Saraiva	41	102	Córrego Rico
Capitão Pedro Pereira Dias Raposo	60	70	Córrego Rico e morro Cruz das Almas
Capitão Manoel Dias Veloso	26	26	Chapada dos Caldeiras
Antônio Neto Carneiro	22	16	Córrego Rico
João Rodrigues de Melo	14	20	Córrego São Domingos
Antônio Luiz Braga	24	50	Córrego Rico, Babão e Espírito Santo
Máximo Barbosa Pinto	6	25	Chapada do Espírito Santo
Alferes Tomé Alves de Araújo	50	17	Córrego Babão e São Domingos
José Gomes Brandão	50	5	Córrego Rico
Alferes Alberto Duarte Ferreira	65	40	Córrego Rico
Furriel de Cavalaria Antônio Souto Maior	37	70	Chapada do Espírito Santo
Lourenço de Sá Souto Maior	80	23	Morro Cruz das Almas
Reverendo Padre Dom Braz da Cunha Pereira	45	50	Córrego Rico e São Domingos
Padre Bento da Costa Barros	12	2	Chapada dos Tavares
Padre João de Souza Marques	12	32	Chapada dos Caldeiras e Chapada Padre Belchior
Dr. Antônio Gomes Diniz	43	80	Córregos São Domingos e Santo Antônio
Capitão José Barbosa de Brito	38	20	Córrego Rico
Manoel Gomes Diniz	20	88	Córregos São Domingos e Santo Antônio
Capitão Domingos de Oliveira da Mata	19	50	Córrego São Domingos
Manoel Pereira da Malta	12	15	Córrego São Domingos e Chapada dos Caldeiras
Manoel Pereira Botelho	5	7	Córrego São Domingos
Capitão José Rodrigues da Silva	12	19	Córrego São Domingos
Francisco João de Carvalho Lima	37	20	Córrego São Domingos e Chapada Padre Belchior
Manoel Caetano de Moraes	13	4	Tavares
Jerônimo Gomes	12	6	Córrego Rico
Antônio Ferreira de Noronha	38	78	Chapada dos Caldeiras
Antônio Machado da Silva	37	48	Córrego Rico e Babão
Alferes Manoel Martins de Matos	24	38	Córrego São Domingos e Morro Cruz das Almas
Guarda-mor Manuel José da Cunha	8	38	Morro de São Gonçalo e Córrego São Domingos
Domingos da Cunha Branco	7	38	Córrego São Domingos
Luiz Pereira do Amorim	12	24	Morro Cruz das Almas
Antônio Alves de Magalhães	20	60	Morro Cruz das Almas
Manoel de Lima Braga	32	50	Morro Cruz das Almas
João Borges Tavares	50	168	Córregos Rico e São Domingos e Morro Cruz das Almas
Paulo Pacheco	12	38	Morro Cruz das Almas
Domingos Rodrigues Guimarães	20	15	Chapada do Espírito Santo
Manoel Claro Antunes	20	83	Morro Cruz das Almas
Dr. Luiz Lopes de Carvalho Frazão	58	70	Córregos Rico e São Domingos e

			Morro de São Gonçalo
João de Faria Rocha	12	20	Morro Cruz das Almas
Guilherme da Silva Pereira	32	285	Córregos Rico, São Domingos, Santa Rita e Chapada de São Gonçalo
Capitão Silvestre Teixeira da Costa	20	15	Chapada do Espírito Santo e Morro Cruz das Almas
Benedito Rodrigues	03	13	Córrego Santo Antônio e Morro Cruz das Almas
Manoel de Miranda	18	12	Morro Cruz das Almas
Sargento-mor Félix Gomes Caldas	16	27	Córregos Rico (chapada dos Caldeiras), Santa Rita, Santo Antônio e Morro Cruz das Almas
Sargento-mor Anacleto Tavares de Sampaio	34	28	Morro Cruz das Almas e Córrego São Domingos
Capitão Francisco Tavares de Sampaio	33	28	Morro Cruz das Almas
Jerônimo Tavares de Sampaio	10	28	Morro Cruz das Almas
Antônio Machado Guimarães	32	10	Córrego Babão e São Domingos e Morro Cruz das Almas
Manoel da Silva Rosa	4	9	Córrego Rico e Morro Cruz das Almas
Tomé Pinto do Rego	12	6	Córrego Soberbo
Tenente Agostinho Pinto da Fonseca	10	6	
Francisco Pires do Rego			
José Gonçalves Torres	70	35	Córregos Rico, São Lourenço ou Monjolos e Capetinga
Antônio da Silva Guedes	12	20	Córregos São Lourenço e São Domingos
Padre Reverendo Francisco de Moura Brochado	5	15	Morro Cruz das Almas
Antônio Rodrigues	6	10	Morro Cruz das Almas
Manoel Luiz dos Santos Ferreira	10	10	Córregos São Lourenço e Capetinga
José Pedro	17	70	Córregos São Lourenço, Ponte Alta e Santo Antônio (Lagoa)
Francisco José de Oliveira			
João Mendes Teixeira	6	6	Córrego São Domingos
Antônio de Araújo Mesquita	70	56	Córrego Babão e Morro Cruz das Almas
Coronel Teodósio Duarte Coimbra		90	Córrego São Domingos
Capitão Domingos Carneiro Chaves	38	50	Córrego São Domingos
Capitão Pedro Alves Pereira	70	115	Córregos São Domingos, Santa Rita, Santo Antônio e Macacos
Antônio Galvão da Silva	18	33	Córrego São Domingos e Morro das Almas
Manoel de Faria do Vale	32	20	Córrego São Domingos
Sargento-mor José Tomás de Faria	38	20	Córrego Rico, Santa Rita e São Domingos
Caetano Moreira de Sá	30	122	Córregos São Domingos e Santa Rita
José Alves dos Santos	17	29	São Domingos e Santa Rita
Sebastião José de Carvalho	10	8	Córrego São Domingos
Capitão Bento de Souza Menezes	35	156	Córregos da Contagem, Santa Rita e Santo Antônio
André Moreira de Carvalho	17	43	Córrego São Domingos e Morro de São Gonçalo
Luiz Furtado de Mendonça	10	28	Morro Cruz das Almas

Diogo de Sousa Araújo	12	24	Córrego de São Domingos
Aferes Silvestre Souto Maior	4	12	Córrego São Domingos
Manoel Pinto Rabelo	8	10	Córrego São Domingos e Chapada do Padre Belchior
Manoel Teixeira Filgueiras	10	10	
Manoel Gonçalves da Fonseca	28	22	Morro Cruz das Almas
Antônio da Rocha Marques	28	10	Córregos Domingos e Santa Rita
Alferes Dionísio José da Silva	10	32	Córregos Contagem dos Goiazes e Santo Antônio
Tenente Manuel de Araújo Guimarães	33	25	Córrego Santo Antônio e Chapada do Padre Belchior
Antônio Teixeira de Araújo	49	20	Córrego Santo Antônio
Francisco Teixeira Pinto	10		
Antônio Cardoso	11	3	Morro Cruz das Almas
Gaspar Cardoso	3	3	Morro Cruz das Almas
Domingos dos Santos Toledo	17	4	Córrego Babão
Padre Estevão de Sousa Guimarães	35	40	Córrego Rico
Teodósio da Fonseca Machado	12	5	Morro Cruz das Almas
Alferes Manoel Álvares Duarte	13	6	Córrego Santa Rita
Capitão Antônio Francisco de Sousa	25	58	Córrego Santo Antônio
Sargento-mor José dos Santos Pereira	30	22	Chapada dos Caldeiras e Córrego Santa Rita
Caetano Pinto de Faria	20	22	Córrego São Domingos e Morro Cruz das Almas
95 mineiros	2391 escravos	3951 datas	

Fonte: COIMBRA, E. Duarte. Descrição exata do distrito da Guarda destas Minas de Paracatu. 1769. Manuscrito do acervo da Biblioteca Nacional, 78 p.

ANEXO 06 - ENTRADAS DE MERCADORIAS - REGISTROS DO ARRAIAL DE PARACATU

Santa Isabel, 1758-1808

Localização: Sudoeste do arraial, situado em 329 graus e 21 minutos de longitude e em 16 e 17 minutos de latitude.

Produto	Medida	1758	1765	1766	1767	1782	1783	1784	1791	1801	1808
Açúcar	arroba	30	84	32	24						
Aguardente	barril	148	268	269	255	15	29		8		
Carne-seca	arroba		44	32			32			2	
Cavalos	unidade									58	
Escravos	unidade					2		4			
Fumo	rolo		3,5							14	
Fumo	arroba	44,5	15	56	33,75	50	26				
Melado	barril		2								
Molhados	arroba						32	30	42	123	218
Peixe	arroba		2 1/2							0,5	
Queijos	arroba									48	
Rapadura	arroba	28	70	20	18		1				
Reses	unidade	172				9	42	15	16	90	1
Sal	surrão										
Toucinho	arroba	138,5	35	23	36	41	34	1			

Fonte: CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674 1807*.

Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. p. 341 e 342.

Nazaré, 1758-1782

Localização: Sul do arraial, situado em 329 graus e 28 minutos de longitude e em 16 e 15 minutos de latitude.

Produto	Medida	1758	1762	1763	1764	1765	1766	1767	1782
Açúcar	arroba	520	186	97	157	317	9	356,5	
Aguardente	barril	97							
Algodão	arroba		14		51,25	4	15	5,5	
Carne-seca	arroba	574,5	369	327	463	545	447,5	451,5	
Cavalos	unidade								16
Escravos	unidade	63	12	42	45	1	13	1	
Fazenda-seca	arroba		29	4	2,5		136	2,5	
Fumo	arroba	160,5	88,5	95	82	154	231	197,5	13
Gado	unidade	101	209	235	386	303	225	320	106
Manteiga	barril			3					
Marmelada	arroba	50	86	65	54	103	120		
Melancia	carga	1							
Peixe	carga	97,75	135,75	77,25	256	19,5			
Peixe	arroba	2				280	387	344	
Peixe	barril	1	13	2	5	13	2	13	
Queijos	arroba			44	141	184	87,5	97	
Sabão, sebo, sola, couros	arroba	9,5	17	19	22	1	11	16	
Sal	surrão	1715	699	380	1787	1880	654	693	33
toucinho	arroba	6	2		10,5	2	12	9	
Vacas de leite	unidade		13	1	2				

Fonte: CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674 1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. p. 342. **Santo Antônio, 1762-1782**

Localização: Noroeste do arraial, situado em 329 graus e 36 minutos de longitude e em 16 e 18 minutos de latitude.

Produto	Medida	1762	1763	1764	1765	1769	1782
Açúcar	arroba		4	6			
Carne-seca	arroba	36	87	63	91	152	
Cavalos	unidade	1		1		1	1
Escravos	unidade	65	21	73	1		
Fazenda seca	arroba	178	4	32			
Fumo	rolo		1				
Peixe seco	arroba	13,5	18	26	11	20	
Porcos	unidade	2	5				
Queijos	arroba					20,5	
Reses	unidade	137	104	174	235	81	180
Sal	surrão	34	110	6	3		1
Sola e cera	arroba				4,5		

Fonte: CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674 1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. p. 342 e 343.

Olhos D'Água, 1758-1782

Localização: Noroeste do arraial, situado em 329 graus e 25 minutos de longitude e em 16 e 10 minutos de latitude.

Produto	Medida	1758	1765	1766	1767	1782
Açúcar	arroba			40	5	
Aguardente	barril	877	138	114	231	
Azeite de mamona	barril		3			
Capados	unidade	2	1			
Carne-seca	arroba	54	14,5	24	15,5	
Fazenda seca	arroba		6			
Fumo	arroba	13,5	27	31,5	6,5	
Panos de algodão	arroba	7				
Peixe-seco	arroba	6				
Potros	unidade	6	2			6
Rapadura	arroba	63	162	136	88	
Reses	unidade	380	18	35	84	74
Toucinho	arroba	3	34	34,5	23,5	

Fonte: CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674 1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. p. 342 e 343.

São Luís, 1762-1782

Localização: Norte do arraial, situado em 329 graus e 27 minutos de longitude e em 16 e 6 minutos de latitude.

Produto	Medida	1762	1763	1764	1765	1766	1767	1776	1777	1778	1782
Açúcar	arroba				28						
Aguardente	barril	94	39	63	144	62	35				
Carne-seca	arroba	10	14	74,5	94,5	139,5	109				
Cavalos	unidade	1	1							7	16
Couros	arroba				1		19				
Escravos	unidade	3	7	5		2	30	13	32	45	7
Fazenda-seca	arroba	8		83,8	16	157	237				
Fumo	arroba						7				
Reses	unidade	257	236	157	325	392	279	296	217	202	512
Peixe seco	arroba	12,5	49	3	61	50	46				
Porcos	unidade	1	2		3	1					
Rapaduras	arroba	78	32	44	134	56	95				
Sabão, sebo e sola	arroba	4	56	1		1	1				
Sal	surrão	4	56		32	7					
Toucinho	arroba				4	8	19				

Fonte: CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674 1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. p. 342.

**ANEXO 07 - TÁBUA DE DESPESA DA INTENDÊNCIA DA COMARCA DE
SABARÁ - 1778 (VALORES PAGOS ANUALMENTE)**

Ao intendente de ordenado	1:600\$000
Ao mesmo, de ajuda de custo da devassa de extravios	2:1000\$000
Aos quatro fiscais (100\$000 cada um)	400\$000
Ao tesoureiro	800\$000
Ao escrivão da receita e despesa	800\$000
Ao escrivão da Intendência e conferência	800\$000
Ao escrivão da entrada de ouro na fundição	700\$000
Ao ensaiador	800\$000
Ao ajudante do ensaiador	400\$000
Ao primeiro fundidor	800\$000
Ao segundo fundidor	400\$000
Ao meirinho da Intendência	300\$000
Ao escrivão do meirinho	300\$000
Total	8:600\$000
Mais oficiais que são pagos pela folha da Casa	
Ao escrivão da Intendência comissária do Paracatu	360\$000
Ao escrivão das guias da Vila de Pitangui	300\$000
Ao fiel do Registro das Sete Lagoas	300\$000
Ao fiel do Registro de Jequitibá	300\$000
Ao fiel do Registro do Zabeté	300\$000
Ao fiel do Registro do Ribeirão da Areia	300\$000
Ao fiel de Registro da Nazaré do Paracatu	300\$000
Ao fiel do Registro dos Olhos d' Água do Paracatu	300\$000
Ao fiel do Registro de S. Luís do Paracatu	300\$000
Ao fiel do Registro de Santa Isabel do Paracatu	300\$000
Total	3:060\$000
Aos negros que servem na fundição	405\$718
Carvão e lenha	188\$414
Diversas despesas feitas	199\$566
Despesas feitas em obras	185\$384
Despesas feitas em conduções	793\$960
Solimão	3:840\$000
Água-forte para ensaio	89\$598
Prata de pesos (também para ensaio)	65\$706
Total	5:768\$346
Total Geral	17:428\$346

Fonte: ROCHA, José Joaquim da, *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais* - Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995., p, 108 e 109.

ANEXO 08 - IMPOSTO DA CAPITAÇÃO EM MINAS GERAIS E PARACATU

Abil. 28. - 1746.

Rendimento da Capitulação da Intendência do Arrayal de São Luís e Santana Minas de Paracatu. 2º semestre de 1745.

Em multa - Escravos de M. - 2 - 27 - 5 - 35 - 63 - 1

4 - 1 - 12 - 1 - 12 - 1 - 1

6 - 1 - 8 - 1 - 8 - 1 - 1

16 - 1 - 8 - 1 - 8 - 1 - 1

2 - 1 - 8 - 1 - 8 - 1 - 1

3 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1

13 - 1 - 2 - 27 - 3 - 63 - 1

15 - 1 - 2 - 27 - 3 - 63 - 1

5 - 63 - 27 - 1

Em multa - Escravos de M. - 2 - 44 - 1 - 12 - 52 - 15 - 9

5 - 1 - 13 - 14 - 1 - 66 - 1 - 1

8 - 1 - 8 - 57 - 6 - 79 - 28 - 8

3 - 1 - 8 - 57 - 6 - 79 - 14 - 1

3 - 1 - 8 - 57 - 6 - 79 - 14 - 1

1 - 1 - 8 - 57 - 6 - 79 - 14 - 1

6 - 1 - 4 - 28 - 8 - 46 - 14 - 1

62 - 1 - 2 - 24 - 1 - 121 - 05 - 1

52 - 1 - 2 - 24 - 1 - 121 - 05 - 1

24 - 063 - 35 - 1

Advent. de São Luís - Escr. advent. - 555 - 64 - 1

18 - 1 - 22 - 54 - 1

1 - 1 - 4 - 26 - 1

2 - 1 - 5 - 20 - 1

13 - 1 - 63 - 13 - 1

7 - 1 - 22 - 22 - 1

47 - 1 - 174 - 2 - 1

3 - 1 - 13 - 62 - 1

De 40 - Escravos de São Luís - 49 - 67 - 1

De 41 - Escr. de São Luís - 59 - 34 - 1

De 2 - Vendas de São Luís - 1 - 34 - 17 - 8

De - Restituições das Matrículas antecedente - 1 - 5 - 1 - 1

De - 5 - Arrematação de Escr. - 23 - 44 - 63 - 1

Em p. de Capitulação das M. em - 23 - 44 - 63 - 1

Fonte: Mapa de rendimento da Capitação da Intendência do Arrayal de São Luís e Santana Minas de Paracatu. 2º semestre de 1745. AHU_ACL_CU_013,Cx.29, D.2712 BRASIL -PARÁ AHU-ACL-N-Para Nº Catálogo: 2712 Colônia: Pará Data: 1746, Abril, 28.

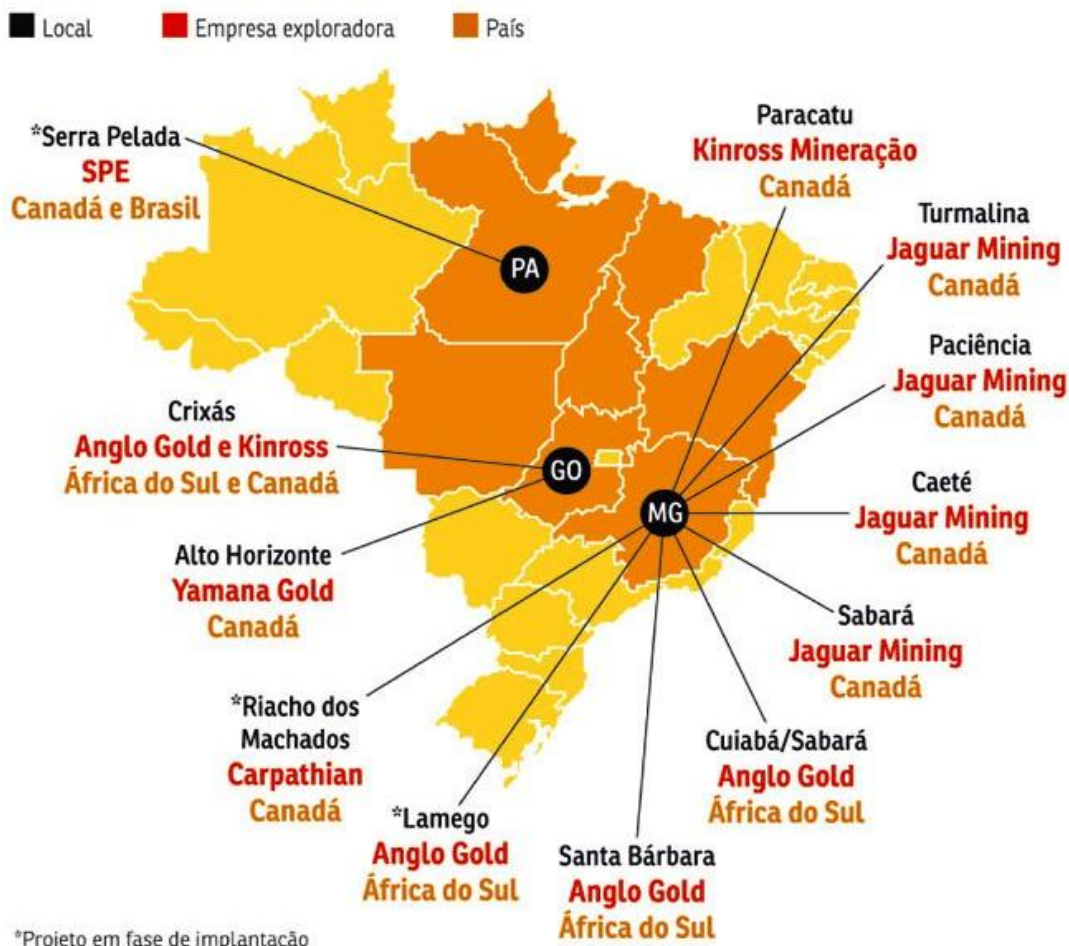
**ANEXO 09 - FREGUESIA DA COMARCA DE SABARÁ (ROCEIROS E
AGRICULTORES – IMPOSTO DA “VERDURA”)**

Freguesia		Roceiros e agricultores	Valores pagos
01	Sabará	108	6:347 $\frac{1}{4}$ 6
02	Rossa Grande	127	7:043 $\frac{1}{4}$ 3
03	Curral de El Rey	453	11:940 $\frac{1}{4}$ 6
04	S. Antonio Rio Asima	81	739 $\frac{3}{4}$ 5
05	Congonhas do Sabará	94	482 $\frac{1}{2}$ 3
06	Rapozos	80	185 $\frac{3}{4}$ 5
07	Rio das Pedras	84	453 $\frac{1}{2}$ 6
08	Santa Barbara	178	4:672 $\frac{1}{4}$ 3
09	S. Miguel	188	3:874 $\frac{1}{2}$ 3
10	S. João do Morro Grande	115	3:817 $\frac{1}{4}$ 3
11	Caeté	125	1:610 $\frac{1}{4}$ 3
12	Pitangui	687	8:424 $\frac{3}{4}$ 1
13	S. Anna do Bambuí	22	131 $\frac{3}{4}$ 3
14	Barra do Rio das Velhas	154	940 $\frac{3}{4}$ 6
15	Itucamira	83	362 $\frac{1}{4}$ 3
16	Santo Antonio da Manga	144	1:155 $\frac{1}{4}$ 2
17	Morrinhos	89	401 $\frac{1}{4}$ 2
18	Paracatu	337	4:461 $\frac{1}{4}$ 4
19	Curvello	268	1:790 $\frac{1}{4}$ 2
Total		3417	58:834 $\frac{3}{4}$ 2

Fonte: AHU – Cons. Ultramarino – Brasil/MG – Cx.: 122, Doc.: 47. 1784, 11, 26 – Vila Rica (CD mg 35 pasta 109 subpasta 001 fotos 0116 a 0165).

ANEXO 10 - TERRA DOURADA E INVASÃO ESTRANGEIRA

Mapa do ouro no país mostra que empresas estrangeiras detêm quase 100% do mercado brasileiro



*Projeto em fase de implantação

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

O ouro no mundo (Em toneladas/2007)

Distribuição mundial das reservas oficialmente comprovadas



Fontes: Anuário Mineral Brasileiro e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

ANEXO 11 – CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade FAMÍLIA DOS AMAROS**, localizada no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais registrada no Livro de Cadastro Geral n. 001, Registro n. 039, f. 41, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Associação Quilombola da Família dos Amaros

Processo nº01420.000198/2002-13

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 30 de Abril de 2004.

O referido é verdade e dou fé.


UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

ANEXO 12 – CARTA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA FAMÍLIA DOS AMAROS – AQFA

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA FAMÍLIA DOS AMAROS – AQFA

Paracatu, 24 de abril de 2010

Para:

Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Patos de Minas e 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República

Fundação Cultural Palmares – Procuradoria Jurídica e Diretoria de Patrimônio Afro-Brasileiro

INCRA – Superintendência Regional de Minas Gerais e Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (INCRA Nacional)

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH

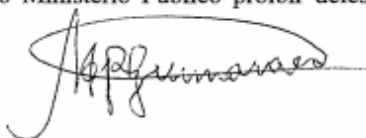
Senhores Dirigentes,

A Família dos Amaros é uma comunidade remanescente de quilombo localizada a 8km da sede do Município de Paracatu, Minas Gerais, que está em processo de regularização fundiária, pelo INCRA. O território da Família dos Amaros está reconhecido, desde junho de 2009, pela União Federal, por meio de publicação no Diário Oficial da União, que contém os limites do território.

Em nome da Associação Quilombola Família dos Amaros de Paracatu/MG, que representa a comunidade, viemos pedir atenção para que seja feita uma averiguação a respeito do nosso território, que está sendo invadido e ocupado com a retirada de terra e construção de estradas pela Rio Paracatu Mineração – Kinross.

Nossa comunidade mora nessa área desde o fim do século XVIII, início do século XIX. No final dos anos 60, pessoas que não faziam parte da comunidade foram entrando e expulsando as famílias da terra. Com muita luta, conseguimos, com os órgãos competentes, fazer o levantamento antropológico e a averiguação nos cartórios e na Igreja. Com isso pronto, veio o trabalho do INCRA de regularização do nosso território.

Estamos passando muita pressão, por parte de moradores não-quilombolas e da própria mineradora, que procura a única família que conseguiu ficar na terra, tentando comprar ou trocar essa área. E também a mineradora está comprando as terras dos terceiros que moram dentro da área, mesmo sabendo do processo de regularização, mesmo depois da publicação no Diário Oficial. Eles não estão respeitando nem o Ministério Público Federal, que vem, conversa e quando sai, eles continuam, não param. Apesar do Ministério Público proibir deles continuar o trabalho, eles já



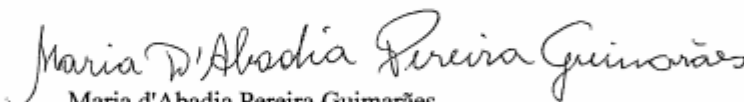
ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA FAMÍLIA DOS AMAROS – AQFA

fizeram uma estrada nova, já desmatou um pouco para retirar terra e estão arrumando uma ponte no Córrego Olha Bem, que passa dentro do território. Isso tudo fica a mais ou menos 200 metros da moradia da família quilombola. A partir da semana que vem, já devem começar a esburacar o terreno.

O local onde estamos não tem luz. É o único local dessa região que não chegou energia. O projeto Luz para Todos nunca chegou na nossa casa. Nossas criações de animais estão sem local para ficar. Muitos matam nossas vacas e não descobrem o ofensor. A mineradora não quer gado solto aonde já esburacaram. Não sabemos o que fazer com as nossas criações.

Nossos direitos humanos estão sendo gravemente violados. Ninguém nos respeita. Os órgãos públicos não estão dando o apoio e a presença que precisamos, apesar das nossas constantes ligações telefônicas, pedindo esse apoio.

Pedimos agilizar o processo de regularização do território, pois estamos numa situação precária, sem segurança para ir e vir e para criar as nossas rês, que é a nossa única sustentação. Pedimos que seja desapropriada com urgência uma área do nosso território, para que possamos colocar nossas criações e nossa moradia, pois, com a abertura da estrada, as rês estão soltas, circulando na rodovia e sendo mortas. Além disso, não há condições de morar em uma área onde passa caminhão levando areia, levantando poeira, fazendo barulho, trazendo pessoas de fora para a convivência com nossos jovens, mulheres e velhos. Nossa família que mora na área já tem idade avançada e está tendo problemas de saúde com essa pressão. Pedimos, pelo amor de Deus, para nos atender o mais rápido possível, pois não estamos agüentando mais.



Maria d'Abadia Pereira Guimarães
Presidente da Associação Quilombola Família dos Amaros - AQFA

contatos: (38) 9967-6723
quilomboamaros@yahoo.com.br
Rua Antônio José de Ulhoa, nº21, Bairro Paracatuzinho
Paracatu-MG
CEP: 38600-000